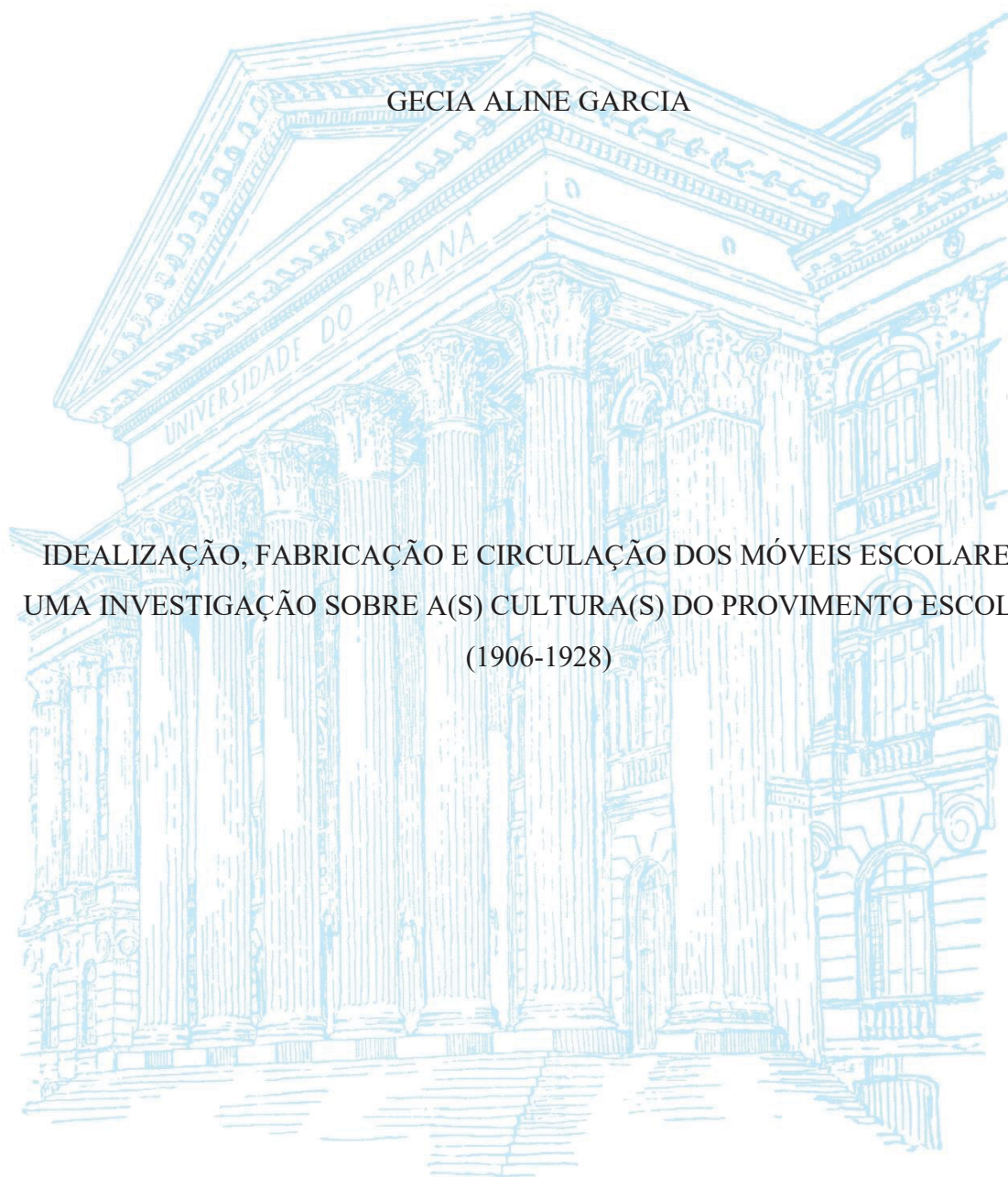


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GECIA ALINE GARCIA

IDEALIZAÇÃO, FABRICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS MÓVEIS ESCOLARES:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A(S) CULTURA(S) DO PROVIMENTO ESCOLAR
(1906-1928)



CURITIBA
2024

GECIA ALINE GARCIA

IDEALIZAÇÃO, FABRICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS MÓVEIS ESCOLARES:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A(S) CULTURA(S) DO PROVIMENTO ESCOLAR
(1906-1928)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Linha História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Gizele de Souza

CURITIBA
2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Garcia, Gecia Aline.

Idealização, fabricação e circulação dos móveis escolares : uma investigação sobre a(s) cultura(s) do provimento escolar (1906-1928 / Gecia Aline Garcia – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.
300 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Profa. Dra. Gizele de Souza

1. Educação Paraná - História. 2. Escolas – Paraná - Mobiliário e equipamentos. 3. Cultura material - Paraná. 4. Educação e Estado – Paraná. I. Souza, Gizele de. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **GENIA ALINE GARCIA** intitulada: **Idealização, fabricação e circulação dos móveis escolares: uma investigação sobre a(s) cultura(s) do provimento escolar (1906-1928)**, sob orientação da Profa. Dra. GIZELE DE SOUZA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 07 de Março de 2024.

Assinatura Eletrônica

14/03/2024 14:28:55.0

GIZELE DE SOUZA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

14/03/2024 14:40:32.0

ROSA FATIMA DE SOUZA CHALOPA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE
MESQUITA FILHO)

Assinatura Eletrônica

14/03/2024 10:39:57.0

JUAREZ JOSE TUCHINSKI DOS ANJOS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

Assinatura Eletrônica

15/03/2024 11:40:56.0

JURI MEDA

Avaliador Externo (UNIVERSITÀ DI MACERATA)

Assinatura Eletrônica

12/03/2024 15:17:44.0

MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rockefeller nº 57 ? Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.academico@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 347079

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 347079

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GECIA ALINE GARCIA

*Idealização, Fabricação e Circulação dos Móveis Escolares:
Uma Investigação sobre a(s) Cultura(s) do Provimto Escolar
(1906-1928)*



Jorge H. L. Carvalho. Banco Escolar.

CURITIBA
2024

Dedico essa pesquisa àqueles que, pelo gesto artesão, conservam, higienizam e realizam o arrolamento e preservação da documentação histórica: casas de guarda, arquivos e bibliotecas, entre outras instituições que alimentam e zelam do que virá a compor a oficina da História.

AGRADECIMENTOS

À mãe Maria por me estender a mão e não soltar.

À minha orientadora Profa. Dra. Gizele de Souza pela força e generosidade da sua amizade e por sempre me encorajar a alçar uma jornada acadêmica primorosa, cativante e desafiadora. Foram oito anos de orientações, construções de projetos e de riquíssimo aprendizado que renderam a realização de muitos sonhos. Em especial, cito a experiência do estágio de doutoramento no exterior que, além de permitir a imersão na pesquisa empírica e teórica, também concedeu a coletânea de memórias afetuosas, divertidas e “espirituosas” (como dizem os italianos para tudo aquilo que é vivido e preenchido com graça, beleza e alegria). Obrigada por me fazer enxergar, mesmo em tempos nublados, as bonitezas que a vida ainda tem por oferecer! No desabrochar da “flor de maracujá” expresso os meus mais profundos agradecimentos: Grazie di cuore orientatrice! Tu sei troppo in gamba per me!

Ao professor Dr. Marcus Levy Bencostta pelos seis anos que se dedicou as leituras das minhas produções enquanto arguidor dos trabalhos desenvolvidos na pós-graduação. Agradeço a sua generosidade, apoio, erudição e compromisso expresso nas aulas, bibliografias e materiais empíricos que compartilhou comigo. Suas contribuições foram fundamentais para o avanço do conhecimento na área investigada e para a conclusão deste trabalho. Agradeço também pelo incentivo e torcida que sempre demonstrou com a minha trajetória profissional e acadêmica. Com certeza levo com muito carinho toda a sua dedicação oferecida durante o percurso da dissertação e da tese. Muito obrigada professor Levy!

Aos professores e professora Dra. Rosa Fátima de Souza, Dr. Juarez Tuchinski dos Anjos, Dr. Marcus Levy Bencostta e ao professor Dr. Juri Meda por aceitarem participar tanto da banca de qualificação como na avaliação da presente tese. Agradeço a valiosa e crucial contribuição expressa na banca de qualificação que enriqueceu significativamente o processo de construção da pesquisa. Expresso minha gratidão pela atenção minuciosa aos detalhes e pelos questionamentos perspicazes que desafiaram a composição da escrita e me levaram a uma análise mais profunda da investigação. Meus profundos agradecimentos!

Ao professor Dr. Juri Meda que me orientou pela Università degli Studi di Macerata, no período do intercâmbio, meu apreço e respeito pela oportunidade de tensionar e debater a escrita da tese. Agradeço à imersão empírica que realizou comigo no “Museo della Scuola Paolo e Ornella

Ricca”, nas câmaras de comércio italianas - revelando fontes inéditas e inovadoras para o campo da História da Educação - e na Biblioteca Nacional de Florença. Para além da robustez acadêmica, agradeço a acolhida afetuosa que a sua família também teve comigo: Silvia, Agata e Elia foram abrigo quando eu me encontrava longe da minha família para se dedicar aos estudos. Por isso obrigada pela partilha da amizade, pelos almoços e cafés com sua família e pelas vivências a partir dos seminários e congressos sobre Mario Lodi que, dentre o seu legado, defendeu uma educação pública, instigante e de resistência. Muito obrigada professor Juri, minha estadia na Itália foi muito bonita e enriquecedora e agradeço profundamente a você e a sua família por isso!

Aos professores da Linha de História e Historiografia da Educação que estiveram presentes na minha formação acadêmica e pessoal: Dra. Andréa Bezerra Cordeiro, Dr. Carlos Eduardo Vieira, Dr. Cláudio de Sá Machado Junior, Dra. Dulce Osinski, Dr. Marcus Levy Bencostta, Dra. Nádia Gaioffato, Dra. Roberlayne Roballo e Dr. Rossano Silva. Obrigada pelas manhãs e tardes de reflexão, mesmo que algumas, por conta da pandemia, tenham sido realizadas online. Isso não impediu que os encontros fossem inspiradores e produtivos! Expresso minha profunda gratidão por todo conhecimento compartilhado!

À professora Dra. Diana Vidal que no ano de 2020 me acolheu como aluna externa em duas disciplinas no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), do Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras da Universidade de São Paulo. Agradeço a professora pela partilha dos saberes e pela acolhida nas disciplinas que foram de muito valor para o desenvolvimento e reflexões realizadas sobre a tese. Muito obrigada professora!

Às minhas colegas de doutorado Cahuane, Érica, Maria Cristina e Rafaela Paula, que compartilharam o esforço, o compromisso e a tarefa de se dedicar há uma pesquisa *stricto-sensu*, meus singelos agradecimentos! Mesmo que virtualmente foi um prazer estar e conhecer vocês meninas!

Às minhas amigas e companheiras do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação infantil – NEPIE: Etienne Baldez, Fátima Castro, Franciele França, Juliana Bartsch, Rochele Allgayer, Virginia Lourençon e Julia Silveira, agradeço pelas inúmeras vezes que ouviram eu falar da tese, pelos nossos encontros, cafezinhos e pela linda acolhida que tiveram comigo. Levo vocês sempre com muito carinho, respeito e admiração em minhas memórias. Obrigada por tudo meninas!

Ao Jorge Henrique Carvalho e a Jessyman de Lara meus compadres que sempre me apoiaram e compartilharam dessa empreitada nos estudos. Jorge como sempre, agradeço sua dedicação e talento em traduzir minhas referências sobre os modos de prover a carteira escolar na obra que você criou e que inaugura a capa desse estudo. Jessyman minha amiga e futura médica, obrigada pelo exemplo, dedicação e amor que você dá na sua relação com os estudos. Obrigada pela linda amizade de vocês!

À Fátima Branco Godinho de Castro por ser uma amiga tão presente e generosa, que tem demonstrado na sua atuação no Estado um exemplo de dedicação e compromisso com a educação pública e de qualidade. Fátima às conversas com você são sempre muito inspiradoras, sua trajetória e seu exemplo me motivam a trilhar um caminho pela promoção de uma escola cada vez mais justa e melhor. Obrigada pela partilha da vida!

À Rochele Allagayer por ser uma amiga “vivente” que partilhou tantos sonhos e projetos nesses oito anos lado a lado na empreitada acadêmica. Obrigada pela linda amizade, por ter sido escuta e acolhimento e pela alegria que sempre me proporcionou em nossos encontros. Agradeço também ao “amico Lucatinho” grande companheiro do “Conad o Bárbaro”! Grazie mille pela parceria de sempre Lucato!

À Franciele França que teve um papel importante desde a iniciação científica me acolhendo no NEPIE e me introduzindo no repertório de atividades que envolvem a vida acadêmica. Obrigada Fran por ser essa amiga tão presente que fez da minha trajetória acadêmica algo leve e prazeroso. Obrigada pelas inúmeras vezes que leu meus trabalhos, que debateu e organizou grupos de estudos sobre a literatura da área e, o mais importante: obrigada pela bonita amizade construída na partilha dos cafês, das conversas e da gentileza em acolher os desafios que envolvem a caminhada. Obrigada de coração!

Nesse conjunto dos amigos que a vida acadêmica nos presenteia, agradeço a Virgínia Lourençon que nos últimos dois anos esteve muito próxima na realização dos projetos vividos dentro dos grupos de pesquisa. Obrigada pela parceria na escrita dos boletins no Ciclo de Estudos e Debates em Cultura Material Escolar, pelas leituras que realizou da Tese e pela bonita amizade que sempre foi preenchida com muito bom humor entre as idas e vindas do restaurante universitário da UFPR. Obrigada por tudo Virgínia!

Ao meu professor de italiano Domenico Doddò minha sincera gratidão pela sua dedicação e

paciência ao longo do curso de italiano. Suas aulas foram incrivelmente inspiradoras e enriquecedoras, proporcionando-me não apenas um conhecimento mais profundo do idioma, mas também uma compreensão mais a fundo da cultura italiana. A sua esposa Gioconda Ghiggi que me acolheu em Roma para que eu pudesse participar do congresso sobre Mario Lodi. Gi, muito obrigada pela sua acolhida e pela partilha do afeto e das risadas, minha estadia na Itália se tornou ainda mais especial porque tive a oportunidade de conhecê-la melhor e assim cultivar uma bonita amizade!

À Prof^a Doutora Maria Cristina Morandini pela afetuosa acolhida em Torino da qual me apresentou o Setor de Educação da Università degli Studi di Torino juntamente de uma visita ao Musli – Museu Scuola Libro Infanzia - do qual tive a oportunidade de conhecer o belo acervo da instituição e fotografar alguns catálogos sobre as casas comerciais de móveis escolares italianos. Meus mais sinceros agradecimentos à professora Morandini pela contribuição valiosa realizada na composição teórica e empírica da Tese!

À Francesca Pizzigoni pela chegada arrebatadora em minha vida! Sua amizade foi um dos lindos presentes que a pesquisa na Itália me deu! Obrigada por compartilhar comigo sonhos e projetos (sigo empenhada em nossa lista de realizações) e te agradeço imensamente “per far brillare le mie ferite” naquele Natale i-nes-que-cí-vel! Obrigada por tudo minha querida e preciosa amiga!

Ao Prof. Doutor Agustín Escolano Benito por ter me recibo e realizado três dias de imersão no Ceince (Centro Internacional de la Cultura Escolar), oportunizando que eu conhecesse o rico acervo da instituição e ampliasse meus estudos sobre a Cultura Escolar e a Cultura Material Escolar. Obrigada pelo privilégio de ouvi-lo e aprender um pouco mais sobre a história da escola, dos professores e dos alunos!

Agradecimento especial vai tanto aos funcionários dos acervos que tive acesso, proporcionando à consulta às fontes históricas, bem como ao pessoal que trabalha na secretária do PPGE da UFPR, obrigada Sandra, Patricia e Cinthia sempre pela disponibilidade e pelos esclarecimentos que realizaram durante esses 6 anos no programa. Expresso meu singelo agradecimento a esse gesto de guarda, acondicionamento e administrativo tão importante para todos aqueles que realizam pesquisa.

Aos amigos que fiz em Macerata: Arianna, Chiara e Chiara Mazzoni, Lucia, Sofia, Michela e

Valentino, obrigada por compartilharem comigo a partilha do idioma, a curiosidade das palavras brasileiras e italianas e, também, a culinária excepcional de Macerata, espero em breve poder tomar um cafezinho com vocês!

À amiga Fernanda Vanzeli que desde a graduação partilhou o sonho de viver o intercâmbio. Pois é minha amiga, quem diria, do Sítio Cercado à realização de pesquisa no exterior, essa conquista também é nossa! Muchas Gracias, mi hermosa amiga!

Grande grupo é o dos amigos e amigas que torceram e vibraram para que eu chegasse até aqui, agradeço a vocês pela compreensão no momento de ausência. Não irei nomeá-los pois posso acabar sendo injusta, mas cada um sabe do meu carinho, reconhecimento e agradecimento.

Aos meus pais, Cirineu Julio Garcia e Terezinha Patricio Garcia. Amor imensurável, admiração e profundo respeito é o que carrego no peito por vocês. Tantas conquistas realizadas até esse momento só foram possíveis pelo esforço sem medida que vocês tiveram com os meus estudos. Pai, Mãe, obrigada por serem meu porto seguro e por serem um lugar que eu sempre posso voltar e me sentir amada e acolhida! Amo muito vocês!

As felinas mais simpáticas e carinhosas que habitam em casa: Carlota (nem tão simpática assim..) e Geni (a sapeca), obrigada pelos ronronares que embalaram a escrita da tese.

Dedico este reconhecimento ao meu companheiro Andrew Martins Carlin, por compartilhar e encontrar soluções aos desafios que temos enfrentado ao longo de nossa jornada como estudantes e profissionais em busca do máximo que uma formação intelectual pode oferecer, visando assim nos tornarmos educadores exemplares - tal como aqueles que nos têm orientado até o presente momento.

E, por fim, meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PrInt que me proporcionaram a bolsa de estudos no período do doutorado e no estágio no exterior, a qual espero nos próximos anos poder me dedicar e retribuir a formação concedida à escola e universidade pública.

Não importa quão estático e desesperador o presente nos pareça, o passado nos lembra que podem ocorrer mudanças.

(Davis, 2000, p. 8)

RESUMO

Nesse estudo a materialidade da escola será o núcleo de análise privilegiado, deste modo, me interessa analisar as movimentações e interações existentes no processo de aquisição mobiliária que chegam à instrução pública paranaense nos anos de 1906 a 1928. O problema consiste em entender de quais estratégias se serviu o Estado para cumprir com o dever de prover a escola materialmente? Essa questão desdobrou-se em subquestões, a saber: Com quais agentes o Estado negociou para providenciar os móveis escolares? Quais foram as carteiras “consumidas”? Existia uma exigência pré-estabelecida? Quais os embates políticos e filosóficos existentes na produção mobiliária? A tese é de que a aquisição da carteira escolar se deu por meio de **experiências conjugadas** envolvendo fabricações que partilharam do feitiço artesanal, da ação de artífices empreendedores e de produções mais complexas que culminaram na produção industrial. Revelando que o gesto provedor envolve ritos e práticas que vão para além da ação do estado articulando outros sujeitos em seu processo de idealização, fabricação e consumo. Organizada em quatro capítulos, esta pesquisa busca encontrar na trajetória da carteira escolar, no tempo e no espaço, indícios sobre seus processos de confecção, circulação e consumo. No primeiro capítulo procura-se analisar a elaboração do termo “provisionamento material escolar” enquanto um conceito que vem sendo qualificado e operado pelo campo da história da educação em trabalhos sobre a cultura material escolar. No segundo, busca-se investigar se a ação de inventariar a mobília da escola seria suficiente para garantir o compromisso dos dirigentes governamentais com o abastecimento material da escola. Se não foi, quais outros investimentos foram escolhidos. No terceiro capítulo pretende-se rastrear os “indícios” e os “sinais” deixados nos processos de confecção e consumo da carteira escolar paranaense para localizar sua movimentação, isto é, a circulação de elementos que estão presentes na composição da carteira escolar paranaense. Por último, pretende-se localizar as relações existentes entre o processo do desenvolvimento econômico do país, a expansão da escola de massa e o nascimento de um mercado escolar. Três hipóteses sustentam a tese e amparam o desenvolvimento dos capítulos: A primeira é que o provisionamento material escolar seria composto por práticas e ritos que revelam ações estratégicas para além da atuação institucional do Estado. O projeto de institucionalização e instalação da escola pública envolveu bricolagens agenciadas por outros sujeitos, como: professores, carpinteiros, empreendedores e a própria comunidade local. A segunda hipótese é que conforme a escola foi se expandindo e complexando, a sua gestão e composição material também se complexou, exigindo nesse processo experiências conjugadas na produção e no abastecimento dos móveis escolares que não se reduzem a ação das grandes indústrias. E, por fim, a terceira hipótese que rondou a pesquisa é que o abastecimento material escolar não aconteceu de forma homogênea e padronizada, mas por representações em disputas marcadas por desigualdades materiais. As fontes que compõem o estudo foram localizadas no departamento do Arquivo Público Paranaense, por meio das correspondências e relatórios governamentais; o Círculo de Estudos Bandeirantes, com as mensagens do governo e as leis, decretos e regulamentos do período; o Museu Paranaense, com documentos correspondentes às exposições nacionais e locais; o acervo digital da Hemeroteca Nacional, que reúne jornais de circulação local atrelados à instrução pública e aos modos de provisionamento relacionados à mobília escolar; o Museu Maçônico Paranaense, para acesso a atas de reuniões e arquivos de sujeitos e dirigentes da instrução pública que instalaram lojas maçônicas no Paraná; e fontes iconográficas disponíveis no acervo da Casa da Memória. A pesquisa se fundamenta nos aportes teóricos de Clifford Geertz, para uma análise interpretativa da cultura do provisionamento; Michel de Certeau, sobre a operação histórica e os conceitos de tática estratégia e consumo; Roger Chartier, com os conceitos de circulação, representação e apropriação; Carlos Ginzburg com o paradigma indiciário; Sérgio Gruzinski para compreender as continuidades e conexões entre universos

distintos; e Richard Sennet para compreensão do conceito de experiência na cultura material.

Palavras-chave: História da Educação. Cultura material Escolar. Móveis escolares. Instrução pública. Provisão Material. Carteira Escolar.

ABSTRACT

In this study, the materiality of the school will be the privileged core of analysis. Thus, I am interested in examining the movements and interactions in the process of acquiring furniture for public education in the state of Paraná from 1906 to 1928. The problem is to understand the strategies the State used to fulfill the duty of providing material support to schools. This question unfolded into sub-questions, namely: With which agents did the State negotiate to provide school furniture? Which desks were "consumed"? Was there a pre-established requirement? What were the political and philosophical conflicts in furniture production? The thesis is that the acquisition of school desks occurred through conjugal experiences involving craftsmanship, the action of entrepreneurial artisans, and more complex productions that culminated in industrial production. This reveals that the providing gesture involves rituals and practices beyond the state's action, connecting other subjects in its process of ideation, manufacturing, and consumption. Organized into four chapters, this research seeks to find clues in the trajectory of the school desk, over time and space, about its processes of manufacturing, circulation, and consumption. In the first chapter, an analysis is attempted of the development of the term "material school provision" as a concept qualified and operated by the field of the history of education in works on the material culture of schools. In the second chapter, an investigation is carried out to determine if the action of inventorying the school furniture would be sufficient to ensure the commitment of government officials to the material supply of the school. If not, what other investments were chosen? In the third chapter, the aim is to trace the "evidence" and "signs" left in the processes of manufacturing and consumption of the Paraná school desk to locate its movement, that is, the circulation of elements present in the composition of the Paraná school desk. Finally, the aim is to locate the relations between the country's economic development process, the expansion of mass schooling, and the birth of a school market. Three hypotheses support the thesis and underlie the development of the chapters: The first is that material school provision would be composed of practices and rituals revealing strategic actions beyond the institutional action of the State. The project of institutionalizing and installing public schools involved bricolages orchestrated by other subjects, such as teachers, carpenters, entrepreneurs, and the local community itself. The second hypothesis is that as the school expanded and became more complex, its management and material composition also became more complex, requiring in this process joint experiences in the production and supply of school furniture that did not reduce to the actions of large industries. And finally, the third hypothesis that guided the research is that material school supply did not happen homogeneously and standardized but through representations in disputes marked by material inequalities. The sources that make up the study were located in the Paraná Public Archives department, through government correspondence and reports; the Circle of Bandeirantes Studies, with government messages and laws, decrees, and regulations of the period; the Paraná Museum, with documents corresponding to national and local exhibitions; the digital collection of the National Hemeroteca, which gathers local circulation newspapers linked to public instruction and modes of provision related to school furniture; the Paraná Masonic Museum, for access to meeting minutes and archives of individuals and leaders of public instruction who established Masonic lodges in Paraná; and iconographic sources available in the Casa da Memória collection. The research is based on the theoretical contributions of Clifford Geertz for an interpretative analysis of the culture of provision; Michel de Certeau on historical operation and the concepts of tactics, strategy, and consumption; Roger Chartier, with the concepts of circulation, representation, and appropriation; Carlos Ginzburg with the indicative paradigm; Sérgio Gruzinski to understand the continuities and connections between distinct universes; and Richard Sennett for understanding the concept of experience in material culture.

Keywords: History of Education. School Material Culture. School Furniture. Public Instruction. Material Provision. School desk.

RIASSUNTO

In questo studio, la materialità della scuola sarà il nucleo di analisi privilegiato. Pertanto, mi interessa esaminare le movimentazioni e le interazioni presenti nel processo di acquisizione di mobili destinati all'istruzione pubblica del Paraná negli anni 1906-1928. Il problema consiste nel comprendere quali strategie lo Stato abbia utilizzato per adempiere al dovere di fornire materialmente alla scuola. Questa questione si è articolata in sotto-domande, come ad esempio: con quali soggetti lo Stato ha negoziato per fornire i mobili scolastici? Quali erano le scrivanie "consumate"? Esisteva un requisito predefinito? Quali erano gli scontri politici e filosofici presenti nella produzione di mobili? La tesi sostenuta è che l'acquisizione delle scrivanie scolastiche è avvenuta attraverso esperienze congiunte che coinvolgevano manifatture artigianali, l'azione di artigiani imprenditori e produzioni più complesse che hanno portato alla produzione industriale. Ciò rivela che l'atto di provvedere coinvolge riti e pratiche che vanno oltre l'azione dello Stato, coinvolgendo altri soggetti nel processo di ideazione, produzione e consumo. Organizzata in quattro capitoli, questa ricerca cerca di trovare nella storia delle scrivanie scolastiche, nel tempo e nello spazio, indizi sui loro processi di fabbricazione, circolazione e consumo. Nel primo capitolo si analizza la formulazione del termine "provvedimento materiale scolastico" come concetto che è stato qualificato e utilizzato nel campo della storia dell'educazione in studi sulla cultura materiale scolastica. Nel secondo, si indaga se l'azione di inventariare i mobili della scuola sia sufficiente a garantire l'impegno dei dirigenti governativi nell'approvvigionamento materiale della scuola. Se non lo è stato, quali altri investimenti sono stati scelti. Nel terzo capitolo si cerca di rintracciare gli "indizi" e i "segni" lasciati nei processi di fabbricazione e consumo delle scrivanie scolastiche del Paraná per individuarne la circolazione, ossia la presenza di elementi nella composizione delle scrivanie scolastiche del Paraná. Infine, si intende individuare le relazioni esistenti tra il processo di sviluppo economico del paese, l'espansione della scuola di massa e la nascita di un mercato scolastico. Tre ipotesi sostengono la tesi e guidano lo sviluppo dei capitoli: la prima ipotesi è che il provvedimento materiale scolastico sarebbe composto da pratiche e riti che rivelano azioni strategiche al di là dell'azione istituzionale dello Stato. Il progetto di istituzionalizzazione e installazione della scuola pubblica coinvolse bricolages promossi da altri soggetti, come insegnanti, falegnami, imprenditori e la stessa comunità locale. La seconda ipotesi è che, man mano che la scuola si espandeva e si complicava, anche la sua gestione e composizione materiale si complicavano, richiedendo in questo processo esperienze congiunte nella produzione e nell'approvvigionamento dei mobili scolastici che non si limitavano all'azione delle grandi industrie. Infine, la terza ipotesi che ha guidato la ricerca è che l'approvvigionamento materiale scolastico non è avvenuto in modo omogeneo e standardizzato, ma attraverso rappresentazioni in dispute segnate da disuguaglianze materiali. Le fonti di questa ricerca sono state individuate nel Dipartimento degli Archivi Pubblici del Paraná, attraverso corrispondenze e rapporti governativi; nel Círculo de Estudos Bandeirantes, con i messaggi del governo e le leggi, i decreti e i regolamenti del periodo; nel Museo del Paraná, con documenti relativi alle esposizioni nazionali e locali; nell'archivio digitale dell'Emoteca Nazionale, che raccoglie giornali a diffusione locale legati all'istruzione pubblica e alle modalità di fornitura legate ai mobili scolastici; nel Museo Massonico del Paraná, per l'accesso a verbali di riunioni e archivi di soggetti e dirigenti dell'istruzione pubblica che hanno istituito logge massoniche nel Paraná; e nelle fonti iconografiche disponibili nell'archivio della Casa della Memoria. La ricerca si basa sui contributi teorici di Clifford Geertz, per un'analisi interpretativa della cultura del provvedimento; Michel de Certeau, sulla pratica storica e i concetti di tattica, strategia e consumo; Roger Chartier, con i concetti di circolazione, rappresentazione e appropriazione; Carlos Ginzburg con il paradigma indiziario; Sérgio Gruzinski per comprendere le continuità e le connessioni tra universi distinti; e Richard Sennett per la comprensione del concetto di

esperienza nella composizione della cultura materiale.

Parole chiave: Storia dell'educazione. Cultura materiale scolastica. Arredi scolastici. Istruzione pubblica. Provvedimento materiale. Banco di scuola.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - COMPILAÇÃO DE SENTIDOS REFERENTES AO TERMO “PROVIMENTO” NO CONTEXTO EDUCACIONAL NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX.....	60
FIGURA 2: INCIDÊNCIA DO TERMO “PROVIMENTO MATERIAL” NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS POR ANO	67
FIGURA 3 - PESQUISADORES PARTICIPANTES DO PROJETO GRUPOS DE PESQUISA E EXPERIÊNCIAS SOBRE CULTURA MATERIAL ESCOLAR EM 2021	77
FIGURA 4 – ORGANOGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE.....	82
FIGURA 5 – NOTA ESCRITA PELA PROFESSORA ROSA RAYMUNDO PICHET EM 1906	84
FIGURA 6 – PRÁTICAS ESCRITURÍSTICAS PRESCRITAS NA LEGISLAÇÃO DE SÃO PAULO (1911) E DO RIO DE JANEIRO (1912)	88
FIGURA 7 – PRIMEIRAS CASAS ESCOLARES DO ESTADO DO PARANÁ: ESCOLA CARVALHO (1882); ESCOLA OLIVEIRA BELLO (1884) E ESCOLA TIRADENTES (1895).....	92
FIGURA 8 – PLANTA DE CURITIBA EM 1901	97
FIGURA 9 – LIVROS DE MÓVEIS QUE COMPUSERAM O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DAS	102
FIGURA 10 – LIVRO DE RELAÇÃO DOS MOBILIÁRIOS DISTRIBUÍDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM 1905-1985.....	103
FIGURA 11 – CONTEÚDO PRESENTE NO LIVRO DE INVENTÁRIO ESCOLAR PAULISTA.....	105
FIGURA 12 – OFICINA DE CARPINTARIA DA PENITENCIÁRIA DO AHÚ EM 1909	109
FIGURA 13 – RECIBO DA PENITENCIÁRIA DO ESTADO À INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE (1915).....	117
FIGURA 14 – FOTO DO GRUPO ESCOLAR PRUDENTES DE MORAIS EM SP.....	126
FIGURA 15 – FOTO DO GRUPO ESCOLAR XAVIER DA SILVA.....	127
FIGURA 16 – RECIBO DA FÁBRICA DE EDUARDO WALLER.....	130
FIGURA 17 – CARTEIRA BRAZIL	132
FIGURA 18 – CONJUNTO DA CARTEIRA BRAZIL	132
FIGURA 19 – CABEÇALHO DO RECIBO DA FÁBRICA DE EDUARDO WALLER	133
FIGURA 20 – CARTEIRAS AMERICANAS.....	134
FIGURA 21 – CARTEIRA ESCOLAR DEYROLLE	144
FIGURA 22 – ANTIGA SALA DE AULA DO GINÁSIO PARANAENSE	149

FIGURA 23 – SALA DE CONGREGAÇÃO DO GINÁSIO PARANAENSE	151
FIGURA 24 – CARTAZ DA FÁBRICA DE PEDRO RISPOLI.....	155
FIGURA 25 – RECIBO DE SERVIÇOS DA MARCENARIA MOBILIÁRIO ARTÍSTICO PRESTADOS À INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE	159
FIGURA 26 – OFICINA DE MARCENARIA DA ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES.....	161
FIGURA 27 - CARTÃO POSTAL REFERENTE A EXPOSIÇÃO NACIONAL 1908	163
FIGURA 28 - FOTOGRAFIA DA COMISSÃO DO ESTADO DO PARANÁ NA EXPOSIÇÃO DE 1908.	166
FIGURA 29 – CATÁLOGO DAS INDÚSTRIAS PARANAENSES.....	167
FIGURA 30 – CARTAZES DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE PEDRO RISPOLI, CARLOS STEFAN E AFFONSO LUBRANO, EM 1908.....	168
FIGURA 31 – OFICINA DE MÓVEIS DE ALBERT DITTERT EM 1910.....	169
FIGURA 32 – CAPA DO CATÁLOGO DO ESTADO DO PARANÁ REFERENTE A EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908.....	170
FIGURA 33 - SALA DE MÓVEIS DA SEÇÃO PARANAENSE – 1908	171
FIGURA 34 – ANVERSO E VERSO DA MEDALHA DE OURO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908.	172
FIGURA 35 – CARTAZ DA CASA COMERCIAL PARAVIA EM 1910	175
FIGURA 36 - CATÁLOGO DE OBJETOS ESCOLARES DA FÁBRICA PARAVIA	176
FIGURA 37 - CABEÇALHO DO OFÍCIO ENVIADO PELA FÁBRICA GIUSEPPE PALINI & FIGLI, 1931.	177
FIGURA 38 – CATÁLOGO GIUSEPPE PALINI & FIGLI REFERENTE ÀS DIMENSÕES E PRESCRIÇÕES DOS MÓVEIS ESCOLARES	178
FIGURA 39 – CARTA DA J. VELLVÉ COMPANY ENDEREÇADA À SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO DO PARANÁ EM 1924.	180
FIGURA 40 - CAPA DO CATÁLOGO E CARTA ESCRITA PELA CASA COMERCIAL J. VELLVÉ COMPANY EM 1927.....	182
FIGURA 41 – CARTEIRA AMERICANA “A101” COM SUPORTES TUBULARES DE AÇO.....	183
FIGURA 42 – ENVELOPE DA CASA COMERCIAL J. VELLVÉ COMPANY	184
FIGURA 43 – CAPA DO LIVRO “O ARTÍFICE” DE RICHARD SENNETT	186
FIGURA 44 – OFICINA DE MÓVEIS DE ALBERTO DITTERT.....	210
FIGURA 45 – CARTAZ DA MARCENARIA ARTÍSTICA DE AFFONDO LUBRANO.....	211
FIGURA 46 – COOPERATIVA DE CARROS DE AFFONSO LUBRANO.....	211
FIGURA 47 – MARCENARIA A VAPOR DE CARLOS STEFAN.....	215

FIGURA 48 – MARCENARIA A VAPOR DE CARLOS LEINIG	217
FIGURA 49 – FÁBRICA A VAPOR DE JULIO EDUARDO GINESTE.....	220
FIGURA 50 – CARTAZ DA FÁBRICA DE MÓVEIS E LUIZ RANCONI.....	221
FIGURA 51 - EDITAIS DE CONCORRÊNCIA ABERTA.....	222
FIGURA 52 - FÁBRICA DE SALOMÃO GUELMANN EM 1929.....	224
FIGURA 53: CARTEIRA ESCOLAR – MÓVEIS GUELMANN.....	226
FIGURA 54: LISTA DE OBJETOS ORÇADOS A GRUPOS ESCOLARES PELA FABRICA MÓVEIS GUELMANN.....	227
FIGURA 55: CARTÃO DE VISITAS MOVEIS GUELMANN.....	228
FIGURA 56- RECIBO DA MARCENARIA A VAPOR DE SALVADOR MAIDA	230
FIGURA 57 – CARTAZ PROPAGANDÍSTICO DA MARCENARIA DE SALVADOR MAIDA EM 1905.....	231
FIGURA 58 – MARCENARIA A VAPOR DE SALVADOR MAIDA EM 1916	231
FIGURA 59 – LISTAGEM DE MÓVEIS COM OS RESPECTIVOS PREÇOS DA MARCENARIA SALVADOR MAIDA EM 1917.....	232
FIGURA 60 – CARTAZ DA MARCENARIA A VAPOR DE SALVADOR MAIDA	232
FIGURA 61 – CARTAZ PROPAGANDÍSTICO DOS MÓVEIS MAIDA EM 1925	233
FIGURA 62 – CARTAZ MÓVEIS MAIDA E IRMÃOS 1936	233
FIGURA 63 – RECIBO COMERCIAL MOVEIS MAIDA DE 1927.....	235
FIGURA 64 – RECIBO MÓVEIS MAIDA REFERENTE AO FORNECIMENTO PARA A ESCOLA.....	236
FIGURA 65 – FORNECIMENTO DE MÓVEIS AO GRUPO ESCOLAR DOM PEDRO II PELO MOVEIS MAIDA	237
FIGURA 66 – MÓVEIS FORNECIDOS AO GYMNASIO REGENTE FEIJÓ.....	239
FIGURA 67 – CARTEIRA ESCOLAR EXISTENTE NO ACERVO DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ	240
FIGURA 68 – CARTEIRAS TYPO GYMNASIO	242
FIGURA 69 – CARTEIRA MODELO TIPO GINÁSIO.....	242
FIGURA 70 – CARTEIRA PREFEITURA	243
FIGURA 71 - OFICINA DE FERRARIA DE GOTTLIEB MULLER EM 1878	244
FIGURA 72 - FÁBRICA DE MÁQUINAS MUELLER E IRMÃOS.....	245
FIGURA 73 – COMPANHIA INDUSTRIAL MARUMBY	246
FIGURA 74 – MÁQUINA ELÉTRICA MULLER E IRMÃOS	247
FIGURA 75 – PARQUE INDUSTRIAL MUELLER IRMÃOS LTDA 1936.....	248
FIGURA 76 – RECIBO COMERCIAL DA MUELLER E IRMÃOS À INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO PARANÁ EM 1928.....	249
FIGURA 77 – FERRAGENS IGUASSÚ.....	250

FIGURA 78 – FLUXOGRAMA REFERENTE AS EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO NO PROCESSO DE PROVIMENTO ESCOLAR NO CONTEXTO PARANAENSE (1880 – 1928)	252
FIGURA 79 – CRIANÇA DE 11 ANOS ESTUDANDO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE 2020.....	255

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DICIONÁRIOS PORTUGUÊS, ITALIANO, INGLÊS, ESPANHOL E FRANCÊS COM OS DESCRITORES “PROVER” E “PROVIMENTO”	52
QUADRO 2 - RELATÓRIO DO INSPETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, JOSÉ LOURENÇO DE SÁ RIBAS, 1864, CONTENDO O TERMO PROVIMENTO.....	56
QUADRO 3 - INCIDÊNCIA DO TERMO PROVIMENTO MATERIAL NA HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA (1850-1929).....	58
QUADRO 4: PESQUISAS SOBRE A TEMÁTICA DO MOBILIÁRIO ESCOLAR QUE OPERAM COM O TERMO PROVIMENTO MATERIAL	72
QUADRO 5 – DEMONSTRATIVO DO MOBILIÁRIO ESCOLAR NO PARANÁ EM 1906	91
QUADRO 6 – CONTINUAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DO MOBILIÁRIO ESCOLAR DO PARANÁ EM 1906.....	99
QUADRO 7 – RESUMO ORGANIZADO POR ARTHUR CERQUEIRA, EM 1906, DA MOBÍLIA EXISTENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PERTENCENTES AO ESTADO	100
QUADRO 8 – MAPA DA MOVIMENTAÇÃO ANUAL DO ALMOXARIFADO DA INTRUÇÃO PÚBLICA – 1916.....	112
QUADRO 9 – OBJETOS EXISTENTES NO ARQUIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1917.....	116
QUADRO 10 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA PROFESSORA CAROLINA MOREIRA.....	130
QUADRO 11 – PROBLEMAS DE SAÚDE GERADOS PELA MÁ POSTURA NOS MÓVEIS ESCOLARES	140
QUADRO 12 – RELAÇÃO DE SERVIÇOS QUE A DIRETORIA DEVIA A PEDRO RISPOLI.....	151
QUADRO 13 - NÚMERO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS DISTRIBUÍDAS PELAS PROVÍNCIAS DO BRASIL ANO DE 1854	191
QUADRO 14 - NÚMERO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS DISTRIBUÍDAS PELAS PROVÍNCIAS DO BRASIL NO ANO DE 1879, 1880 E 1889	192
QUADRO 15 – DADOS CORRESPONDENTES ÀS INDÚSTRIAS EXISTENTES NO BRASIL EM 1913.	203
QUADRO 16 - RELAÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PROPOSTOS POR CARLOS STEFAN À INSTRUÇÃO PÚBLICA	213

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO I - CULTURA(S) DO PROVIMENTO MATERIAL ESCOLAR	47
1.1 Por uma história interpretativa da(s) cultura(s) do provimento escolar	50
1.2 Provimento material escolar: uma investigação sobre o lugar da temática nas produções em história da educação	60
CAPÍTULO II - A PISTA INDICIÁRIA	79
2.1 “O inventário das mobílias existentes nas escolas públicas”: indícios de uma ação deflagradora.....	81
2.2 O gesto provedor: o lugar do inventário escolar no processo do provimento mobiliário	90
2.3 “Da guarda, distribuição, arrecadação e reparos dos móveis e utensílios escolares”: a institucionalização do lugar de guarda e do abastecimento material.....	106
CAPÍTULO III - CONECTADOS POR UMA CARTEIRA ESCOLAR	122
3.1 Observar para (re)inventar: a circulação e mediação de saberes traduzidos no provimento material escolar	124
3.2 O gesto artesão na produção dos móveis escolares: revelando as conexões históricas dos artefatos escolares	143
3.2 Ferramentas de prestígio e distinção: um estudo sobre as estratégias comunicativas utilizadas pelos fornecedores de móveis escolares.....	163
CAPÍTULO IV - AS EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO NA CONFECÇÃO DA CARTEIRA ESCOLAR	186
4.1 A expansão da escola de massa no Paraná e as suas relações com o desenvolvimento industrial no Brasil	188
4.2 Fabricantes de móveis escolares atuantes no Paraná: indícios de uma produção embrionária para um sistema de fábrica mais complexo.....	206
APONTAMENTOS FINAIS	255
FONTES	265
REFERÊNCIAS	277
ANEXO 1.....	289

INTRODUÇÃO

O navio em que Teseu fez a travessia com os jovens e em que regressou são e salvo era uma embarcação de trinta remos que os Atenenses conservaram até o tempo de Demétrio de Falero.

Retiravam o madeiramento envelhecido e substituíam-no por pranchas robustas, que ajustavam às outras, de tal modo que, para os filósofos, este navio representava um exemplo adequado à discussão sobre o “argumento do crescimento”, defendendo uns que o navio continuava a ser o mesmo e outros que já o não era. (Plutarco, 2008, p. 68)

De modo a quebrar com o tributo que Atenas pagava ao rei Minos, em Creta, com vidas de homens e mulheres oferecidas ao Minotauro, Teseu adentra ao labirinto e, com a ajuda de Ariadne, consegue matar e escapar da feroz criatura. A longa viagem do navio de Teseu à Creta foi inspiração para um paradoxo anunciado por Plutarco (2008) em *Vidas Paralelas*: seria o navio de Teseu ainda o mesmo após a troca de suas pranchas de madeira por outras? Afinal, o que define a autenticidade do navio?

Para Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, ao analisar o conto mitológico narrado por Plutarco, não são essas problematizações que devem ganhar a atenção do historiador no estudo do artefato enquanto documento, uma vez que é fato que a materialidade sofre transformações “de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido” (Meneses, 1998, p. 92). Para a pesquisa histórica, argumenta Meneses, interessa saber – para além dos atributos físicos – a trajetória do artefato e estar atento às situações e relações que compõem os acontecimentos de sua vida material. Assim, não são as partes constituídas separadamente que constroem a identidade do navio como “navio de Teseu” e sim a sua trajetória no tempo e no espaço, compondo uma biografia.

Se as observações acima expostas continuarem válidas, para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário **examiná-los “em situação”**, nas diversas modalidades e efeitos das **apropriações** de que foram parte. **Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social** (Meneses, 1998, p. 92, grifos meus).

Neste estudo a materialidade da escola será o núcleo de análise privilegiado. Ainda que Meneses não use o conceito de cultura material para ler a escola e sim para examinar o espaço museológico, acredito que a sua operação metodológica enquanto historiador é fecunda para a leitura da dimensão material escolar. Isso significa que não necessariamente terei em mãos a

peça física – uma mesa, carteira ou as pranchas do navio de Teseu –, mas a sua representação em documentos intercalados que me permitirão conhecer a produção, a circulação e o consumo destes artefatos na sociedade em que foram gerados. Assim, ancorada em Meneses, acredito que a materialidade da escola se perfaz na relação social, nos discursos dos agentes educacionais e industriais que possibilitam acessar as múltiplas e complexas interações envolvidas no processo de suprimento mobiliário da escola. Dessa maneira,

História Material ou História da Cultura material não pode ser uma História feita a partir de fontes materiais, mediante a utilização apenas de documentos físicos. O risco do empobrecimento e deformação fica patente. Não pode ser a história de artefatos ou de contextos materiais – sua produção, circulação, usos, etc. **Para ser História, precisa ser História da sociedade**, como as sociedades, seu funcionamento e suas transformações constituem problemas de maior complexidade, é que se torna necessário estabelecer certos enfoques para dar conta de aspectos relevantes, articulados ao todo social. A cultura material (entendida, pois, como aquele segmento do universo empírico social e culturalmente apropriado) pode ser uma dessas plataformas de observação. Mas, para que a observação seja eficaz, é indispensável usar-se **todo e qualquer tipo de fonte** (fontes materiais, escritas, orais, hábitos corporais, etc.) – ainda que os materiais possam predominar. É, contudo, a **dimensão material** da produção/reprodução social (a que acima aludimos) que está sendo estudada (Meneses, 2003, p. 26, grifos do autor).

Das “leis silenciosas que organizam o espaço [aqui] produzido como texto” (Certeau, 2015, p. 47), cito minha participação no curso oferecido pela Linha de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), intitulado “Temas, objetos e fontes em História da Educação”, ofertado no primeiro semestre de 2016 ao público externo e interno da UFPR. Como se pode observar no próprio título do evento, este curso tinha como objetivo apresentar temas e fontes da área da História da Educação. Foi por meio desta experiência que nasceu meu interesse e envolvimento com a temática da cultura material escolar.

Depois da participação no curso de extensão, lá por meandros de junho, recebi um e-mail aberto à comunidade de alunos do curso de Pedagogia da UFPR sobre um edital de processo seletivo para Iniciação Científica em História da Infância e Cultura Material Escolar. Como o tema me interessava e eu já estava familiarizada, devido ao curso de extensão, me candidatei à vaga, traçando ali, sem saber, uma trajetória profissional e acadêmica¹.

Enquanto bolsista de Iniciação Científica, sob a tutoria da Profa. Dra. Gizele de Souza, tive os primeiros contatos com a documentação empírica, sendo iniciada na pesquisa em acervos do Arquivo Público do Paraná, no Círculo de Estudos Bandeirantes e na Casa da Memória de Curitiba. No decorrer da Iniciação Científica também participei de vários projetos

¹ Adentrei o curso de Pedagogia já sendo licenciada em História, por isso, no segundo ano de Pedagogia, concomitantemente à graduação, cursei a pós-graduação stricto sensu.

de pesquisas integrados ao rol de atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa em Infância e Educação Infantil (NEPIE), coordenado pela mesma professora.

Dentre outras “leis silenciosas” que compõem minha trajetória até aqui, cito a participação no projeto de pesquisa em “História da Infância e Cultura Material Escolar: escolarização, assistência e provimento material” (2019) e o projeto “Grupos de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escolar” (2021-2022)². Também tive a oportunidade de cursar no primeiro e segundo semestre de 2020 duas disciplinas no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), do Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras da Universidade de São Paulo, sob regência da Profa. Dra. Diana G. Vidal, intituladas, respectivamente: “História Transnacional da Escola: Circulação de Sujeitos, Saberes e Artefatos (séculos XIX-XX)” e “Artes de Produzir Sentidos para o Passado: acervos e fontes em História da Educação”. Além disso, cursei, na qualidade de aluna especial, a disciplina: Tópicos especiais: Estudos Teóricos em História da Educação: Michel de Certeau, ofertada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ministrada pela Profa. Dra. Diana G. Vidal. Participei ainda de outras ações formativas, vinculadas aos projetos de pesquisas aqui supracitados, que contaram com cursos e seminários com o Prof. Dr. Augustín Escolano Benito (CEINCE/Espanha) e com a Profa. Dra. Inés Dussel (México), este último intitulado: “Historia de la Cultura Material y Visual”. Além desses espaços formativos, me foi oportunizado realizar uma experiência de internacionalização na Universidade de Macerata/Itália no Departamento de Educação, Bens Culturais e Turismo sobre a supervisão do professor Doutor Juri Meda. Este conjunto de cursos, seminários e projetos foram importantes para o amadurecimento e a ampliação dos aportes teóricos, bem como para o desenvolvimento e aprofundamento do objeto que constitui a tese de doutoramento.

Durante a escrita da minha dissertação tomei a mobília como porta de entrada para conhecer os processos de aquisição dos móveis escolares para a instrução pública primária na virada do século XIX para o século XX. Pude perceber que a escola pública no período era suprida por arranjos múltiplos envolvendo a participação de professores, da comunidade envolta à escola e oficinas de marcenaria com mão de obra especializada. No entanto, o recorte da análise acabou se dirigindo para uma das faces do provimento material da instrução primária: os móveis confeccionados por imigrantes empreendedores que, além de possuírem a tecnologia e a mão de obra qualificada para suprir a demanda das escolas, foram premiados em exposições estaduais e nacionais, garantindo um selo qualificador para seus produtos e tornando seu

² Ambos coordenados pela Profa. Dra. Gizele de Souza.

empreendimento comercial uma referência recomendável.

No estudo que aqui se apresenta, o universo das coisas continua a ser o fio condutor para a análise histórica do âmbito escolar, mas, ao invés de me dedicar novamente a uma das faces do provimento mobiliário – os imigrantes empreendedores – procuro identificar e evidenciar as movimentações e interações de outros arranjos que compuseram de forma simultânea o suprimento material da escola. Neste sentido, **a identificação das movimentações e interações existentes no processo de aquisição mobiliária se configura no objetivo geral desta tese**. Já como objetivos específicos, procuro investigar e entender como o Estado se relaciona e age para comparecer no seu ofício de prover a escola; mas, também, em contrapartida, observo a própria mobilização dos fornecedores ao perceberem a escola como um nicho de promoção aberto à produção industrial; além disso, procuro identificar os espaços que serviram de circulação e, também, de divulgação para o consumo e a apropriação de uma determinada confecção mobiliária.

Para isso, a ação desencadeadora que inaugura o recorte desta pesquisa de doutorado pertence à exposição feita pelo diretor geral da instrução pública – Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira – em relatório apresentado ao Dr. Bento José Lamenha Lins – secretário do interior, justiça e instrução pública – em 1906, cujo documento trouxe considerações sobre o “grau de desenvolvimento, necessidades e condições de funcionamento³” (Cerqueira, 1906, p. 4) das escolas públicas paranaenses. O episódio que me chamou a atenção, comentado pelo diretor, refere-se ao início de sua gestão, momento em que recebeu, não só de inspetores, mas também de professores, frequentes pedidos de mobília escolar.

Para poder tratar do assunto, Cerqueira recorre à Secretaria da Instrução através da relação dos móveis existentes nas escolas e quais destes pertenciam ao Estado. Neste momento descobre que a secretaria não possuía registro de nenhum material. Então, o diretor geral, cria um livro tombo para esta finalidade, expedindo “circulares a todos os inspetores, pedindo a relação, não só da mobília existente em todas as escolas a seus cargos, como da que porventura fosse necessária” (Cerqueira, 1906, p. 6). Ao acionar um levantamento sistematizado, o diretor geral da instrução pública consegue traçar um panorama sobre a situação mobiliária de cada escola do Estado do Paraná, verificando que muitas destas serviam-se “de móveis municipais ou particulares, por empréstimo, e finalmente as que os possuem do estado, ou são insuficientes, ou geralmente imprestáveis” (Cerqueira, 1906, p. 6). Deste modo, a escrituração realizada a partir da coleta de dados a respeito da condição material, por meio da circular

³ Neste estudo de cunho histórico as grafias das fontes serão mantidas conforme os originais.

respondida por professores e inspetores, pode ser interpretada como uma ação deflagradora que movimentou elementos para prover a instrução pública do mobiliário necessário.

É necessário destacar que a afirmação de Cerqueira sobre não existir nenhum registro sobre móveis escolares na secretária da instrução, não representa um desconhecimento por parte das autoridades sobre os móveis existentes nas escolas, mas sim a construção de uma retórica republicana que desqualifica a gestão imperial, já que ao adentrar nos fundos correspondentes à instrução pública e acessar uma documentação do período, foi possível encontrar pedidos de mobília - relação de inventários realizados pelos professores - e livros sobre a distribuição do mobiliário pelos inspetores de ensino. O que de fato se destaca como uma iniciativa da gestão de Cerqueira, é a elaboração e criação de um livro tombo que distingue e contabiliza a mobília pertencente ao Estado, os móveis providos por terceiros e a mobília necessária para o Estado prover adequadamente. Este documento, nomeado pelo diretor como “livro tombo”, é um quadro demonstrativo do mobiliário escolar existente e do que se torna necessário, composto por mais de 200 itens e com 30 páginas. Os documentos anteriores referentes à distribuição e solicitação do mobiliário escolar não apresentam a mesma organização no que se refere à quantidade do material registrado.

Como recorte que encerra e delimita esta pesquisa, identifico o momento em que o Estado passa a ter uma capacidade maior de suprimento com a participação de indústrias de fundição no fornecimento de móveis escolares; entre elas, a “Fábrica Iguaçu – Fábrica de ferragens e machinas de fundição” e a “Companhia Industrial Marumby” que, em 1928, em recibo fiscal, descreve que forneceu à instrução pública do Paraná “carteiras escolares, ferragens completas, de ferro fundido: modelo simples” (Industrial Marumby, AP 2274, 1928, não paginado). Acredito que a feitura, em ferro, e mesmo o emprego de outras tecnologias, no modelo de algumas carteiras escolares, demandou a vinculação a um mercado industrial mais complexo, o que oportunizou a associação destas empresas ao suprimento mobiliário da escola.

Dentre os debates que emolduravam a instrução pública paranaense, no recorte temporal escolhido, estavam: a promoção da educação obrigatória; a preparação de mestres com domínios de novos métodos de ensino e novas concepções materiais, entre elas, os edifícios e mobiliário escolar. Este conjunto traduz os valores que o regime republicano havia posto como expectativa na institucionalização da escola primária. Neste contexto, os Grupos Escolares, implantados no período, adentraram o imaginário social como símbolos da modernidade e da inovação educacional (Souza, 1998).

A retórica que identifiquei em relatórios governamentais (Xavier, 1902; Paraná, 1906; Cerqueira, 1907; Reis, 1909), no contexto republicano paranaense, assume a remodelação,

reorganização e reaparelhamento do ensino como estratégia de melhoramento. Segundo Gizele de Souza (2004, p. 15-16), o regime republicano buscava representar “uma causa cívica de redenção nacional, de regeneração das populações brasileiras”. Para desempenhar esta missão “os reformadores paranaenses afirmavam que o ensino público deveria estar organizado sobre outras bases, em ‘novos moldes’”. No entanto, já é consenso na historiografia educacional brasileira que o sucesso dos grupos escolares noticiava muito mais uma estratégia de “se dar a ver” do que necessariamente um processo de democratização da escola (Souza, 1998; Bencostta, 2001; Souza, 2004).

O processo de institucionalização da escola pública integrou no seu horizonte um projeto modernizador e civilizador que estava inscrito no momento de afirmação dos Estados-nação (Meyer, 2000). Por essa razão, “a educação escolar ganha densidade e força sendo considerada um bem para o povo e uma garantia da estabilidade para a ordem social, o que justifica a necessidade do ensino obrigatório” (Gaspar da Silva; Valle, 2013, p. 304). Neste sentido, ainda no período imperial, com a promoção do ensino obrigatório, o Estado já buscava **negócios combinados**⁴ para prover sua escola. Conforme explicam Gizele de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva (2019), o projeto da escola pública primária se constituiu junto de um aparato material articulado pelo Estado. Desta maneira, as autoras evidenciam que o processo de institucionalização da escola não aconteceu de forma linear e homogênea, pelo contrário, as províncias e, logo após, os Estados, organizaram a instância escolar com certa autonomia, trazendo uma composição diversa na sua instalação (Garcia, 2020).

Seria um equívoco reduzir as articulações estabelecidas sobre o provimento mobiliário às ideias e ações do território paranaense. À primeira vista, o título desta tese – “Idealização, fabricação e circulação dos móveis escolares: uma investigação sobre a(s) cultura(s) do provimento escolar (1906-1924)” – expressa as movimentações e interações existentes no ato de prover a materialidade da escola que vão se constituindo por meio de arranjos misturados que proveem tanto de experiências locais como de intercontinentais. Explorar as conexões históricas⁵ na percepção de Serge Gruzinski (2001) é contornar as visões de mundo que tomam alguns espaços como polos difusores e outros como meros receptores. Quando se assume a

⁴ As autoras defendem a premissa de que a escola pública primária foi abastecida materialmente por meio de negócios combinados, que são “propostas paralelas de fornecimento às escolas, como no de acionar agentes, sujeitos e instituições distintas nesta trama político-comercial-pedagógica. Nesta esteira, vimos que o fornecimento de mobília escolar, por exemplo, pode ser efetivado em negócios combinados envolvendo carpinteiros, professores, penitenciárias, comerciantes e fábricas” (Souza; Silva, 2019, p. 46).

⁵ O conceito de “histórias conectadas” foi cunhado pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam. Segundo este autor, existem diversas esferas de circulação que transcendem as fronteiras regionais, nacionais, ou mesmo continentais, permitindo compreender as conexões existentes em diferentes culturas (SUBRAHMANYAM, 2014).

perspectiva da troca e das movimentações, a lente se volta para as sínteses produzidas no contato. Desta forma, Gruzinski (2001, p. 177) compreende que estar atento entre uma cultura e outra é “fazer aparecer as continuidades, as conexões ou as simples passagens muitas vezes minimizadas (quando não são excluídas da análise)”. Nesse sentido, ancorada neste autor, compreendo que o processo de provimento material da escola primária paranaense possui múltiplos pontos de contato e entroncamentos que contribuem para o processo de escrita e compreensão do funcionamento da escola nesta fatia de vida isolada no campo factual da História (Veyne, 1998).

Nessa perspectiva, o estudo do livro de Clifford Geertz (1989), intitulado “A interpretação das Culturas”, se faz necessário para a compreensão das “teias de significados” que envolvem o processo de idealização, fabricação e comercialização dos móveis escolares. Com este aporte teórico, interpreto a carteira escolar como um produto cultural que, por meio da análise dos significados a ela subjacentes, posso exumar as conexões existente na composição de sua biografia. Propor uma análise interpretativa da(s) cultura(s) do provimento material escolar significa estar atento ao papel dessas interações para os sujeitos envolvidos, além de poder expressar as dimensões contidas no ato de prover na história da organização da escola pública primária.

“O que fabrica o historiador quando faz história? Para quem trabalha? O que produz?” Estas são questões que nascem do olhar de Michel de Certeau (2015) para a operação estabelecida entre a sociedade presente e a vida passada por meio de mediações técnicas. Mais especificamente, lança interrogações sobre as unidades que dão sentido à construção da narrativa histórica, compreendendo “o gesto que liga as ideias aos lugares” como um gesto preciso de historiador. Assim, encarar a história como uma operação

[...] será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.) *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada enquanto “atividade humana, “enquanto prática” (Certeau, 2015, p. 46, grifos do autor).

Além de partir de um **sistema de referência** atrelado a minha **trajetória particular** enquanto pesquisadora, é preciso localizar o **lugar de recrutamento** teórico que orienta a escrita deste estudo, uma **topografia de interesses** (Certeau, 2015) que parte dos pressupostos metodológicos da Nova História Cultural.

Ao estudar a “arqueologia” da História Cultural, Sandra Jatahy Pesavento (2014), pontua que esta abordagem é fruto de um longo caminhar que colocou em xeque os paradigmas explicativos da realidade, assim, conceitos que eram tidos como dominantes na História foram

tensionados e revistos.

A tradição historiográfica do século XIX, por exemplo, foi marcada por conceitos epistemológicos que tiveram como pressupostos o controle rígido da escrita. Buscar “aquilo que realmente aconteceu” era uma das premissas do método científico de Leopoldi Von Hanke. É fato que este historiador contribuiu para o ofício da história quando empreendeu fontes primárias na construção do conhecimento, no entanto, esta abordagem acreditava que os documentos escolhidos deveriam ser marcados pela objetividade, neutralidade e fidedignidade, exigências atinentes, no período, às fontes oficiais. Todavia, o “preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. O período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como ‘pré-história’” (Burke, 1991, p. 14). O próprio desencadear da história profissional, enquanto disciplina acadêmica, procurou atingir uma imparcialidade e objetividade em sua produção historiográfica, priorizando fontes provenientes de registros oficiais, isto é, de caráter estatal e que estivessem armazenadas em arquivos (Prost, 2017).

Mas assumir uma “Nova História Cultural”, nos termos de Lynn Hunt (1995), é pensar sobre os modos que a História vem trabalhando o conceito de cultura. Para Pesavento (2014), surge uma “Nova História Cultural” em oposição a uma antiga, a uma tradicional “História Cultural”. A História Cultural de viés tradicional estava preocupada com concepções marxistas que

[...] entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, está ingenuamente concebida como reduto do autêntico (Pesavento, 2014, p. 14).

Nessa perspectiva, nas primeiras décadas do século XX, os fundadores da revista *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre, trouxeram significativas contribuições para as derivações da historiografia. Segundo Thais Nivia de Lima e Fonseca (2008, p. 49), a “recusa de Bloch e Febvre à história *événementielle*, essencialmente política e épica, levou-os na direção da história social, com a atenção voltada para as diferentes dimensões da vida dos homens no tempo”. Deste modo, muitas das mudanças no modo de ler a cultura estiveram relacionadas com preocupações que avançaram para o viés social. O próprio marxismo e o grupo dos *Annales* sofreriam mudanças com as novas correntes que fomentavam o interesse dos historiadores pela história social nas décadas de 1950 e 1960. No período, em relação ao Marxismo, Lynn Hunt (1995, p. 2), destaca que “um grupo de jovens historiadores marxistas começou a publicar livros e artigos sobre “a história vinda de baixo”, dentre os quais, a autora cita, os trabalhos de “George Rudé, sobre as classes populares parisienses, de Albert Soboul,

sobre os sans culotes parisienses, e os de Edward P. Thompson, sobre a classe operária inglesa”. Com isso, “os historiadores das décadas de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres” (Hunt, 1995, p. 2).

Embora, na década de 1930, os Annales tenham ampliado o repertório de fontes e construído uma abordagem mais interdisciplinar na produção do conhecimento histórico, foi com a sua terceira geração, conduzida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, no final dos anos 1970, que a história passou a se interessar “por toda atividade humana”, quanto mais variada esta atividade, maior se tornava a variação de evidências para a análise da história (Burke, 1991). A coleção de ensaios organizada por Le Goff e Nora, distribuída em três volumes sobre “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos” se tornou expressão do que conhecemos hoje como a “Nova História”. Mas por que é interessante construir este percurso “arqueológico” – nos termos de Pesavento (2014) – sobre a escrita da história nesta pesquisa de doutorado? Minha intenção é demonstrar que meu objeto de estudo, a materialidade da escola, só é possível enquanto tema devido a todo um movimento de crítica documental que permitiu o alargamento na compreensão das fontes históricas. Por esta razão, e de acordo com Fonseca (2008), a Nova História Cultural pode ser vista como herdeira da Nova História justamente por conceber novos objetos como tratáveis, metodologicamente, pela ciência histórica.

Assumida a abordagem para traçar a construção do saber, me resta esclarecer como será realizado o percurso. Desta maneira, cabe dizer que a categoria central que orienta a operação do historiador da cultura é justamente a da representação.

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Torna-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura de códigos de um outro tempo, que podem se mostrar por vezes, incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado interpõe. Este seria, contudo, o grande desafio para a História cultural, que implica chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente. A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não visto, o não vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele (Pesavento, 2014, p. 42).

Um dos teóricos que me auxilia na abordagem com a História Cultural e com a operação do conceito de representação é o historiador Roger Chartier. Segundo este, a história cultural teria como principal objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1988,

p. 16-17). Nesta perspectiva, orienta o historiador que na apreensão do mundo social cabe buscar entender as classificações, divisões e delimitações que organizam a percepção sobre o real, ou seja, entender como o sujeito histórico descreve a sociedade a qual pertence ou, em outras palavras, como gostaria que esta fosse.

É consenso na historiografia contemporânea que o historiador não alcança o real, a própria construção do conhecimento histórico é realizada de forma indireta, mediada por fontes, imagens, discursos, que, intercalados, permitem desenhar uma impressão sobre o passado, isto é, uma representação (Bloch, 2001; Ragazzini, 2001; Certeau, 2015). Assim, a ação de leitura e a interpretação se relacionam, tanto na própria escrita da história, como na operação com as fontes, o que me leva a outro conceito mobilizado por Roger Chartier (1988), assim como por Michel de Certeau (2014; 2015), que está atrelado às experiências dos sujeitos no ambiente em que atuam. Ao operar deste modo, o Chartier direciona o olhar para as apropriações realizadas pelos sujeitos no ato de ler o mundo social e como esta leitura/interpretação é ressignificada. Com isso,

[...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas (Chartier, 1988, p. 17).

Conhecer as operações dos usuários é uma questão proposta por Michel de Certeau (2014) em a “Invenção do Cotidiano”. Nesta obra, o autor busca identificar os pontos de referências pelos quais se desenrola uma ação, as tomadas de atitudes dos usuários a partir do cenário que dispõem em mãos. Mas como tornar tratável o tema? Ou, em outras palavras, como estudar as operações dos usuários? Uma das dificuldades anunciadas por Certeau é que nem sempre as práticas dos usuários são visíveis, diante disso, a meta seria alcançada se as práticas ou “maneiras de fazer” cotidianas “cessassem de aparecer como o fundo noturno da atividade social, e se um conjunto de questões teóricas e métodos, de categorias e de pontos de vistas, perpassando esta noite, permitisse articulá-la” (Certeau, 2014, p. 37).

Ainda que as práticas sejam difíceis de serem capturadas, Michel de Certeau (2014) orienta seu leitor a estar atento nas produções de uma “antidisciplina”, deste modo, nesta pesquisa podemos problematizar o espaço escolar: quais são os “esquemas de ação” fabricados pelos professores no uso da lei? Eles a seguem à risca? A tensionam? Que elementos podem ser identificados no consumo da legislação escolar pelos professores? O próprio título do livro – “Artes de fazer” – sugere ações criativas realizadas no cotidiano frente uma ordem já pré-determinada. Por esta razão, é preciso entender a produção dos consumidores e se interrogar

sobre as suas práticas cotidianas.

No bojo dessas questões, interpreto tanto o conceito de consumo, trazido por Certeau, como o conceito de apropriação, trazido por Chartier, como similares, uma vez que ambos buscam identificar as fabricações feitas pelos sujeitos sobre aquilo que recebem, interpretam, consomem no mundo social.

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que produzem. Conceder deste modo às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer [...] que as inteligências não são desencarnadas (Chartier, 1988, p. 27).

Para conseguir identificar as fabricações dos sujeitos a partir daquilo que consomem, da sua leitura de mundo, Michel de Certeau (2014) parte de uma lógica **polemológica** no sentido de capturar as ações que o “fraco” realiza no embate com o “forte”. Deste modo, elenca dois modos de proceder na criatividade cotidiana: um primeiro, que parte de um lugar de poder assumido por ações estratégicas e, um segundo, que parte de um lugar de **bricolagens** que se refere às ações táticas.

A ação estratégica envolve um lugar de poder, ocupado seja por uma instituição ou um sujeito que transita nesse espaço, diante disso, Certeau (2014, p. 93) define estratégia como:

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças.

De acordo com Certeau (2014), os usos estratégicos articulam a combinação de três lugares: um **lugar próprio**, que significa um lugar de poder, que dá vantagens ao indivíduo no tempo justamente pelo lugar que ocupa; um **lugar panóptico**, que significa ocupar um lugar de controle: a posição que o sujeito ocupa permite que tenha uma visão prospectiva, na qual é possível prever e antecipar as ações no tempo; por fim, a última combinação se refere ao **poder do saber**, justamente por possuir um lugar próprio, ele tem a vantagem de elaborar **lugares teóricos**: os sistemas e discursos totalizantes capazes de distribuírem as forças.

Já por táticas, Certeau (2014, p. 94-95, *grifos meus*) define,

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] a tática não tem por lugar senão o do outro. **E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha.** Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo. [...] **Ela opera golpe por golpe, lance por lance.** Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a prioridade e prever saídas. [...] É astúcia. [...] Em suma, a tática é a arte do fraco.

Nesse sentido, as táticas envolvem ações de bricolagem que significam um saber agir conforme as circunstâncias por meio de uma cultura empírico-prática. Pela combinação de elementos heterogêneos, o sujeito fabrica ações que possam lhe trazer vantagens a partir do lugar do outro. As táticas “apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresentam e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (Certeau, 2014. p. 96).

Penso que esses conceitos são potentes justamente para pensar os conflitos e os interesses imbricados no processo de suprimento mobiliário da escola. Diante do exposto a **questão problema** elaborada para essa investigação é: **Afinal, de quais estratégias se serviu o Estado para cumprir com o dever de prover a escola materialmente?** Essa questão desdobrou-se em subquestões, a saber: Com quais agentes o Estado negociou para providenciar os móveis escolares? Quais foram as carteiras “consumidas”? Existia uma exigência pré-estabelecida? Quais os embates políticos e filosóficos existentes na produção mobiliária?

A tese é de que a aquisição da carteira escolar, no contexto paranaense, se deu por meio de **experiências conjugadas** envolvendo fabricações que partilharam do feitiço artesanal, da ação de artífices empreendedores e de produções mais complexas que culminaram na produção industrial. Revelando que o gesto provedor envolve ritos e práticas que vão para além da ação do estado, articulando outros sujeitos em seu processo de idealização, fabricação e consumo. **Três hipóteses sustentam a tese e amparam o desenvolvimento da investigação:** A **primeira** é que o provimento material escolar seria composto por práticas e ritos que revelam ações estratégicas para além da atuação institucional do Estado. O projeto de institucionalização e instalação da escola pública envolveu bricolagens agenciadas por outros sujeitos, como: professores, carpinteiros, penitenciárias, empreendedores, e a própria comunidade local. A **segunda** hipótese é que conforme a escola foi se expandindo e complexando, a sua gestão e composição material também se complexou, exigindo nesse processo experiências conjugadas na produção e no abastecimento dos móveis escolares que não se reduzem a ação das grandes indústrias. E, por fim, a **terceira** hipótese que rondou a pesquisa é que o abastecimento material escolar não aconteceu de forma homogênea e padronizada, mas por representações em disputas marcadas por desigualdades materiais.

Estas são questões que me permitem adentrar ao que chamou Dominique Julia (2001) de “Caixa Preta” da escola, a qual “não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém” ou sem o conjunto de “culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular” (Julia, 2001, p. 10). Por isso, este trabalho também se insere numa abordagem que investiga a cultura da escola, a qual

pode ser entendida como:

Um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (Julia, 2001, p. 11).

Como neste estudo procuro analisar os modos com que o Estado se organiza para suprir sua escola materialmente e o impacto, tanto interno quanto externo, dos acordos e agências mobilizadas para este provimento, não poderia deixar de adentrar aos estudos que remetem à cultura material escolar, uma vez que a materialidade vincula saberes, práticas, concepções pedagógicas e dimensões simbólicas significativas para a composição da própria cultura escolar (Souza, 2007). Por isso, na esteira dos estudos em cultura escolar e com a renovação das matrizes explicativas da história, provocada pela Nova História Cultural, a expressão Cultura Material Escolar passou a ser utilizada na área da História da Educação

[...] pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação. Ao recortar o universo da cultura material especificando um domínio próprio, isto é, o dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social (Souza, 2007, p. 170).

Conforme Rosa Fátima de Souza (2007), os questionamentos entorno da materialidade das práticas levou os historiadores da educação a conduzirem suas pesquisas a partir de dois recortes temáticos principais: aqueles vinculados à história das instituições educativas e os ligados à história da leitura e da escrita. O primeiro, com a ênfase voltada para a cultura escolar, concentrou os esforços de análise sob os aspectos internos da escola, como: “o espaço e arquitetura, o currículo e as práticas escolares tornando visível a constituição material das escolas” (Souza, 2007, p. 171). Segundo a autora, a atenção dada ao aspecto material da escola se configurou, sobretudo, com as pesquisas que tinham como interesse os grupos escolares, embora existam estudos que também investigaram a cultura material escolar do ensino secundário, das escolas normais e da própria instalação da escola primária ao longo do século XIX. No que se refere à história da leitura e da escrita, a contribuição surge a partir dos estudos que versam sobre os “manuais didáticos, livros de leitura e de literatura infanto-juvenil, cartilhas, programas de ensino, cadernos, bibliotecas, periódicos educacionais, panfletos,

almanaques, anuários”, entres outros impressos, que serviram de “suportes materiais da escrita e da leitura e de difusão e circulação de ideias” (Souza, 2007, p. 172).

Além desses, Juri Meda (2015) identifica dois outros possíveis enfoques dos historiadores da educação ao estudarem a cultura material escolar. O primeiro, de tradição espanhola⁶, reporta às práticas educativas realizadas em sala de aula e investiga a atenção no uso didático e cotidiano dos artefatos escolares, muitas das vezes criados a partir de uma cultura empírica docente. Para se referir a essa abordagem, a literatura espanhola utiliza o termo etno-história da educação. O segundo enfoque investiga os objetos da escola como produtos advindos da crescente demanda educativa, sendo assim, interpretados como objetos da escola, mas, sobretudo, como “produto industrial e um objeto de consumo, cuja natureza pedagógica passa quase ao segundo plano” (Meda, 2015, p. 10). Na Itália, para se referir a esta matriz interpretativa os estudiosos utilizam o termo história material da escola.

Martin Lawn e Ian Grosvenor (2001) procuram compreender a materialidade da escola por meio das relações de recepção e produção atinentes ao espaço escolar. A primeira refere-se à escola como um espaço de consumo de tecnologias sofisticadas, já a segunda, ao invés da condição de consumidores, explora os professores como produtores de recursos e ferramentas para seu ofício cotidiano, criando, assim, uma cultura do trabalho.

Essa cultura de trabalho, na qual os materiais eram usados para criar as ferramentas para a tarefa, não estava em conflito com a compra de equipamentos e tecnologia educacional moderna, mas era um reflexo de outra cultura. Esta sobreviveu sem poder de compra significativo, encontrou soluções que não envolviam despesas e conservou e reaproveitou todo o material encontrado. Era uma economia de trocas, uma abordagem “implícita e emprestada” e, acima de tudo, simbolizava uma cultura, denotada em algumas regiões pela expressão “fazer e consertar/emendar” (Lawn, Grosvenor, 2001, p. 124).

A cultura empírico-prática também é uma das categorias estudadas por Agustín Benito Escolano (2000) na análise realizada sobre as produções materiais feitas pelos professores no exercício de sua profissão. Esta abordagem se concentra na memória corporativa que os professores vão construindo, ao longo do tempo, e que acaba configurando sua identidade profissional.

⁶ Segundo Juri Meda (2015, p. 10, grifo no original), “o termo entra no léxico historiográfico comum, sobretudo, após o XII Colóquio Nacional de História da Educação, ocorrido em Burgos, entre 18 e 21 de junho de 2003, dedicado totalmente à etno-história da escola (conforme *Etnohistoria de la escuela. Burgos, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Burgos – Sociedad Española de Historia de la Educación, 2003*)”.

A cultura material da escola é uma espécie de registro objetivo da cultura empírica das instituições educacionais, diferente das acadêmicas e políticas. Ela pode ser valorizada como expoente visível, e depois de ler o efeito interpretado dos signos e significados exibidos pelos chamados “objetos-pegadas”, bem como as representações que os replicam ou acompanham, fontes intuitivas e gerenciáveis nas quais a tradição pedagógica se materializou (Escolano Benito, 2010, p. 14, tradução minha).⁷

Além dessas abordagens analíticas sobre a cultura material da escola, Diana G. Vidal (2017, p. 253) evidencia que um conjunto de problematizações acerca da extensão e “da agência humana para os objetos levaram a uma ampliação da ideia de cultura material”. Como exemplo, cito os estudos desenvolvidos por Inés Dussel nos últimos anos (2019; 2020). Segundo esta autora, o processo educativo acontece tanto pelo contato entre os humanos quanto pela interação com os objetos, a partir disso, propõe retirar a condição passiva dos objetos na interação social. Para Dussel, uma abordagem da cultura material ampliada inclui pensar os objetos como “participantes plenos da rede social, como ‘actantes’ ou ‘agentes’, como Latour (2005) os chama” (Dussel, 2019, p. 38, tradução minha). Ou seja, estes artefatos não são somente a projeção das nossas ações, mas também nos afetam de algum modo, sendo nas maneiras de agir ou de sentir.

Em outras palavras, a virada material não busca animar o inanimado (não é que os objetos repentinamente “ganhem vida”), mas sim dar aos objetos uma espessura e uma capacidade não intencionais, mas influente de ação no curso da história humana. Somos o que somos por meio da interação com os objetos, assim como eles são o que são por meio dessas interações (Dussel, 2019, p. 38, tradução minha).

Por entender que no processo de suprimento mobiliário do ensino elementar estiveram imbricadas múltiplas faces – desde a ação inventiva do professor, ações híbridas, artesanais e industriais, isto é, fabricações de carteiras escolares movidas por carpinteiros de uma comunidade local, por penitenciárias, pela mão de obra especializada de oficinas e de produções mais complexas representadas pelas indústrias –, esta investigação de doutorado se concentra na **história do provimento material escolar**. Acredito que por meio da compreensão da **cultura do provimento** terei acesso também às apropriações realizadas pelos fornecedores que adentraram o nicho escolar, o que pode me trazer indícios sobre o impacto da materialidade no circuito em que essa materialidade foi produzida, mas, ainda, do cenário em que ela circulou e que foi “consumida”.

⁷ No original: La cultura material de la escuela es una especie de registro objetivo de la cultura empírica de las instituciones educativas, distinta de la académica y de la política. Élla puede ser valorada como es el exponente visible, y tras su lectura el efecto interpretado, de los signos y de los significados que exhiben los llamados objetos-huella, así como también las representaciones que los replican o acompañan, fuentes intuitivas y manejables en las que ha quedado materializada la tradición pedagógica.

Dos estudos que abordam a temática sobre o mobiliário escolar em cenário internacional, cito a dissertação de mestrado em Ciências da Educação, realizada em Lisboa, no ano de 2004, defendida por Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá Machado, intitulada: “Maneiras de sentar: contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835-1970)”, e a dissertação de mestrado em História Contemporânea, desenvolvida também em Portugal, na cidade do Porto, em 2004, por Joaquim Manuel Fernandes de Carvalho, intitulada: “A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira: o caso da fábrica Albino de Matos, Pereiras e Barros, LDA”. Em um período em que o conhecimento médico ganha destaque e autoridade para intervir no espaço escolar de modo a prevenir patologias, tanto associadas ao corpo como à formação moral, Machado (2004, p. 7) aponta, em “Maneiras de sentar”, as relações existentes entre “corpo, saúde, bem-estar individual e utilidade coletiva” no processo de escolarização do ensino primário. Deste modo, o olhar da autora se direciona para as determinações higiênicas e discursos institucionais que regularam tanto o espaço escolar (o edifício), como o corpo individual e coletivo dos sujeitos na escola, estabelecendo maior atenção na função das carteiras escolares neste processo. Em contrapartida, movida pela curiosidade de perceber a razão pela qual Paços Ferreira se tornou a capital do móvel, Carvalho (2004) analisa o caso da fábrica de mobiliário escolar instalada pelo professor Albino de Matos que, numa cidade de produção majoritariamente rural, inaugura o fabrico industrial contribuindo com a formação de mão de obra especializada moveleira.

No que remete aos estudos brasileiros sobre o mobiliário escolar, cito a dissertação de Raquel Xavier de Souza Castro, intitulada: “Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da Escola Primária Catarinense (1836-1914)”, defendida em 2009; a tese escrita por Wiara Rosa Rios Alcântara, sob o título: “Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914)”, defendida em 2014; a tese de Marlucy do Socorro Aragão de Sousa, intitulada: “O mobiliário escolar na Instrução Pública Primária do Pará na Primeira República: entre as ‘vitrines do progresso’ e o ‘estado de ruínas’”, aprovada em 2019; e a tese de Gustavo Rugoni de Souza, defendida no mesmo ano: “A (re)invenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)”.

A trajetória das carteiras escolares no estado de Santa Catarina, através de seus usos no ensino individual, mútuo e simultâneo, além do disciplinamento e da higienização dos corpos, foi o objeto de estudo proposto por Raquel Castro (2009) em sua dissertação. Castro aponta que o estudo do percurso da carteira escolar é potente para entender que os artefatos não estão dispostos ao acaso no ambiente escolar, pelo contrário, os sentidos que carregam revelam

modos de se comportar e maneiras de ensinar. Em um período que se ensinava primordialmente a leitura, não se via a necessidade de apoio, o banco era suficiente no emprego de atividades que não exerciam a escrita. Com a frontalização do ensino, isto é, com o ensino simultâneo, nova configuração foi dada à sala de aula; o exercício paralelo da escrita e da leitura exigiu um novo arranjo e a introdução de novos artefatos, como a carteira escolar.

Compreender os aspectos econômicos, higiênicos e administrativos do sistema de ensino paulista na virada do século XIX para o XX foi o objetivo proposto por Wiara Alcântara (2014) ao seguir a carteira escolar como fio condutor de sua investigação. Segundo a autora, esses aspectos ajudam a entender o funcionamento das instituições públicas de ensino, principalmente no que corresponde às dificuldades do Estado em suprir a escola materialmente com a implementação do ensino obrigatório. Para Alcântara, as demandas emergentes no período fizeram da escola um mercado consumidor atraente à indústria e do Estado um comprador em potencial.

A partir do projeto educacional republicano, que buscou embelezar, modernizar e reformar os espaços citadinos, dentre eles a escola, Marlucy do Socorro Aragão de Sousa (2019, p. 23) procurou investigar a materialidade da instrução pública primária no estado do Pará. Com isso, seu objetivo versou sobre as representações e práticas culturais “constituídas no processo de circulação e aquisição do mobiliário escolar na escola primária do Pará e suas influências nos dispositivos legais”, em particular, o “desenho material da escola concebido para organização do cotidiano da instrução primária no Pará [...], a proveniência e aquisição do mobiliário escolar [...] e o processo de fabricação e comercialização da mobília para a Instrução primária paraense” (Aragão de Sousa, 2019, p. 23). Os estudos de Aragão de Sousa acabaram evidenciando um cenário material das escolas que transcorriam entre contrapontos, isto é, escolas que davam visibilidade ao Estado, localizadas nos centros urbanos, eram consideradas como “vitrines do progresso”, já as mais distantes, concentradas no interior do Estado, correspondiam a uma materialidade em “estado de ruínas”.

Sobre a tríade dos saberes pedagógicos, higiênicos e econômicos, a pesquisa de doutorado de Gustavo Rugoni de Souza (2019, p. 15) procurou investigar discursos e argumentos que contribuíram para a fabricação de móveis específicos para as salas de aula do ensino primário dos oitocentos. Neste sentido, defende o autor que o mobiliário escolar é uma (re)invenção da modernidade educativa do século XIX, uma vez que neste período “ganha força a confluência entre os movimentos pedagógicos e higienistas, em que ocorre o crescimento de uma indústria voltada a atender às necessidades materiais da escola, assim como a elaboração de legislações que previam a obrigatoriedade escolar” (Rugoni de Souza, 2019, p. 16). Com

isso, o autor observa um fecundo debate sobre o mobiliário escolar que circulou, internacionalmente, contribuindo para que móveis escolares fossem fabricados sobre preceitos característicos da educação moderna.

Além dessas produções, cabe destacar o “Dossiê Temático: Produção e Circulação de Mobiliário Escolar”, que reúne treze artigos⁸, desde produções internacionais como de diferentes localidades do Brasil, organizado por Vera Lúcia Gaspar da Silva, Gizele de Souza e César Augusto Castro, publicado em 2020 pela “Revista Educação e Emancipação”. A intenção do dossiê foi justamente agrupar produções específicas sobre o mobiliário escolar, uma vez detectada a ausência desta iniciativa, possibilitando a reunião de análises e reflexões e o fortalecimento da área sobre o tema. Os organizadores evidenciam que o olhar direcionado sobre os móveis escolares expressam

[...] um tempo, um lugar, uma forma de ensinar, um modo de aprender e diferentes formas de produção, circulação e uso. Expressam, ainda, diversos elementos materiais para sua confecção (vidros, ferro, madeira, e muitos outros), regras e estratégias de mercado para atender diferentes consumidores e matrizes e valores pedagógicos, sociais, culturais e políticos (Gaspar da Silva; Souza; Castro, 2020, p. 15).

Nesta pesquisa de doutorado também percorro e diálogo com alguns aspectos apresentados pelos autores citados, como as questões da higiene escolar, os discursos e as normas institucionais, a entrada da indústria no suprimento da escola e a circulação e divulgação das carteiras escolares em exposições universais, nacionais e estaduais. No entanto, acredito que o contributo de minha pesquisa esteja justamente no que expus anteriormente: a atenção versada sobre as várias faces de provimento que o Estado combinou para dar conta no processo de institucionalização da escola pública. Deste modo, assumo a movimentação e as interações da carteira escolar como uma lente potente para conhecer as relações imbricadas no processo de suprimento material, sejam elas de práticas internas ao cotidiano escolar, sejam as ações exteriores que permitem observar como os sujeitos envolvidos nesta atividade se apropriaram e se manifestaram no contato com as demandas escolares.

Para alcançar os objetivos aqui propostos, um *corpus* documental já foi previamente identificado e catalogado. Os primeiros esforços que empreendi foram no acervo do Departamento do Arquivo Público Paranaense. Nele encontrei relatórios presidenciais, relatórios de inspetores e professores e livros com comunicações governamentais denominados Arquivos Públicos (APs). Além do Arquivo Público Paranaense, também consultei o acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes, que detém fontes de caráter governamental, como: livros de

⁸ Também inclui uma entrevista com o Prof. Marcus Levy Bencostta – UFPR/Brasil.

mensagens e relatórios de governantes do Estado, inspetores e professores, além da legislação educacional das primeiras décadas do século XX. Dentro do conjunto de Arquivos Institucionais cabe citar a pesquisa realizada no INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, em Brasília, do qual foi possível encontrar catálogos comerciais de móveis escolares, cartões de apresentação das fábricas e a correspondência comercial entre os fabricantes de móveis escolares e o INEP. O intercâmbio oportunizou a consulta no Arquivo Central do Estado de Roma, no qual tive acesso a alguns registros de casas comerciais que fabricavam móveis escolares. A Biblioteca Nacional de Florença na qual foi localizado anuários comerciais que detinham o registro de fabricantes de móveis em geral, mas, também a confecção de móveis escolares; revistas de comércio de madeira a qual fazia menção aos anuários e possuía publicidade de fábricas de móveis; dicionários em italiano do século XIX e boletins da instrução pública italiana. No INDIRE – Instituto Nacional de Documentação e Inovação para a Pesquisa Educativa – tive acesso às revistas pedagógicas no período de 1900 a 1920.

Ainda dentro do conjunto de consulta à acervos internacionais cabem citar as pesquisas realizadas no MUDESC – Museu da Escola Paolo e Ornella Ricca – ligado à Università degli Studi di Macerata; no MUSLI – Museu da Escola e do Livro para a Infância – localizado em Turim, e no MuSEd – Museu da Escola e da Educação “Mauro Laeng”, em Roma. Essas instituições além de exporem salas de aulas com peças do cotidiano escolar da virada do século XIX para o XX, possuem em seu acervo livros sobre a higiene escolar, catálogos comerciais de objetos escolares e peças tridimensionais correspondentes as práticas realizadas em sala de aula.

A perspectiva de interpretação analítica empregada compartilha daquilo que expressou tão bem Arlette Farge (2009, p. 23-36) no gesto da coleta de fontes históricas: “o arquivo copiado à mão é um fragmento do tempo capturado”. Assim, os arquivos aqui citados demonstram uma “brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado”, de tal modo que “não guardam pessoas, mas revelam pessoas flagradas em suas relações sociais. É tão somente por essa razão que eles são matéria-prima para o conhecimento histórico. [...] Arquivos não fornecem provas do que foi o passado. São laboratórios de possibilidades históricas” (Souza; Anjos; Barbosa, 2013, p. 633).

Para Arlette Farge (2009), o arquivo tem um sabor que passa pelo gesto do artesanato “lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação”. Este modo de manejar as fontes, para Michel de Certeau (2015), exige a combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas. Com isso, o autor explica que ao adentrar no espaço físico dos arquivos e selecionar fontes é enunciada uma

lei tácita da história, ao deslocar as fontes de seu contexto de origem para uma nova distribuição cultural, transformamos uma informação primária em “produtos standart” (informações secundárias) (Certeau, 2015, p. 67).

Paralelo a essas buscas, consultei periódicos de circulação local, assim como de outros Estados, que contemplassem os anos do recorte deste estudo e que proporcionassem notícias sobre a organização da instrução pública, da república e dos modos de provimento relacionados à mobília escolar. Os jornais foram acessados pela Hemeroteca Digital Brasileira, que dispõe de um acervo nacional e internacional variado de jornais, revistas, boletins, além de publicações seriadas.

Tania Regina de Luca (2008) salienta que no manejo com os jornais deve-se ter o cuidado de não os interpretar como meros receptáculos de informações. Dentre as recomendações metodológicas da autora, situam-se dois movimentos: o primeiro, de ordem interna, corresponde à subjetividade do texto jornalístico, isto é, quem escreve o jornal? Para quem escreve? Qual é seu público-alvo? Como o periódico se relaciona com as instituições e as formas de poder? O segundo movimento para a autora é de ordem externa: deve trazer questões sobre o contexto que se insere o jornal, as motivações políticas, econômicas, sociais e culturais para que, assim, seja possível fazer a crítica às intenções de produção. Neste mesmo sentido, Robert Darnton (1996, p. 15) instrui seus leitores que a palavra impressa não pode ser interpretada como um mero registro do que aconteceu, mas sim, como mais um ingrediente que ajuda a dar forma aos eventos que registrava.

Além dessas considerações, vale ressaltar que muitas das fontes consultadas para esta pesquisa foram selecionadas a partir de veículos digitais. Como exemplo menciono o acesso feito aos documentos do acervo virtual do Museu Maçônico do Paraná e consultas realizadas pelo *Pergamum*, tanto do Museu Paranaense, como da Casa da Memória de Curitiba. Estes recursos foram ainda mais necessários devido à crise sanitária pela qual passamos em março de 2020 a meandros de 2021 com a Covid-19 e pelas medidas de segurança estabelecidas pelo distanciamento social.

Uma das questões problematizadas por Eric Brasil e Leonardo Fernandes Nascimento (2020) sobre o uso de ferramentas digitais nas humanidades é justamente as mudanças que o meio virtual pode causar na nossa percepção, intuição e interpretação das fontes históricas. Segundo estes autores, a mudança de uma peça documental – seja uma carta, um jornal, um livro – para um meio eletrônico, não pode ser considerada trivial; ainda que o conteúdo da fonte continue o mesmo, “podemos dizer que a modificação na ‘materialidade’ da fonte histórica nos conduz, inevitavelmente, a uma nova condição em relação ao modo de lidarmos com a

informação ali contida” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 201). Por exemplo, ao invés de acessarmos diretamente um jornal com todas as suas páginas em sequência, percebendo seu tamanho, textura, cheiro, cor e todo um conjunto de “propriedades organolépticas” (Brasil; Nascimento, 2020), nos deparamos com outras formas de assimilação do documento, assim, a fonte acaba passando por uma “rematerialização” que ocupa outros espaços, como os servidores, drives, cabos, entre outros. Assim,

[...] o trabalho do historiador diante do arquivo digital, portanto, não é tão diferente do trabalho diante do arquivo físico, pois exige tanto rigor metodológico no tratamento da fonte quanto o tratamento de uma fonte não digital. Entretanto, esse cuidado muitas vezes é escamoteado ante a profusão de fontes, a agilidade da busca, a velocidade do acesso e a facilidade do armazenamento (Brasil; Nascimento, 2020, p. 203).

No caso das plataformas digitais, para além da análise de conteúdo e suas tipologias – atas, panfletos, iconografia –, cabe tensionar as escolhas realizadas no momento de criação do sistema operacional. A plataforma não pode ser concebida como um repositório que apenas acumula uma grande quantidade de documentos e informações, sem sofrer interferência de quem a maneja e das políticas internas (de gestão) e mesmo externas (governamentais). Assim, como é importante conhecer a estrutura administrativa do arquivo físico, se faz necessário contextualizar o documento digital na hora da sua coleta e, também, todos os metadados que acompanham o documento, exercendo o princípio heurístico que é tão caro aos historiadores (Lucchesi, 2014; Brasil, Nascimento, 2020).

No caso dessa pesquisa, a operação utilizada para a busca de conteúdos nos jornais virtuais partiu do método onomástico de Carlos Ginzburg bem como do Paradigma Indiciário do mesmo autor. Por meio do “fio do nome” fui elencando palavras-chaves que pudessem me ajudar tanto na busca de personagens como em informações de contexto ou, ainda, de um objeto específico. Ao elencar as palavras chaves, deve-se ter em mente que a consulta é fragmentada, a ocorrência corresponderá a palavra digitada para a plataforma realizar a busca. Por isso, modificar a grafia, escrever o nome do personagem completo, ou o nome e segundo nome, variadas formas de busca, folhear o jornal e conhecer a lógica de publicação, são estratégias importantes para confrontar e se acessar o maior número de informações possíveis. Além disso, como já evidenciado por Robert Darnton (1996) a informação encontrada nos jornais não é reflexo do que aconteceu, por isso para produzir um conhecimento histórico verificável, o exercício de entrecruzamento de tipologia de fontes diferentes é importante para compor e dar forma aos eventos registrados (Darnton, 1996, p. 15).

Em relação à observação histórica, segundo Marc Bloch (2001), na escrita dos acontecimentos que nos procederam, o historiador serve-se dos testemunhos dos outros, por

isso, nesta pesquisa, tomo a abordagem com as fontes como considerou Bloch: um conhecimento por meio de vestígios. Na esteira do paradigma indiciário, Carlos Ginzburg (1989, p. 152) também dispõe ao historiador um método interpretativo centrado nas pistas, nos resíduos ou dados marginais, permitindo “remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”.

Para “remontar” uma realidade a partir de “pegadas”, “vestígios” ou “dados marginais” parto do uso dos jogos de escalas, operação manejada pela micro-história que examina as experiências singulares em diálogo com ações coletivas (Revel, 1998). Isso significa dizer que não irei ceder “à vertigem do individual, quando não do excepcional, mas com a convicção de que essas vidas minúsculas também participam à sua maneira da ‘grande’ história da qual elas são uma versão diferente, distinta, complexa” (Revel, 1998, p. 5). E aqui acredito que consigo traçar a contribuição deste estudo para a História da Educação, sobretudo para o campo da Cultura Material Escolar, posto que a partir das **ações do provimento mobiliário** – um objeto considerado por muito tempo assunto do campo das curiosidades e de antiquários – posso revelar a multiplicidade dos gestos e as experiências contidas no cotidiano escolar.

Organizada em quatro capítulos, esta pesquisa busca encontrar na trajetória da carteira escolar, no tempo e no espaço, indícios sobre seus processos de confecção, circulação e consumo. No primeiro capítulo procura-se analisar a elaboração do termo “provimento material escolar” enquanto um conceito que vem sendo qualificado e operado pelo campo da história da educação em trabalhos sobre a cultura material escolar. No segundo, busca-se investigar se a ação de inventariar a mobília da escola seria suficiente para garantir o compromisso dos dirigentes governamentais com o abastecimento material da escola; se não foi, quais outros investimentos foram escolhidos. No terceiro capítulo pretende-se rastrear os “indícios” e os “sinais” deixados nos processos de confecção e consumo da carteira escolar paranaense para localizar sua movimentação, isto é, a circulação de elementos que estão presentes na composição da carteira escolar paranaense. Por último, pretende-se localizar as relações existentes entre o processo do desenvolvimento econômico do país, a expansão da escola de massa e o nascimento de um mercado escolar.

As lentes pelas quais procurei investigar os fatos foram anunciadas, agora, no encaixe desta investigação, convido você – caro leitor/a – a desvendar as faces do provimento mobiliário na instrução pública paranaense, boa leitura!

CAPÍTULO I

Cultura(S) do Provímento Material Escolar

La Storia è un equilibrio tra le fonti
 Il disegno che compare unendo i punti
 Un patto firmato, un bacio non dato
 Il futuro che cambia
 È una somma di piccole cose
Una somma di piccole cose.

Niccolò Fabi⁹

Na canção “uma soma de pequenas coisas”, o compositor e cantor italiano, Niccolò Fabi, descreve a História como o exercício de equilibrar fontes a um desenho que combina pontos; nesse sentido a canção interpreta a história como uma trama formada pela “soma de pequenas coisas”. A canção de Fabi, ainda que seja uma criação poética, muito me remete a elaboração teórica apresentada pelo antropólogo Clifford Geertz (1989) ao construir uma análise interpretativa sobre a cultura. Partindo de uma perspectiva semiótica e embasado nas leituras de Max Weber, Geertz defende que o ser humano está amarrado a uma teia de significados pela qual este mesmo a teceu. Seria a teia neste caso o conceito de cultura defendido pelo autor e, a sua análise, ao invés de esquemas explicativos universais, uma ciência interpretativa que busca os significados das ações humanas.

Para estudar os significados e sentidos de uma determinada cultura, Geertz se ancora na antropologia interpretativa. Segundo o autor, esta abordagem leva em consideração que a realidade social em si não pode ser alcançada diretamente, mas ao menos ela pode ser interpretada, por essa razão a antropologia interpretativa oferece instrumentos para uma leitura do evento em análise. Esta operação assume a cultura de um povo como um conjunto de textos, “que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem” (Geertz, 1989, p. 321). Em “A interpretação das Culturas”, Geertz sinaliza que dentre os escritores nos quais ancora suas elaborações teóricas está Max Weber; autor este que considera a sociologia como “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la casualmente em seu curso e seus efeitos” (Weber, 2009, p. 3). Segundo Laércio Fidelis Dias (2005), a proposição interpretativa defendida por Weber está relacionada com a filosofia hermenêutica anti-positivista de Dilthey,

⁹ Canção lançada no álbum *Una somma di piccole cose* no ano de 2016.

para quem a experiência etnográfica pode ser vista como a construção de um universo comum de significados no interior de maneiras intuitivas de sentir, perceber e conjecturar. É uma atividade que faz uso de pistas, interpretações, gestos tendo em vista elaborações de interpretações consistentes. Assim cabe ao hermenêuta social compreender o sentido das ações sociais (Dias, 2005, p. 42).

Para interpretar a cultura como um conjunto de textos ou teias de significados, Geertz (1989) traz o exemplo da piscadela, a qual pode assumir variados sentidos a partir do seu contexto de interação. A piscadela pode significar um tique nervoso, pode remeter a um sinal de conspiração ou, ainda, a um modo de demonstrar interesse por outra pessoa. O fato é que o movimento de contrair a pálpebra, nos três casos, são organicamente similares, mas quando analisados isoladamente e no seu contexto de atuação, os sentidos atribuídos ao gesto de piscar possuem uma diferença significativa. Identificar as particularidades destes três exemplos e entendê-los dentro do seu contexto, para Geertz, é o objeto da antropologia interpretativa, na qual se tem “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes [que podem ser] produzidas, percebidas e interpretadas” (Geertz, 1989, p. 17). Assim, distinguir as diferenças entre contrair a pálpebra (gesto involuntário) e piscar (gesto proposital) e associá-los aos seus sentidos é a função do antropólogo.

A antropologia interpretativa de Clifford Geertz (1989) está menos preocupada com as relações macro e mais interessada nas ações dos indivíduos. Dessa maneira, a compreensão da cultura, irá partir da percepção que os sujeitos têm por si mesmos e de suas ações. Por isso, para entender a cadeia de significados produzidos pelos seres humanos, Geertz considera a “descrição densa” como uma operação metodológica da etnografia importante para se obter a inferência de estruturas superpostas.

Como sistema entrelaçados de signos interpretáveis, [...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; **ela é um contexto**, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (Geertz, 1989, p. 24).

Nesta perspectiva e embasado nas leituras de Geertz e Jurij Lotman, Agustín Escolano Benito (2018) aproxima a operação historiográfica à aspectos da antropologia interpretativa e da hermenêutica, em que os vestígios, artefatos, restos arqueológicos e documentos podem ser lidos como textos. A leitura das fontes seria de caráter semiótico, em que texto significa um complexo de signos, correspondentes, de acordo com Escolano Benito, a “chaves indiciárias”. Neste sentido, a história para o autor é

[...] uma prática semiótica por definição, toda vez que dá nome aos restos etnográficos que lhe servem de fontes e se serve de indícios para atribuir significados às “pegadas” dos objetos que encontra. Ao final das contas, o relato histórico é uma reconstrução dos significados das coisas herdadas do passado a partir dos indícios visíveis que mostram os testemunhos que merecem credibilidade. [...] Os objetos-memória possuem, além dessas marcas ou sinais, um poder narrativo ao servirem de materiais em que se apoia a construção de relatos e, justamente por isso, se transformam, diferenciada ou conjuntivamente, em textos que, como escrituras criadas ou dispostas para o exame, podem ser lidos e interpretados em sua forma e nos conteúdos a que se associam (Escolano Benito, 2018, p. 106-107).

A história da escola indicada por Agustín Escolano Benito (2010; 2017; 2018) toma as práticas do cotidiano como cultura, nela estão as experiências vividas pelos sujeitos na invenção cotidiana da prática escolar, seja por meio dos discursos, imagens ou do patrimônio material e imaterial da escola. É por meio do entendimento desta “cultura escolar” que é possível reconstruir as representações e os sentidos atribuídos a um determinado período histórico da vida educativa. Dessa maneira, Escolano Benito (2018) interpreta os objetos da escola como semióforos, como artefatos que portam sentidos e permitem conhecer uma dada prática escolar.

Mediante essa compreensão de cultura, a partir de Geertz e Escolano Benito, interpreto o processo de abastecimento material da escola como uma prática que envolve uma teia de significados. O provimento de móveis escolares no Brasil não aconteceu de modo padronizado: é fato que no discurso dos dirigentes de ensino havia um papel importante em que este artefato escolar cumpria, como “educar os corpos, produzir cidadãos saudáveis, educar para o belo” (Garcia, 2020). Mas, para além dessas premissas pedagógicas e higiênicas, por meio do estudo da cultura do provimento, é possível identificar que o abastecimento material da escola, principalmente no seu período de instalação aconteceu de diversas formas: ora suprida por móveis domésticos pertencentes a casa dos professores, ora doados por familiares dos estudantes, ora fabricados por marceneiros de vilas e cidades da própria comunidade escolar. Para além destas proposições, a carteira também é um produto cultural, que mobiliza a interação de inúmeros signos no seu processo de feitura, desde aspectos pedagógicos e políticos a linguagens artísticas. Nesta perspectiva, estudar “o mapa das rotas entre idealização, fabricação, comercialização e usos” (Vidal; Gaspar da Silva, 2011, p. 28), implica analisar uma teia de significados atrelada ao provimento material escolar, abordagem que chamarei nesta tese como “cultura(s) do provimento”.

1.1 Por uma História Interpretativa da(S) Cultura(S) do Provimento Escolar

Qualificar o provimento material como um modo de investigar as formas de distribuição, abastecimento e as significações dadas à carteira escolar, no seu processo de idealização, feitura e comercialização revela não só os desafios, mas as estratégias e ações que o estado, mediado pelos agentes educacionais, mobilizou para criar e institucionalizar a escola primária. Por isso antes de pensar a dimensão operativa do provimento material é necessário entender os sentidos dados a ação de prover.

Como é o caso da escola primária de Piauí, em que o relator da assembleia legislativa de Piauí, o Sr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa, descrevia a situação escolar da província, em 1884, como desoladora. Publicado no jornal “A imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889” o relatório dedicava uma sessão exclusiva para as condições do mobiliário escolar. Segundo o relator, não foi difícil encontrar escolas que os alunos realizam o exercício de caligrafia nos mesmos bancos em que serviam de assentos. Costa (1884) ainda descreve que as cadeiras para uso escolar, ora se confundiam com a mobília doméstica dos professores, ora eram fornecidas pelos próprios alunos e, ainda, de todas as escolas que visitou, não achou uma sequer com mobília regular.

A elevação dos bancos, a direção vertical do encosto d’estes, a sua proximidade relativa à falta de espaço, são outras tantas condições anti-hygienicas. E tudo isso se deve à escasses da verba votada, que não permite aumentar ou melhorar a mobília existente, como me tem afirmado por vezes o zeloso diretor geral da instrução publica (A Imprensa, 1984, p. 2).

Embora já existisse o discurso propagado pelos dirigentes do ensino e pelos próprios médicos sobre a importância dos saberes higiênicos no processo de feitura da mobília escolar, seu modo de produção era muito variado no Brasil. Pela urgência de suprir a sala de aula com móveis que dessem condições de exercer o ofício escolar, não só professores, mas também inspetores, encomendavam mobília por circunstâncias mais acessíveis e rápidas, como marceneiros disponíveis nos vilarejos das próprias escolas. Em relação a esta situação, e sobre a falta de mobília na capital da Bahia, o relatório escrito pelo Diretor Geral do ensino da Bahia, o Dr. Romualdo Maria de Seixas Barroso, menciona que os móveis escolares existentes não prestam para o ensino, uma vez que

[...] quando se tratava de preparar uma mobília escolar, remetia-se ao artista encarregado da obra uma tabella de preços, sem as necessárias explicações. Seguia elle a sua natural inspiração. Se era hábil, preparava uma obra mais ou menos bonita, sem consultar, porém, as prescrições da sciencia. Se atendermos as condições da mobília, [...] veremos que ella está em completo desaccôrdo com as regras da hygiene. Ainda hoje se usão na maioria das eschololas os antigos bancos conhecidos com a denominação de carteiras, onde as crianças são obrigadas a levar sentadas horas inteiras de estudo, sem terem um encosto onde possam repousar os músculos do dorso, que, pela posição forçada em que se achão, obrião-n’as a atitudes viciosa, sem que sejam respeitadas as condições racionais de estatura de cada uma d’ellas, segundo as quaes devem inevitavelmente variar também as condições dos bancos em que tenham de estudar (Souza Dantas, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), 1882, p. 65).

Ainda que o discurso normativo se atentasse a parâmetros higiênicos e pedagógicos, estes, na maioria das vezes, só eram atendidos em estabelecimentos de destaque no cenário urbano, deixando as escolas - chamadas isoladas - em segundo plano (Souza, 1998).

Geertz (1989) explicita que a operação antropológica constrói uma leitura interpretativa do que acontece, por isso é importante estar atento para não divorciar a análise do contexto em que ela se situa, posto que sua aplicação pode-se tornar vazia. Neste sentido, as situações supracitadas evidenciam algumas **providencias investidas para organizar e suprir as escolas materialmente**. Nesta perspectiva, para melhor apreender e qualificar as “culturas(s) do provimento” pretendo, nas linhas que seguem, perseguir as teias de significados imbricadas no termo “provimento”, supondo que este descritor possa revelar um modo de operar mobilizado pelos agentes do ensino na virada do século XIX para o XX.

Ao estudar o percurso histórico do conceito de “livre expressão infantil” no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1970, Amanda Siqueira Torres Cunha (2021) destaca que, para problematizar o uso do termo no pensamento educacional, é importante ter em mente que na investigação sobre conceitos estes irão incorporar

[...] aspectos do passado, experiências sociais anteriores, além de configurar um conjunto de expectativas futuras no ato de sua invenção e enunciação. Ele pode seguir de forma mais ou menos estável, mais ou menos consensual no tempo[...], em tensão. [...] A partir de tais movimentos, os conceitos são capazes de perpetuar os [...] sujeitos e os processos de troca e inovação (Cunha, 2021, p. 36).

Desta forma, para compreender as relações de uso, apropriação e os sujeitos que utilizam o termo “provimento”, procurei identificar em dicionários, na legislação educacional, nos relatórios dos professores e inspetores de ensino e nos jornais citadinos, o significado que o termo adquire no século XIX e meandros do século XX. O ponto de partida do uso dessas expressões girou em torno da presença das palavras “prover” e “provimento” em dicionários do Brasil e estrangeiros datados de 1852, 1854, 1865, 1870, 1874 e 1878.

O primeiro, foi organizado pelo médico, jornalista, filólogo, tradutor, entre outras

propriedades intelectuais, Francisco Solano Constâncio. A primeira versão da coletânea de verbetes, intitulada “Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa (1836)”, foi publicada em 1836 em Lisboa, sendo o volume consultado para esta pesquisa do ano de 1854 e com edição em Paris. O primeiro termo consultado neste livro foi a palavra “prover”, a qual aparece imbuída do sentido de “providenciar, dar as providências necessárias a conservação, suprir, munir, ministrar, fornecer”. Como exemplo de ação que emprega o verbo, o verbete apresenta as seguintes frases: “Prover as necessidades publicas”; “prover as cousas da vida, cuidar em adquirir o necessário à sua conservação”, “prover officios, empregos em alguém, conferir cargos”. O verbete “Provimento” não fica muito distante dos significados atribuídos ao termo supracitado, assim “provimento” está relacionado ao “acto de prover, munir, suprir os gastos, as despesas; abastecimento, provisões, munições. Nomeação de pessoa em cargo ou officio” (Constâncio, 1854, p. 816).

As acepções atribuídas aos termos consultados no dicionário evidenciam uma relação similar ao emprego utilizado pelos historiadores da educação. Vera Gaspar da Silva (2004) associou o termo a criação de vagas para os professores públicos, enquanto Gizele de Souza (2004) empregou o termo na conservação e no suprimento material da escola pública primária paranaense, sentidos que também estão relacionados aos verbetes aqui consultados. Para sistematizar os verbetes encontrados nos outros dicionários e compará-los, foi construído um breve quadro que pode ser consultado a seguir (quadro n. 1):

QUADRO 1 - DICIONÁRIOS EM PORTUGUÊS, ITALIANO, INGLÊS, ESPANHOL E FRANCÊS COM OS DESCRITORES “PROVER” E “PROVIMENTO”

ANO	TÍTULO/AUTOR	PROVER	PROVIMENTO
1852	Dizionario della lingua italiana, compilato da Francesco Cardinali, Napoli, 1852.	Não consta verbete.	Aquisição: Fornecimento, provisão. V. de uso. Aquisição: Prover, fornecimento de alimentos. V. e de suprir. ¹⁰
1860	Dizionario Piemontese-italiano, compilato dal Vittorio di Sant’albino, Totino, 1860.	Prover, fornecer, adquirir, dar, dar aos outros o que é necessário. Para prover. Estar de olho em algo, remediando-o se necessário. Estoque (mantimentos), ir ao mercado, fazer provisões diárias. Para uma pessoa. Coloque, estabeleça, dê provisão a uma pessoa, dê-lhe um emprego; Case com ela. ¹¹	Provimento. Provisão, provisionamento, doação. Provisão do que é necessário. Provisão, para reparo, remédio. Providência. Virtude de prover, que consiste em ordenar as coisas, cada um para o seu fim, provisão,

¹⁰ No original: Approvvigionamento: Lo approvvigionare, provvedimento, provisione. V. dell'uso. Approvvigionarsi: Provvedere, fornire di vettovaglie. V. e di' Vettovagliare.

¹¹ Provede. Provvedere, provvedere, procacciare, dare, somministrare altrui quello che è di bisogno. Provvedere. Aver l'occhio ad alcuna cosa, rimediarsi se occorre. Far la provvista (delle cibarie), andare in mercato, far la provvista giornaliera. A una persona. Collocare, stabilire, dar provvedimento a una persona, darle um impiego; maritarla.

ANO	TÍTULO/AUTOR	PROVER	PROVIMENTO
			solicitude. ¹²
1864	Guérard, Michel (1808-1888). Auteur du texte. Dictionnaire Général de la langue française... : cours complet de la langue Française / par MM. Guérard,... Sardou,... 1864.	Prover. Prever antecipadamente o que é necessário e dar-lhe ordem; fornecer, munir, conceder: prover de um emprego; Prover, munir-se, recorrer a um tribunal. Recurso: local onde são guardados os suprimentos dos fornecedores. ¹³	Não consta verbete.
1865	Diccionario Grammatical Potuguez, por José Alexandre Passos	-Verbo ativo e neutro. (as informações seguintes dirijam-se a forma de conjugação do verbo).	Não consta verbete.
1870	Diccionario de Synonymos, por Eduardo de Faria. Terceira Edição, Volume II, Lisboa, 1870.	Providenciar, dar as providencias necessárias a conservação, suprir munir, administrar, fornecer. - Ofícios, empregos em alguém, conferir cargos. - Cuidar com antecipação.	- O ato de prover, munir, suprir os gastos, as despesas, abastecimento, provisões, munições; nomeação de pessoa em cargo ou ofício; administração, cuidado em prover em coisas relativas a observância das leis, da justiça.
1870	Diccionario enciclopédico dela lengua española, por Don Nemesio Fernandez Cuesta, Madrid, 1870	Prover: previna, reúna e tenha pronta a manutenção ou outras coisas necessárias para algum fim. Disponer, resolver, dar saída a algum negócio - Dar ou conferir alguma dignidade, emprego ou outra coisa ¹⁴ .	Não consta verbete.
1870	Diccionario Manual, Catalana- Castellana. Por D. Santiago Angel Saura. Barcelona, 1870.	Prover. Abastecer, reunir todos os artigos de consumo necessários para a manutenção de algum exército ou de alguma casa. Reunir tudo o necessário para alguma finalidade. Preencher alguma coisa com outra; como: é preciso prover esse quarto de livros. Adornar algum lugar com o necessário para o objeto à que está destinado; como prover a casa de móveis ¹⁵ .	Provimento. Ato de provar o seu resultado. Fornecimento do necessário para o consumo de uma casa, de uma comunidade, de um exército, etc ¹⁶ .
1874	Chambers's Etymological Divtionary of the English Language. By: James Donald – 1874	Fornecer, providenciar, v.t. orig. prever; preparar de antemão; preparar; fornecer. — vi. para obter suprimentos ou meios de defesa; tomar medidas; negociar previamente:- pr.p. fornecendo; pa. p fornecido. —n. fornecedor. [EU. provideo - pro, antes, vídeo, -visum, para ver.] Ver	Provisão, ato de prover; o que é fornecido ou preparado; medidas tomadas previamente; preparação; acordo prévio: uma reserva de alimentos; prover. — v.t. fornecer provisões ou alimentos:— pr.p., provisionamento; p.p.

¹² Provediment. Provvedimento, provisione, porvvista. Fornimento di ciò che è di bisogno. Provvedimento, per riparo, rimedio. Provvidenza. Virtù del provvedere, la quale consiste in um ratto ordinare le cose, ciascuna al loro fine, provvedimento, sollecitudine.

¹³ Pourvoir. Voiir d'avance ce qui est necessaire et y donner ordre; fournir, munir, accorder: pourvoir d'un emploi; elablr. Se pourvoir, se munir, recourir a un tribunal. Pourvoirie: liei où sont les provisioms de pourvoyeurs.

¹⁴ No original: Provver: prevenir, juntar y tener prontos los mantenimientos u otras cosas necessárias para algun fin. Disponer, resolver, dar salida a algun negocio – Dar o conferir alguma dignidade, empleo u outro cosa.

¹⁵ No original: Provver. Abastecer, reunir todos los artículos de consumo necessários para el mantenimiento de algun ejercito ó de alguna casa. Acopiar todo lo necessário para algun fin. Llenar alguna cosa com outra; como: es preciso prover esse cuarto de libros. Adornar algun lugar com lo necessário para el objeto à que está destinado; como prover la casa de muebles.

¹⁶ Proveimiento. Acto de prover o su resultado. Suministro de lo necessário para el consumo de uma casa, de uma comunidade, de um ejercito, etc.

ANO	TÍTULO/AUTOR	PROVER	PROVIMENTO
		Visão. ¹⁷	provisionado. ¹⁸
1878	Thesouro da Língua Portuguesa, por Dr. Fr. Domingos Vieira. Quarto Volume, Porto, 1878.	Ver, olhar, inspecionar, examinar para regular, fiscalizar, melhorar, retificar, fazer ir bem, dar remédio, emenda, providencia, a favor da coisa que se prove, olhar por alguma coisa. - Dar a alguém, remediar, suprir, acudir. - Fornecer, abastecer.	- Provisão. - Administração, cuidado. - O ato de suprir, de prover com despesas, custos e necessário para alguma coisa. - Viveres, mantimento. - Nomeação da pessoa em cargo ou ofício. - Providência, recursos.
1911	A Modern Dictionary of the English Language. Macmillan and Co. Limited. 1911.	prover' (-vid'), (-vi'-ded, -vi'-ding), v. preparar; fornecer ou fornecer; preparar; estipular. pro-vi'-da-ble, adj. provido, conj. na condição de. prov'-i-dence (-i-dens), s. prudência; cuidado; uma circunstância devida diretamente a Deus; (com P maiúsculo) o Poder Divino que cuida de todas as criaturas. prov'-i-dent, adj. Prudente ; cuidado com o futuro. prov-i-den'-tial (-shal), adj. devido à providência de Deus. desde escolas, escolas de ensino fundamental sob o controle direto e exclusivo e manutenção de uma autoridade pública local. escolas não fornecidas, escolas primárias sob a manutenção principal de uma autoridade pública local, mas parcialmente governadas por algum corpo religioso. [EU. pró- + vídeo, entendo.] ¹⁹	Provisão (-vzh'-un), s. o que é fornecido; previsão; uma condição declarada em um acordo, promulgação, etc.; (esp. no pl.) alimento : v. (-sioned, -sion-ing), suprir as necessidades, provisório, adj. (de um governo, remédio, regulamento, etc.) destinado apenas por um tempo; temporário, pro-vi'-sion-a-ry (-a-ri), adj. providente; por enquanto, julgamento provisório, um julgamento de um tribunal (em um processo civil) proferido sobre as evidências apresentadas ao tribunal, mas sujeito a revisão quando mais evidências estiverem disponíveis, ordem provisória, uma permissão concedida por um Secretário de Estado (ou outro alto funcionário) permitindo que algo seja feito até que a sanção de uma autoridade superior seja dada. [<raiz do fornecimento.] ²⁰

FONTE: Organizado pela autora com base em: Cardinali, 1852; Guerard, 1864; Passos, 1865; Faria, 1870; Cuesta, 1870; Saura, 1870; Donald, 1874; Vieira, 1878; Macmillan, 1911.

¹⁷ No original: Provide, pro-vid', v.t. orig. to foresee; to make ready beforehand; to prepare; to supply.—vi. to procure supplies or means of defence; to take measures; to bargain previously:—pr.p. provid'ing; pa.p. provid'ed.—n. provider. [L. provideo -pro, before, video, -visum, to see.] See Vision.

¹⁸ Provision, pro-vizh'un, n., act of providing; that which is provided or prepared; measures taken beforehand; preparation; previous agreement: a store of food; provender.—v.t. to supply with provisions or food:—pr.p., provi'sioning; pa.p. provi'sioned.

¹⁹ Pro-vid' (-vid'), (-vi'-ded, -vi'-ding), v. to make ready ; to furnish or supply; to prepare; to stipulate. pro-vi'-da-ble, adj. pro-vi'-ded, conj. on condition that. prov'-i-dence (-i-dens), n. pru- dence; carefulness; a circumstance due directly to God ; (with capital P) the Divine Power that watches over all creatures. prov'-i-dent , adj. prudent; careful for the future. prov-i-den'-tial (-shal), adj. due to God's providence. provided schools, elementary schools under the direct and sole control and maintenance of a public local authority. non— provided schools, elementary schools under the chief maintenance of a public local authority, but partly governed by some religious body. [L. pro- + video, I see.]

²⁰ Pro-vi'-sion (-vzh'-un), n. that which is provided; foresight; a condition stated in an agreement, enactment, etc.; (esp. in pl.) food: v. (-sioned, -sion-ing), to supply with necessaries, pro- vi'-sion-al, adj. (of a government, remedy, regulation, etc.) intended only for a time; temporary, pro-vi'-sion-a-ry (-a-ri), adj. provident; for the time being, provisional judgement, a judgement of a court of law (in a civil case) given on the evidence before the court, but subject to revision when further evidence is available, provi- sional order, a permission granted by a Secretary of State (or other high official) allowing something to be pro- ceeded with until the sanction of a higher authority is given.

É possível observar que ambos os verbetes – prover e provimento – giram em torno do mesmo campo semântico. Destaco que os termos, como “conservar, suprir, munir, fornecer, providenciar e abastecer”, geralmente aparecem como forma de complemento da compreensão dos termos citados. Interessante notar que no dicionário de 1878 a palavra prover é remetida ao gesto de “ver, olhar, inspecionar, examinar, regular e fiscalizar”. Estes sentidos articulam muitas das ações que eram designadas aos professores primários e aos inspetores de ensino por meio da legislação educacional. Para além da ação fiscalizadora, Barbosa (2012) evidencia que os inspetores, ao visitarem a escola, também “registravam o observado” por meio dos termos de visitas, ação que também pode ser associada ao gesto de prover, uma vez que

[...] dentro de seu papel de vistoriar, ganhava destaque também o de opinar e propor mudanças, métodos, compêndios, mobília e objetos para o ensino. A inspeção da instrução pública não só fiscalizava como orientava as ações voltadas para instrução da criança/aluno que frequentava as escolas na província (Barbosa, 2012, p. 260).

Em comemoração ao primeiro centenário da criação da Lei do ensino primário no Brasil, Nestor Lima, em 1927, lança a obra intitulada “Um século de Ensino Primário”. Um dos capítulos é dedicado a “criação e o provimento das escolas pela Lei de 1827”, na qual Lima aponta que a criação das escolas de primeiras letras competia ao Presidente da Província, no entanto, seria em sessão do conselho da província e depois consultadas as câmaras de cada município, para assim ser realizada a resolução de abertura. Em relação ao provimento, é interessante observar que este é associado ao recrutamento e a ocupação da cadeira pelo professor (Lima, 1927, p. 31). Desta forma, o provimento - relacionado a criação de um cargo - remete novamente aos sentidos manejados pelos verbetes presentes nos dicionários de 1854, 1865, 1870, 1874 e 1878, sentidos esses que, na perspectiva de Franciele França (2019), estão inter-relacionados, posto que a nomeação de um professor fazia com que este organizasse estratégias para o funcionamento da escola que atuava. Nesse contexto,

[...] não nos é incompreensível a perspectiva presente de que o professor “era o elemento principal da escola”, ou a representação de que ele era a “causa” de avanços ou de atrasos relativos à instrução pública. Neste momento da constituição da profissão docente, a escola e o ensino também estão em processo de constituição e organização, não só no Paraná, mas em todo o Império brasileiro, deste modo ser professor primário é personificar a escola primária. Destaca-se, portanto, que esta é uma escola que se faz a partir do seu professor e este é um professor que se faz a partir de sua escola, e o fazer deste professor se constitui *a partir de* - do seu lugar como professor definitivo, das condições da sua escola, das exigências acerca do seu ofício (saberes necessários e deveres a cumprir), da sua experiência no exercício e dos debates em torno do ensino primário e da profissão docente (França, 2019, p. 50, grifos no original).

Na correspondência educacional paranaense é possível averiguar a relação supracitada, posto que o termo “provimento” se dirige tanto a nomeação de cargos como o suprimento

material da escola.

Ao cumprir com suas funções de inspetor geral da instrução pública, José Lourenço de Sá Ribas, ao final do ano de 1864, em seu relatório compilou informações sobre a instrução pública do Paraná ao longo do ano. Neste, pode-se observar o uso da palavra “provimento” para duas situações específicas: a ocupação de uma cadeira por um professor público ou particular e o fornecimento de móveis para o ensino, conforme o quadro n. 2 a seguir:

QUADRO 2 - RELATÓRIO DO INSPETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, JOSÉ LOURENÇO DE SÁ RIBAS, 1864, CONTENDO O TERMO PROVIMENTO.

Local	Cadeira	Móveis
Capital	1ª Cadeira do sexo masculino, definitivamente provida em 1861, professor Tenente Luiz Antônio Pinheiro.	Possui os que foram fornecidos em 1856.
Capital	2ª Cadeira do sexo masculino, definitivamente provida em 1862, professor Antonio Ferreira da Costa.	Foi provida em 1858.
Capital	1ª Cadeira do sexo feminino, definitivamente provida em 1881, professora D. Maria do Carmo Moraes Martins.	Foi provida em 1856.
Capital	2ª Cadeira do sexo feminino, definitivamente provida em 1858. Professora D. Maria India Moraes da Rocha.	Foi provida em 1858.
Vila de São José dos Pinhais	Cadeira do sexo masculino, definitivamente provida em 1858. Professor senhor Serafim de Assis e Silveira França.	Foi provida em 1858.
Vila de São José dos Pinhais	Cadeira do sexo feminino, definitivamente provida em 1857. Professora D. Floriana Severina de Oliveira França.	Foi promovida em 1858.
Freguesia de campo Largo	Ensino da cadeira masculina contratado com o professor particular José Pinto Ribeiro Nunes.	Não consta informações.
Freguesia de campo Largo	Cadeira do sexo feminino, provida definitivamente em 1861, professora D. Geraldina da Motta Bandeira da Silva Bello.	Não foi provida.
Freguesia de Votuverava	Cadeira do sexo masculino provida definitivamente em 1863. Professor Alferes Manoel Ferreira dos Santos.	Não foi provida.
Freguesia de Votuverava	A cadeira do sexo feminino está vaga.	
Vila do Príncipe	1ª Cadeira do sexo masculino provida em 1861. Professor Francisco Bueno Freire.	Recebeu os que possuía de seu antecessor.
Vila do Príncipe	A 2ª cadeira esta provida pelo contrato com o professor particular Vicente José de Oliveira.	Conserva os que tinha na escola pública.
Vila do Príncipe	Cadeira do sexo feminino definitivamente provida em 1858. Professora D. Gertrudes Margarida de Magalhães.	Foi provida em 1858.
Freguesia do Rio Negro.	Cadeira do sexo masculino provida definitivamente em 1861. Professor Geniplo Pereira Ramos.	Foi provida no corrente ano.
Freguesia da Palmeira	Cadeira do sexo masculino definitivamente provida em 1863. Professor Antonio Rodrigues dos Santos Rangel.	Foi provida no corrente ano.
Freguesia da Palmeira	Cadeira do sexo feminino provido pelo contrato com a professora particular D. Amélia Izolina de Carvalho Bordes.	Não consta informação.
Ponta Grossa	Cadeira do sexo masculino provida definitivamente em 1863. Professor José da Costa Rodrigues Guimarães.	Ainda não foi provida deles.
Pomta Grossa	Cadeira do sexo feminino provida em 1861. Professora D. Maria Valentina de Oliveira Mascarenhas.	Não foi provida deles.
Castro	Cadeira masculina definitivamente provida em 1861. Professor	Provida em 1857.

Local	Cadeira	Móveis
	Custódio Cardoso Netto.	
Castro	Cadeira do sexo feminino de 1ª ordem definitivamente provida em 1857. Professora D. Maria Cândida de Oliveira Mascarenhas.	Provida em 1857.
Castro	Cadeira do sexo feminino de 2ª ordem definitivamente provida em 1858. Professora D. Emília de Faria Erichsen.	Provida em 1858.
Freguesia do Tibagi	Cadeira do sexo masculina provida por contrato com o professor particular Rufino Correia Leite	Não menciona informações.
Vila de Guarapuava	Cadeira do sexo masculino provida definitivamente em 1861. Professor José Ferreira das Neves.	Ainda não foi provida deles.
Vila de Guarapuava	Cadeira feminina provida por contrato com a professora particular D. Bibiana Berriel de Bittencourt em 1861.	Não menciona informações.
Freguesia de Palmas	Cadeira está vaga.	Não menciona informações.
Colônia Thereza	Cadeira do sexo masculina provida por contrato com professor particular Feliz Antonio Condamine.	Não menciona informações.
Colônia Thereza	A cadeira do sexo feminino, como a precedente é feita por contrato, em 1858, com a professora Vitalina Rosa.	Não menciona informações.
Paranaguá	Cadeira do sexo masculina provida definitivamente pelo professor Francisco Antunes Ferreira em 1854.	Foi provida.
Paranaguá	Segunda cadeira do sexo masculino provida definitivamente 1860. Professor Domingos Carneiro da Silva Braga.	Foi provida.
Paranaguá	Terceira cadeira definitivamente provida em 1855. Professor Honório Décio da Costa Lobo.	Foi provida deles em 1858.
Paranaguá	Primeira Cadeira do sexo feminino provida definitivamente em 1852. Professora D. Emília Prudência da Luz.	Tem os precisos.
Paranaguá	Segunda Cadeira do Sexo feminino provida definitivamente em 1854. Professora D. Alzira Paula da Costa Lobo.	Foi provida em 1858.
Antonina	Cadeira do sexo masculino definitivamente provida em 1857. Professor Joaquim Vicente da Silva Montepoliciano.	Provida em 1857.
Antonina	Cadeira feminina definitivamente provida em 1844. Professora D. Maria Joaquina Soares da Rocha.	Foi provida em 1859.
Vila de Morretes	Cadeira do sexo masculino definitivamente provida em 1859. Professor Manoel Libanio de Souza.	Foi provida deles.
Vila de Morretes	Cadeira do sexo feminino definitivamente provida em 1859. Professora D. Maria Josefina Margen	Foi provida deles
Freguesia do Porto de Cima	Cadeira do sexo masculino definitivamente provida em 1860. Professor Manuel da Cunha Viana.	Ainda não foi provida.
Vila de Guaratuba	Cadeira do sexo masculino provida por meio do contrato com o professor particular Joaquim Candido da Rocha.	Não consta informações.
Vila de Guaratuba	Interinamente provida em 1854. Professora D. Ana Joaquina de Sant'Ana	Conserva os que possuía de tempos antigos.
Freguesia Guaraqueçaba	Cadeira do sexo masculino provida por meio do contrato com o professor particular João Feliciano dos Santos.	Não consta informações.
Colônia Superaguy	Cadeira do sexo masculino provida por meio do contrato com o professor particular João Francisco de Santana Neves.	Não consta informações.
Ilha do Mel	Definitivamente provida no corrente ano. Professor João Antonio Ferreira.	Ainda não foi provida deles.

FONTE: Ribas, AP 183, 1864, p. 01-31, grifos meus. Organizado pela autora.

Além de nos dar indícios sobre como era empregado o termo provimento no período, o quadro nos dá pistas sobre os modos de constituir materialmente a escola, como por exemplo a situação da Vila do Príncipe (hoje conhecida como a cidade da Lapa) em que o professor recebeu a mobília que possuía do seu antecessor. Outra situação interessante é a cadeira ocupada pela professora Maria Joaquina Soares da Rocha que, mesmo exercendo seu cargo desde 1844, teve a mobília provida somente 15 anos depois. Isso significa que este espaço escolar ficou desprovido de móveis neste intervalo de tempo? Não necessariamente. A professora pode ter manejado uma composição improvisada para receber os alunos, seja com móveis doados, domésticos ou fabricados ao próprio custo. A questão é que os móveis escolares da escola dessa professora foram oficialmente providos pela responsabilidade do estado somente em 1859.

A busca pelo termo “provimento material” também foi realizada por meio do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. No espaço de tempo entre 1850 e 1929 foram encontradas 70 ocorrências correspondentes ao respectivo termo, no entanto somente 18 delas estiveram relacionadas ao contexto educacional. Foi possível conferir nesta busca que o termo circulou entre 8 estados brasileiros, são eles: Acre, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo. No quadro n. 3 é possível visualizar o contexto em que o descritor “provimento material” aparece nas notícias jornalísticas:

QUADRO 3 - INCIDÊNCIA DO TERMO PROVIMENTO MATERIAL NA HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA (1850-1929)

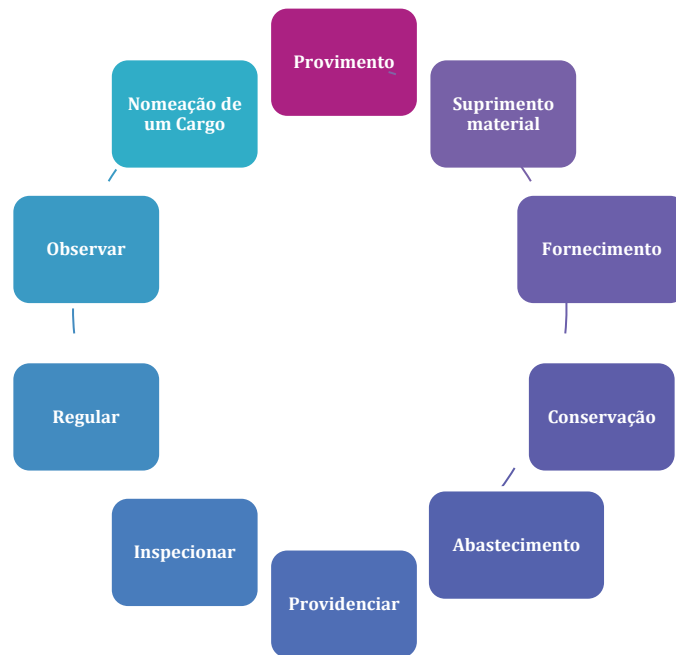
Ano	Jornal	Notícia
1884	Dezenove de Dezembro (PR)	Ofício. Repasse de donativos a instrução para a construção de casas escolares e para o “provimento material reclamado por algumas”. Assinado pelo superintendente Jorge dos Santos Almeida.
1886	O Espirito - Santense (ES)	Instrução Pública. Argumenta sobre uma melhor distribuição do dinheiro público, “mantendo-se só as escolas que estejam em regulares condições e professores que inspirem mais confiança no magistério. Visto o mau estado e o desprovimento do material que em geral se observa nas escolas publicas”. Assinado por Antonio Ignacio Rodrigues.
1888	A Folha da Victoria (ES)	Administração provincial. Dinheiro destinado ao “provimento do material preciso às escolas primárias, edificação dos prédios para as mesmas, e reparo das matrizes” não foi fornecido.
1895	Annaes da Camara dos Deputados (RJ)	Provimento material para a Instituição Nacional de Cegos que tem por fim ministrar o ensino primário; a educação física, moral e cívica; a instrução secundária; o ensino de música, vocal e instrumental e o ensino de artes, indústria e ofícios fabris.
1915	Annaes da Camara dos Deputados (RJ)	Menciona o sistema italiano para a construção de prédios escolares e provimento de material pedagógico.
1915	Comercio do Acre: Organ Independente (AC)	Augusto Carlos de Wasconcellos Monteiro, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, usando de suas atribuições legais considera que é importante reunir em um grupo as escolas isoladas existentes, uma vez que os grupos escolares, conforme os sistemas modernos, tem a facilidade e melhor orientação no preparo pedagógico e dos professores e ainda a economia no provimento do material escolar.
1919	Relatorios dos Presidentes	Mensagem apresentada a assembleia legislativa pelo Dr. João Saboya

Ano	Jornal	Notícia
	dos Estados Brasileiros (CE)	presidente do estado do Ceará. Relata sobre a sensível melhora no ensino primário principalmente em relação ao rigor da inspeção e provimento de material próprio e melhor remuneração do professorado.
1921	Mensagens do Governador de São Paulo para Assembléia (SP)	Mensagem apresentada ao congresso legislativo pelo Dr. Washington Luis Pereira de Sousa, presidente de São Paulo. Tiveram dotação completa 242 escolas de novo provimento, 2 grupos e 9 escolas reunidas que se instalaram, bem como as 15 delegacias regionais, cujo provimento de material foi exclusivamente ao almoxarifado.
1921	O Jornal (RJ)	Crescimento do trabalho no almoxarifado do estado devido ao provimento material necessário as novas escolas públicas instaladas.
1921	Correio da Manhã (RJ)	Provimento de material escolar cometido exclusivamente ao almoxarifado.
1924	Mensagens do Governador do Rio Grande do Norte para Assembléia (RN)	Entre as sugestões para o melhoramento da educação pública o diretor do departamento de educação, Dr. Nestor dos Santos Lima, cita a necessidade de se cuidar do provimento material das escolas.
1925	Mensagens do Governador do Rio Grande do Norte para Assembléia (RN)	Nestor Lima escreve em relatório propostas para a melhoria da educação sendo uma delas o provimento de material aos estabelecimentos de ensino, mediante entendimento com os poderes municipais.
1929	A Informação Goyana (GO)	Mensagem presidencial ao legislativo goiano pelo Dr. Brasil Caiado. O ensino primário anda bem, a partir dos inspetores ambulantes foi incrementado o provimento de material escolar.

FONTE: Hemeroteca Digital Brasileira, organizado pela autora.

No bojo dessas questões consigo identificar que além de ser mobilizado pelos agentes educacionais – professores e inspetores –, o termo “provimento” pode ser qualificado em dois sentidos principais: a relação com a ocupação de uma vaga pública e a situações que dizem respeito ao suprimento material escolar. A partir do exercício investigatório do termo “provimento” é possível visualizar o conjunto de sentidos empregados no contexto educacional no Paraná e de modo geral no Brasil, na virada do século XIX para o XX:

FIGURA 1 - COMPILAÇÃO DE SENTIDOS REFERENTES AO TERMO “PROVIMENTO” NO CONTEXTO EDUCACIONAL NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX.



FONTE: organizado pela autora, com base nos dados que ancoram o texto.

Como menciona Geertz (1989, p. 39), a “análise cultural é intrinsicamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa”. Assim, minha intenção ao extrair os sentidos que o termo provimento pode mobilizar, não é esgotar seus significados, mas apresentar um, entre tantos modos, que a cultura material da escola pode ser lida e interpretada. Dessa maneira, no próximo item procuro averiguar como os historiadores da educação vem qualificando o termo e operando na análise interpretativa da escola.

1.2 Provimento Material Escolar: uma investigação sobre o lugar da temática nas produções em História da Educação

A transição do século XIX para o XX foi marcada por mudanças significativas, não só no campo econômico e social, mas também nos aspectos educativos. Os estudos sobre as Exposições Universais, sobre a legislação educativa e sobre a expansão da escola pública, são exemplos das mudanças que ocorreram nesse recorte temporal. Este período também contou com momentos de experimentações em que a escola se abre a observação com o método intuitivo, adquirindo e criando variados artefatos científicos e tornando a inventividade parte importante da prática escolar. Conjugar estes acontecimentos, como demonstra Souza

(2007), são aspectos importantes da cultura escolar, uma vez que vinculam saberes, práticas, projetos políticos, tensões e disputas, mudanças e permanências, além de valores e concepções implícitas na organização material e imaterial do âmbito educativo. No bojo dessas questões, a composição material da escola cresceu e se complexificou, e uma alta demanda de materiais, em um curto prazo de tempo, propiciou ao mercado industrial cenário privilegiado de fornecimento de seus produtos ao estado. Mas, o recorte que proponho neste estudo, não se dedica somente ao protagonismo da indústria no processo de aparelhamento material da escola, mas nas **ações de interação** que, tanto o estado, como seus agentes educacionais, mobilizara antes e durante a consolidação da indústria no processo de constituição da escola elementar.

A combinação de situações que deram vida à escola pública, citadas acima, demonstram uma simbiose cultural composta por ações, sujeitos e ideias diversas. Investigar os esforços subjacentes ao suprimento de uma sala de aula por meio dos móveis escolares pode revelar as inúmeras associações feitas no processo de abastecimento material escolar. Desta forma, procuro por meio do levantamento bibliográfico entender como o campo da história da educação trabalhou com a dimensão material da escola, para, depois, observar e identificar quais condições favoreceram o nascimento de uma categoria de análise operada pelo campo, da qual estou qualificando como “provimento material escolar”.

Escrito por Rosa Fátima de Souza, em 2007, o balanço sobre a cultura material escolar previa analisar as potencialidades que o estudo sobre a cultura material poderia oferecer na construção do conhecimento histórico em educação. Na época, a autora avaliava o uso desse termo como particularmente recente no campo, com a renovação da área e o questionamento dos paradigmas tradicionais, a partir da Nova História Cultural, e, ainda, com a preocupação da preservação de fontes atrelada ao cenário educacional – documentos escolares, museus, centros de documentação – a cultura material passou a ser interpretada como um problema de investigação que, segundo Souza, seguiu dois recortes temáticos principais:

Os estudos em história das instituições educativas produzidos na última década dando ênfase à cultura escolar voltaram-se para a análise dos aspectos internos da escola – o espaço e a arquitetura, o currículo e as práticas escolares tornando visível a constituição material das escolas. Essa sensibilidade acentuada em relação aos vestígios da cultura material escolar configurou-se, sobretudo, na história dos escolares. [E os estudos] no âmbito da história da leitura e da escrita, juntamente com as investigações sobre a história das disciplinas escolares, emergem os manuais didáticos, livros de leitura e de literatura infanto-juvenil, cartilhas, programas de ensino, cadernos, bibliotecas, periódicos educacionais, panfletos, almanaques, anuários e toda uma diversidade de impressos, ou seja, de suportes materiais da escrita e da leitura e de circulação de ideias (Souza, 2007, p. 170 – 172).

Em 2007, a autora relata que ainda faltava investimentos de pesquisa para um “refinamento conceitual, teórico e analítico” sobre a cultura material pelos historiadores da

educação. Dez anos depois, Diana Vidal publica, em 2017, o texto “História da Educação como Arqueologia”, trabalho este que evidencia o investimento feito nos últimos 20 anos sobre a cultura material escolar enquanto fonte e categoria de análise. A autora observa que os pesquisadores da educação investiram cada vez mais em abordagens interdisciplinares na análise da cultura material, intercalando estudos da área da antropologia e da arqueologia. Uma das inovações feitas no campo e mencionada por Vidal é o reconhecimento da capacidade de ação presente no objeto. Exemplo disso são os estudos arqueológicos e antropológicos que passaram a compreender a potencialidade dos artefatos como capazes de afetar a vida humana, ou seja, os objetos passaram a ser interpretados também como agentes.

Amparada em estudos da antropologia e da sociologia, Inés Dussel (2019; 2020) adverte os historiadores da educação sobre a capacidade dinâmica que os artefatos têm enquanto produtores de sentidos. A investigação sobre a materialidade não se esgota aos significados que os humanos dão aos objetos, mas também revela a participação desses artefatos na rede social como agentes. “Nesse sentido, seria necessário ir além de dizer que a história de um artefato depende dos usos e significados que damos aos objetos, para atender ao que aquele artefato produziu naquela nova rede de objetos humanos que foi criada a partir de sua presença” (Dussel, 2019, p. 38. Tradução minha).

Para a interpretação da cultura material, Dussel (2020) apresenta duas vertentes: a semiótica e a ontológica. A primeira, como já discutido, interpreta os objetos como signos “discursos ou textos enredados na produção do espaço, epistemologias e subjetividades”. Já a abordagem ontológica, considera os objetos como agentes ativos na construção dos significados nas redes sociais, essa perspectiva “não nega ou exclui o discursivo, mas afirma que este não esgota os significados e operações de artefatos. Imagens e objetos são elementos portáteis [...] eles não ‘ficam parados’, mas estão mudando junto com as redes nas quais estão inscritos” (Dussel, 2020, p. 147. Tradução minha).

Em relação à interpretação dos signos e de seus significados, Agustín Escolano Benito (2017) elabora uma etno-história da escola. Para tal exame, o autor apresenta cinco orientações metodológicas para uma leitura antropológica da escola. A primeira delas definida como “estranhamento” tem por objetivo compreender que “as práticas culturais são ‘naturais’ para os atores de cada grupo ou de cada época, porém estranha para o pesquisador” (Escolano Benito, 2017, p. 161). No bojo dessas questões, o etno-historiador da escola deve

[...] liberar-se dos estereótipos e preconceitos acerca das práticas do passado escolar que examina e interpreta. [...] Os mestres do passado, como os oráculos pré-clássicos, não falam às claras, nem tampouco ocultam tudo, no entanto, eles se manifestam por meio de sinais ou indícios. Na decifração desses signos, que podem ser polissêmicos como os jogos de metáfora viva de Paul Ricoer, há que desvendar enigmas, paradoxos, ambiguidades, simbolismos e gramáticas. Nessa análise e interpretação, entra em ação a hermenêutica, construindo um círculo leitor entre historiador e as formas culturais submetidas a exame (Escolano Benito, 2017, p. 161).

A segunda orientação está para a “intersubjetividade” que se relaciona ao processo de registro do pesquisador “ao inscrever o corpo do outro”. Tanto o etnógrafo como o historiador submetem seus registros “às diversas leituras possíveis no interior de sua comunidade interpretativa”, assim o historiador, por meio das imagens, depoimentos, vestígios materiais, entre outros testemunhos, elabora um “texto-representação” que se torna, “intersubjetivo, dialógico, e nunca de uma única leitura” (Escolano Benito, 2017, p. 161). A terceira categoria de análise refere-se à “descrição densa” que, grosso modo, é a operação de descrever o fato observado de forma rigorosa e detalhada, em seus pormenores, partindo das considerações de Geertz, este método “propõe uma representação densa da complexa realidade estudada” (Escolano Benito, 2017, p. 162).

O procedimento de combinar e comparar a coleta de dados chama-se “triangulação” e é a quarta categoria apresentada por Escolano Benito. De acordo com este autor, em antropologia cultural “o etnógrafo é como um catador de restos, que ‘fareja’ entre os resíduos o que há de valor resgatável, por detrás dos signos que acompanham os objetos-indícios” (Escolano Benito, 2017, p. 152). Neste sentido o “etno-historiador analisa as práticas culturais enredadas na materialidade que examina, por meio de processos que triangulam não apenas as fontes, mas os olhares que pode lançar sobre ela”.

Por fim, a última orientação metodológica apresentada por Escolano Benito para uma etno-história da escola é a “intertextualidade” que, seria nada mais nada menos, que a operação de entrecruzar os textos, “buscando traçar pontes entre eles, para encontrar sentido entre os numerosos fragmentos que manipula, e assim poder construir um conjunto interpretado e propositivo, com intenção holística” (Escolano Benito, 2017, p. 163).

Martin Lawn e Ian Grosvenor (2001) também exploram as culturas e significações produzidas a partir do trabalho dos professores no contato com os objetos. Por meio da descoberta de aparelhos contidos em um sótão de uma escola britânica, os autores trazem inúmeras questões sobre as “modernidades abandonadas” que ali estão reunidas. O fato de estarem guardadas com certo zelo demonstra que o seu uso em algum momento já foi importante no cenário educacional daquela escola. Os objetos ali reunidos, máquinas de escrever, os rádios e os projetores evidenciam um traço das culturas do trabalho que existiram

no passado dessa escola. Desta forma, por meio da cultura material os autores explicam que estes artefatos podem ser reveladores da rotina de trabalho de um dado momento histórico da educação escolar. Além do mais, as ferramentas utilizadas no cotidiano escolar podem ilustrar a cultura de trabalho dos próprios professores, uma vez que estes, por várias vezes, elaboraram ferramentas para seu ofício permitindo identificar que, para além do contato com os estudantes, os professores trabalhavam com outros aspectos da licenciatura como os investimentos nas produções de materiais próprios.

Ao escrever sobre a pesquisa histórica da cultura material na Itália, Juri Meda (2015) explica que os estudos italianos têm investido “na dimensão econômica dos processos de escolarização de massa e suas causas”, desta maneira os artefatos escolares para além dos seus usos pedagógicos é interpretado também na condição de produto industrial, dando destaque aos aspectos de consumo e circulação.

A história material da escola estudada na Itália, pelo menos até o momento, se constitui, para todos os efeitos, mais como uma história da indústria escolar, com especial referência aos processos de produção e as complexas dinâmicas mercantis vigentes no âmbito de um mercado *sui generis* como o da escola, a partir da origem do processo de manifestação do consumo cultural que teve seu início nos países europeus – ainda que em diferentes velocidades – entre os séculos XIX e XX (Meda, 2015, p. 11).

Pensar a escola enquanto fenômeno econômico também foi uma abordagem proposta por Cynthia Greive Veiga (2018) ao estudar as várias dimensões que envolveram a oferta do ensino público. Ancorada em Karl Polanyi, Veiga se desvia do significado tradicional da economia, entendida “como resposta à escassez tendo o mercado como solução natural”, para pensá-la como um processo em que o ser humano interage com o meio social e natural para produzir aquilo que precisa para viver. Desta forma, a autora acha importante refletir sobre

[...] **os processos de interação entre representantes do Estado, famílias, professores e alunos para fazer funcionar a escola.** Minha hipótese é de que a necessidade da educação escolar e a sua satisfação envolvem relações sociais em sua materialidade associada a tensões de gênero, geração e origem étnico racial e, portanto, abarca questões políticas, culturais e afetivas. Por exemplo no caso da história da educação escolar, podemos destacar uma “economia escolar” caracterizada pela desqualificação da população pobre e negra, das professoras, das comunidades locais como justificativas para a necessidade da escola, mas também para exemplificar a sua “precariedade”; ou também pela estigmatização das famílias “que não se esforçam pela educação dos filhos”, conquanto eles precisassem trabalhar (Veiga, 2018, p. 32, grifos meus).

A relação das pesquisas apresentadas neste levantamento não procura esgotar as possibilidades de investigação existentes no campo, no entanto ela demonstra as diferentes faces que os historiadores e as historiadoras da educação investiram ao analisar a cultura material escolar. É importante sinalizar que estes estudos não se amparam somente nas leituras

das fontes ou dos aportes teóricos manejados, mas de uma ambiência de grupos de pesquisas que propiciou conexões interpretativas. Diana G. Vidal, por exemplo, em 1997, participou e coordenou um espaço de reflexão e investigação sobre a dimensão material da escola com o projeto inicial “A escola na sua materialidade: estratégias e táticas (Distrito Federal, 1927-1930)”²¹. Outro exemplo de pesquisa coletiva que representou uma contribuição relevante para a área da História da Educação foi o projeto de âmbito nacional, coordenado pela profa. Dra. Rosa Fátima de Souza, intitulado: “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870- 1930)”. Esse projeto contou com a presença de 27 pesquisadores doutores, distribuídos por 15 estados Brasileiros²².

Para viabilizar a análise comparada, a equipe de pesquisadores estruturou-se em quatro grupos temáticos organizados em torno dos quatro eixos de investigação do projeto: GT1 – Estudo do significado, das iniciativas de adoção e das práticas geradas pelo método intuitivo e seus desdobramentos e inflexões a partir da difusão da escola nova; GT2 - Exame da materialidade da escola primária graduada pelo estudo da cultura material escolar; GT3 – Análise das representações sociais sobre os grupos escolares; GT4 – Estudo da institucionalização da escola graduada nos vários estados do Brasil considerando as reformas educacionais, a expansão das instituições escolares, a organização pedagógica e a relação entre os vários tipos de escolas primárias (escolas isoladas, reunidas, grupos escolares e escolas municipais, estaduais e privadas) (Castro, 2011, p. 14).

Um dos frutos desse projeto foi a publicação da obra “Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos”, organizada pelo GT2 - responsável pelo exame da materialidade da escola primária graduada -, reunindo pesquisadores dos estados de Maranhão, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e contou com professores doutores, doutorandos, mestrandos e alunos da iniciação científica. À respeito da materialidade citada nas correspondências governamentais, os autores desses cinco estados organizaram 11 categorias para a classificação desses artefatos, são elas: a) indumentárias; b) jogos e brinquedos; c) livros; d) material de higiene; e) material de limpeza; f) materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino, g) mobília; h) organização/escrituração da escola; i) ornamentos; j) prédios escolares; k) utensílios da escrita. A compilação desses objetos em uma espécie de glossário permite

²¹ É importante sinalizar que a pesquisa coordenada por Diana G. Vidal está também vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História Educação (NIEPHE), que organiza projetos articulados a história da educação no Brasil a partir de análises historiográficas de vertente nacional e transnacional.

²² Fizeram parte do projeto os seguintes pesquisadores: Alessandra Frota Martinez de Schueler, Andréa Maria Lopes Dantas, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, Antonio de Pádua Carvalho Lopes, César Augusto Castro, Diana Gonçalves Vidal, Diomar Das Graças Motta, Eliane Peres, Elizabeth Figueiredo de Sá, Elisabeth Mirande de Lima, Fernanda Mendes Resende, Juliana Cesário Hamdan, Gizele de Souza, Gladys Mary Ghizoni Teive, Irlen Antonio Gonçalves, Jorge Carvalho do Nascimento, José Carlos Souza Araújo, Lucia Franca Rocha, Luciano Mendes de Faria Filho, Marta Maria Araújo, Maria Cristina Soares Gouvêa, Marlúcia Menezes de Paiva, Maria do Amparo Borges Ferro, Nicador Palhares Sá, Rubia-Mar Nunes Pinto, Vera Lúcia Gaspar Silva, Vera Teresa Valdemarin. Coordenação: Rosa Fátima de Souza. As instituições envolvidas foram as seguintes: UNESP/Araraquara; UFAC, UFMA, UFPI, UFPB, UFRN, UFS, UFBA, UFMT, UFG, USP, UFF, UFMG, UFU, UFPR, UDESC, UFPel.

visualizar a composição da cultura material escolar presente nos respectivos estados, na virada do século XIX para o XX.

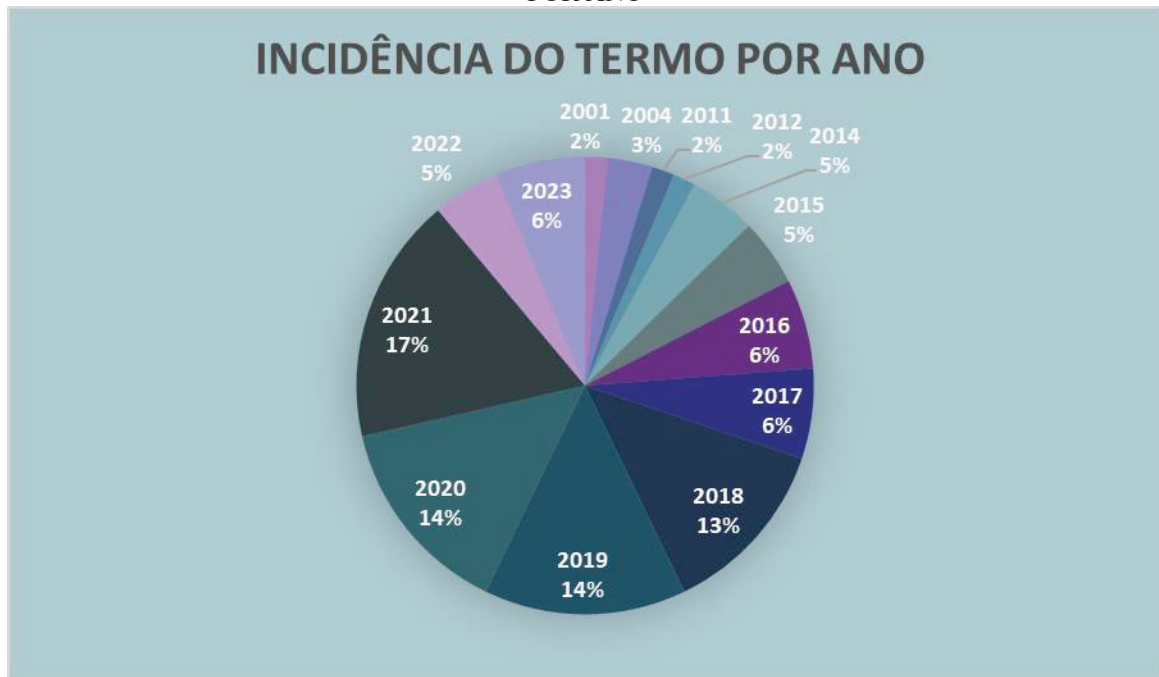
Organizado por Vera Lucia Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry, em 2012, a obra intitulada “Objeto da escola: espaço e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)” também é um exemplo de estudos que nasceram em meio a investigação de grupos de pesquisa. No caso dessa obra em específico, ela se constitui a partir da pesquisa “Objetos da escola: cultura material da escola graduada (1870 – 1950)” que também esteve articulada ao projeto coordenado por Rosa Fátima de Souza.

Com a intenção de entender o uso do termo “provimento material escolar”, enquanto uma dimensão operativa, interpreto que a produção especializada citada, na área da história da educação, bem como a trajetória dos grupos de pesquisa, construiu um campo fértil para que a categoria nascesse e fosse se aprimorando como uma dimensão de estudo dentro da análise da cultura material escolar. Assim, compreendo que o termo “provimento material” nasce de uma dimensão coletiva ilustrada por projetos integrados e compartilhados. Dessa forma, para identificar a apropriação e a consolidação da temática no campo, mobilizo outras produções que operam com esse termo de forma mais categórica. O primeiro movimento iniciado foi buscar no Portal de Periódico da Capes, no Catálogo de teses e dissertações da mesma instituição, na base de dados da Scielo, e no Google Acadêmico, produções relacionadas à História da Educação que, à primeira vista, dedicaram ao **título de seus trabalhos**, aos seus **resumos** e ao **corpo do texto** o termo **“provimento material”**. A palavra nominal para a busca nessas plataformas variou entre: “provimento material”, “provimento”, “provisão material”, e “prover”.

Por meio das bases citadas, foi possível examinar um universo de 63 trabalhos relacionados ao tema. Os descritores mencionados estiveram presentes em trabalhos produzidos no ano de 2001 a 2023. Este intervalo de tempo é interessante pois coincide com o período delimitado por Gizele de Souza e Vera Lúcia Gaspar da Silva (2021) ao examinarem o percurso das produções relacionadas à cultura material escolar na área da história da educação. As autoras consideram a distância temporal de 2000 a 2020 significativa para “localizar e apreender ênfases, emergências e consolidações temáticas. O percurso de duas décadas possibilita, se não explicar, problematizar o lugar da temática” no campo (Souza; Gaspar da Silva, 2021, p. 82). Desta forma observei que o termo – provimento material – aparece de forma tímida na primeira década, emergindo com maior força no final da segunda e a partir de 2016,

conforme o gráfico²³ a seguir:

FIGURA 2: INCIDÊNCIA DO TERMO “PROVIMENTO MATERIAL” NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS POR ANO



FONTE: organizado pela autora com base nas plataformas de pesquisa.

A primeira década é marcada pela defesa da dissertação de Valdeniza Lopes da Barra²⁴ em 2001 e de doutoramento de Gizele de Souza²⁵ e Vera Lúcia Gaspar da Silva²⁶, ambas em 2004. A dissertação de Valdeniza Lopes Barra teve como objetivo analisar as “relações entre o processo de constituição da forma escolar moderna e os materiais que proveram a escola pública paulista de instrução elementar durante o século XIX” (Barra, 2001, p. 11), nesse sentido a autora investiga a história da escola pública oitocentista por meio do itinerário da lousa, é a materialidade que conduz o seu percurso analítico. A produção de Barra torna-se interessante nessa pesquisa pelo destaque que o termo “provisão” recebe em seu trabalho: o capítulo três de

²³ O levantamento preliminar das produções acadêmicas para a composição do painel analisado podem ser acessadas no Anexo I.

²⁴ BARRA, Valdeniza Lopes da. **Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade – PUC-SP, São Paulo, 2001.

²⁵ SOUZA, Gizele de. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929**. TESE (Doutorado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade – PUC-SP, São Paulo, 2004.

²⁶ GASPAR da SILVA, Vera Lucia. **Sentidos da Profissão Docente: Estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX**. TESE (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2004.

sua dissertação intitula-se: “A provisão material da escola primária no século XIX”. É nesse texto que Barra mobiliza e emprega o termo “provimento” quando quer demonstrar as ações acionadas para a organização e funcionamento da sala de aula. Quando se refere a “provisão material das escolas públicas de São Paulo” Barra (2001, p. 94) pontua que essas escolas se dividiam “em dois conjuntos básicos de móveis e utensílios: um conjunto de móveis de uso específico do professor – mesa, cadeira e estrado – e outro de uso dos alunos – bancos e bancas/mesas”. Nessa perspectiva a autora pontua que

[...] as escolas paulistas eram providas segundo os critérios do aproveitamento do espaço de funcionamento e do princípio da redução de recursos implícito na definição da Tabela de Materiais "necessários" à escola pública de Primeiras Letras. Apesar disso, a Secretária de Instrução Pública não garantia homogeneidade na provisão material das escolas. A falta de homogeneidades podia ser verificada nas escolas beneficiadas pelo fornecimento de material escolar ou verba para aquisição deste material e, evidentemente, nas escolas que não recebiam o fornecimento para a sua provisão (Barra, 2001, p. 104).

Assim é possível observar que Barra qualifica o termo provimento como uma dimensão da cultura material escolar que associa a materialidade ao contexto de funcionamento da escola, desde os móveis que servem para o ofício do professor àqueles que servem para a acomodação dos alunos para o exercício de suas tarefas escolares. Os termos “provisão” e “provimento” não são descritos como uma categoria de análise, mas a sua operação demonstra que são acionados a partir do léxico presentes nas próprias fontes.

Em relação as teses desenvolvidas por Gizele de Souza e Vera Lúcia Gaspar da Silva, é possível perceber que a primeira esteve dedicada a estudar a cultura escolar dos jardins de infâncias e grupos escolares do Paraná e menciona o termo - provimento - associado ao projeto de estruturação material da escola pública nas duas primeiras décadas do século XX, processo que forjou, principalmente aos centros urbanos, o processo civilizador de instrução republicana paranaense. Desta forma, ao ajustar as lentes para o exame da materialidade, Gizele de Souza extrai de suas fontes os termos “provimento de escolas”; “provimento de utensílios para o ensino”; “provimento do mobiliário” e “provimento completo de seu material”, associando-os a um contexto de suprimento, instalação e abastecimento material da escola, desde a construção dos edifícios, da fabricação dos móveis e dos materiais de ensino.

A tese de Vera Lucia Gaspar da Silva mobiliza outro sentido atribuído ao termo “provimento” no final do século XIX e início do século XX: a abertura e criação de vagas tanto de professores como funcionários públicos nesse período. Gaspar da Silva (2004) dedicou-se a investigar a história da profissão docente no ensino primário de forma comparada entre estados brasileiros e Portugal. Desta forma, é possível observar na escrita da autora que a criação de cargos de professores, ou mesmo a ocupação de vagas do setor público, são representadas pelo

uso da palavra “provimento”, extraída das fontes, elas aparecem do seguinte modo: “provimento definitivo”, “provimento de vagas”, “provimento de cadeiras²⁷” e “provimento de escolas de ensino primário”. Assim, a materialidade, num primeiro momento, seria o próprio recurso humano representado nas figuras dos professores e demais agentes públicos.

Após sete anos da conclusão do trabalho de tese das autoras citadas, o termo provimento aparece com a dissertação de Juarez Anjos, defendida em 2011. Sua pesquisa procurou entender “como o papel da criança no processo de escolarização primária era percebido pelos sujeitos envolvidos com a escola (professores, pais, inspetores e políticos) na cidade da Lapa, na Província do Paraná, entre os anos de 1866 e 1886” (Anjos, 2011, p. 24). Neste estudo, o autor maneja os dois sentidos que, tanto Vera Lucia Gaspar da Silva quanto Gizele de Souza, acionaram ao fazer uso da palavra provimento: a relação do termo com o aparelhamento material da escola e a criação de vagas associada aos agentes educacionais. Assim, Anjos cita em sua pesquisa o “provimento de cadeiras”; “provimento de escola pública”; “provimento de materiais” e “provimento de utensis”.

Nesta perspectiva, Etienne Barbosa (2012), com um recorte espaço-tempo similar – Paraná (1854-1883) – também menciona o termo provimento ao estudar a organização da inspeção pública por meio dos sujeitos nomeados para a ocupação deste cargo, o aparecimento do termo também é relacionado ao preenchimento de vagas para a instrução pública.

Em 2019, Franciele Ferreira França, na intenção de compreender como o professor primário do período oitocentista exercia seu ofício a partir das condições disponíveis, também mobilizou o termo provimento para as condições de funcionamento da escola. Uma vez que, o professor, nesse período, contribuía para a aparelhagem material, França mobiliza o termo “provimento” quando o docente imbuía estratégias para adquirir móveis e outros objetos para o espaço em que as aulas eram ministradas. Inserida no contexto de investigação da história da constituição da profissão docente no Brasil, a tese escrita por França também opera com o termo provimento no contexto do recurso humano, quando as cadeiras são providas pelos respectivos professores e também no provimento da materialidade escolar manejada pelos professores. Diante desse cenário, a autora qualifica o termo a partir dos sentidos atinentes ao seu material empírico, são eles: “provimento da escola”, “provimento vitalício”, “provimento das cadeiras”, “provimento de professores” e “provimento de material”.

É importante sinalizar que Anjos (2011), Barbosa (2012) e França (2019) tiveram como orientadora - mestrado e doutorado - a Profa. Dra. Gizele de Souza, por essa razão o

²⁷ Entende-se “provimento de cadeiras” no mesmo sentido de “provimento de vagas”.

detalhamento do termo com o passar dos anos não causa estranhamento, uma vez que os estudos e debates se aprofundam, tanto no grupo de pesquisa em questão, como também nas investigações que coletivamente participavam naquele momento. Além dos projetos supracitados, Souza também coordenou o projeto de pesquisa intitulado “História da Infância e Cultura Material Escolar” iniciado no ano de 2015 (até o término em 2020) com o propósito de realizar levantamentos e análises acerca de fontes primárias e secundárias a respeito da temática da história e escolarização da infância e a relação com a cultura material escolar entre fins meados do século XIX e a década de setenta do século XX. A justificativa para o recorte de longa duração foi empregada com o objetivo de examinar tanto o provimento material mobilizado aos processos de escolarização da infância, como as condições de produção e circulação deste aparato cultural.

De 2014 a 2017, Vera Lucia Gaspar da Silva coordenou o projeto de pesquisa intitulado “Objetos em Viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária em países ibero-americanos”, é interessante observar que o termo “provimento material” já é referenciado no título do projeto. O objetivo assumido no plano de estudo, coordenado por Vera Gaspar, foi localizar e analisar fontes a respeito do provimento material da escola primária em países ibero-americanos, sob a perspectiva dos estudos sócio-históricos-comparados e da cultura material escolar. Desta forma, partindo das aproximações e distanciamentos sobre as diferentes faces que a escola primária assumiu, o projeto procurou por meio da materialidade identificar a circulação de ideais pedagógicas, bem como a estruturação dos espaços físicos, além dos materiais para o ensino e o aparato legislativo.

Dentro do tempo de atuação do projeto, Vera Lúcia Gaspar da Silva publicou o artigo “Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870 – 1920)”. A autora associa o termo “provimento” ao desenho material da escola pública brasileira e portuguesa e não situa a expressão em questão como um conceito. Contudo, é interessante notar que o emprego da frase não surge atrelado meramente ao significado de nossos dicionários contemporâneos, **mas informa um importante recorte espacial e temporal dentro da organização da escola pública primária**. De acordo com Gaspar da Silva (2014, p. 2010), “com as discussões sobre o alargamento das fontes de investigação e, mais especialmente, aquelas ligadas à preservação do patrimônio material escolar, têm aumentado as pesquisas que problematizam questões referentes ao provimento material das escolas”. Deste modo, a partir da virada documental, com novos temas, problemas e fontes, novas categorias de análise também são criadas.

Para além do trabalho de Vera Gaspar da Silva, outros estudos vinculados ao projeto

“Objetos em Viagem” também mencionam o termo “provimento material”. Gustavo Rugoni de Sousa²⁸, por exemplo, no ano de 2015 defende sua dissertação intitulada “Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis Cimo com o mercado escolar (1912 -1952)”. Nesta investigação, Rugoni de Souza (2015) propõe em seus objetivos compreender os aspectos materiais que envolvem o provimento material da escola primária, com isso pode-se notar que o termo “provimento material” é utilizado para informar o leitor um tipo de situação existente no processo do suprimento mobiliário. Para além da circulação e apropriação de saberes que envolve o provimento material escolar, Rugoni de Souza se propõe a identificar as influências econômicas que também contribuem para as modificações internas da escola. Com isso o autor mobiliza os termos: “provimento material das instituições públicas”, “provimento material das escolas”, “provimento de mobiliários” e “provimento material escolar”. A partir da dissertação, no ano de 2016, Gustavo Rugoni de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva publicaram os artigos “Cultura material escolar: o mobiliário em discussão” e “A fábrica móveis Cimo e seus mobiliários: a escola como um mercado atraente”, ambos têm como escopo a problematização do processo de idealização, fabricação e comercialização de móveis escolares, permitindo investigar a tríade: Estado, escola e indústria.

Ao escrever sobre os percursos e recursos vivenciados na pesquisa sobre cultura material escolar, dentro do projeto “História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930-1961)”, Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2015) apresentam uma espécie de balanço das atividades desenvolvidas entre os anos de 2010 e 2013 por meio do GT3²⁹. Dentro dessas atividades, as autoras já mencionavam os desafios de se precisar conceitos dentro dos estudos sobre a cultura material escolar, uma vez que estes acabam tendo um perfil polissêmico, sendo fáceis de visualizar, no entanto, difíceis de precisar e operar. Ainda que o manuseio de um conceito fosse incerto naquele momento, as autoras já davam indícios nesse balanço sobre as potencialidades que a “provisão material” traria para a análise material da escola, uma vez que por meio do estudo do provimento material haveria a possibilidade de conhecer a materialidade, ou ao menos a materialidade pretendida, que organiza o projeto de escolarização em um determinado tempo e espaço.

²⁸ Orientado pela professora Vera Lucia Gaspar da Silva no mestrado e no doutorado.

²⁹ O Grupo Temático G3 tem como empreitada de investigação a “Cultura Material Escolar: a materialidade da escola primária graduada pelo estudo da cultura material escolar (SE, MA, PR, GO, SC)”. Os integrantes do grupo foram Vera Lucia Gaspar da Silva (coordenadora – UDESC), Gizele de Souza (vice coordenadora - UFPR), Anamaria Bueno de Freitas (UFS), César Castro (UFMA), Samuel Velázquez (UFMA), Valdeniza da Barra (UFG), Giani Rabelo (UNESC) e Claudia Panizzolo (UNIFESP).

Falar de provisão material da escola primária no Brasil é falar de desigualdades, de representações em disputa, de diferentes suportes materiais para o desenvolvimento de práticas educativas. Os vestígios materiais, operados de diferentes formas, podem oferecer à historiografia da educação informações preciosas acerca de um passado apagado pelo discurso político-pedagógico que prima por uniformizar o que, na estrutura material, é muito desigual e, por vezes, distinto (Gaspar da Silva; Souza, 2015, p. 474).

No bojo dessas questões - nos estudos aqui apresentados - observei que o termo “provimento material” foi ganhando uma qualificação comum associada as preocupações do processo de constituição da escola primária na virada do século XIX para o XX. Junto da agenda de pesquisa da cultura material escolar, foi se consolidando um termo que permitiu estar centrado menos nas ideias pedagógicas e mais nas formas de organização da escola, isto é, nos processos de abastecimento e aparelhamento material. Além disso, observo uma maior incidência do termo associado aos trabalhos dedicados a investigação do mobiliário escolar, dos 63 estudos mapeados que apresentam o verbete “provimento”, 25 elegem o mobiliário escolar como objeto de pesquisa, e tem o descritor “provimento material” citados no texto, como pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 4: PESQUISAS SOBRE A TEMÁTICA DO MOBILIÁRIO ESCOLAR QUE OPERAM COM O TERMO PROVIMENTO MATERIAL

ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO DE PRODUÇÃO
2014	Wiara Rosa Rios Alcântara	Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874 – 1914)	Tese - USP
2015	Gustavo Rugoni de Sousa	Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis Cimo com o mercado escolar (1912 -1952).	Dissertação – UDESC
2016	Gustavo Rugoni de Sousa	Cultura material escolar: o mobiliário em discussão	Criar Educação Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação Unesc
2016	Gustavo Rugoni de Sousa, Vera Lucia Gaspar da Silva	A fábrica de móveis Cimo e seus mobiliários: A escola como um mercado atraente	Hist. Educ. (online)
2017	Gustavo Rugoni de Sousa, Roberta F. Schnell, Vera Lucia Gaspar da Silva	Tecnologias inscritas na escola: para além do provimento material	Capítulo de livro ³⁰
2017	Gecia Aline Garcia	O Provimento material escolar para a educação da infância no Paraná, anos finais do século XIX e início do século XX	Anais 9ª. SIEPE UFPR
2019	Marlucy do Socorro Aragão De Sousa	O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira república: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”.	Tese – UFPA
2019	Gizele de Souza, Vera Lucia Gaspar da Silva	Negócios combinados: modos de prover a escola pública primária (em fins do século	Educar em Revista

³⁰ Capítulo presente no livro “Cultura escolar, tecnologias e práticas: perspectivas históricas e contemporâneas” organizado por Elaine Cátia Falcade Maschio e Eliana Maria do Sacramento Soares em 2017.

ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO DE PRODUÇÃO
		XIX e início do XX)	
2019	Ana Paula de Souza Kinchiescki, Gustavo Rugoni de Sousa, Vera Lucia Gaspar Da Silva,	Objetos da escola: modernidades que (Im)portam	Revista – Plures humanidades
2019	Gustavo Rugoni de Sousa	A (re)invenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)	Tese – UDESC
2019	Juarez José Tuchinski dos Anjos	Para uma história da protoindústria escolar no Brasil Império: A Fábrica Röhe & Irmãos e seus bancos-carteira (1868-1883)	Educar em Revista
2020	Gecia Aline Garcia	Itinerário moveleiro: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense-anos finais do século XIX e início do século XX	Dissertação UFPR
2020	Gustavo Rugoni de Sousa, Ana Paula De Souza Kinchiescki, Vera Lúcia Gaspar da Silva	A carteira escolar está “apta para o seu destino”? Argumentos e exigências sobre o mobiliário escolar em exposições universais	Revista Educação e Emancipação
2020	Samanta Vanz, José Edimar de Souza	Mobiliário para escolas públicas de ensino primário em Caxias do Sul/RS (1890-1930): vestígios da cultura escolar	Revista Educação e Emancipação
2020	Júlia Naomi Kanazawa, Heloísa Helena Pimenta Rocha	Um mobiliário para o ensino profissional: notas sobre a carteira de desenho	Revista Educação e Emancipação
2020	Terciane Ângela Luchese, Manuela Ciconetto Bernardi	Rumo ao interior: móveis e objetos numa escola rural de Antônio Prado/RS (1899 - 1912)	Revista Educação e Emancipação
2020	As palavras dos professores e as coisas da escola: materialidade escolar, mobília e fazeres docentes entre os séculos XIX e XX	Andréa Bezerra Cordeiro, Franciele Ferreira França	Revista Educação e Emancipação
2020	Gecia Aline Garcia, Gizele de Souza	Pistas e indícios: uma investigação sobre o processo de aquisição mobiliário da escola primária (1884-1894)	Revista Educação e Emancipação
2021	Gustavo Rugoni de Sousa, Ana Paula de Souza Kinchiescki	“o mais novo! O mais bonito! O melhor!”: os objetos da escola em catálogos comerciais	Capítulo de livro - A teia das coisas ³¹
2021	Franciele F. França, Gecia Aline Garcia	Incumbências da “boa guarda” material: a responsabilidade do professor sobre a instalação, provisão e manutenção de sua escola na segunda metade do século XIX	Capítulo de livro – A teia das coisas
2022	Juarez José Tuchinski dos Anjos	Gustavo Alberto: “invenção” e circulação da primeira carteira escolar patenteada no Brasil (1881-1884)	Educação e Pesquisa, São Paulo.
2022	Wiara Rosa Rios Alcântara	Eduardo Waller & Comp: a emergência da indústria de mobiliário escolar em São Paulo (1895-1924)	Cadernos de História da Educação
2022	Gecia Aline Garcia, Gizele de Souza	Pelo fio do nome: relações transnacionais no processo de provimento material do Ginásio Paranaense (1892-1906)	Educação e Pesquisa, São Paulo.
2023	Ione Celeste Jesus de	Carteiras escolares na cultura material	Revista Brasileira de

³¹ CORDEIRO, Andrea Bezerra; GARCIA, Gecia Aline; KINCHIESCKI, Ana Paula de Souza; KANAZAWA, Júlia Naomi. **A Teia das Coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**. Editora CRV/NEPIE: Curitiba, 2021.

ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO DE PRODUÇÃO
	Sousa	escolar da instrução baiana: saber docente, saber médico-higiênico (1880-1885)	História da Educação
2023	Etienne Baldez, Juarez José Tuchinski dos Anjos	Vestígios de representações sobre a Carteira Escolar nas conferências efetuadas na Exposição Pedagógica do Rio De Janeiro (1883)	Revista Brasileira de História da Educação

FONTE: organizado pela autora com base na consulta das plataformas de pesquisa.

Outra observação interessante é que conforme a agenda de pesquisa sobre a cultura material se expande, as produções que assumem em seus respectivos trabalhos, principalmente no **título**, o termo “provimento”, também crescem. Em 2017, Amanda Cividini apresentou no IX CBHE o trabalho “Objetos em lei: **provimento material** da escola catarinense (1892 a 1919)” e Gecia Aline Garcia apresentou sua pesquisa na SEPE XX intitulada “O **Provimento material** escolar para a educação da infância no Paraná, anos finais do século XIX e início do século XX”. Ambos os estudos são fruto da pesquisa realizada durante a iniciação científica; a primeira se dedicou a investigar a escola primária catarinense sobre o dualismo que envolvia os grupos escolares e as escolas isoladas, sendo o primeiro abastecido com um material mais refinado, com urgência e abundância e, o segundo, suprido com o “mínimo necessário”, sem muita sofisticação. A partir da análise sobre o provimento material a autora observa que os Grupos Escolares, destinavam-se a uma pequena parcela da população escolar, diferente das escolas isoladas que eram responsáveis pela grande massa da população.

No contexto paranaense, Gecia Aline Garcia procurou identificar como o setor público provia suas escolas com a mobília escolar, além de analisar as formas de solicitação desse material e os agentes envolvidos na sua confecção. Em um primeiro momento, a análise dos documentos investigada por Garcia permitiu inferir que no final do século XIX, a temática da mobília escolar esteve presente nos debates e legislação sobre instrução pública e que a produção de móveis para o ensino primário vai sofrer modificações na caracterização do contexto de produção. Neste sentido a autora observou um movimento crescente em relação ao seu provimento, oportunizando um mercado escolar mediatizado pelo espaço escolar.

Gustavo Rugoni de Souza, Roberta Fantin Schnell e Vera Lucia Gaspar da Silva publicaram em 2017 o capítulo “Tecnologias inscritas na escola: para além do **provimento material**”, no livro organizado por Elaine Cátia Falcade Maschio e Eliana Maria do Sacramento Soares, intitulado: “Cultura Escolar, tecnologias e práticas: perspectivas históricas e contemporâneas”. Neste capítulo os autores discutiram, sob uma perspectiva histórica, os artefatos escolares que circularam entre as práticas de professores e alunos com o intuito de identificar as permanências e as mudanças no ambiente educativo. A análise parte da cultura

material tendo como aporte autores que compreendem essa abordagem como potente para a análise do meio social, uma vez que os artefatos são produzidos a partir de determinadas condições previstas socialmente.

Ainda sobre os trabalhos que fazem menção as **formas de prover** a escola pública brasileira, cito o texto escrito por Gizele de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva, intitulado “Negócios Combinados: **modos de prover** a escola pública primária (em fins do século XIX e início do XX)”, publicado em 2019, e a dissertação de Geicia Aline Garcia defendida em 2020, recebendo como título o “Itinerário moveleiro: o **provimento material** escolar para a instrução primária paranaense - anos finais do século XIX e início do século XX”. Embora o trabalho de Souza e Gaspar da Silva empregue “modos de prover” ao invés de “provimento material”, as autoras situam à investigação a estudos que se ocupam do exame da cultura material escolar, no caso do artigo em debate o objetivo foi identificar e analisar os modos de provimento material acionados concomitantemente ao projeto de organização da escola pública primária. Assim, as autoras trabalham

[...] com a premissa de que a constituição da escola primária pode ser investigada e compreendida por diferentes vias: a composição material é uma delas. Na direção de estudos da historiografia educacional, defendemos a perspectiva de que o projeto de escolarização de massas no Brasil necessitou de uma articulação fecunda com setores comerciais, que participaram da tarefa de produzir o aparato material que sustentaria a edificação do projeto de escolarização da infância (em fins de século XIX e início do XX). [...] Tais premissas corroboram para a tese que aqui defendemos acerca da existência de negócios combinados, traduzidos por modos diversos nos processos de contratação, negociação e **provimento material** da escola primária no Brasil, em destaque para as realidades do Paraná e Santa Catarina (Souza; Gaspar da Silva, p. 31 e 33).

Nesta perspectiva, a dissertação de Garcia (2020) analisou os processos de aquisição dos móveis escolares para a instrução pública primária, no período entre os anos finais do século XIX e início do século XX. O percurso da pesquisa tomou os móveis escolares como eixo de análise principal, assim a autora buscou entender, dentro deste espaço-tempo, a instalação material da escola em seu processo de institucionalização, averiguando o debate sobre a mobília no aparato legislativo educacional, a relação dos sujeitos educacionais com esta materialidade e como as normas de obrigatoriedade do ensino contribuíram para a fabricação crescente dos móveis escolares. Além disso, Garcia se propôs a identificar o processo do provimento material escolar para o ensino primário, no sentido de compreender quem confeccionava os móveis escolares, a relação do Estado com esta produção e as redes de sociabilidade existentes.

O texto de Etienne Baldez Louzada Barbosa (2021) intitulado “Três colunas do jornal correio braziliense e os primeiros jardins de infância de Brasília: o **provimento material**

solicitado (1960-1965)”³², foi desenhado na interlocução de projetos coordenados pela professora Gizele de Souza, entre eles está: o “Projeto Grupos de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escolar”, no qual foi desenvolvido o “Ciclo de Debates e Formação sobre Cultura Material Escolar”, que teve como produção final a publicação do livro “A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede”, em 2021. A coletânea de textos que envolvem o conteúdo do livro circunda a temática da cultura material escolar bem como do provimento material. Dessa maneira, o texto de Barbosa sinaliza já em seu título a questão do provimento. Neste artigo, a autora se propõe a olhar para o provimento material a partir dos Jardins de Infância em Brasília, em específico os cinco primeiros jardins criados no Plano Piloto noticiados periodicamente em três colunas no jornal Correio Braziliense denominadas: Visto, Lido e Ouvido, Sociais de Brasília e O Ensino Dia a Dia. O período de análise insere-se tanto na construção da nova capital do país, na formulação e emprego da primeira LDB nº 4.024/61 e na Ditadura Civil Militar.

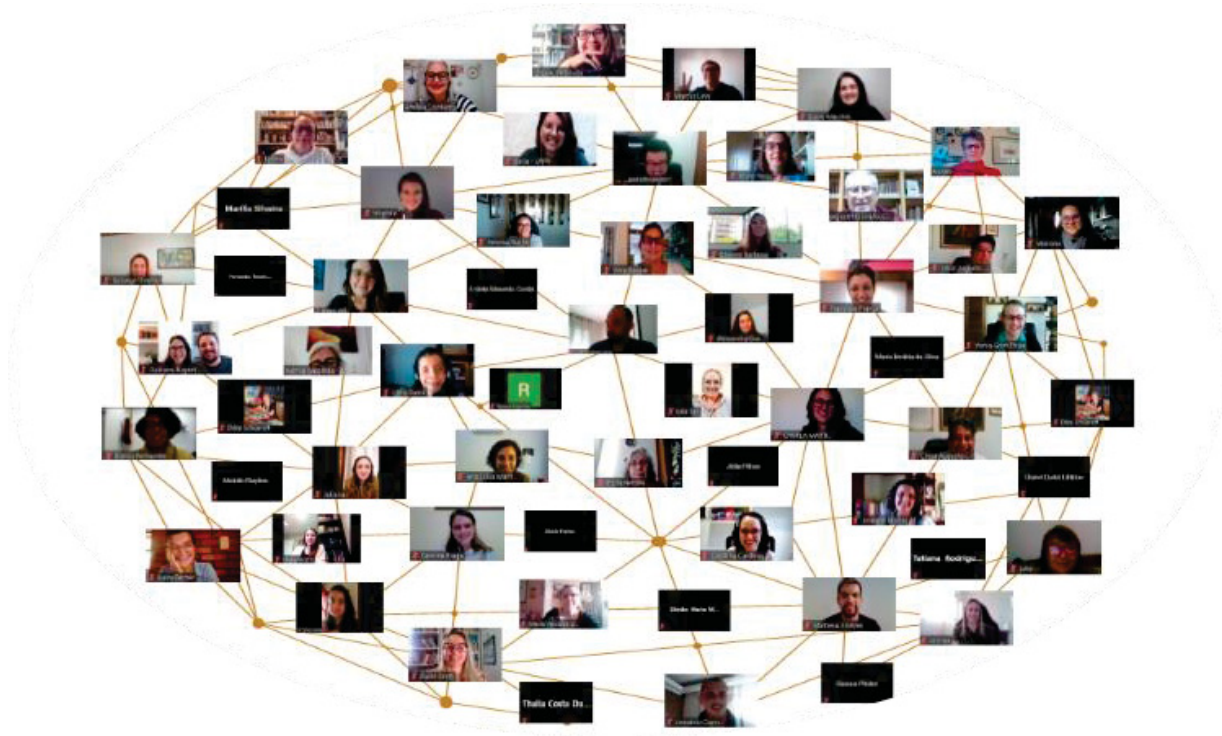
Em 2023, Ana Paula de Souza Kinchescki; Luiza Pinheiro Ferber e Vera Lucia Gaspar da Silva publicaram o texto “Em defesa da escolarização da infância: notas sobre a obrigatoriedade e o **provimento material**”, nessa investigação as autoras se propõem a apresentar as definições sobre instrução e educação e aspectos presentes na dimensão material extraídos dos verbetes presentes no “Diccionario Universal de Educação e Ensino, organizado por Émile Mathieu Campagne (França, 1872) e traduzido e ampliado para a língua portuguesa por Camillo Castello Branco (Portugal, 1873 e 1886)” (2023, p. 18). As autoras definiram que pertencente a categoria “provimento material” estavam os verbetes associados ao mobiliário escolar, aos utensílios de escrita, aos livros e revistas escolares, aos materiais táteis e sonoros para o ensino e a própria arquitetura escolar, aspectos que envolvem o funcionamento material da escola.

É importante sinalizar que o tema aqui em evidência não transita por acaso entre os pesquisadores citados. Em especial, a obra “A teia das coisas” é fruto dos encontros promovido pelo projeto “Grupos de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escolar”, coordenado por Gizele de Souza, Marcus Levy Bencostta e Andréa Cordeiro. Na figura n. 3, a seguir, é possível visualizar a rede³³ de professores e pesquisadores envolvidos neste projeto:

³² Produção vinculada ao projeto de pesquisa da autora, na UNB, intitulado “Jardins de Infância no Distrito Federal: uma história da sua institucionalização (1960-1980).

³³ Pesquisadores envolvidos no projeto em 2021: Agustín Escolano Benito, Alessandra Giacomiti, Ana Luisa Manfredini Araujo, Ana Paula de Souza Kinchescki, Andréa Bezerra Cordeiro, Bárbara Luiza Ludvig Rodrigues, Carolina Ribeiro Cardoso da Silva, Caroline Braga Michel, Cesar Augusto Castro, Chris de Azevedo Ramil,

FIGURA 3 - PESQUISADORES PARTICIPANTES DO PROJETO GRUPOS DE PESQUISA E EXPERIÊNCIAS SOBRE CULTURA MATERIAL ESCOLAR EM 2021



FONTE: Souza, 2021, p. 16.

Com base no exposto até aqui, olhar para o projeto material da escola e nomear a investigação acerca da dimensão material, mais especificamente, ao modo como a escola vem se aparelhando, é um recurso interpretativo que o campo está qualificando como “provimento material”. Observo que as fontes manejadas pelos historiadores da educação, aqui citados como aportes da análise, abraçam em sua maioria a metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, além de estarem relacionadas a documentos pertencentes ao circuito escolar, como: livros de inventário, as correspondências educacionais, ofícios, legislação, termo de visitas, anuários, iconografias, relatórios sobre as condições do ensino, entre outros documentos que fazem referência ao cotidiano escolar. Essas informações, a meu ver, localizam o lugar da temática, constituindo uma categoria de análise que nasce da interlocução de grupos de pesquisas atrelados a história da educação e a cultura material, bem como do próprio contexto

Cláudio Magno Pereira Farias, Dilce Schüeroff, Elaine Cátia Falcade Maschio, Eliane Peres, Etienne Baldez Louzada Barbosa, Fátima Branco Godinho de Castro, Fernanda Teixeira Gomes Foster, Franciele Ferreira França, Geia Aline Garcia, Giane Lucélia Grotti, Gizele de Souza, Gustavo Rugoni de Sousa, Heloísa Helena Pimenta Rocha, Joseane Cruz Monks, Juarez José Tuchinski dos Anjos, Júlia Naomi Kanazawa, Juliana Calixto Bartsch, Luiza Pinheiro Ferber, Mara Francieli Motin, Marcus Levy Bencostta, Maria Irinilda da Silva Bezerra, Marília Brandão Amaro da Silveira, Melrilin Rayline Marques da Silva, Rochele Allgayer, Samuel Luís Velázquez Castellanos, Solange Aparecida de Oliveira Hoeller, Vania Grim Thies e Virginia Lourençon da Silva.

de produção das fontes primárias. Neste sentido, nos próximos capítulos irei investir em pistas, indícios e signos que possam me ajudar a remontar e dar significado a(s) cultura(s) do provimento presente na história material da instrução pública paranaense, como um exercício de enfrentamento do termo como categoria de análise.

CAPÍTULO II

A PISTA INDICIÁRIA

É um erro capital teorizar antes de ter os dados.
Insensatamente, as pessoas começam a distorcer os fatos
para se adequarem às teorias, em vez de elaborar teorias
para se adequarem aos fatos.

Sherlock Holmes³⁴

Luvas em mãos, máscara no rosto, era mais uma tarde de pesquisa no Arquivo Público Paranaense, quando, em meio às correspondências amareladas da instrução pública, a leitura me fez pairar sobre uma carta circular de conteúdo intrigante, endereçada a todos os inspetores escolares da época. Vejamos do que se tratava:

Curitiba, 7 de março de 1906

Sr. Inspetor Escolar

Capital

Estando esta repartição **organizando a escripturação de toda a mobília escolar do Estado**, a fim de **poder prover com segurança as necessidades das escolas**, tornar-se preciso que me envieis com a máxima brevidade a relação dos móveis existentes em casa escola sob vossa jurisdição, para o que deveis exigir dos respectivos professores uma nota explicativa dos objectos que possuem e dos que ainda lhes são necessários, devidamente datado e assignado.

Convém que façeis sentir aos mesmos professores que aquelle que não satisfazer esta determinação incorrerá na pena de suspensão de seu cargo.

Saúde e Fraternidade

Arthur Pedreira de Cerqueira

Identifico aos Inspectores Escolares do Estado

FONTE: Cerqueira, AP 1244, 1906, p. 11, grifos meus.

³⁴ DOYLE, Arthur Conan. **Um escândalo na boemia e outras aventuras**. Cotia, SP: Pé da Letra, 2017. p. 8.

Desde a Iniciação Científica investigo o processo de provimento material para a instrução pública primária paranaense, o investimento sobre o século XIX foi realizado tanto no processo de escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC)³⁵ como na própria elaboração da dissertação³⁶. Ao me debruçar sobre a documentação das primeiras décadas do século XX, como no caso da Circular escrita em 1906, o fato de uma “escripturação” sob toda a mobília escolar estar sendo organizada me chama atenção por conta de três situações que irei explicar a seguir.

Primeira: identifico que a ação de inventariar e reunir de forma documentada toda a mobília existente no cenário escolar paranaense revelará uma forma de organização diferenciada com a constituição do livro tomo. É fato que no século XIX, no Paraná, Joaquim Ignácio Silveira da Motta construiu tabelas indicando o que cada escola das primeiras letras deveria conter no requisito materialidade e que na própria legislação escolar cabia aos professores inventariar os móveis existentes em sala. No entanto, a tabela de Silveira da Motta e a relação anotada pelos professores funcionavam muito mais como uma prescrição indutora, para que, com o tempo, as salas de aulas fossem mobiliadas conforme a norma, do que de fato uma ação compiladora de arrolamento do mobiliário escolar existente.

Segundo: a ação de organizar uma listagem com os móveis existentes e os que ainda eram necessários evidencia uma intenção do Estado de prover a mobília que faltava e de realizar um censo sobre ela. Entretanto, esta é a intenção relatada, cabe à minha investigação descobrir as tensões existentes entre o ato de inventariar e o ato de prover, afinal: o que de fato nesta relação é possível de ser levado a cabo?

Mas ainda me cabe uma terceira suposição: penso que a carta circular enquanto fonte indiciária remete não só à ação deflagradora de reunir elementos para o provimento escolar, mas também incita outras questões investigativas à pesquisadora que aqui escreve. Mais do que entender como o Estado reuniu esforços para suprir sua escola materialmente e indicá-los, me cabe entender se essa ação de **“escripturação de toda a mobília escolar”** foi suficiente para garantir o compromisso dos dirigentes governamentais no abastecimento material escolar. Se não foi, quais outros investimentos foram escolhidos e por quê?

³⁵ GARCIA, Aline Gecia. **Ao correr da pena**: um estudo sobre a instalação material da escola primária paranaense. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

³⁶ GARCIA, Gecia Aline. **Itinerário moveleiro**: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense – anos finais do século XIX e início do século XX. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

2.1 “O Inventário das Móveis Existentes nas Escolas Públicas³⁷”: indícios de uma ação deflagradora

Era o mês de dezembro de 1906 quando o diretor geral da instrução pública – Arthur Pedreira de Cerqueira³⁸ – relatava as ocorrências da repartição a seu cargo ao secretário do interior, justiça e instrução pública – Bento José Lamenha Lins³⁹. No período, a prática de escrever relatórios anuais sobre a situação da instrução pública era prevista na legislação educacional. Segundo o Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná de 1901, a direção suprema do ensino era responsabilidade do governador do Estado, no entanto, o exercício era realizado, sob intermédio, do Secretário dos Negócios do Interior e Justiça do Paraná. Dentre as atribuições do Secretário do Interior estava apresentar ao governador do Estado um relatório anual sobre a movimentação do ensino primário. Assim, dentro deste mesmo documento estavam inseridos outros relatórios, como é o caso do texto de Cerqueira escrito a Lamenha Lins e, também, subordinado à leitura do governador do Estado, na época, o então Dr. Vicente Machado da Silva Lima⁴⁰.

Desse modo, havia sobre a administração pública do ensino uma ordem burocrática e hierárquica que pode ser verificada no organograma a seguir (Figura 4):

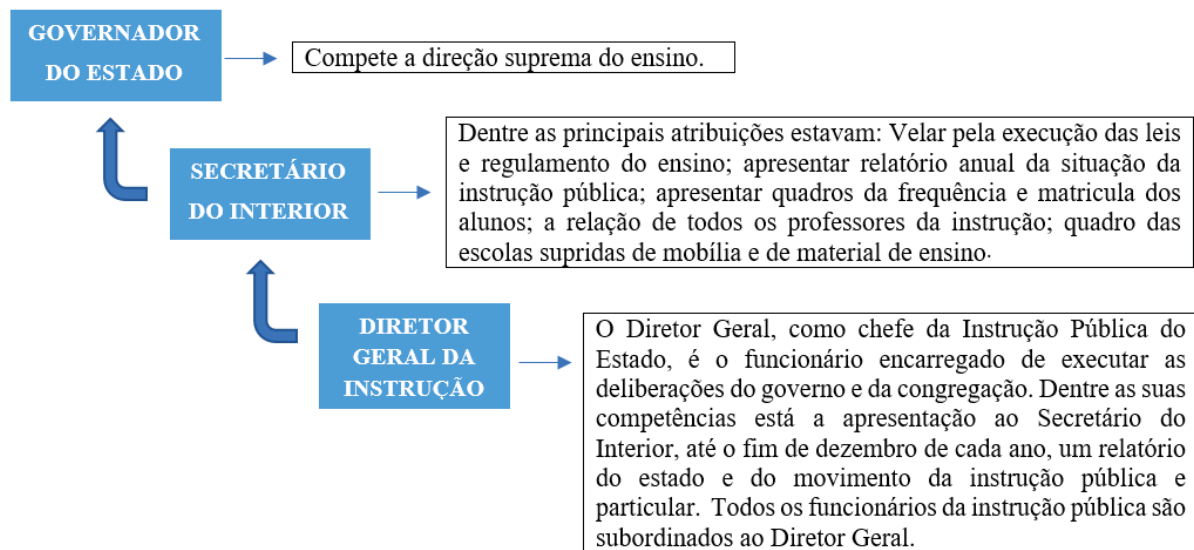
³⁷ Esta frase intitula a nota escrita pelo professor Francisco Zardo em 1906 em Santa Felicidade. O título completo seria: “Inventário das móveis existentes na Escola Pública do sexo masculino da Colônia de Santa Felicidade”. (ZARDO, AP 1248, 1906, p. 74)

³⁸ Segundo a Secretaria de Estado da Cultura – Museu Paranaense –, Arthur Cerqueira é natural da Bahia. Teve atuação política no Paraná como secretário de Obras Públicas e Colonização e foi diretor-geral da Instrução Pública. Disponível em: <http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 14 jul. 2021.

³⁹ Bento José Lamenha Lins nasceu em 29 de agosto de 1866, em Recife (PE). Filho de Adolfo Lamenha Lins e de Maria Leonor Correa de Sá e Benevides. Seu pai, foi presidente da Província do Paraná entre 1875 e 1877. Em 1912 elegeu-se deputado federal e, no mesmo ano, casou-se com Helena Loyola Machado. Faleceu em 21 de novembro de 1922, no Rio de Janeiro. Fonte: Casa Civil – Estado do Paraná – Bento José Lamenha Lins. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Bento-Jose-Lamenha-Lins#>. Acesso em: 14 jul. 2021.

⁴⁰ Vicente Machado da Silva Lima nasceu no dia 09 de agosto de 1860, na cidade de Castro, no Paraná. Era o primeiro filho do segundo matrimônio do capitão José Machado da Silva Lima com Ana Guilhermina Laynes Pinheiro. Bacharelou-se pela faculdade de Direito de São Paulo. Também foi promotor público, secretário do governo da Província, professor, juiz municipal, deputado provincial, estadual e federal, presidente da Assembleia Legislativa. Foi eleito presidente do Estado do Paraná em 1903, assumindo o poder em 25 de fevereiro de 1904. Faleceu aos 46 anos, em 03 de março de 1907. Fonte: Casa Civil – Estado do Paraná – Vicente Machado da Silva Lima. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Vicente-Machado-da-Silva-Lima>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FIGURA 4 – ORGANOGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE



FONTE: A autora (2021), a partir do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná de 1901.

Além desses cargos, Arthur Cerqueira cita, no referido relatório, a importância das “missões” realizadas pelos inspetores escolares⁴¹ para “poder avaliar o grau desenvolvimento, necessidades e condições de funcionamento das escolas situadas fora da capital” (Cerqueira, 1906, p. 92). Foi por meio desses sujeitos e juntamente com os professores primários que Cerqueira recebeu frequentes pedidos de mobília para as escolas do estado.

De modo a atender a essas solicitações, o Diretor Geral da Instrução dirigiu-se à Secretaria do Estado para tomar parte da “relação dos móveis existentes nas escolas e pertencentes ao Estado”. Com um tom de surpresa em sua narrativa, Cerqueira relata que “nada se conhecia ahi a respeito” (Cerqueira, 1906, p. 94). Assim, uma das primeiras ações de Cerqueira sob o conhecimento da situação foi criar um **livro de tombo** com a finalidade de tecer uma espécie de inventário dos móveis existentes no Estado. Esta ação corroborou para a criação da nossa fonte indiciária, uma vez que Arthur Cerqueira expediu “circulares a todos os inspectores, pedindo a relação, não só da mobília existente em todas as escolas á seus cargos, como da que porventura fosse necessária” (1906, p. 94). Depois de um ano, Cerqueira conseguiu organizar as cartas escritas pelos professores referentes à condição mobiliária de cada escola. A avaliação retirada deste serviço foi que muitas das escolas estavam “completamente

⁴¹ Segundo o Regulamento da Instrução Pública de 1901, Artº 16, “Para cada districto onde houver escola pública, será nomeado um inspector escolar”. Os inspetores escolares eram nomeados pelo governador do Estado sob a indicação do diretor-geral da instrução. Dentre as suas funções, estão: visita às escolas de seu districto, ao menos duas vezes ao mês; observar as condições de funcionamento da escola; o exercício do professor e o desempenho dos alunos; sempre lançando em livro especial o termo de sua visita. (PARANÁ, 1901, p. 113).

desprovidas de moveis, outras servem-se de moveis municipaes ou particulares, por empréstimo, e finalmente as que os possuem do Estado, ou são insuficientes, ou geralmente imprestáveis” (Cerqueira, 1906, p. 94).

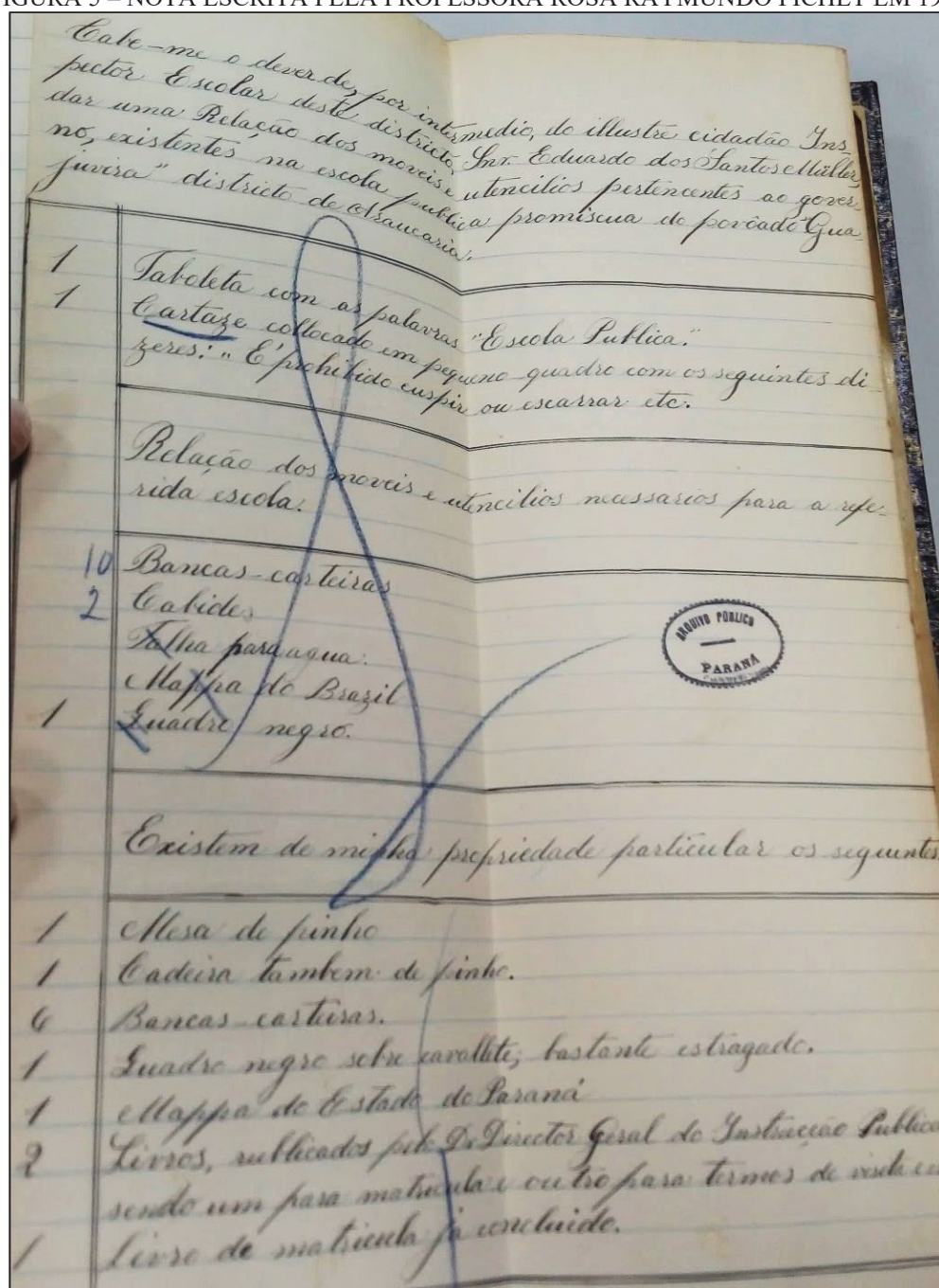
Além da carta circular escrita por Cerqueira em 1906, encontra-se no Departamento do Arquivo Público (DEAP) uma documentação vasta de notas sobre as quais os professores redigiram as condições materiais de suas salas de aulas. As notas compreendem o registro dos meses de março a novembro de 1906. Nesses documentos, é interessante observar a heterogeneidade dos móveis existentes de uma escola para outra, bem como a apropriação realizada pelos professores à circular: associada a um veículo que possibilitava a denúncia e a cobrança ao Estado pela falta de atendimento às suas escolas.

Em resposta à circular, ordenada pelo diretor da instrução pública, o professor Amálio Pinheiro da Silva, responsável pela escola pública do sexo masculino de Guarapuava (PR), não deixa de registrar a “pouca mobília, quase imprestável” existente na sua escola, sendo ela: 5 bancos carteiras; 1 mesa pequena; 1 quadro; 1 mapa do Brasil, de Olavo Freire – dado pelo professor à escola – e 1 mapa do estado do Paraná oferecido pelo senhor Dr. Souza Pinto. E ainda acrescenta:

A mobília precisa ser **inteiramente reformada** com 10 bancos com carteiras, uma mesa, um quadro negro e duas cadeiras. Faltam também dois livros: um para matrícula e outro para termo de visitas. **Em relatório que dirigi à Diretoria de Instrução Publica em annos passados já falei nestas faltas** (Silva, AP 1244, 1906, p. 12, grifos meus).

Como se pode observar, Amálio Pinheiro faz questão de demonstrar que as parcas condições encontradas em sua escola não é assunto novo para o Estado, uma vez que já havia declarado em outros momentos as respectivas faltas. Outra forma que demarca o diálogo dos professores com o Estado e que pode ser considerada, de alguma maneira, como enfrentamento e denúncia, é a inserção de notas explicativas sobre as adversidades das condições materiais e dos meios que esses professores encontraram para suprir a demanda material. Neste sentido, em outras notas foi possível verificar que os professores dividiam o suprimento mobiliário em duas formas de aquisição: ora fornecido pelo Estado, ora fornecido pelos próprios professores. Como podemos observar na Figura 5, a seguir:

FIGURA 5 – NOTA ESCRITA PELA PROFESSORA ROSA RAYMUNDO PICHET EM 1906



FONTE: Pichet, AP 1245, 1906, p. 22.

A nota foi escrita pela professora Rosa Raymundo Pichet, da vila de Guajuvira, em 27 de março de 1906. A professora pública segue as orientações da circular descrevendo quais eram os móveis pertencentes ao Estado, juntamente dos faltantes, no entanto, inaugura um novo campo de descrição no quadro destinado aos móveis existentes de sua propriedade particular, isto é, grande parte dos móveis e utensílios existentes na escola foi provida pela própria professora. Uma questão importante a ser considerada sobre a imagem são as intervenções

realizadas por aquele que a leu, o inspetor escolar, Eduardo dos Santos Muller. Podemos observar que a professora não menciona a falta de “10” bancos-carteiras, ela apenas sinaliza que precisa desta materialidade, sendo a quantia escrita posteriormente no papel em cor azul. Outros objetos são marcados com uma linha curta na diagonal, o que sugere que foram providenciados pelo próprio inspetor ou desconsiderados da lista.

Outros professores ainda revelam a inexistência de mobília fornecida pelo Estado, sendo a existente adquirida a custo próprio. Como é o caso da professora Maria Ângela Francoso dos Santos, responsável pela 2ª classe na cidade de Anhaya, em 1906, que em nota solicita “bancos carteiras, quadro negro, mappa do Brasil e do Paraná”, explicando que a materialidade existente se encontra “em péssimo estado e precisando de reforma” (Santos, AP 1244, 1906, p. 20). O texto escrito por Francisca de Castro Mendes Camargo traz uma situação interessante sobre o provimento da escola localizada em Jaguariaíva. A professora faz questão de escrever uma nota explicativa sobre os meios pelos quais o material fora adquirido:

Cumprindo a vossa determinação contida em officio desta data, apresenta-vos a seguinte nota explicativa sobre a mobília desta escola: A mobília existente consta de 3 carteiras, 3 bancos e uma mesa. A madeira para esta mobília foi fornecida pela Comarca Municipal desta villa, **sendo o feitio pago á minha custa**. Como esta mobília é rustica e incompleta e tendo esta escola 30 alumnos de frequência, torna-se necessário uma mobília que comporte esse número de alumnos. Tenho mais a informar-vos que é necessário um livro para matricula competentemente rubricado. **Seria muito útil a remessa de alguns livros de instrução primaria para as alumnos pobres**, sendo preferíveis os de H. Ribeiro e Arithmeticas de Antonio Trajano (Camargo, AP 1245, 1906, p. 96, grifos meus).

Esta nota é reveladora tanto da relação do professor com o poder público quanto da diversidade encontrada no processo de provimento material escolar. Observa-se que a Comarca Municipal forneceu a madeira para a confecção dos móveis necessários à escola, contudo, o custo da confecção foi arcado pela professora. Novamente percebe-se que os professores não reduzem a resposta à circular somente à narração dos objetos existentes e faltantes, mas introduzem um elemento **tático** (Certeau, 2014) revelando as **práticas excedentes** (França; Garcia, 2021) no exercício de seu ofício. É interessante notar que a professora relaciona as condições materiais com a regularização da frequência dos alunos, premissa importante tanto para a própria acomodação destes no espaço de ensino, como também para aqueles que não podem custeá-los, como é o caso do pedido de livros aos alunos pobres.

Ao trazer considerações sobre o processo de análise da cultura material escolar, Rosa Fátima de Souza (2007) não deixa de identificar uma relação entre os artefatos da escola e o seu funcionamento, em outras palavras, o exame sobre a condição material sugere também indagações sobre a produção da escola nos seus aspectos materiais. Um indício já é apontado:

a forte relação do professor que, por um “conhecimento de causa ou por experiência própria”, assumia o compromisso de “prover de alguma forma” o seu ambiente de trabalho (França; Garcia, 2021).

No contexto educacional de meados do século XIX, não é incoerente afirmar que o **professor personalizava a escola primária**, assim como a relação inversa também é válida, uma vez que pela organização proposta, determinada e possível, ainda que mantida pelo poder público, **a escola, em toda a sua materialidade, tornava-se responsabilidade do professor**. Uma responsabilidade manifestada, por vezes indiretamente, na legislação educacional do período, indicada principalmente nas determinações atinentes aos deveres e/ou obrigações dos professores (França; Garcia, 2021, p. 307, grifos meus).

Em “Incubências da ‘boa guarda’ material: a responsabilidade do professor sobre a instalação, provisão e manutenção de sua escola na segunda metade do século XIX”, Franciele França e Gecia Garcia (2021) empreendem esforços para entender e explicar as responsabilidades suplementares existentes no ofício dos professores. Ter “boa guarda”, por exemplo, era uma expressão e um dever já em uso no Regulamento da Instrução Pública de 1871⁴², esta ação prescrita pela norma acabava assumindo outros sentidos no processo de provimento material escolar, uma vez que, para o professor, ganhava “contornos de uma responsabilidade excedente que atinge não só os modos de fazer docente como também as condições de estabilidade e existência do ensino e da escola” (França; Garcia, 2021, p. 308).

O Regulamento da Instrução Pública de 1901 atribuía como dever dos professores, no artigo 6º, a responsabilidade de “conservar em boa guarda os moveis, livros e utensílios e quaesquer objectos pertencentes ás suas escolas, não os podendo distrahir para outros misteres” (Paraná, 1901, p. 130). Este compromisso de “conservar em boa guarda” poderia desdobrar-se em outras tarefas não previstas na norma. Como evidencia o inspetor escolar Salvador Barros de Lima, do juízo distrital de Tibagi, ressaltando as soluções empregadas pelos professores frente à materialidade necessária: “escusado é dizer que, si não fosse a solitudine dos professores em arranjar, **ora a sua custa ora emprestando**, as carteiras e demais objectos indispensáveis, **impossível seria aos mesmos o desempenho de seus deveres**” (Lima, AP 1250, 1906, p. 183, grifos meus).

No bojo dessas questões, é válido evidenciar que o exercício do magistério no Paraná foi marcado na virada do século XIX para o XX por uma forte prática escriturística (França, 2019) na qual os professores deveriam registrar em livros, para a consulta de inspetores e do presidente da província, o mapa de frequência dos alunos, as condições de ensino, bem como o

⁴² Art. 54 – Os professores são obrigados: §4º. A ter boa guarda os móveis, utensílios e mais objetos, sempre limpos e asseados. §11º. Organizar o orçamento da despesa de sua escola, que remeterá ao inspetor geral. (PARANÁ, 1871, p. 184).

bom asseio dos móveis e dos materiais da escola. Dentre estes documentos estavam os relatórios escolares que, além de descreverem o desenvolvimento das aulas, eram usados pelos professores “para expor suas insatisfações, seus progressos, mostrarem-se como bons cumpridores do papel que lhes foi designado (mesmo que timidamente), e assumir um lugar institucional e mediato como ‘especialista’ do ensino” (França, 2019, p. 171).

Sobre esse material, vislumbrando enxergar o lugar e a ação dos professores no diálogo com o poder público, mobilizam-se também as autoras Virgínia Lourençon da Silva, Gizele de Souza e Andrea Cordeiro (2021), na escrita do texto intitulado “Professores primários e materialidade escolar: diálogo e enfrentamentos das ‘artes do fazer’ no oitocentos”. As autoras compreendem o espaço do relatório como meio potente de diálogo e negociação, uma vez que ao mesmo tempo que os professores narravam a vida cotidiana escolar, exerciam um espaço de fala para requerer e prover a sua escola materialmente.

Mas por que recuperar essa prática ministrada pelos professores ainda em meados do século XIX? É importante sinalizar que o objetivo desta tese é **compreender as múltiplas e as complexas interações envolvidas no processo do provimento mobiliário escolar**, para isso, não posso deixar de “escutar” os ecos das **práticas escriturísticas** e das **responsabilidades excedentes** expressas nas respostas dos professores primários à circular, como uma das ações que transitam naquilo que estou nomeando de **cultura(s) do provimento**. O espaço antes destinado a reportar os móveis faltantes e existentes também se torna lugar de queixa e de prestação de contas, no qual o professor anuncia como tem feito, à sua maneira, o suprimento material da sua escola para ter as condições necessárias de funcionamento e para poder exercer o seu ofício.

Mas como já mencionado anteriormente, seria um equívoco reduzir as articulações estabelecidas sobre o provimento mobiliário somente às ideias e ações do território paranaense. A imprensa citadina revela que professores de outras regiões também detinham sobre sua responsabilidade a boa guarda dos objetos escolares, bem como a obrigação de realizar a escrituração material da sua escola. Na legislação educacional paulista e carioca, por exemplo, é possível detectar a mesma prática escriturística sobre a materialidade escolar, servindo como instrumento de inventário não só ao Estado, mas também como ferramenta de controle aos e pelos professores públicos primários (Figura 6):

FIGURA 6 – PRÁTICAS ESCRITURÍSTICAS PRESCRITAS NA LEGISLAÇÃO DE SÃO PAULO (1911) E DO RIO DE JANEIRO (1912)

CAPITULO VII	CAPITULO II
DOS LIVROS DE ESCRIPTURAÇÃO	DA ESCRIPTURAÇÃO ESCOLAR
<p>Artigo 72. Para a escripturação da Escola haverá os livros seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 Livro de ponto para o pessoal docente e administrativo; 1 Livro do registo de correspondencia do director; 1 Livro de registo de nomeações; 1 Livro de registo de licenças; 1 Livro de registo de diplomas de habilitação; 1 Livro de inventario do material de Escola; 1 Livro de termos do inscripção para concurso; 1 Livro de termo de compromisso; 1 Livro de actas de concurso; 1 Livro de matricula; 2 Livros de registo de notas de exames e applicação para cada grupo; 1 Livro de registo de faltas de comparecimento; 1 Livro de registo de imposição de penas; 1 Livro de termos do inscripção e registo de notas dos exames de sufficiencia; 1 Livro de actas de exames de segunda época; 1 Livro da porta para o registo de correspondencia. 	<p>Art. 252 — Para a escripturação escolar haverá os seguintes livros:</p> <p>Paragrapho 1º — Nas escolas isoladas e cursos nocturnos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) um de matricula dos alumnos; b) um de chamada diaria dos alumnos; c) um de termos e actas de exames; d) um de inventario do material escolar; e) um de termos de visitas. <p>(Decreto n. 248, arts. 74 e 94.)</p> <p>Paragrapho 2º — Nos grupos escolares e escolas reunidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) dois de matricula, um para cada secção; b) um de chamada diaria para cada classe; c) um de registo das notas de exames, faltas e comparecimento dos alumnos; d) um de promoções dos alumnos; e) um de ponto para o pessoal docente e administrativo; f) um de compromisso do pessoal; g) um de registo de nomeações e licenças do pessoal; h) um de inventario do material; i) um de carga e descarga do material escolar; j) um de catalogo da bibliotheca, com indice alphabetico; k) um do registo da correspondencia; l) um de notas das compras feitas pelo director; m) um de termos de visitas.

FONTE: Correio Paulista, 1911, p. 4 – A Imprensa (RJ) 1912, p. 8.

Segundo Martin Lawn e Ian Grosvenor, os relatos dos professores e sua interação com os objetos escolares são reveladores “das camadas de sedimentação de trabalho e as culturas de trabalho, na escola” (Lawn; Grosvenor, 2001, p. 118, tradução minha). A gestão da rotina escolar, para além do contato com as crianças, implica também a administração, a manutenção e a criação de artefatos escolares, fazendo do trabalho realizado no interior das salas de aula um constante **fazer e emendar** que acabou sendo constitutivo de uma tradição no ofício de ensinar (Lawn; Grosvenor, 2001). Neste sentido,

[...] ao chamar a atenção para a materialidade da educação escolar, ou seja, para a maneira como damos sentido aos objetos, como eles são utilizados e como esses objetos estão interligados por meio de redes ativas e heterogêneas, nas quais pessoas, objetos e rotinas estão intimamente conectados, podemos criar um rico relato histórico de como as escolas funcionam (Lawn, 2018, p. 343).

Em outros estados do Brasil é possível identificar ações que são importantes para se tomar nota da situação material das escolas públicas e do seu funcionamento. Como é o caso do Regulamento da Instrução Pública de 1881 do estado da Bahia, publicado no jornal O Monitor, ao indicar como dever dos professores públicos primários a ação de inventariar a materialidade da escola e reportá-la às autoridades governamentais toda vez que: “I – assumir o exercício e posse da cadeira; II – Houver de deixa-la; III – Lhe for novamente fornecido” (O Monitor, Dos deveres dos professores, 1881, p. 2). O ofício publicado no estado do Espírito

Santo pelo veículo de imprensa “Diario da Manhã: Orgão dos Partido Constructor”, em 1912, traz a comunicação realizada pela professora Izabel Ferreira Dias para informar o despacho do inventário do material que lhe foi entregue pela professora interina (Diario da Manhã, Inspeção do ensino – ofícios recebidos, 1912, p. 1). E, muito próximo da articulação paranaense, a circular remetida a todos os inspetores escolares, pelo Diretor Geral da Instrução do Rio de Janeiro – DR. B. F. Ramiz Galvão –, em 1914, demonstra a ação de inventariar como uma estratégia importante no conjunto de preocupações que antecede e compõe o processo de abastecimento material das escolas públicas:

Rio, 20 de julho de 1914

Sr. Inspector escolar do districto

Para execução do disposto no art. 3º do decreto n. 1.619, de 15 do corrente, peço-vos que, com brevidade possível **envieis à 3ª sessão desta diretoria minucioso inventario de todo o mobiliário e material didactico existente em cada escola**, das escolas sob vossa inspeção, separadamente, assinalando, em relação a cada objeto, **o seu estado de conservação.**

Saude e Fraternidade

O diretor Geral, DR. B. F. Ramiz Galvão.

FONTE: O paiz, 1914, p. 12. Grifos meus.

Podemos observar que as situações citadas acima, de diferentes estados do Brasil, compõem estratégias reveladoras, não só para o conhecimento das condições e necessidades materiais das escolas públicas, mas, também, do conjunto de preocupações colocado em pauta quando se trata do provimento material. A circular escrita pelo Diretor Geral do Rio de Janeiro, Ramiz Galvão, por exemplo, expressa similaridades com a carta circular escrita por Arthur Cerqueira (PR), sobretudo no arrolamento minucioso do mobiliário escolar existente em cada escola, bem como no asseio desta materialidade descrita pelos professores primários.

Dessa maneira, compreendo as ações dos professores e outros agentes educacionais do século XIX como parte do processo de institucionalização da escola primária que se estendeu também nas primeiras décadas do século XX, não somente no estado do Paraná, mas, como observado, em outras localidades do país. Essas ações revelam o esforço e o processo paulatino, tanto do poder público, como dos professores, em inventar o cotidiano escolar, sobretudo no que diz respeito à sua instalação material. De acordo com Souza e Gaspar da Silva (2019), é preciso ter em mente que a organização material da escola foi forjada concomitantemente com o próprio projeto de constituição da escola primária, processo que se estendeu também pelo

século XX.

Assim, as considerações que arrisquei fazer acerca da minha empreitada detetivesca nesta seção, a partir das pistas consultadas, passam por aquilo que inferiu Roger Chartier (1998). Ao analisar o conjunto de decisões que compõe o processo de provimento mobiliário, vou identificando etapas – não homogêneas e nem lineares, mas que ocorrem concomitantemente – constituintes de uma cultura do provimento. Esta cultura é entendida aqui como as ações, escolhas e interpretações que articulam classificações, divisões, delimitações e representações (Chartier, 1988), expressadas na relação cotidiana dos agentes educacionais com os artefatos escolares e em diálogo com a própria norma. O arrolamento do mobiliário escolar pode trazer uma compreensão maior da forma e dos motivos (Chartier, 1988) acionado em seu processo, a respeito do que foi possível suprir e do que foi escolhido prover, proposição que irei investigar na próxima sessão.

2.2 O gesto provedor: o lugar do inventário escolar no processo do provimento mobiliário

Uma visão mais abrangente sobre o funcionamento das escolas a partir do seu repertório material virá com a organização e reunião das 217 notas enviadas pelos professores à diretoria geral da instrução pública. As respostas à carta circular foram sistematizadas e dispostas em um quadro com cerca de 30 páginas, que descrevem a distribuição dos móveis providos e necessários às escolas paranaenses. Como possibilidade de análise da materialidade existente no interior de cada escola destacarei algumas localidades, ao invés de trazer a relação integral do quadro com os 217 itens⁴³.

⁴³ A composição do quadro na sua totalidade pode ser consultada no link http://www.arquivopublico.pr.gov.br/sites/arquivo-publico/arquivos_restritos/files/documento/2020-11/ano_1906_mfn_717.pdf (na página 160 do arquivo).

QUADRO 5 – DEMONSTRATIVO DO MOBILIÁRIO ESCOLAR NO PARANÁ EM 1906

Quadro demonstrativo do mobiliário escolar do Estado distribuição pelas escolas providas e do que torna necessário.					
N.º	Professores	Localidade	Município	Mobiliário do Estado existente nas escolas	Mobiliária necessária
1	Brazilio Ovidio da Costa	Capital	Curtyba	16 carteiras com 3 logares, um quadro negro com cavallette, 4 meza de pinho env., uma cadeira, um contador para algarismos, um mappa do Paraná.	
2	D. Julia Wanderley Petriche	»	»	20 carteiras, uma meza de imbuia, uma cadeira de braço de imbuia, um quadro negro com cavallette, uma talha para agua, um mappa do Paraná, um estrado para meza, 2 cabides de parede para chapéus.	
3	Verissimo Antonio de Souza	»	»	12 carteiras, uma cadeira de braço, uma cadeira de páo.	Necessita uma meza, um estrado, um quadro negro c/ cavallette, uma talha p.ª agua, mapps, relógio e 10 carteiras.
4	Lourenço Antonio de Souza	»	»	12 carteiras, uma cadeira de braço e uma cadeira de páo simp.	Precisa: uma meza, um estrado, um quadro negro c/ cavallette, uma talha com banco, dez cart. ^{as} um relógio, mapps e 2 cadeiras.
5	Julio Theodorico Guimarães	»	»	28 carteiras, uma meza de pinho, uma cadeira de braço (estrag.), um quadro negro com cavallette, uma cadeira de páo e um estrado	

FONTE: Cerqueira, 1906, p. 72.

Das cinco primeiras cadeiras em demonstração no Quadro 5, podemos observar que duas delas ainda necessitavam da complementação de mobília e utensílios: a 2ª cadeira do sexo masculino, regida pelo professor Verissimo de Souza, e a 4ª cadeira do sexo masculino, regida pelo professor Lourenço Antonio de Souza. Do primeiro foi possível saber que sua cadeira corresponde à Escola Oliveira Bello (A Escola, 1906); se estou certa, esta escola foi inaugurada em 1884, destinada ao ensino de meninas e sobre preceitos higiênicos; com a expectativa que sua arquitetura e seu interior despertassem em seus alunos o sentimento do belo (Garcia, 2020). No entanto, a mesma escola, no ano de 1904, por intervenção do diretor geral da instrução pública da época, Victor Ferreira do Amaral⁴⁴, foi dividida em dois salões para o funcionamento de duas escolas do sexo masculino (Amaral, 1903, p. 12). Esta escola está inserida no contexto das casas escolares⁴⁵, isto é, prédios projetados e construídos especificamente para a finalidade escolar, uma vez que, anteriormente e paralelamente à construção desses edifícios o ensino primário era exercido em casas domésticas alugadas para o exercício escolar.

⁴⁴ Victor Ferreira do Amaral nasceu na Lapa (PR), em 1862, e faleceu em 1953. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro e como doutor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 22 de dezembro de 1884. No ano de 1900, foi nomeado diretor geral da Instrução Pública, cargo que ocupou até o ano de 1904. Foi um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná, em 1912. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/victor-ferreira-do-amaral/>. Acesso em 02 nov. 2021.

⁴⁵ Toda menção feita às “Casas Escolares” corresponderá aos primeiros prédios construídos, nos anos finais do século XIX, para a finalidade escolar e sob os preceitos do “Regulamento para a Construção de Casas Escolares” de 1884. São elas: Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello e Escola Tiradentes.

FIGURA 7 – PRIMEIRAS CASAS ESCOLARES DO ESTADO DO PARANÁ: ESCOLA CARVALHO (1882); ESCOLA OLIVEIRA BELLO (1884) E ESCOLA TIRADENTES (1895)



FONTE: Casa da memória, FO, 4639, documento sem indicação de data. FO. 00202, DOCR, documento sem indicação de data; MUNHOZ, 1895, p. 20, respectivamente.

As imagens anteriores (Figura 7) foram retiradas de relatórios sobre a instrução pública, mas também de materiais avulsos sem muitas informações sobre sua procedência. Todavia o que não posso deixar de tensionar é que a circulação dessas imagens revela uma intencionalidade: o desejo de que esses prédios fossem vistos, contemplados e divulgados. Segundo Paulo Knoss (2003), a partir do conceito de cultura visual, a imagem pode ser interpretada como elemento importante nos processos de produção de sentido em contextos culturais, no caso dos edifícios acima vale destacar que se acreditava que um prédio belo e bem cuidado também despertaria no espírito das crianças e daqueles que os contemplassem o gosto para o belo. Assim, mais do que acomodar um espaço de ensino, esses prédios produziram novos sentidos no imaginário social do período daí a importância da circulação desses ambientes em fotografias e cartões postais.

Gizele de Souza (2004) explica que a extensão da Escola Oliveira Bello em dois salões representou um “tipo de escola” no Paraná conhecido como “meios grupos escolares”, isto significa dizer que esta escola ainda não contemplava o modelo da escola graduada difundida em São Paulo, mas se aproximava pela sua estrutura arquitetônica majestosa em diálogo com os preceitos racionais e higiênicos. Outras escolas que tiveram seus salões ampliados e que também nasceram como casas escolares são: a Escola Carvalho, fundada em 1882, e a Escola Tiradentes, inaugurada em 1895. Essas informações me levam a crer que a cadeira do professor Verissimo de Souza ainda necessitava de mobiliário escolar justamente por conta da transição da casa escolar para o semigrupo escolar.

Em relação à 3ª cadeira do sexo masculino, regida pelo professor Lourenço de Souza, esta acontecia no Grupo Escolar Xavier da Silva (A Escola, 1906). Esta escola representou o primeiro grupo escolar implementado no estado do Paraná. Segundo Marcus Levy Bencostta (2001), de modo a prestigiar o Cinquentenário de Emancipação Política do Paraná, o governador Francisco Xavier da Silva⁴⁶ mandou que fosse construído o edifício escolar no seu último ano de vigência, em 1903. O relatório do Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, escrito em 31 de dezembro de 1903, por Arthur Cerqueira, traz algumas considerações sobre a preparação do terreno para a construção do grupo escolar:

⁴⁶ Francisco Xavier da Silva, filho de David Antônio Xavier da Silva e de Generosa de Monte Carmelo Xavier, nasceu em Castro em 02 de abril de 1838. Diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Deputado provincial, senador, exerceu a Presidência do Estado do Paraná por três vezes em 1892, 1900 e 1908. Faleceu no Rio de Janeiro, como senador, em 11 de junho de 1922. Casa Civil – Estado do Paraná – Francisco Xavier da Silva. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Francisco-Xavier-da-Silva>. Acesso em: 14 jul. 2021.

Tendo o governo adquirido por compra o terreno contíguo ao prédio nº 40 da Rua Marechal Floriano Peixoto, com 74 metros de frente para esta rua e 86,70 para a Rua Silva Jardim, mandou-se nelle construir um grupo escolar que será denominado – Xavier da Silva, **contendo seis escolas, três para cada sexo.** Os trabalhos deste edificio que conto ficar concluído dentro do governo de V. Ex., estão bastante adiantados. O seu custo, conforme o orçamento organizado, será de 44:486\$830, afóra o preço do terreno que foi de 10:000\$000 (Cerqueira, 1904, p. 17-18, grifos meus).

Segundo Gizele de Souza (2004, p. 119), “a proposta de organizar grupos escolares no Paraná articulava-se à ideia de uma nova escola, diferentemente de meros agrupamentos de escolas isoladas”, marcadas pelo ensino progressivo, com graus diferentes e com um professor para cada turma. No entanto, a implementação desses espaços não funcionou logo de início como as escolas graduadas implementadas em São Paulo. Em um primeiro momento, tanto as casas escolares como os grupos funcionaram a partir do ensino unitário, tendo um professor regente para diferentes graus de ensino em uma mesma turma. Na fala do governador Xavier da Silva é possível identificar esta compreensão de primeiramente reunir várias escolas em um mesmo prédio muito mais pela vantagem econômica do que pelas circunstâncias pedagógicas:

Os grupos escolares têm provado bem. As suas vantagens sobre as escolas isoladas são intuitivas, sobresahindo entre ellas a da facilidade da fiscalização, que é constante diária. Adoptemos tão útil e proveitosa instituição, primeiramente na capital, reunindo em um ou mais grupos, convenientemente distribuídos, [...] confiando a fiscalização de um delles à um director ou inspector bem remunerado. [...] **Outra vantagem do agrupamento das escolas é a economia. Em vez de as escolas funcionarem em casas diversas, que custam alto aluguel, passarão a funcionar em um só edificio, que reuna todas as condições exigidas pela higyene.** E mais tarde, quando for possível, novos grupos se irão estabelecendo em outras localidades (Xavier da Silva, 1902, p. 5, grifos meus).

Para Bencostta (2001, p. 110-111) a construção dos grupos escolares no Paraná, em um primeiro momento, “tornou-se muito mais uma estratégia de visibilidade do que uma ação que necessariamente democratizaria a escola”, uma vez que estes edificios eram construídos na região central⁴⁷ da capital curitibana, não incorporando os alunos que estivessem alocados em regiões mais distantes. Por essa razão, isso me faz pressupor que o professor Lourenço de Souza solicitou móveis para sua escola justamente por estar circunscrito nesse período de transição de uma “forma escolar”⁴⁸ para outra. O que é importante destacar desta primeira amostra é que

⁴⁷ É importante sinalizar que a instalação do Grupo Escolar Xavier da Silva sofreu algumas críticas devido à sua localização. Os Diretores da Instrução Pública da época, Reinaldo Machado (1904) e Arthur Cerqueira (1906), evidenciam em seus relatórios a desaprovação do local que foi construída a escola, uma vez que esta se encontrava distante do centro da cidade, abraçando uma pequena porção da população escolar.

⁴⁸ A chave de leitura deste conceito está sendo realizada a partir dos autores Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin (2001, p. 9-10). Estes autores entendem a forma escolar como um meio de “pesquisar o que faz a unidade de uma configuração histórica particular, surgida em determinadas formações sociais, em certa época, e ao mesmo tempo que outras transformações, através de um procedimento tanto descritivo quanto “compreensivo”. Neste sentido, operar com esta compreensão, para as escolas brasileiras, é pensar as mudanças, continuidades e

estas escolas ocupam o perímetro urbano central da capital paranaense, construindo uma gramática visual que deveria ser contemplada e admirada (Bencostta, 2001; Garcia, 2020).

As outras duas escolas presentes no Quadro 5 sobre o demonstrativo do mobiliário escolar revelam o *lugar* de destaque que ocuparam no cenário urbano bem como a urgência em que foram providas. A 1ª cadeira para o sexo feminino, ministrada pela professora Julia Wanderley Petrich⁴⁹, na Escola Tiradentes, por exemplo, foi a última escola que nasceu como Casa Escolar, em 1895, e, na época, já estava provida em sua inauguração⁵⁰ com os respectivos móveis escolares. (Lagos; Wanderley, AP 1010, 1895, p. 49). Em relação à 1ª cadeira do sexo masculino, tendo como regente o professor Brazilio Ovidio da Costa, encontrei informações que este professor lecionava no Gymnásio Paranaense (A Escola, 1906), um edifício arquitetônico que também se destacava no cenário urbano. Segundo o relatório de Reinaldo Machado, o novo prédio do Gymnasio Paranaense foi inaugurado em 1904 com algumas salas vagas, das quais julgou no momento serem de “utilidade a instalação de duas escolas primarias para o ensino pratico de pedagogia aos alumnos da Escola Normal” (Machado, 1904, p. 49). Deste modo, suponho que seriam nestas salas que o professor Brazilio da Costa lecionava, um local que também teve na sua materialidade uma composição sofisticada e elegante.

Em relação aos primeiros grupos escolares instalados em São Paulo, Rosa Fátima de Souza demarca que,

[...] criados especialmente para atender aos núcleos urbanos, **os grupos escolares revelam a direção de uma política educacional de privilegiamento das cidades em detrimento da zona rural**; isso em uma época em que cerca de 70 % da população do Estado vivia no campo. O problema do privilegiamento dos núcleos urbanos não estava somente na adição de uma instituição de melhor qualidade como eram os grupos. O maior problema estava no descaso do governo para com as escolas isoladas, embora elas fossem consideradas imprescindíveis para instrução Pública do Estado (Souza, 1998, p. 51, grifos meus).

Para Cynthia Greive Veiga (2016), é na cidade que acabam sendo construídas as convenções sociais e regras de civilidade, assim, o centro urbano, pensado como lugar de passagem, mas também de encontros, era usado na sua materialidade como espaço produtor de

permanências que ocorreram nas escolas, o que envolve observar sua materialidade e aspectos de funcionamento. As escolas unitárias, por exemplo, continuaram existindo com a introdução do ensino graduado, uma não eliminou outra por conta das condições políticas, econômicas e culturais do período, o que permitiu existir outras configurações, como as casas escolares e semigrupos.

⁴⁹ Mais informações sobre Julia Wanderley podem ser consultadas na dissertação intitulada: “Professora Julia Wanderley: Uma mulher-mito (1874-1918)”. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25998>

⁵⁰ Esta informação da Escola Tiradentes – de já estar provida em sua inauguração – é importante justamente quando comparada ao funcionamento das escolas isoladas, estas últimas nem sempre possuíam a mobília necessária quando o professor assumia a cadeira, cabendo a este escrever a relação de móveis faltantes e solicitá-los ao inspetor escolar, o que demonstra que algumas escolas eram abastecidas com mais prontidão em relação a outras.

elegâncias, de bons costumes e apreço de bens sofisticados; quem passasse pelas cidades e visualizasse prédios e ruas majestosas deveria ali sentir fascínio e assim “comungar” desta experiência.

As reformas urbanas buscaram conciliar as ideias sanitaristas com a ideia de uma nova estética, buscando-se não somente a higienização como também o aformoseamento das cidades. Praças, ruas, edifícios públicos, bairros, moradias residências deveriam possibilitar um novo contexto de civilidade, de maneira a enterrar o passado das doenças, moléstias, de ruas mal demarcadas, de focos de perniciosidade moral. **Dentre as inúmeras interferências nas cidades em fins do século XIX e início do século XX, estiveram, sem dúvida as edificações dos prédios escolares** (Veiga, 2016, p. 409, grifos meus).

De modo a localizar as escolas aqui citadas, demarco no mapa a seguir (Figura 8) as ruas nas quais cada escola esteve instalada. A reunião destas acontece dentro do perímetro pontilhado no mapa, indicação correspondente à Lei Municipal nº 117, de abril de 1906⁵¹, que proibia a construção de casas de madeira na zona central⁵². A indicação da escola Tiradentes na rua do Serritos – atual Presidente Carlos Cavalcanti – foi marcada com a flecha na cor vermelha. A Escola Oliveira Bello, na rua Aquidaban – atual Emiliano Pernetá –, está assinalada pela flecha azul e o Grupo Xavier da Silva, na rua Marechal Floriano Peixoto que, no século XIX era conhecida como rua São José, está demarcado pela flecha rocha.

⁵¹ “Art. 1º Fica proibida a construção de casas de madeira na área abrangida pelo seguinte perímetro: da Rua 7 de Setembro – em frente à Estrada de ferro – subindo até o largo 21 de abril, deste, descendo a rua Brigadeiro Franco até a Rua Saldanha Marinho; por esta até a Rua Desembargador Ermelino de Leão; por esta subindo até o alto de S. Francisco; d’áí descendo até a Rua América, por esta abaixo até a Rua Paula Gomes, para sair no largo 19 de Dezembro e apanhar a Rua Riachuelo, e desta até a Rua 15 de Novembro, e o largo Santos Andrade, e deste a Rua Marechal Deodoro até a Rua da Liberdade, e por esta até fechar o perímetro da estrada de ferro.”

⁵² Mais informações podem ser acessadas no site: <https://www.memoriaurbana.com.br/as-virtudes-do-bem-morar/urbanizacao-de-curitiba-1900-1940/> e no site <https://www.memoriaurbana.com.br/casas-de-madeira-lei-n-177-1906/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

professor sob a regência de um nível de ensino. No entanto,

[...] a necessidade das escolas isoladas era um fato incontestável. Durante as primeiras décadas deste século [século XX] elas sobreviveram à sombra dos grupos escolares nas cidades, nos bairros e no campo. Apesar de elas serem consideradas tão necessárias, **os grupos foram mais beneficiados**, e nelas continuou predominando a carência de tudo: materiais escolares, livros caderno, salas apropriadas e salários para os professores (Souza, 1998, p. 51, grifos meus).

A indicação feita por Souza, de que os grupos escolares eram mais beneficiados em relação às escolas isoladas, pode ser verificada na fala do Inspetor Escolar da Capital Paranaense, Sebastião Paraná, em 1906. Em relação à condição mobiliária, das escolas visitadas, o inspetor se manifesta dizendo que a “este respeito, com pesar o recorde, temos muito a fazer!” (Paraná, 1906, p. 20). Ele ainda menciona a experiência de outros estados como modelos a seguir pelo empenho e prosperidade de suas escolas: “Convem sem perda de tempo imitarmos o bello exemplo que nos dão Rio Grande do Sul, S. Paulo, Minas Gerais e Pará, no louvável empenho com se esforçam pela prosperidade da instrução popular”. E uma das alternativas sugeridas pelo inspetor para a melhoria da condição mobiliária das escolas seria que o mobiliário “de todas as escolas do centro da cidade [fosse] substituído por outro novo, **podendo o actual, desvalorizado pelo uso, ser distribuído às escolas de fora da Capital**” (Paraná, 1906, p. 20, grifos meus), isto é, as escolas isoladas, por não estarem circunscritas num parâmetro de visibilidade, poderiam ser supridas com materiais de segunda ordem.

No quadro 6 é possível visualizar outros dados organizados por Arthur Cerqueira; desta vez as informações que aqui exponho compreendem um recorte das escolas isoladas do estado, evidenciado tanto pela diferença na materialidade – percebemos que a quantidade de móveis presente em sala é menor que a quantidade presente no quadro anterior – quanto pela localidade dessas escolas (vilas e cidades distantes da capital).

QUADRO 6 – CONTINUAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DO MOBILIÁRIO ESCOLAR DO PARANÁ EM 1906

175	D. Eulalia de Lima e Souza	Villa	Pirahy	6 carteiras, uma cadeira de braço, uma meza com estrado, um quadro negro, um mappa do Paraná e outros pequenos objectos.	Precisa mappas e relógio.
176	João Agostinho Ferr ^s	Paradouro	»	4 bancos carteiras compridos, um quadro negro com cavallete, uma meza, uma cadeira.	Precisa quatro carteiras, um banco, uma talha, mappas etc.
177	Amalio Pinheiro da Silva	Cidade	Guarapuava	1 meza pequena, cinco bancos carteira, um quadro negro usado, um mappa do Brazil, um do Paraná.	Precisa uma mesa e estrado, dez carteiras, um quadro negro e cavallete, duas cadeiras, talha e banco, mappas, livros etc.
178	D. Fernandina Mendes de Castro Amaral.	»	»	1 meza envernizada com gaveta, um estrado, uma estante para livros, vinte bancos pequenos de pinho, 15 carteiras, tres cadeiras de palhinha, sendo uma de braço, quatro escarradeiras de agatha; tudo propriedade do municipio.	Precisa globo, mappas geographico, talha para agua com banco, relógio de parede.
179	D. Amelia Schleder de Araujo	»	»	Não possui moveis do Estado; sendo que os moveis desta escola, aliaz estragados, são de propriedade da professora.	Precisa dez carteiras, uma mesa com estrado, uma cadeira de braço, um quadro com cavallete, uma talha e banco, um relógio de parede, mappas, livros etc.
180	D. Maria Augusta Pereira de Castro . . .	Villa	Prudentopolis	Não tem mobilia do Estado.	Precisa uma mesa com estrado, 8 carteiras, um quadro e cavallete, uma talha e banco, duas cadeiras, um relógio de parede, mappas etc.
181	José da Cruz Machado	Cidade	Tibagy	2 carteiras imprestaveis.	Precisa dez carteiras, uma mesa com estrado, duas cadeiras, um quadro negro e cavallete, talha com banco, mappas etc.

FONTE: Cerqueira, 1906, p. 95.

Neste quadro, pode-se observar que estão presentes os professores de Guarapuava, Amálio Pinheiro da Silva e Fernandina Mendes de Castro Amaral. Em relação ao primeiro, comparando a nota escrita pelo professor com as informações compostas no quadro, de fato elas não se contradizem, contudo, as críticas ao mal estado da mobília pelo professor, citadas anteriormente em nota à circular, não são mencionadas. Quando olhamos para outros professores no quadro, a menção à falta de mobília e às más condições da materialidade são citadas. Em relação à professora Fernandina Mendes de Castro Amaral, uma informação presente no quadro que chama a atenção é a referência aos móveis como propriedade do município. A nota escrita pela professora primária explica que esta assumiu a cadeira do sexo feminino em 1902 e sua escola não possuía mobília alguma. A mobília existente foi obtida por meio de uma “kermese realizada a 15 de novembro d’aquelle anno”; além destas informações, acrescenta a professora em sua nota:

Como nesta cidade os alugueis de casa são caríssimos, vejo-me obrigada a alugar um prédio acanhado, improprio para a escola, sendo a sala tão pequena que não cabe toda a mobília, estando parte della no salão da escola do Centro-Catholico, e o estrado acha-se em uma casa particular (Amaral, AP 1245, 1906, p. 95).

Além dessas questões, é possível notar que a materialidade dessas escolas é diferente da primeira relação que vimos correspondentes aos grupos e casas escolares; além de uma quantidade bem menor de móveis existentes e uma coluna bem mais expressiva de móveis

necessários, outros objetos são solicitados, como “bancos carteiras compridos e cadeiras de palhinha”. Elaine Cátia Falcade Maschio (2018), em estudo sobre “A cultura material das escolas coloniais italianas no Paraná: da precariedade à renovação”, explica que as escolas isoladas funcionavam, em sua maioria, em espaços improvisados, com iniciativas comunitárias e particulares.

Diante da ausência do provimento por parte do estado ou, ainda, da entrega incompleta dos materiais, os professores improvisavam e reinventavam seus usos, apropriando-se de objetos emprestados por terceiros. Os empréstimos de mobílias da comunidade, da qual a escola pertencia, constituíam-se uma prática que colocava em evidência a necessidade de escolarização dos objetos de uso social e pessoal, em função da ausência de objetos especificamente de uso escolar (Maschio, 2018, p. 86).

No Quadro 7, a seguir, temos a sistematização de Arthur Cerqueira do total do mobiliário existente nas escolas públicas e pertencentes ao Estado, não sei dizer se nesta relação os móveis incorporados a custo dos próprios professores foram inseridos. No entanto, fica evidente que a proporção dos móveis necessários é relativamente maior do que os existentes.

QUADRO 7 – RESUMO ORGANIZADO POR ARTHUR CERQUEIRA, EM 1906, DA MOBÍLIA EXISTENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PERTENCENTES AO ESTADO

RFSUMO da mobilia existente nas escolas publicas e pertencentes ao Estado.	
MOVEIS	Total
Carteiras	939
Bancos simples	141
Mezas.	72
Estrados	21
Quadros negros com cavalletes	83
Cadeiras simples.. .. .	26
Cadeiras de braço	18
Mappas	30
Cabides	23
Talhas com banco	5
Relogio	1
Contador	1
Apparelho Geometrico.	1
Quadro de ardosia	1

RESUMO da mobilia necessaria para as escolas publicas do Estado.	
MOVEIS	Total
Carteiras	1251
Mezas.	150
Estrados	150
Quadros negros	120
Cadeiras	233
Talhas para agua, com banco	120
Relogios	103
Mappas	310
Cabides	50
Armarios	20

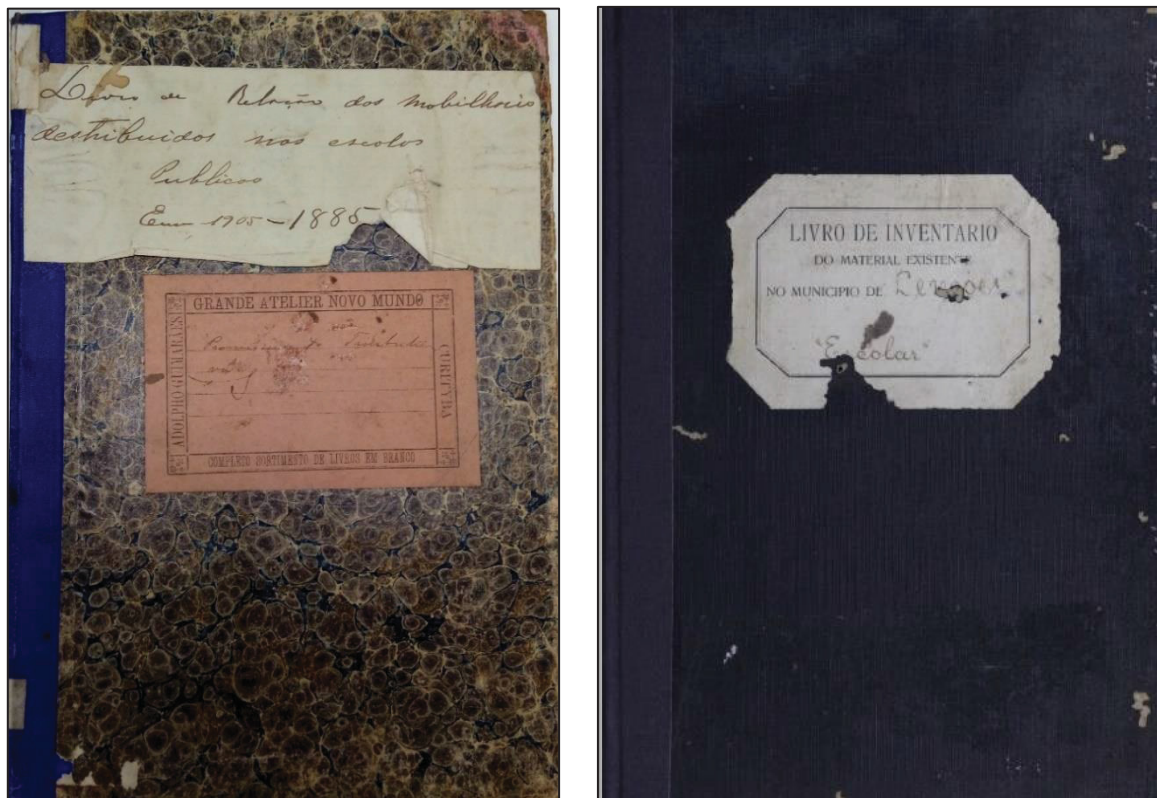
FONTE: Cerqueira, 1906, p. 104.

O rol da materialidade sistematizada no quadro permite vislumbrar a “quantas anda” o abastecimento das escolas. Assim, o projeto de uma cidade bela e moderna incitou para os dirigentes do ensino, a escolha, ou os motivos, para intervir: por uma questão de notoriedade as escolas do centro da cidade foram privilegiadas em relação às escolas rurais. Contudo, é válido destacar que a ação de inventariar comparece no conjunto de preocupações associadas à ação de prover. Por isso, é importante destacar que os livros de distribuição do mobiliário escolar configuram-se como uma prática escriturística de professores e inspetores tanto no Paraná como em outras regiões do país. No estado paranaense esta prática foi feita de forma intercalada – por vários professores e inspetores –, já a sistematização reunida em um **livro de tomo** foi proposta e realizada até onde se pode verificar, na história da educação paranaense, pelo então Diretor Geral da Instrução Arthur Cerqueira, em 1907.

De modo a conhecer os livros de móveis que compuseram o processo de organização das condições físicas das escolas, trazemos para o debate um livro encontrado no Arquivo Público do Paraná que reúne anotações de 1895 a 1907 e um livro – já nomeado como “Livro de Inventário” – encontrado na Biblioteca Digital Orígenes Lessa⁵⁴ – localizado no município de Lençóis Paulista (a cidade do livro) e datado em 1909, conforme podemos observar na Figura 9 a seguir:

⁵⁴ “Esta Biblioteca Digital realizou-se via criação e contemplação de projeto ao edital de Modernização de Bibliotecas Municipais do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo (SISEB) realizado no ano de 2014. Tendo como parceiros a equipe de funcionários do Espaço Cultural ‘Cidade do Livro’ e da Secretaria de Tecnologia da Informação. Compõem este acervo documentos e obras do século XVI ao século XX. Itens do acervo do Espaço Cultural Cidade do Livro: obras raras, revistas especiais, Arquivo Histórico Municipal com acervo de jornais da cidade, entre outros documentos relativos a cidade de Lençóis Paulista e região”. Disponível em: <http://bmol.lencoispaulista.sp.gov.br/xmlui/> Acesso em: 18 ago. 2021

FIGURA 9 – LIVROS DE MÓVEIS QUE COMPUSERAM O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS



FONTE: Livro códice 124 – DEAP; Livro de Inventário Escolar (SP)⁵⁵

De acordo com a imagem, o primeiro livro recebe como título “Livro de Relação dos mobiliários distribuídos nas escolas públicas em 1905-1985”. A organização do seu interior não é muito sistematizada: contempla 12 páginas preenchidas e as informações variam de registros soltos – como se fossem uma espécie de bloco de notas coletadas pelo inspetor – e informações mais sistematizadas organizadas em quadro. Na imagem a seguir podemos ter uma melhor compreensão dessas anotações:

⁵⁵ Disponível em: <http://bmol.lencoispaulista.sp.gov.br:8080/xmlui/handle/1/1791>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FIGURA 10 – LIVRO DE RELAÇÃO DOS MOBILIÁRIOS DISTRIBUÍDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM 1905-1985

Carteira existentes no Gymnasio
185 de São Paulo e 6
No Gymnasio Velho 70
215
Fernando Augusto Moreira
relevo 6 carteiras e uma meza
Em 2 de Agosto de 1904
185
De estas D. Paulita levou 10
em 12 de agosto 1904
175
167

De 185 bancos carteiras existentes no Gymnasio novo
Sahiram 10 p^a D. Paulita Duarte 6 p^a Fern
moreira 4 p^a Guilhermina Costa Gomes
Amelia França 1 quadro negro
Das 43 carteiras existentes na escola Carvalho conta sahiram
17 p^a D. Elvira Farias 17 p^a D. Elvira Farias 1 tableta
Para Anto Reginato 12 carteira 10 moderna e duas amare
las uma meza q foi de D. Narciza Munhoz um mappado Bra
zil uma tableta um quadro negro
O Professor Paranhos esteve em 8 de Junho
e carteiras das antigas amarelas
e 17 de janeiro, mandada a D. foram
entregues a D. Carlolina Moreira
e carteiras do Gymnasio Novo
na somma de 17 p^a entregue a D. Martha
Valer 2 carteiras de p. Anto Reginato para
sigo e q foram //

Móveis

Nome	Capital	S. Vicente	C. Largo	Outros
D. Julia W. T.	12	1	1	
D. Maria Teodora Puppuro	14	1	1	
D. Josephina Formosa Paes	6	1	1	
D. Sapphyra Insurada Costa e Moura	4	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	4	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	3	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	16	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	3	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	2	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	4	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	4	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	2	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	7	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	2	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	10	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	7	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	4	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	3	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	10	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	10	1	1	
D. Maria da Luz Assunção	10	1	1	

FONTE: Livro códice 124 – DEAP.

A primeira folha tem como título central a data de 1904, nela, estão reunidas informações sobre as carteiras presentes no “novo” Ginásio Paranaense e as existentes no Ginásio “velho”, além de móveis existentes também em outras escolas. O relator ainda informa:

De 185 bancos carteiras existentes no Gimnasio novo sahiram 10 p^a D. Paulina Duarte, 6 p^a Fernanda Moreira, 4 p^a Guilhermina Costa Gomes, Amelia França 1 quadro negro. Das 43 carteiras existentes na escola Carvalho conta sahiram 17 p^a Elvira Farias [...] Para Anto Reginato 12 carteira, 10 moderna e duas amarelas, 1 meza que foi de D. Narciza Munhoz um mappado do Brazil uma tableta um quadro negro [...] (Paraná, 1895-1907, p. 9).

Na redação não há indícios sobre quem escreveu ou com quem estava o domínio do livro de distribuição, no entanto, suponho que seja algum inspetor da capital paranaense, justamente por conta das informações registradas serem de professores que receberam mobília escolar na cidade de Curitiba. Na segunda página, é possível observar que as informações estão mais sistematizadas. A primeira coluna reúne o nome dos professores, na sequência, existem subdivisões com a região em que foram distribuídos os móveis (Capital, S. Vicente, C. Largo,

⁵⁶ Entendo que esta sigla corresponde “para a”.

Umbará, entre outros), o ano, e três subdivisões seguidas dos seguintes itens: carteiras, quadros e tabuletas, de forma que o redator possa preencher somente a quantidade distribuída.

O segundo livro, como o próprio título anuncia, corresponde ao inventário do material existente no município de Lençóis Paulista. Na primeira página do livro consta três circulares que orientam o preenchimento e a função do livro do inventário. A primeira circular, escrita em 1905, explica que a requisição de novos livros para a escrituração deve ser feita somente por meio de declaração do professor quando o presente livro estiver findo, “devendo a entrega ser feita pela Câmara à vista da apresentação do livro extinto que deverá ser enviado a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior”. A segunda, datada também de 1905, dá orientações sobre uma prática que já discutida anteriormente: quando o professor é removido de alguma cadeira deve deixar uma declaração que outra autoridade do ensino recebeu a materialidade da escola deixada pelo dito professor; da mesma forma, quando um professor assume uma cadeira deve realizar o arrolamento dos artefatos e informar à secretaria do material existente. Como última orientação, a terceira circular do ano de 1907 solicita às repartições fiscais que não sejam pagos

os vencimentos do professor removido de uma escola para outra, no mesmo município ou de um para outro, sem que apresente, à Estação Fical respectiva, declaração do Inspector Municipal, do lugar donde saíra, pela qual se verifique que o material da escola deixada ficou em poder da Câmara. Esta providencia palpitante tem por fins impedir que alguns srs. Professores deixem em abandono o material escolar, maximé quando, licenciados, não voltem mais aos logares donde de removeram (Livro de Inventário, Circular n. 3, 1907, sem indicação de página).

O livro não dá indícios sobre o seu relator, entretanto, pelas condições da organização administrativa, acredito que seja algum inspetor da localidade de Lençóis Paulista. Desta maneira, o livro de inventário reúne 27 páginas (nem todas preenchidas) correspondentes ao material existente em cada escola, assumindo o nome do professor responsável por ela como ponto de referência. O inventário reúne informações sobre a designação da materialidade, seu estado e procedência e a data do fornecimento, conforme a figura 11, a seguir:

FIGURA 11 – CONTEÚDO PRESENTE NO LIVRO DE INVENTÁRIO ESCOLAR PAULISTA

Inventario do material existente na				Escola de Bocayuva			
Professor <i>D. P.</i>				<i>Thophile Pinto de Carvalho</i>			
N.	DESIGNAÇÃO	Estado	Procedencia	Data do fornecimento			OBSERVAÇÕES
				DIA	MEZ	ANNO	
<i>1</i>	<i>livros chamados matriculas de</i>	<i>Novo</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>				
	<i>mo de exam e termo de regtas</i>						
<i>1</i>	<i>mapa</i>						
<i>1</i>	<i>caderno</i>						
<i>12</i>	<i>cartões</i>						
<i>2</i>	<i>quadros negros</i>						
	<i>Victoristas</i>						
	<i>Compas</i>						
	<i>Imhi Patua P. S. P.</i>						
<i>3</i>	<i>mapas São Paulo, Brazil e P.</i>						
	<i>Pa. e Mercator</i>						

FONTE: SÃO PAULO, Livro de Inventário Escolar – 1909⁵⁷.

Segundo Wiara Alcantara (2019), o *Livro de Móveis e Utensílios* no estado de São Paulo, no período provincial, revelou “uma organização pouco especializada do governo para resolver as demandas materiais e problemas do ensino”, uma vez que, com a massificação do ensino, promovida pelo ensino obrigatório e um conjunto de leis que aproximaram o espaço escolar das moradias das crianças, a demanda escolar aumentou e sua administração se tornou mais complexa. No entanto, reitero que, embora a ação do inventário não garanta de modo imediato que todas as escolas sejam providas, ela é importante justamente por compor um ato preliminar de conhecimento sobre a estruturação física das escolas.

Deste modo, **na cultura do provimento, o inventário é uma etapa importante a respeito das estratégias para melhor atender às demandas materiais, ou mesmo sobre quais demandas intervir.** Com a expansão da escola pública, outras ações adentram o conjunto de preocupações do provimento escolar, além de inventariar e conhecer o que se tem e o que falta, é preciso anteceder a demanda e assim criar espaços próprios para a guarda e a distribuição da mobília escolar, de modo que estas já estejam disponíveis a quaisquer solicitações, ao invés de esperar que os professores façam o pedido do material, para depois acionar meios de produção e distribuição. É o que veremos na próxima sessão com a criação dos almoxarifados da instrução pública.

⁵⁷ Disponível em: <http://bmol.lencois paulista.sp.gov.br:8080/xmlui/handle/1/1791>. Acesso em: 23 jul. 2021

2.3 “Da guarda, distribuição, arrecadação e reparos dos móveis e utensílios escolares”: a institucionalização do lugar de guarda e do abastecimento material

Era 12 de junho de 1909 quando o Dr. Jayme Drumond dos Reis⁵⁸ foi nomeado para exercer o cargo de diretor geral da instrução pública em substituição ao Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira. Em cumprimento da nova função assumida, Drumond dos Reis escreveu seu primeiro relatório, em 24 de novembro do mesmo ano, ao Sr. Coronel Luiz Antonio Xavier⁵⁹, na época secretário do interior, justiça e instrução pública. Uma das suas preocupações, descritas em seu texto, era justamente as condições das escolas públicas, salas e mobiliário e o método de ensino adotado na educação das crianças. As primeiras escolas examinadas pelo recém-diretor foram aquelas instaladas nos arredores da capital paranaense, as existentes em:

S. Quitéria, Bariguy, S. Vicente do Bariguy, S. Cândida, S. Felicidade, Butiatuvinha, Campo Novo, Campo Comprido, Ferraria, Ortão, Mendes de Sá, Colonia D. Mariana, cidade de Campo Largo, (3), cidade de S. José dos Pinhais (3) e por fim [...] as 3^a, 4^a, 5^a, masculinas, 3^a feminina e 3^a, 4^a, 6^a, 11^a, promiscuas desta cidade (Reis, 1909, p. 4).

Não tendo uma boa impressão sobre as escolas que visitou, Jayme Drumond dos Reis declara que as escolas que funcionam em prédios próprios acham se, relativamente, melhor aparelhadas que as instaladas em casas alugadas; ainda observa que, “mesmo nos estabelecimentos ultimamente construídos, não foram observadas as rigorosas disposições aconselhadas pela hodierna hygiene das escolas, o que teria sido mui fácil” (Reis, 1909, p. 4).

Ainda acrescenta em suas considerações a má distribuição de luz no Grupo Escolar Xavier da Silva, embora este tenha sido construído como Grupo Escolar, era insuficiente em alguns aspectos relacionados à hygiene, preocupação levantada pelos médicos do período por conta “de futuras lesões oculares, não só dos alumnos, como também nos professores”. Em relação às escolas da capital que funcionavam em prédios alugados, Reis comenta que “todas as boas medidas de hygiene, então, desaparecem”, no entanto, para o relator, a situação é

⁵⁸ Segundos os dados biográficos da Assembleia Legislativa Paranaense, “Jayme Reis era filho de Trajano dos Reis e de Josephina Drumond dos Reis. Nasceu em Curitiba, onde estudou até o curso preparatório. Diplomou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Iniciou a profissão como auxiliar do pai na cidade natal. Foi eleito deputado estadual e mais tarde nomeado diretor da Instrução Pública. Fez parte do Conselho Supremo do Grande Oriente do Paraná. Em Curitiba há uma rua que leva seu nome.” Disponível em: Assembleia Legislativa do Paraná – Deputados – Biografia. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/jayme-drumond-dos-reis>. Acesso em: 29 jul. 2021.

⁵⁹ “Nasceu em Curitiba no dia 21 de dezembro de 1856. Era filho de Manoel Antonio Xavier e de Anna Fernandes Xavier. Foi secretário das finanças, prefeito de Curitiba, deputado federal e estadual em várias legislaturas. Faleceu no dia 19 de dezembro de 1933”. Disponível em: Assembleia Legislativa do Paraná – Deputados – Biografia. <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/luiz-antonio-xavier>. Acesso em: 29 jul. 2021.

compreensível, posto que os professores se vêm obrigados a “aceitar qualquer sala que possua uma sala de tamanho regular ondê possam cumprir com o seu dever. Dahi deccore que, na generalidade, todas as salas carecem de luz adequada, cubagem necessária de ar, boa ventilação etc” (Reis, 1909, p. 4).

No que remete à mobília das escolas que visitou, explica o Diretor Geral da Instrução que estas também não se achavam em bom estado, com poucas exceções, mas, em sua grande maioria, ora os móveis eram deficientes, em relação ao número de alunos matriculados e mesmo frequentes, ora encontravam-se em mal estado.

Em geral cifra-se o mobiliário escolar n’um pequeno numero de bancos, banco carteiras, uns fornecidos pelo Governo, outros adquiridos pelos próprios professores, acrescidos de um quadro negro e algumas vezes de uma mappa do Estado. Muitas escolas existem em que, na falta de mobiliário adequado, as creanças sentam-se em caixotes, tijolos e outros moveis, na ocasião arranjados (Reis, 1909, p. 4-5).

Essa preocupação manifestada com a materialidade das escolas é atribuída por Jayme do Reis ao impacto que, tanto os prédios, a sala de aula, bem como o mobiliário poderiam exercer no espírito das crianças. A materialidade, segundo o dirigente da instrução, seria um mecanismo potente de distinção, no sentido de despertar no aluno uma capacidade de zelo pelo bem-estar físico, material, moral e intelectual. Deste modo, considerando essas premissas, no mesmo mês que assumiu a diretoria da instrução, Jayme Drumond dos Reis escreveu a seguinte carta para o secretário do interior:

Curityba, 24 de julho de 1909

N. 365

Exmo. Snr. Secretario do Interior

De posse de grande numero de pedidos de professores públicos, para que esta Directoria forneça mobília escolar, deficiente em quase todas as escolas publicas, e tendo já de visu verificado a veracidade das reclamações que têm sido endereçadas, consulto a V. Exa. Si é possível lançar mão, com urgência, do saldo da rubrica mobília escolar do orçamento passado e que deve orçar por 4 contos de reis (mais o menos) não só para attender esses justos pedidos, como também e principalmente para melhorar as condições das escolas, de forma a que os alumnos tenham o conforto necessário. **Em algumas escolas mais distantes, certos professores, sem mobília escolar alguma, ministram a instrucção, conservando as creanças em toscos bancos, sem mesa, ou sentados em caixões e outros moveis que a esse fim se prestam.** Como talvez a **secção de marcenaria e carpintaria da Penitenciaria esteja nas condições de fornecer não somente carteiras, mas também mesas, cadeiras, quadros negros e taboletas**, seria conveniente apellas para ella, antes de contractar esse serviço com estabelecimentos particulares. Assim, precisando esta Directoria dar prompta solução a esses pedidos, peço a V. Exa. Que, sendo possível, com brevidade providencie de forma a haver uma resposta urgente daquele estabelecimento.

Saúdo a V. Exa.

Jayme Reis

FONTE: Reis, 1909, documento sem indicação de página, grifos meus.

Além de permitir conhecer sobre quais condições materiais funcionavam algumas salas de aula, a carta de Jayme dos Reis ajuda a compreender que esforços foram levantados para o suprimento delas. Como observado, a Penitenciária do Ahú, com a sua seção de marcenaria e carpintaria, adentrou o rol de fornecedores de móveis destinados à instrução pública e mobilizada pelo Estado.

Com a autorização do secretário do ensino, o diretor geral da instrução pública conseguiu substituir “os bancos-carteiras do Gymnasio por 76 bancos-carteiras novos, vindas da Penitenciaria do Estado e [mandou] reformar, substituir partes estragadas, cepilhar e envernizar, 186 banco-carteiras retirados do Gymnasio do Grupo Xavier da Silva e de outras escolas” (Reis, 1909, p. 11). O relator ainda acrescenta que o desempenho do abastecimento não foi da forma como queria, uma vez que a ação do decreto N. 180, de 24 de setembro de 1909, proibiu a confecção de móveis que não fossem realizados pela penitenciária, salvo os contratos já firmados anteriormente, dificultando, assim, acionar outros fornecedores para uma produção mais veloz.

Segundo o relatório, apresentado ao Sr. Coronel Luiz Antonio Xavier pelo desembargador João Baptista da Costa Carvalho Filho⁶⁰, chefe de polícia do Estado, em 31 de dezembro de 1909, a Penitenciária do Ahú foi instalada em janeiro de 1909 e oferecia aos detentos “casas de trabalho” para uma educação moral, ao mesmo tempo que estes indenizavam seu débito com a sociedade “pelos productos manufacturados” (Carvalho Filho, 1909, p. 6).

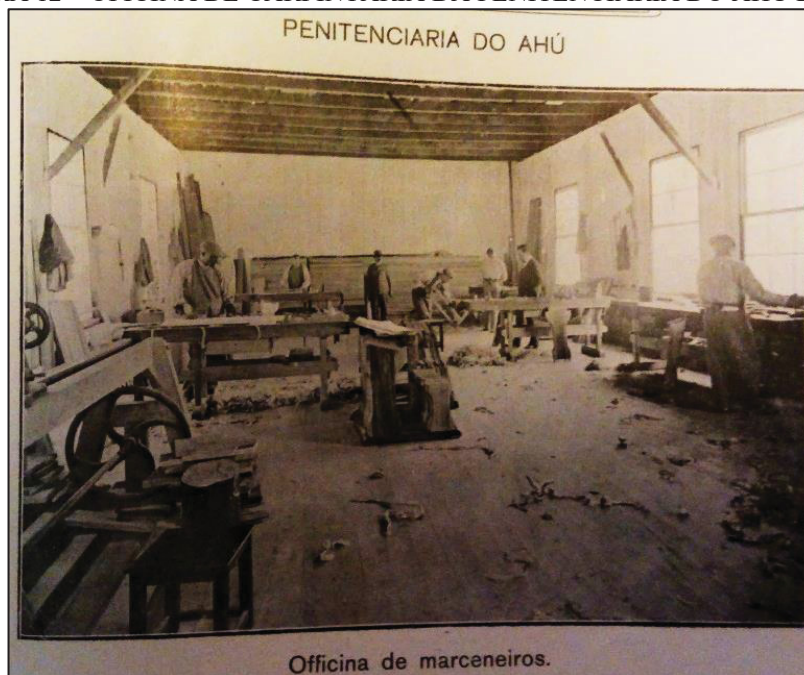
Quatro são as oficinas instaladas na penitenciária: as oficinas de alfaiates, sapateiros, tipógrafos e carpintaria⁶¹. Ainda que as salas de funcionamento destas oficinas fossem inapropriadas e acanhadas, elas confeccionavam “todo o calçado de uso dos penitenciados e também para o Regimento de Segurança, mobiliário escolar necessário à Instrução Pública e imprimindo papeis para o expediente do serviço publico estadual, regulamentos e relatórios” (Carvalho Filho, 1909, p. 12). Além do maquinário, na imagem a seguir é possível vislumbrar,

⁶⁰ Segundo as informações presentes na página do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná “João Baptista Costa Carvalho Filho, filho de João Baptista da Costa Carvalho, desembargador que desenvolveu sua carreira no Estado do Sergipe, nasceu no dia 14 de maio de 1869, na cidade de Estância (SE). Casou-se com a Sra. Argentina Thomé da Costa Carvalho. Bacharel em direito, iniciou sua carreira na política, como deputado constituinte pelo Estado de Sergipe, em 1891. Passou, posteriormente, ao cargo de chefe de gabinete do Ministro da Justiça. No Paraná, iniciou suas atividades como advogado, sendo nomeado para o cargo de secretário de obras públicas e colonização no governo Xavier da Silva.. Faleceu em 29 de outubro de 1927”. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-joao-baptista-costa-carvalho-filho/397262?inheritRedirect=false. Acesso em: 29 jul. 2021.

⁶¹ De acordo com Maria Helena Pupo Silveira (2009, p. 204) os profissionais das oficinas que ensinavam os detentos “eram contratados pela Direção e, em alguns casos, o interno, com bom comportamento, e, que se destacasse em algum ofício, poderia exercer o papel de contra-mestre”.

ao centro, uma carteira escolar sendo confeccionada pela marcenaria da penitenciária:

FIGURA 12 – OFICINA DE CARPINTARIA DA PENITENCIÁRIA DO AHÚ EM 1909



FONTE: Carvalho Filho, 1909, p. 109.

É importante não perder de vista que o fotógrafo que realizou o registro captou vestígios da vida cotidiana de uma das atividades desenvolvidas na penitenciária do Ahú, por isso, como destaca Kossoy (2001, p. 36), o registro fotográfico além de ser revelador de informações também demonstra o “desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto do real”. Desta forma, como fonte, a fotografia é um testemunho segundo um filtro, o do fotógrafo. Por isso também é um vestígio. Como dito anterior, mais do que revelar as minúcias do ambiente de trabalho, essa fotografia divulga a forma como a penitenciária vem conduzindo o comportamento dos detentos, ocupando-os com atividades que representem uma forma de indenização a sociedade.

Da ação da carta circular até a confecção do mobiliário escolar pela penitenciária do Estado, podemos apontar alguns esforços que se somam à “cultura do provimento” do Estado paranaense: dentre as formas de prover estão tanto os agentes do ensino – os professores e inspetores – como algumas instituições oficiais do Estado – a própria penitenciária do Ahú.

Outras faces são mobilizadas para prover a materialidade da escola, uma delas é acionada pelo próprio relator Arthur Cerqueira já em 1907, no entanto, este desfecho, das faces do provimento mobiliário, juntamente da circulação de saberes que compõem o processo de idealização e confecção dos móveis escolares, será mais bem explorado no terceiro capítulo.

Uma ação que nos interessa discutir por ora é o movimento catalizador da carta circular de Cerqueira em 1906, uma vez que outros dirigentes da instrução também irão atualizar o arrolamento dos móveis escolares em 1913, 1916 e em 1920⁶², podendo alimentar, assim, uma nova unidade inventada para a guarda, reparos, distribuição e arrecadação do mobiliário escolar: o almoxarifado da instrução pública.

Nas páginas de seu relatório sobre a instrução pública, escrito em 1913, Francisco R. de Azevedo Macedo⁶³ menciona o trabalho realizado no almoxarifado da instrução pública, sob a responsabilidade de dois empregados da Secretaria da Diretoria: João Miró e o senhor Manoel André da Silva Castro. O relator aponta esta instituição como sendo necessária e indispensável, posto que ela fica a cargo da “guarda, distribuição, arrecadação e reparos dos moveis e utensílios escolares, tendo uma escripta especial, indicando o que falta para suprimento das escolas” (Macedo, 1913, p. 5). Além dessas informações, para dotar o Estado dos móveis necessários e para organizar a escrituração do almoxarifado, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo informa que pediu aos professores que enviassem a relação dos móveis existentes e necessários de suas escolas. Ao longo dos anos percebo que a ação de pedir o arrolamento dos móveis é assumida toda vez que a preocupação de suprir as escolas públicas é colocada em pauta, ou seja, não é uma ação inaugurada por um diretor ou inspetor específico, mas é uma atividade sempre retomada quando o provimento adentra a agenda pública estatal.

Macedo ainda escreve que a partir da organização do almoxarifado⁶⁴ conseguiu enviar móveis para diversas localidades, no entanto, não com a presteza que gostaria, uma vez que não era possível realizar a distribuição dos móveis “sinão à medida que forem sendo montadas as carteiras americanas, trabalho esse a cargo de um marceneiro e um auxiliar” (Macedo, 1913, p. 6). Além de aparecer na documentação empírica um novo tipo de carteira transitando no contexto paranaense – as carteiras americanas⁶⁵ – é interessante observar que, desde onde foi

⁶² O paulista César Pietro Martínez foi convidado em 1920 para desempenhar a função de Inspetor Geral do Ensino no Estado do Paraná, uma de suas ações sobre o conhecimento do estado do mobiliário escolar foi justamente enviar circulares aos inspetores escolares para a organização de um inventário desta materialidade.

⁶³ Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo “era filho de João Ribeiro de Macedo e de Anna Maria de Azevedo Portual. Nasceu no dia 5 de julho de 1872, em Itaqui, Campo Largo (PR). Formou-se em Direito. Quando recém-formado, foi escolhido para oficial de Gabinete do então presidente do Estado, Vicente Machado. Lecionou pedagogia, português, lógica, literatura, moral, direito pátrio, psicologia, história da filosofia na Escola Normal de Curitiba e no Ginásio Paranaense. Faleceu em 11 de maio de 1955, em Curitiba.” Assembleia do Estado Legislativo do Paraná – Deputados – Biografia. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/francisco-ribeiro-de-azevedo-macedo>. Acesso em: 29 jul. 2021.

⁶⁴ Segundo o jornal DIARIO da Tarde o almoxarifado funcionava numa parte do antigo teatro “Polytheama” na avenida Luiz Xavier. DIARIO da Tarde, 21 de agosto/1915. “Noticiário”. Ed. 5176, p. 2.

⁶⁵ As carteiras americanas são um tipo de carteira escolar produzido nos Estados Unidos conforme os preceitos de higiene e da pedagogia moderna.

possível verificar – na transição do século XIX para o século XX – é a primeira vez que identificamos a menção a um local físico para a guarda, reparos e distribuição da materialidade escolar como o almoxarifado da instrução.

No relatório do secretário do interior, justiça e instrução pública – Enéas Marques dos Santos⁶⁶, em 1916 – encontra-se reservado uma sessão específica destinada à movimentação anual do almoxarifado da Instrução. A relação foi organizada pelo representante do almoxarifado, João Miró, em cumprimento ao chefe da 3ª seção, Julio Pernetta. Segundo as palavras do almoxarife, figuram:

mil trezentos e trinta pés para carteiras americanas, mandados fazer por ordem do Exmo. Sr. Dr. Secretario e que foram distribuídos pelos Grupos Escolares desta Capital. Entre as **carteiras nacionais** recebidas durante o anno, muito poucas estavam em condições de serem aproveitadas, pelo que ainda por ordem do mesmo Exmo. Sr. Dr. Secretário, foi encarregado o **Sr. Salvador Maida** de fazer concertos que necessitassem, tendo já entregue a este Almoxarifado 63 carteiras concertadas e envernizadas, existindo ainda 141 que necessitam de reparos (Miró, 1916, documento sem indicação de página, grifos meus).

É importante sinalizar que embora o Almoxarifado seja a instância responsável pela guarda e distribuição dos móveis no período, seu quadro de abastecimento ainda apresentava defalques, neste sentido, “alguns objectos são comprados á proporção que vão sendo requisitados pelos Srs. professores ou diretores de Grupos Escolares em virtude da falta deles no Almoxarifado” (Santos, 1916, p. 156). No quadro a seguir é possível verificar a movimentação anual dos artefatos necessários para as escolas entre os meses de março a novembro. A organização do quadro é feita pelo dia e mês da entrega dos artefatos à escola, bem como pela quantidade enviada, além de reunir o nome dos objetos que foram entregues e os sujeitos que o receberam.

⁶⁶ “Nasceu em Curitiba no dia 12 de janeiro de 1883, filho do político Generoso Marques dos Santos e de Anna Joaquina de Paula Santos. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1906. Em 1916, foi alçado a titular da Secretaria do Interior e Justiça. Graças à operosidade da sua administração, foi lembrado para suceder ao presidente Affonso Camargo. Faleceu em Curitiba no dia 14 de outubro de 1961. Academia Paranaense de Letras. Disponível em: <http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-13/cadeira-13-fundador/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

QUADRO 8 – MAPA DA MOVIMENTAÇÃO ANUAL DO ALMOXARIFADO DA INTRUÇÃO PÚBLICA
– 1916

Dia	Mês	Quant.	Objeto entregue	Município	Localidade para onde foi remetido	A quem foi entregue
8	Mar.	8	Carteiras Nacionais	Araucária	Cachoeira	Gertrudes Ribeiro Lopes
8	Mar.	1	Mapa do Brasil	“ ⁶⁷	“	“
8	Mar.	1	Mapa do Paraná	“	“	“
8	Mar.	20	Carteiras Americanas	Palmeira	Porto Amazonas	Maria Esther de Souza Knorr
8	Mar.	2	Vassouras	“	“	“
8	Mar.	1	Mapa do Brasil	“	“	“
8	Mar.	1	Mapa do Paraná	“	“	“
8	Mar.	1	Caixa de Giz	“	“	“
8	Mar.	1	Capacho de Ferro	“	“	“
8	Mar.	1	Capacho de coco	“	“	“
8	Mar.	1	Vassoura para lavar	“	“	“
8	Mar.	1	Talha para água	“	“	“
8	Mar.	1	Globo geográfico	“	“	“
28	Mar.	20	Carteiras Nacionais	Guaraqueçaba	Guaraqueçaba	Inspetor Escolar
4	Abril	22	“	Antonina	Antonina	Olga Baster
6	Abril	20	“	Morretes	Morretes	Prefeito Municipal
	Abril	24	Carteiras Americanas	Guarapuava	Guarapuava	Grupo Escolar
	Abril	4	Mapas do Brasil	“	“	“
	Abril	4	Mapas do Paraná	“	“	“
	Abril	8	Metros de tela preta	“	“	“
	Abril	3	Carteiras Nacionais	Tamandaré	Botiatuva	Inspetor Escolar
	Abril	1	Mapa do Brasil	“	“	“
	Abril	1	Mapa do Paraná	“	“	“
	Abril	2	Vassouras	Curitiba	Curitiba	Zelador do G. E. Xavier da Silva
	Abril	2	Mapas do Brasil	Jacarezinho	Jacarezinho	Cel. Francisco de Paula Figueiredo
	Abril	1	Mappa do Paraná	“	“	“
	Abril	2	Mappas do Brasil	S. José dos Pinhais	S. José dos Pinhais	Inspector Escolar
19	Abril	2	Mappas do Paraná	“	“	“
19	Abril	1	Ferro para porta	Coritiba	Coritiba	Zelador do Grupo Professor Cleto
“	Abril	2	Mappas do Brasil	S. José dos Pinhais	S. José dos Pinhais	Inspector Escolar
“	Abril	1	“	“	Colonia Zacharias	“
“	Abril	1	Mappa do Paraná	“	“	“
22	Abril	1	Estrado	Antonina	Antonina	Olga Balster
“	Abril	1	Quadro Negro	“	“	“
“	Abril	1	Mappa do Brasil	“	“	“
“	Abril	1	Mappa do Paraná	“	“	“
24	Abril	120	Carteiras americanas	Coritiba	Coritiba	Grupo Rio Branco
24	Abril	120	Tinteiros de Louça	“	“	“
24	Abril	120	Vassouras	“	“	“
24	Abril	12	Carteiras Nacionais	Coritiba	Uberaba	Faulina Taborda de Andrade
24	Abril	1	Mesa	“	“	“
24	Abril	1	Mappa do Brasil	“	“	“

⁶⁷ Este sinal representa a repetição da palavra acima.

Dia	Mês	Quant.	Objeto entregue	Município	Localidade para onde foi remetido	A quem foi entregue
24	Abril	1	Mappa do Paraná	“	“	“
24	Abril	1	Quadro Negro	“	“	“
24	Abril	1	Vassoura	“	“	“
10	Maio	1	Mappa do Brasil	“	Colonia Argelina	Maria José Pinheiro Pedroso
10	Maio	1	Mappa do Paraná	“	“	“
11	Maio	1	Mappa do Brasil	“	Barreirinha da Cchra.	Maria Vicentina Pinheiro
11	Maio	1	Mappa do Paraná	“	“	“
12	Maio	6	Mappas do Brasil	“	Coritiba	Raul Gomes
12	Maio	6	Mappas do Paraná	“	“	“
14	Maio	12	Carteiras Nacionais	Ponta Grossa	Chapada	Cecilia Cardoso Martins
14	Maio	1	Mappa do Brasil	“	“	“
14	Maio	1	Mappa do Paraná	“	“	“
14	Maio	1	Quadro Negro	“	“	“
24	Maio	30	Carteiras nacionais	Clevelândia	Clevelândia	Inspector Escolar
24	Maio	1	Vassoura	S. José dos Pinhais	Colonia Affonso Penna	Antonio Stohoga
24	Maio	1	Estrado	“	“	“
24	Maio	1	Vassoura	Rio Branco	Santarla	Rosa Panphilo da Silva
24	Maio	1	Mappa do Brasil	“	“	“
24	Maio	1	Mappa do Paraná	“	“	“
24	Maio	8	Carteiras Americanas	Coritiba	Coritiba	Gymnasio Paranaense
24	Maio	2	Vassouras	“	“	Zelador do Grupo Cruz Machado
24	Maio		Parafusos para 60 carts.	Antonina	Antonina	Inspetor Escolar
24	Maio	20	Tinteiros	“	“	“
24	Maio		Parafusos para 90 carts.	Morretes	Morretes	Prefeito Municipal
24	Maio	1	Mappa do Brasil	“	“	“
18	Junho	90	Tinteiros-vidro chumbo	Coritiba	Coritiba	Grupo Tiradentes
23	Junho	12	Carteiras Nacionais	“	“	4º Regimento de Infantaria
23	Junho	12	Carteiras Americanas	“	“	Grupo Professor Cleto
23	Junho	12	Carteiras Nacionais	Tamandaré	Tamandaré	Inspector Escolar
23	Junho	1	Mappa do Brasil	“	“	“
23	Junho	1	Mappa do Paraná	“	“	“
27	Junho	10	Carteira Americanas	Coritiba	Santa Candida	Maria Leocadia P. Brandão Pontes
27	Junho	1	Vassoura	“	“	“
29	Junho	25	Carteiras Nacionais	S. Pedro de Mallet	Mallet	Prefeito Municipal
23	Julho	132	Carteiras Americanas	Coritiba	Coritiba	Grupo “19 de Dezembro”
25	Julho	125	Carteiras Americanas	“	“	Grupo Tiradentes
25	Julho	6	Carteiras Nacionais	Tamandaré	Tranqueira	Maria R. Couto
25	Julho	1	Quadro Negro	“	“	“
25	Julho	6	Carteiras Nacionais	Iraty	Fernandes Pinheiro	Jacomina Ferrario Schmidt
26	Julho	68	Carteira Americanas	Morretes	Morretes	Prefeito Municipal
27	Julho	18	Carteiras Nacionais	Timbó	Timbó	Rodolpho C. Rocha
28	Julho	60	“	Tibagy	Tibagy	Prefeito Municipal
26	Julho	6	“	Coritiba	Coritiba	Carlos O. da Costa

Dia	Mês	Quant.	Objeto entregue	Município	Localidade para onde foi remetido	A quem foi entregue
4	Agos.	20	“	Paranagua	Paranaguá	Inspector Escolar
8	Agos.	15	“	Castro	Ronda	Inspector Escolar
11	Agos.	1	Mappa do Brasil	Coritiba	Coritiba	Maria da Luz Mello
12	Agos.	15	Carteiras Nacionais	Piraty	Piraty	Eulalia de Lima e Souza
12	Agos.	1	Mappa do Brasil	S. José da Boa vista	S. José da Boa vista	Cecilia Pereira dos Santos
12	Agos.	1	Mappa do Paraná	“	“	“
14	Agos.	1	Balde de Zinco	Coritiba	Coritiba	Zelador do Grupo Zacarias
14	Agos.	4	Vassouras	“	“	“
22	Agos.	62	Carteiras Americanas	“	“	Grupo Professor Brandão
25	Agos.	48	“	“	“	Grupo Cruz Machado
25	Agos.	2	Vassouras	“	“	Grupo Rio Branco
29	Agos.	12	Carteiras Nacionais	Paranaguá	Ilha do Mel	Inspector Escolar
5	Set.	2	Vassouras	Coritiba	Coritiba	Zalador do Grupo Professor Cleto
12	Set.	20	Carteiras Americanas	Paranaguá	Porto D. Pedro II	Inspector Escolar
13	Set.	25	“	“	Paranaguá	“
16	Set.	33	“	Coritiba	Coritiba	Gymnasio Paranaense
16	Set.	6	Vassouras	“	“	“
16	Set.	6	Caixa de Giz	“	“	“
19	Set.	2	Vassouras	“	“	Zalador do Grupo Tiradentes
19	Set.	1	Mappa do Paraná	“	“	“
9	Out.	12	Carteiras Nacionais	Tamandaré	Campo Novo	Margarida Zardo de Miranda
9	Out.	1	Quadro Negro	“	“	“
9	Out.	1	Estrado para mesa	“	“	“
9	Out.	1	Mappa do Brasil	Coritiba	Alto do Cemitério	Noemia de Oliveira Sentome
9	Out.	1	Contador	Coritiba	Alto do Cemiterio	Noemia de Oliveira Sentome
9	Out.	24	Carteiras Americanas	“	“	“
13	Out.	16	“	“	Coritiba	Mercedes de Santos Walback
13	Out.	1	Vassoura de Lavar	“	“	“
13	Out.	2	“	“	“	“
13	Out.	16	Tinteiros de louça	“	“	“
13	Out.	4	Vassouras	S. José dos Pinhais	S. José dos Pinhais	Zelador do Grupo Silveira da Motta
31	Out.	1	Mappa do Brasil	Coritiba	Colonia Santo Ignacio	João Falarz
31	Out.	1	Contador	“	“	“
31	Out.	20	Carteiras Americanas	“	“	“
1	Nov.	1	Contador	Campina Grande	Rio do Meio	Emygdia Alves Carneiro
1	Nov.	15	Carteiras Nacionais	“	“	“
2	Nov.	12	Carteiras Americanas	Colombo	Varzinha	Caetana de Souza Martins
2	Nov.	12	Tinteiro de Louça	“	“	“

FONTE: Miró, 1916, documento sem indicação de página.

Por meio de cartas de professores, listas de materiais, lista de inventários e almoxarifados, legislação educacional e periódicos o GT2⁶⁸ – grupo temático responsável pela análise da materialidade da escola primária - criou categorias que agrupassem e representassem os artefatos escolares presente na escola primária no período de 1870 a 1925. Diante do mapa da movimentação anual do almoxarifado da instrução pública de 1916 realizei o exercício de comparar e identificar os objetos ali presentes com as categorias mencionadas GT2. No que diz respeito ao descritor “móvel” há uma grande quantidade de pedidos referentes a carteiras nacionais e carteiras americanas. Na categoria dos “utensílios de escrita” é possível identificar a aquisição de objetos como o quadro negro, tinteiros de louça, vidro e de chumbo e pedidos de caixa de giz. Em relação a categoria “materiais de limpeza” é possível visualizar pedidos de vassouras, vassouras de lavar e baldes de zinco. Sobre a categoria “materiais de higiene” existe pedido para talha de água. Por fim, um último pedido identificado dentro da categoria “Materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino”, proposto pelo grupo temático GT2, e presente no almoxarifado paranaense estão o contador, mapas do Paraná e do Brasil e pedidos de globo geográfico.

Ao comparar os objetos solicitados no mapa do almoxarifado no ano de 1916 e os objetos presentes na categoria “materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino” elencado pelo GT2, foi possível inferir que o Quadro 8, de forma tímida, traz alguns objetos condizentes as acepções do método das lições de coisas: como o desenvolvimento das ideias abstratas das crianças a partir de objetos concretos (Valdemarin, 2004). Embora o globo, os mapas e o contadores cumprissem esse objetivo de apresentar um recurso didático pautado nos sentidos e na objetividade, é de se observar que os materiais apresentados no Quadro 8 ainda são muito restritos para um ensino que tinha como base o método do ensino intuitivo, evidenciando uma didática que ainda poderia estar pautada em uma educação livresca e com a centralidade no professor.

A partir do mapa anual dos artefatos distribuídos para as escolas públicas do estado do Paraná, é possível construir um painel do consumo material do Estado. A aquisição de determinados móveis pode dar indícios sobre os agentes que o governo estabelecia contato para conseguir abastecer o Almoxarifado e assim suprir a instrução com os móveis necessários. No ano de 1916 o setor conseguiu distribuir 391 Carteiras Nacionais e 779 Carteiras Americanas,

⁶⁸ O GT2 contou com pesquisadores do Maranhão, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é importante sinalizar que esse grupo compôs o projeto de âmbito nacional intitulado “Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870- 1930)”, coordenado pela profa. Dra. Rosa Fátima de Souza.

o que chama atenção em relação a esta quantidade é justamente o lugar de mediador que o setor acaba preenchendo: um espaço que recebe os produtos dos fornecedores e realiza a guarda e a conservação dos objetos, mas, também, exerce uma organização funcional que pode prever a quantidade de mobília necessária. No relatório do ano seguinte, em 1917, o mesmo secretário da instrução revela que

[...] grande foi o movimento do almoxarifado da instrução, conforme se verifica os dados fornecidos pela 3ª secção. Muitas escolas foram providas de mobiliário, sendo completo o material enviado para as cidades de Ribeirão Claro, Thomazina e S. José da Boa Vista, já estando preparado o que se destinará á Ponta Grossa onde, em Janeiro próximo, será remodelada a instrução e creados os cursos de Jardim de Infância e IntermeDIARIO (Santos, 1917, p. 11).

No bojo dessas informações, percebemos uma atuação gradual do Estado para suprir as escolas materialmente, isso não significa que a situação fosse totalmente superada e todas as escolas abastecidas com a materialidade adequada, todavia, sugere que este processo – desde o levantamento realizado por Arthur Cerqueira, até a criação de um espaço físico para a guarda e a distribuição dos móveis escolares – movimentou meios de abastecer e prover o funcionamento das escolas públicas.

Por isso, um quadro que nos chama atenção, dentro do relatório sobre a movimentação do Almoxarifado, em 1917, exposto por João Miró, é justamente aquele que se intitula: “Objectos existentes no archivo em 31 de dezembro de 1917”. A palavra “archivo” indica sobretudo um lugar de guarda, arrolamento e conservação. Este quadro – nomeado como a relação presente no arquivo – revela uma nova modalidade de organização na estrutura administrativa educacional: neste momento específico é possível ter móveis “em reserva”, em depósito, ou seja, cria-se a intenção de construir e dispor utensílios e móveis escolares a qualquer momento caso sejam revogados. No quadro n. 9 é possível conhecer a relação:

QUADRO 9 – OBJETOS EXISTENTES NO ARQUIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1917

Giz Branco (caixas)	81	Alinhavos em cartão	388
Giz de Cores (caixas)	50	Livros do Mestre	3
Placas Esmaltadas para Escolas Públicas	35	Albuns para trabalhos manuais	400
Escovas para telas	30	Album mostuario de alinhavo	389
Mappa para ensino de Arithmética	15	Paginas infantis	8
Mappa de linguagem arithmética	13	Nova cartilha analytica syntetica	5
Regoas de 30cm	1650	Nova cartilha de ensino rápido	7
Compasso de madeira	1	Envolope material de trabalhos manuais	391
Esquadro de madeira	1	Mappas de cartografia do Brasil (Collecções)	7
A B C Geographico	2	Cadernos de Cartographia (Collecções)	5
Mappas do Brasil	18	Mappas Históricos (Collecções)	49
Mappas do Paraná	5	Tinteiros de louça	671
Regoas grandes com pino	26	Tinteiros de chumbo	1200

Cadernos de trabalho manual n. 1	194	Tela negra (metros)	10
Cadernos de trabalho manual n. 2	93	Carteiras Brasil	171
Cadernos de trabalho manual n. 3	93	Trazeiros de Carteiras Brasil	29
Cadernos de trabalho manual n. 4	93	Carteiras Americanas	20
Cadernos de trabalho manual n. 5	116	Carteiras Americanas Estragadas	5
Cadernos de trabalho manual n. 6	195	Trazeiros de Carteiras Americanas	90
Cadernos de trabalho manual n. 7	95	Frentes de Carteiras Americanas	80
Cadernos Vianna Calligraphia Vertical n. 1	385	Quadros Negros	37
Cadernos Vianna Calligraphia Vertical n. 2	387	Cadeiras simples	43
Cadernos Vianna Calligraphia Vertical n. 3	387	Mesas de Pinho	5
Cadernos Vianna Calligraphia Vertical n. 4	386	Armarios de Pinho	4
Cadernos Vianna Calligraphia Vertical n. 5	387	Talhas	54
Cadernos Vianna Calligraphia Vertical n. 6	388	Filtros	2
Cadernos de escripta auxiliar da Cartilha (Vianna)	393	Vassouras diversas	59
Cadernos Vianna preliminares	382	Contadores	3
Cadernos de Cartographia	385	Estrados	2
Cartonagem para ensino de geometria pratica (Col.)	2		

FONTE: Miró, 1917, documento sem indicação de página.

Outra informação relatada pelo almoxarife da instrução é o uso extensivo da penitenciária como fornecedora de móveis à instrução pública. Segundo Miró (1917), por ordem do secretário do Interior foi encomendado da Penitenciária do Ahú os seguintes objetos: 100 quadros negros, 100 mesas de pinho, 100 cadeiras simples de pinho e 25 armários de pinho. Destes objetos o almoxarife explica que haviam sido recebidos 60 quadros negros, 26 mesas de pinho, 27 cadeiras de pinho e 14 armários, também esclarece que os demais móveis não foram recebidos por falta de condução e de espaço no almoxarifado da instrução. Sobre as carteiras nacionais, explica que o senhor Salvador Maida⁶⁹, o marceneiro responsável pelos serviços de reparos, consertou “durante o anno 145 carteiras” (Miró, 1917, documento sem indicação de página).

Na imagem a seguir, Figura 13, é possível visualizar um pedido de encomenda à penitenciária do Estado para a instrução pública, em 1915, sendo fornecidos 30 bancos-carteiras para a prefeitura de Bocaiúva e 54 bancos-carteiras para a capital, totalizando um valor de 1.566,000 (um conto e quinhentos e sessenta e seis mil reis).

FIGURA 13 – RECIBO DA PENITENCIÁRIA DO ESTADO À INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE

⁶⁹ Mais informações sobre a atuação deste personagem enquanto prestador de serviços no ramo da marcenaria serão apresentadas no capítulo quatro.

(1915)

PENITENCIARIA
DO
ESTADO

Fatura N. 158

A Instrução Pública

Compt ou

Coritiba, 31 de Maio de 1915

Cpt. de Penitenciaría - Coritiba.

Abc	30. Bancos Contas remetidas	
	Para Prefeitura de Bocajuru 121	550.000
Moedas	34. Ditos p. Capital Compt. quin.	1026.000
	Total da encerrada feita em 1915	
	Comarca	1566.000

Importa a presente Conta em
um conto quinhentos sessenta e seis
mil e seis

Coritiba, 31 de Maio de 1915
João Pereira da Fonseca
Alfomessorsis

PARA O ESTADO
PARANA

DIRECTORIA GERAL DA
INSTRUÇÃO PUBLICA

FONTE: Fonseca, 1915, AP 1569, p. 10.

Segundo Wiara Rios Rosa Alcântara (2014), com a expansão da escola pública obrigatória, o estado de São Paulo teve que tornar sua organização administrativa mais complexa, ampliando alguns setores e contratando novos servidores. O almoxarifado da instrução, criado em 1895, por exemplo, foi uma dessas novas instâncias criadas para dar conta da distribuição dos móveis e outros materiais escolares por todo o território paulista.

Para a autora, nas décadas finais do século XIX, o Estado passa a assumir de forma mais efetiva “a responsabilidade pela prestação de serviços públicos, [...] isso porque a expansão da escola moderna de massa e obrigatória exigiu uma melhor estruturação da administração pública e um maior investimento do governo” (Alcântara, 2019, p. 4). Desta forma,

com a expansão da escola torna-se inviável que todas as decisões quanto à aquisição de mobiliário, material escolar, reforma, criação de escolas, contratação, afastamento, demissão e aposentadoria de professor, de todas as escolas de São Paulo passem diretamente pelo chefe maior do executivo. Ou seja, a dinâmica escolar também exigiu mudanças na estrutura da administração pública para atender às demandas em prol da expansão da escola de massa (Alcântara, 2019, p. 11).

Antes da criação do Almojarifado, é importante sinalizar que não somente no estado de São Paulo, mas também em outras regiões do Brasil, como no próprio Paraná⁷⁰, a relação do provimento escolar era realizada por meio de sujeitos que mediavam a compra e a entrega da mobília. Como já foi visto neste estudo, na seção anterior, muitas das vezes os professores eram agentes diretos no processo de aquisição mobiliária, ora custeando-os, ora mobilizando contatos para que o fornecimento fosse realizado; assim, “não era o poder público que ia até a escola”, mas era a escola que “precisava reclamar suas necessidades básicas” (Alcântara, 2019). Por isso, semelhante ao estado de São Paulo, o Paraná, logo depois que realizou o inventário de seus móveis, organizou um espaço para o seu acondicionamento, mobilizando também outros órgãos oficiais (como a própria penitenciária). Assim, começou-se a criar condições administrativas para atender uma escola que se complexava em relação não só aos métodos de ensino, mas, também, na sua própria estrutura. A gestão da instrução pública não ficou reduzida ao poder do executivo, mas diluída entre outros cargos, como a atuação dos próprios almojarifes. Esta situação revela indícios de uma nova configuração que procurava, mesmo que paulatinamente, formalizar seus modos de prover.

Novamente é importante considerar que o debate sobre a organização de um “Almojarifado da Instrução” não se reduz ao território paranaense. Muitas das estratégias de modernização aplicadas e ressignificadas no Brasil se deram a partir das “viagens pedagógicas”, nas quais professores e professoras eram nomeados pelo Estado para em comissões visitarem cidades da Europa e observarem os modos de ensino, bem como a estrutura material escolar (Mignot; Gondra, 2007; Pinto, 2011).

⁷⁰ Na virada do século XIX para o XX era obrigação tanto do inspetor como do professor fazer a relação dos móveis e utensílios necessários para as escolas. Ao professor cabia, ao fim do ano, em relatório, enviar a situação do que se encontrava em sua escola e, com base nisso, o inspetor providenciaria o orçamento e/ou provimento do que fosse necessário. Entretanto, devido à demora no atendimento da demanda, os professores assumiam o encargo de providenciar o necessário, muitas vezes, às suas custas (GARCIA, 2020).

Dentre os professores que foram convidados a transitar e assim elaborar um relatório sobre as escolas primárias europeias está o professor do Rio de Janeiro: Luiz Augusto dos Reis. O trânsito deste professor se torna interessante, justamente, por este citar, em suas considerações sobre as escolas de Lisboa e Porto, em 1891, a existência do setor do Almoarifado já em escolas portuguesas. Além desta informação, o relator descreve que todo o fornecimento material era feito pelas municipalidades, bastando que o professor fizesse a requisição dos

[...] objectos de que precisa e essa requisição, depois de visada pela autoridade competente, é remetida á respectiva repartição. Dous ou três dias depois, ou mais cedo, segundo a urgência, o diretor recebe tudo na sua escola e passa o competente recibo. Para isso o **almoarifado da Instrução Publica** tem uma ou mais carroças empregadas nesse mister e na condução do mobiliário escolar, quando há necessidade de ser substituído (Reis, 1891, p. 357, grifos meus).

Por meio da imprensa periódica é possível identificar a presença de outros lugares institucionalizados para a finalidade da guarda e distribuição dos móveis e utensílios escolares no território brasileiro. Não nos cabe aqui fazer uma “história das origens”, como bem problematizou Marc Bloch (2001), mas evidenciar que essas ideias circulavam e percorriam o debate sobre o provimento material escolar em diferentes regionalidades e países. Neste sentido, localizamos a existência do setor de Almoarifado da Instrução nos estados: de São Paulo (1895), do Amazonas (1902)⁷¹, do Rio Grande do Sul (1904)⁷², do Rio de Janeiro (1909)⁷³, do Paraná (1913), do Mato Grosso (1923)⁷⁴ e do Espírito Santo (1929)⁷⁵. Vale ressaltar que a criação desses espaços não resolveu de imediato o abastecimento material das escolas, mas contribuiu para que a estrutura educacional fosse se complexando e formalizando os meios de aquisição material.

Por meio de pistas e indícios demos início ao nosso enredo histórico, este modelo epistemológico, conhecido como “Paradigma Indiciário”, parte da teorização sistematizada por Carlo Ginzburg *em* “Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história”. A identificação com

⁷¹ RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS (AM), Mappa demonstrativo dos livros, móveis, objectos de escripta e utensílios fornecidos ao Almoarifado da Instrução Pública, 1902 p. 321. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720879x/1760> DATA DE ACESSO

⁷² A FEDERAÇÃO ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO, 1904, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/15124>.

⁷³ O PAIZ, 1909, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/18420. IDEM

⁷⁴ TREVIZAN, Marcio Bogaz; BRAZIL, Maria do Carmos. Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes da vida material da instituição no antigo sul de Mato Grosso - 1923-193. VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, São Luis – Maranhão, 2010. Use o sistema autor/data.

⁷⁵ VIDA CAPICHABA(ES), 1929, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/156590/3627>. Acesso em: 4 fev. 2022.

este método surge neste estudo justamente pela semelhança da operação detetivesca que, afinada aos estudos da antropologia interpretativa, a partir da reunião de resíduos e fragmentos, é capaz de “remontar uma realidade complexa não experimentável diretamente” (Ginzburg, 1989, p. 152). Escolano Benito (2010) também observa nas tramas detetivescas, relatadas por Arthur Conan Doyle, um ponto de apoio inspirador para alçar o uso historiográfico do Paradigma Indiciário, posto que, como bem se sabe

as tramas pelas quais se veem envolvidos os personagens de Holmes e Watson estão quase sempre associadas a objetos e imagens simples que os personagens deixam esquecidos nos lugares onde ocorrem os eventos que são objeto de investigação. E esses materiais costumam conter vestígios que são signos que, ligados em deduções de uma lógica implacável, levam ao desvelamento final dos mistérios em que se baseiam as histórias⁷⁶ (Escolano Benito, 2010, p. 53).

Por isso, caro leitor, com a nossa lupa e com os blocos de anotações, a investigação do terceiro capítulo procurará conhecer outras operações mobilizadas para o suprimento mobiliário, me interessa rastrear as “pegadas” e os “sinais” deixados nos processos de confecção e idealização da carteira escolar paranaense, uma vez que “os sinais e traços dos objetos que integram o patrimônio da escola também são signos indiciários da cultura a que pertencem⁷⁷” (Escolano Benito, 2010, p. 53, tradução minha). No enalço da(s) cultura(s) do(s) provimento(s) acompanhe nas linhas a seguir os próximos passos desta investigação.

⁷⁶ No original: “Como es bien conocido, las tramas en las que se ven envueltos los personajes Holmes y Watson están casi siempre asociadas a simples objetos e imágenes que los personajes dejan olvidados en los lugares donde ocurren los sucesos que son objeto de investigación. Y esos materiales suelen portar huellas que son signos que, enlazados en deducciones de una lógica implacable, conducen al desvelamiento final de los misterios en que se sustentan los relatos”. (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 53).

⁷⁷ No original: “Las señales y huellas de los objetos que integran el patrimonio de la escuela son también signos indiciarios de la cultura a que se adscriben” (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 53).

CAPÍTULO III

CONECTADOS POR UMA CARTEIRA ESCOLAR

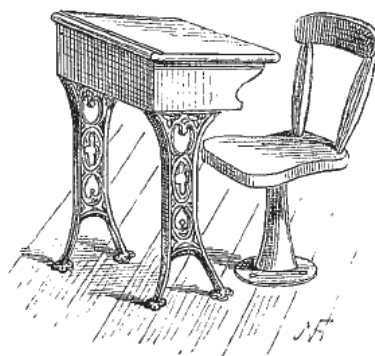


Fig. 147.

A carteira americana, representada no desenho que abre esta narrativa, foi publicada em 1877, na obra “As escolas públicas: edificação e instalação na França e Inglaterra”⁷⁸, pelo arquiteto francês Félix Narjoux⁷⁹. Nesse livro, o autor trabalha com documentos da França e Inglaterra dissertando sobre as condições higiênicas e como alcançar padrões modernos para o ambiente escolar. No que tange à carteira representada acima, Narjoux destaca o interesse pelo ferro fundido como estrutura inovadora e a preferência pelo modelo de assento unitário e com cadeiras independentes. De acordo com o arquiteto, essas características materiais era preferíveis quando comparado com modelos mais conhecidos, como é o caso dos Illinois que mantinha na mesa a bancada da mesa oposta e tornava difícil as modificações no número de carteiras e disposição dos bancos. Mais do que olhar para a leitura de Narjoux sobre a carteira americana, o que me interessou é o seu debate intercultural, comparando mobiliários escolares de diferentes lugares, isto demonstra que a carteira escolar é um produto cultural construído na interlocução de ideias.

Por isso, neste terceiro capítulo, procuro mudar a perspectiva da investigação para um horizonte mais poroso e intercontinental, este modo de trabalho foi pensado por Sanjay

⁷⁸ No original: Les écoles publiques: construction et installation en France et en Angleterre.

⁷⁹ Félix Narjoux foi um arquiteto francês conhecido pelos seus projetos direcionados ao âmbito escolar. Uma das suas obras mais famosas se chama “L’architecture communale”, “cuja terceira parte foi reservada ao tema da arquitetura escolar. Sua experiência, conhecida desde a década de 1870 com a publicação de “Construction et installation des écoles primaires” (NARJOUX, 1873) e as memórias de suas viagens à Bélgica, Holanda (NARJOUX, 1878) e Suíça (NARJOUX, 1879) exerceu influência no ministério de Jules Ferry na confecção do Regulamento de 1880 (ALEXANDRE-BIDON; COMPERE, 1999), quando propõe em seus escritos anteriores a idealização de um programa arquitetônico escolar diferente da realidade que ele encontrou na França” (BENCOSTTA; BRAGA, 2011, p. 57).

Subrahmanyam (2014) em seu livro intitulado “Mondi Connessi: la storia oltre l’eurocentrismo”. Segundo o autor, essa operação pode ser uma alternativa para apresentar ligações entre os fenômenos passados que foram separados de modo artificial pela historiografia. Mas o que isso significa? Explica o historiador indiano que, ao analisar contextos sociais e culturais diferentes, o peso da comparação pode ser um problema quando as unidades são analisadas separadamente. O ato de comparar precisa das unidades muito bem definidas, justamente para distinguir semelhanças e diferenças e, por essa razão, o olhar historiográfico pode cair numa tendência de se interessar muito mais pelas rupturas ao invés das continuidades. É neste ponto que a “história conectada” se diferencia: movida pela análise das conexões, mediações e circulações (Subrahmanyam, 2014, p. 17); este modo de operar procura conhecer o que é produzido no contato. Assim, Subrahmanyam evita realizar interpretações a partir de polos determinantes e polos subordinados, para, ao invés disso, se debruçar sobre os inúmeros pontos de contato entre uma cultura e outra.

Para Serge Gruzinski (2001) – autor que elabora a interpretação história também a partir das “histórias conectadas” – durante muito tempo as visões de mundo e os problemas históricos foram elaborados a partir da Europa Ocidental. O destaque é dado às ligações históricas outrora negligenciadas ou apagadas no contato cultural. Assim, “longe das visões dualistas, — que costumam opor o Ocidente aos outros, os espanhóis aos índios, os vencedores aos vencidos — as fontes nos revelam paisagens misturadas, muitas vezes surpreendentes e sempre imprevisíveis” (Gruzinski, 2001, p. 176). As “histórias conectadas”, mais do que avaliar os pontos de recepção e apropriação, permitem explorar as comunicações e as fabricações que foram produzidas no contato entre si.

É esse o exercício que pretendo realizar neste terceiro capítulo, assumindo a carteira escolar como a síntese de um entrelaçamento cultural, não proveniente de um único polo, mas idealizada e fabricada a partir de vários saberes que viajam e se conectam. “Conectados por uma carteira escolar” representa a síntese das ideias, objetos e sujeitos que no trânsito social compuseram elementos importantes mediados na feitura dos móveis escolares. Para o exercício empírico trago dois personagens na primeira e segunda seção desse capítulo, respectivamente: a professora Carolina Pinto Moreira que, designada pelo governo paranaense, segue em viagem comissionada para São Paulo para apreender os saberes ali desenvolvidos na organização educacional paulista; e Pedro Rispoli, que a partir do ofício de marceneiro não só reproduziu modelos de carteiras escolares para a instrução pública paranaense, mas também disputou um lugar de prestígio em suas confecções participando de exposições locais e nacionais. Esses dois sujeitos, embora ocupem posições diferentes, circunscrevem aprendizagens que compõem a

elaboração da materialidade escolar paranaense, num processo de leitura que evidência não só a apropriação de saberes, mas, também, uma inventividade sob o que foi conhecido. Nesse aspecto, a última seção demonstra as estratégias comunicativas que reforçam o consumo de uma carteira escolar higiênica e pedagógica, mas, sobretudo, imbuída de prestígio social e econômica em uma escala internacional.

3.1 Observar para (Re)Inventar: a circulação e mediação de saberes traduzidos no Provímento Material Escolar

Em 1907, a professora normalista Carolina Pinto Moreira escrevia seu relatório de estudo, realizado na capital paulista, para apresentá-lo ao presidente do Estado do Paraná: João Candido Ferreira. A viagem comissionada⁸⁰ durou sessenta dias e incumbia a professora normalista de estudar, observar e conhecer os métodos, a estrutura material e toda a organização do ensino primário presente no território paulista. Sob a orientação de João Lourenço Rodrigues, Inspetor Geral do Ensino, e Dr. Oscar Thompson, Diretor da Escola Normal, Carolina Moreira iniciou seus trabalhos na Escola Modelo, espaço anexado à Escola Normal e que, segundo a professora, era uma reprodução fiel dos grupos escolares (Moreira, 1907, p. 9).

Durante os meses de agosto e setembro, além da escola modelo, Carolina Moreira pôde frequentar grupos escolares e escolas reunidas⁸¹, como: a Escola complementar e o Jardim de Infância, ambos também anexados à Escola Normal. Com muitos elogios, a normalista ressaltava a competência do corpo docente e a estrutura material destes edifícios, denotando três condições primordiais para o funcionamento regular desses espaços escolares: “1ª o prédio, 2ª o mobiliário e 3ª o corpo docente”. (Moreira, 1907, p. 10).

Dentre as observações sobre a arquitetura escolar, a normalista pontua as condições higiênicas, importantes não só na composição do edifício, mas também sobre o corpo e o espírito das crianças. Ainda acrescenta que o prédio escolar apresentava

⁸⁰ Além de se referir ao trabalho desenvolvido pela professora Carolina Moreira, na tese de Gizele de Souza (2004) é discutida o tema das viagens comissionadas.

⁸¹ Das escolas indicadas para visitação, Carolina Moreira teve acesso aos grupos escolares Prudente de Moraes, Carmo e São João (Moreira, 1907, p. 10).

[...] ar, luz e accommodations convenientes para um dado numero de alumnos, nunca superior a 50 em cada classe, são as principais condições de uma boa casa escolar, que **deve ser também elegante e alegre; não convindo, porem que a elegância degenera para a sumptuosidade em agnificencia, que se observa na maior parte dos prédios escolares de S. Paulo**, tanto porque em um só prédio se depende quantia que chegaria para a construção de três ou quatro, como ainda porque, e principalmente por isto, o **excesso do luxo** influirá no espirito da criança para tornal-a vaidosa na escola, sentindo-se mal, depois, na modéstia do lar paterno; sentimento este que pode arrastal-a, mais tarde, á pratica de ações condemnaveis para a satisfação da vaidade que se lhe infiltrou na escola (Moreira, 1907, p. 10, grifos meus).

É possível notar que a professora avalia a composição da maior parte dos prédios paulistas excessivamente custosa e luxuosa para o contexto paranaense. Carolina Moreira recomenda em seu relatório prédios mais modestos, “com as accommodations precisas e muito ar e muita luz, podem ser edificadas nesta Capital, um ou dois em cada anno, sem grande sacrificio para o thesouro do Estado” (Moreira, 1907, p. 10). Caso esta recomendação seja aceita, a professora avalia a reforma da instrução num prazo menor do que em São Paulo, uma vez que os esforços serão mais assertivos e menos custosos, evitando que o estado fique em “plano inferior a Minas Gerais, Pará e Distrito Federal”, que também investiram em viagens comissionadas ao estado de São Paulo, América do Norte e outros países da Europa (Moreira, 1907, p. 10).

A leitura de Carolina Moreira sobre as disparidades entre os grupos escolares do estado paulista e paranaense possibilita pensar as **representações e apropriações** mobilizadas pela professora ao mergulhar num contexto cultural diferente do seu. A difusão dos grupos escolares paulista (representação) denota aos consumidores culturais não só mecanismos de recepção/reprodução, como também “fabricações” sobre aquilo que foi lido. A posição de leitora – aquela que lê a organização de um outro espaço para criar suas relações de consumo – não é passiva, ela combina formas, motivos tradições e invenções (Chartier, 1988; Certeau, 2014). O posicionamento de Carolina Moreira é claro: para o estado paranaense os grupos escolares não precisavam ser tão majestosos e sofisticados como os paulistas, bastava reunir os preceitos higiênicos, sobre uma arquitetura iluminada e alegre, para, enfim, alcançar uma instrução sólida e bem edificada.

A fotografia a seguir, Figura n. 14, do grupo escolar Prudentes de Moraes pode nos dar indícios das impressões da normalista paranaense ao vislumbrar uma arquitetura de alta envergadura, majestosa e com três pavimentos:

FIGURA 14 – FOTO DO GRUPO ESCOLAR PRUDENTES DE MORAIS EM SP



FONTE: GAENSLY; Guilherme, Escola Prudente de Moraes, Biblioteca Digital Luso-Brasileira⁸², 1902.

Segundo Ângelo Marcos Vieira de Arruda (2010), a Escola Prudente de Moraes foi a primeira a ser projetada no país com a finalidade de Grupo Escolar. A construção foi iniciada em 1893 na avenida Tiradentes, no bairro da Luz, em São Paulo, mas foi somente em 1895 que a obra foi concluída, levando o nome de Escola Modelo da Luz, para posteriormente ser denominada Grupo Escolar Prudente de Moraes. Sua arquitetura, projetada pelo Dr. Ramos de Azevedo, “é conduzida pelos preceitos e necessidades didáticas do momento - pelos princípios de conforto, salubridade e higiene” (Arruda, 2010, p. 347), além da sua majestuosidade combinada com a gramática visual do centro urbano.

Implantada num terreno retangular de mais de 6.700 m² com frente de 106,00 m e fundos de mais de 60,00m, recuada do alinhamento frontal uns 10 metros, protegida por um gradil apoiado sobre um muro de uns 0,90m, a Escola Prudente de Moraes tinha três pavimentos, todos utilitários e uma área construída próxima de 1.800,00 m². Portanto um edifício que, pelo programa, partido e implantação, já se caracterizava majestoso, apesar de todos os seus demais elementos (Arruda, 2010, p. 347).

Conforme evidencia Arruda (2010), a norma educacional do período previa a separação dos sexos feminino e masculino, norma incorporada na estrutura arquitetônica como é possível de se observar na Figura 14, uma vez que a separação dos sexos foi realizada já na escadaria de acesso do prédio, sendo o local esquerdo para as meninas e a condução do lado direito para os meninos. Já as salas de aula “ocupavam os prismas laterais da planta, duas de cada lado e mais duas no meio nos andares térreo superior, em número total de 12 salas”

⁸² Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/50350>. Acesso em: 24 set. 2021.

(Arruda, 2010, p. 349).

Ainda que o primeiro grupo escolar instalado em terras paranaenses apresente uma arquitetura sofisticada, comparada a outras escolas do estado, é compreensível as considerações comparativas de Carolina Moreira ao achar demasiado luxuoso o prédio paulista para os recursos paranaenses. Como já exposto anteriormente, o Grupo Escolar Xavier da Silva foi a primeira escola graduada no Paraná, instalada em 1903. Mais modesto, sua arquitetura em “L” comportava seis salas de aulas: três para o sexo masculino e três para o sexo feminino (Bencostta, 2001). Na figura a seguir é possível visualizar a preservação de alguns elementos do prédio paulista presentes no edifício paranaense, como as formas monumentais, as janelas longas e bem adornadas e a presença de inscrições no hall de entrada. No entanto, não se pode negar as discrepâncias presentes na dimensão material, sendo a escola paulista muito mais imponente e exuberante que a paranaense.

FIGURA 15 – FOTO DO GRUPO ESCOLAR XAVIER DA SILVA



FONTE: FO 5216, Grupo Escolar Xavier da Silva, Centro de Documentação da Casa da Memória, 1910.

É consenso na literatura da história da educação que a instrução pública foi um grande pilar para o Brasil se afirmar enquanto nação. Por sua vez, as estratégias escolhidas estiveram em diálogo com empréstimos de modelos estrangeiros, seja na circulação de livros e compêndios, seja nas viagens comissionadas de professores e dirigentes públicos, de experiências obtidas em trânsitos interestaduais e intercontinentais, que produziram e impactaram o contexto material da escola, a legislação educativa, entre outros saberes “importados” e ressignificados, considerados importantes para o processo de modernização da escola pública (Mignot; Gondra, 2007).

Na sua viagem a São Paulo, como foi visto, a professora Carolina Moreira cita outros

estados que, para a reforma educativa, enviaram agentes do ensino para a América do Norte e outras localidades da Europa. Essa situação, segundo Jurgen Schriewer (2000, p. 105), revela um intercâmbio intelectual que “visava o progresso da sociedade em todos os aspectos: econômicos, materiais, científicos, políticos e morais”. Conforme o autor, a difusão mundial e a aceitação de modelos educativos desenvolveram-se a partir de sociedades que foram tomadas como referência, sobretudo na “Europa do século XVIII e XIX e ganharam aceitação global, particularmente durante a segunda metade do século XX, em correlação óbvia com a emergência de um ‘transnational cultural environment’⁸³”.

Para Schriewer (2000, p. 108), a produção de um “ambiente cultural transnacional” tem como natureza tripla a expectativa de uma educação moderna, “a aceitação global de modelos racionais de escolarização pública e o processo mundial de uma expansão educacional”, principalmente com a afirmação da educação obrigatória. Esses elementos são importantes justamente para compreender e amparar aquilo que estou chamando de “cultura do provimento material escolar”: as interações e movimentações presentes neste processo representam uma correspondência de ideias e necessidades que em circulação produzem uma atmosfera cultural dos modos de prover. Essas referências porosas, entre locais e continentes, não só recebem ideias como também as recriam, como o caso estudado da professora Carolina Moreira sobre os grupos escolares do estado de São Paulo.

Dentre outras experiências pedagógicas vividas fora do cenário dos trópicos, podemos citar a trajetória do professor do Rio de Janeiro, Manoel Frazão, e da professora de Minas Gerais, Maria Guilhermina. De acordo com Alessandra Frota Martinez de Schueler (2007), Manoel Frazão, além de ocupar o cargo de vice-diretor do Colégio Barão de Tautphoeus, foi professor de matemática e ciências e um exímio escritor. Em 29 de outubro de 1890, Frazão recebeu do Ministério da instrução pública seu roteiro de viagem com destino a vários países da Europa, como: Itália, Suíça, Suécia, Alemanha, Bélgica, Inglaterra e França. Estudos na América do Norte também estavam previstos no roteiro de viagem, no entanto, esses conteúdos foram retirados do itinerário por ordem do governo. Sua imersão durou em torno de um ano e meio, retornando para o Brasil em junho de 1892. Deste processo de observação, apropriação e ressignificação, Frazão indica algumas medidas para o Estado brasileiro que poderiam ser interessantes para o país alcançar os preceitos tão desejados à época, como os de civilização e modernização.

Assim, Manoel Frazão cita os grupos escolares de Paris, a reforma da mobília escolar

⁸³ “Ambiente cultural transnacional”.

de acordo com os modelos da Suíça ou da Suécia, a adoção de Diário de classe como os existentes na Itália, a contratação de professores específicos para a disciplina de ginástica, música e desenho, entre outras sugestões, como primordiais para o compromisso de garantir o progresso e a modernização do ensino no Brasil (Schueler, 2007).

De acordo com Schueler (2007), diferente de Frazão, a professora Maria Guilhermina viajou em 1883 para os Estados Unidos para conhecer os métodos froebelianos. Por quatro anos frequentou a Academia Kraus Boelte, em Nova Iorque, retornando ao Brasil em 1887. Como viajante e pesquisadora, Maria Guilhermina não só observou, mas também ensinou e divulgou as experiências obtidas na América do Norte. Dentre as suas contribuições estão: as traduções de obras norte-americanas, produções de livros didáticos, além de aulas e lições ministradas. Maria Guilhermina pertence a um contexto histórico, dentre as décadas de 1870, no qual as referências educativas respaldavam-se para além das luzes europeias.

Nesse momento, já começava a circular a ideia de modernidade pedagógica em diálogo com as ideias e práticas educativas norte-americanas, colocando em evidência a construção de uma hegemonia norte americana da qual nos fala Warde (2000). É verdade que a presença francesa era ainda marcante nas práticas escolares e havia também o exemplo de outros países considerados mais avançados, como Alemanha, Suíça e Bélgica. Entretanto, as inovações pedagógicas norte-americanas passaram a ser muito valorizadas, e os Estados Unidos, como vimos, começavam a despontar como uma alternativa de peso para o campo educacional, disputando espaço com as antigas nações europeias e colocando em cena uma nova forma escolar (Chamon; Faria Filho, 2007, p. 50).

Embora a professora paranaense Carolina Moreira não tenha viajado para a América do Norte, é interessante observar que, em seu relatório, ela menciona a importância da aquisição de carteiras do “typo americano”, uma vez que estas são indicadas para atender os preceitos higiênicos exigidos nas escolas. Com a autorização do governo, Moreira trouxe de São Paulo duas carteiras americanas que estavam depositadas em uma das salas da Escola Normal. Sobre estes exemplares ainda acrescenta:

[...] que sirvam elles de modelos para a substituição completa, em todas as nossas escolas, do material improprio e condenado ainda agora nellas usado. Por preço baratissimo poderá o Governo obter mobiliário americano para todas as escolas do Estado, mandando-o vir da America do Norte, conseguida previamente do Governo Central a dispensa dos respectivos direitos de importação, conforme tem feito o Governo de S. Paulo e acaba de fazer, segundo estou informada, o Governo municipal do Distrito Federal (Moreira, 1907, p. 11).

Em correspondência com o secretário dos Negócios do Interior, Dr. Bento José Lamenha Lins, datado em 14 de outubro de 1907, Carolina Moreira presta contas do valor de duzentos mil reis recebidos do Banco do Comércio e da Indústria. Dentre a relação das despesas estavam as passagens a São Paulo, a aquisição de duas peças de mobiliário escolar e de livros didáticos (Moreira, AP 1287, 1907, p. 65). Na página seguinte a professora escreve a relação

Gostaria de sugerir duas leituras possíveis do referido recibo, a primeira corresponde a aspectos mais gerais, como os valores empenhados na compra desse mobiliário e as informações correspondentes ao tipo de produto fornecido; e a segunda, de ordem mais específica, buscando entender os sentidos imbricados nos selos de premiações de exposições presentes no cabeçalho do recibo comercial.

Iniciemos pelos aspectos mais gerais: Carolina Moreira comprou duas carteiras americanas, descritas no recibo como “Carteiras Brasil” com lugar para uma pessoa. A primeira custou o valor de 33\$000 e a segunda a importância de 32\$000, totalizando assim 65\$000 mil reais. Todavia, a professora recebeu um desconto de 20% nas peças adquiridas, somando a importância de 52\$000. Além desses exemplares, Moreira ainda comprou um engradado e carroto no valor de 7\$000, sendo o saldo final de sua compra de 59\$000 mil reais. Estes objetos são descritos no cabeçalho do recibo como “carteira e cadeira higienica privilegiada pelo governo dos Estados Unidos do Brazil” seguindo o “typo das escolas americanas” (Waller, AP 1287, 1907, p. 67). A carteira que a professora normalista traz para o Paraná intitula-se “Carteira Brazil”. Segundo Wiara Alcântara, este modelo foi o carro-chefe do fabricante Eduardo Waller⁸⁴, e a peça seguia os mesmos padrões das carteiras americanas, como: “pé de ferro fundido, assento e superfície de trabalho em madeira”.

A fábrica Waller utilizava a mesma técnica produtiva europeia, isto é, a máquina a vapor, que favorecia uma produção em larga escala e em curto espaço de tempo. Assim, poderia atender “a qualquer encomenda, por mais considerável”. Para distribuição nas escolas, inclusive do interior do Estado, não haveria maiores dificuldades, pois os móveis “podem ser armados com a máxima presteza” (Alcântara, 2014, p. 168).

No Centro de Referência em Educação Mario Covas é possível encontrar algumas fichas de inventário referentes aos móveis escolares listados no mesmo período em que Carolina Moreira transitou pelo estado de São Paulo. No acervo da Escola Caetano de Campos está a “Carteira Brazil”, como pode ser observado nas figuras 17 e 18:

⁸⁴ Sobre o fornecedor, Wiara Alcântara (2014) explica que Eduardo Waller nasceu na Suécia em 1860, chegou ao Brasil em 1888 e em 1890 exerceu o magistério dando aulas de marcenaria na Escola Americana e, em 1896, fundou sua fábrica de móveis escolares.

FIGURA 17 – CARTEIRA BRAZIL

Acervo: Fundo Patrícia Golombek	Nome mobiliário: Mesa	No. De ordem MPG03
Estado de conservação: Bom	Medidas: Altura: 72 cm Profundidade: 42 cm Largura: 61 cm	
Descrição	Carteira individual sem assento. Faz conjunto com a Mpg04. Possui orifício para tinteiro.	
Imagens	 	
Fabricação/Outras informações	Brazil Eduardo Waller Petterson Década 1910	

FONTE: Ficha de inventário do acervo da Escola Caetano De Campos – Fundo Patrícia Golombek, p. 4

FIGURA 18 – CONJUNTO DA CARTEIRA BRAZIL

Acervo: Fundo Patrícia Golombek	Nome mobiliário: Cadeira	No. De ordem MPG04
Estado de conservação: Bom	Medidas: Altura: 67 cm Profundidade: 39 cm Largura: 61 cm	
Descrição	Cadeira individual com assento móvel. Faz conjunto com a Mpg 03.	
Imagens	 	
Fabricação/Outras informações	Brazil Eduardo Waller Petterson Década 1910	

FONTE: Ficha de inventário do acervo da Escola Caetano De Campos – Fundo Patrícia Golombek, p. 5.

Uma informação importante a ressaltar da ficha catalográfica é que a carteira da Figura 17 faz conjunto com a carteira da Figura 18. Outros aspectos interessantes a serem mencionados são a materialidade dessas carteiras, uma vez que possuem características semelhantes às mencionadas por Alcântara (2014) e pela professora normalista. O contexto de uso dessas carteiras está circunscrito entre a década de 1910, o que me faz sugerir que a peça adquirida pela educadora viajante seja muito semelhante à carteira registrada na fotografia, uma vez que

esta é feita em ferro fundido com suportes em madeira e possui em sua lateral a inscrição “Brazil”⁸⁵.

A segunda leitura que quero dar destaque, mas não de modo aprofundado, pois pretendo desenvolver esta discussão no terceiro subitem desse capítulo, é sobre a representação de moedas carimbadas no recibo comercial de Eduardo Waller. Essas moedas ou medalhas cumprem a função de premiar empreendedores de destaque presentes nas exposições estaduais, nacionais e universais. No caso de Waller, ele recebeu uma medalha de mérito ao participar da Exposição Agrícola, Pastoril e Industrial, no estado de São Paulo, em 1902. Waller assume a premiação deste evento como um selo qualificador de seu trabalho, uma vez que o cabeçalho de seu recibo comercial leva o carimbo da medalha em realce, demonstrando uma certa autoridade e qualificação para seus produtos. Outra questão em evidência na abertura do recibo é a imagem de uma carteira, tendo em sua lateral a inscrição “Higiênica”. Considero a inscrição como estratégia de reafirmação que a fábrica em questão seguia os preceitos em debate para uma educação que se considerava moderna e racional.

FIGURA 19 – CABEÇALHO DO RECIBO DA FÁBRICA DE EDUARDO WALLER



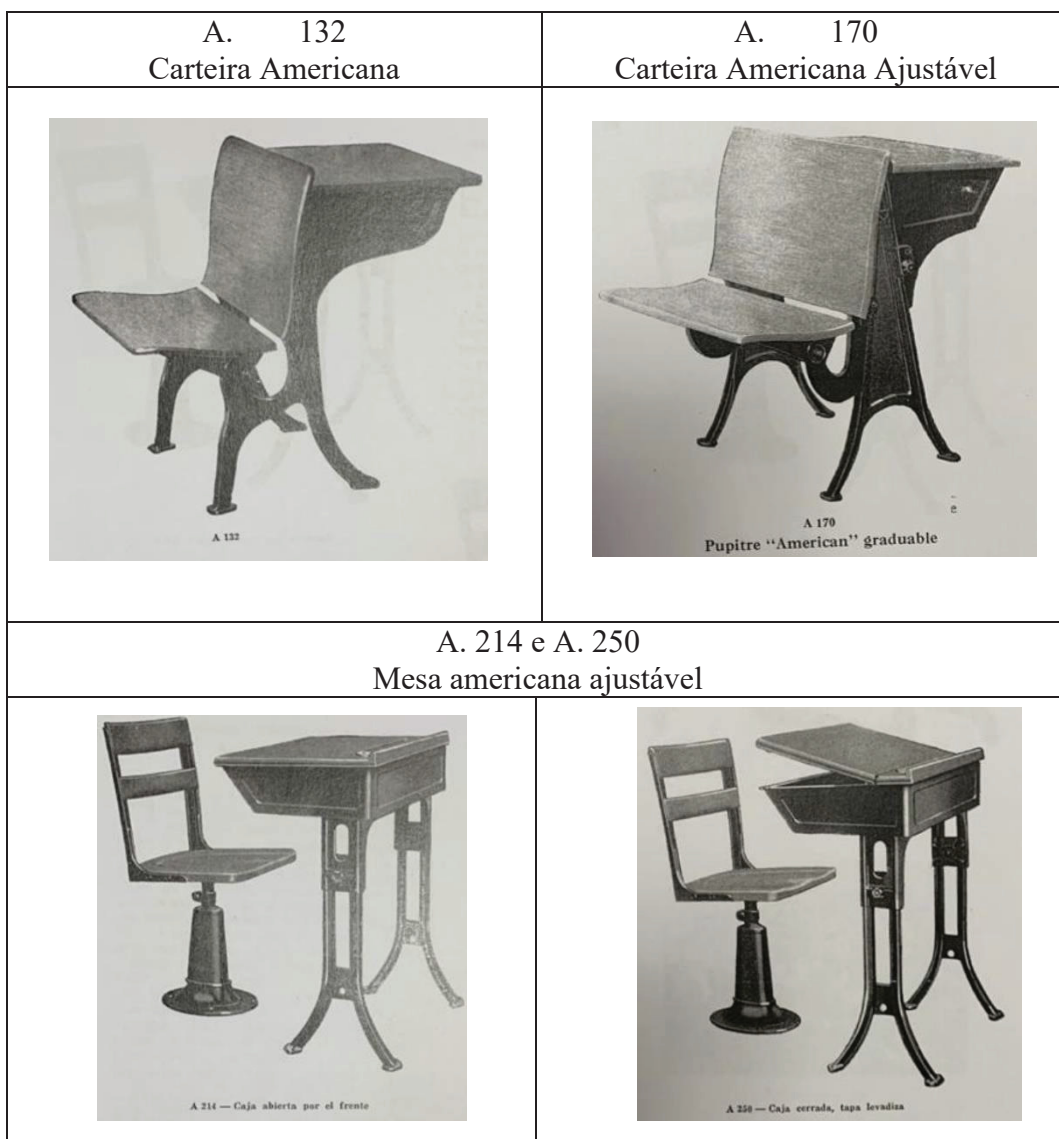
FONTE: Waller, Eduardo. Recibo de carteiras escolares. AP 1287, 1907, p. 67.

No catálogo norte-americano da empresa J. Vellvé Company de New York⁸⁶, a respeito de móveis escolares modernos e higiênicos, encontram-se duas carteiras muito semelhantes à “Carteira Brazil” e à carteira impressa no recibo comercial de Eduardo Waller, são elas (figura n. 20):

⁸⁵ Segundo Alcântara (2014, p. 164), no ferro fundido das Carteiras Brazil estava gravado o nome de seu fabricante: Eduardo Waller.

⁸⁶ Essa fonte foi localizada por Gizele de Souza, no período da sua tese de doutoramento, defendida na PUC-SP, em 2004.

FIGURA 20 – CARTEIRAS AMERICANAS



FONTE: COMPANY, J. Vellvé. Mobiliario moderno para escuelas. New York, 1926, p. 4A – 5A.

A respeito da primeira dupla de carteiras, o catálogo demonstra que a mesa A 132 foi idealizada para aqueles que preferem os suportes de aço prensado, de modo que “estes são feitos de placas grossas reduzidas por flexão em uma forma quadrada e são de grande resistência e rigidez” além de ser “uma mesa forte, elegante, confortável, eficiente e absolutamente moderna”⁸⁷ (Company, 1926, p. 4A, tradução minha). Além disso, uma das principais características desta carteira refere-se ao “espaço adicional que proporciona para as pernas, devido à forma dos pés traseiros, a qual elimina todo desconforto nos lados e facilita o acesso

⁸⁷ No original: “Estos están hechos de planchas gruesas reducidas por flexión a forma cuadrangular, y son de gran resistencia y rigidez. Es un pupitre fuerte, elegante, cómodo, eficaz e absolutamente moderno”.

ao assento⁸⁸” (Company, 1926, p. 4A, tradução minha). Já a carteira A170 surge como opção na hora de acomodar alunos de diferentes estaturas, segundo o texto impresso: “o problema de providenciar assentos adequados e devidamente arranjados para alunos de diferentes alturas pode ser resolvido colocando quatro carteiras ajustáveis na sala de aula⁸⁹” (Company, 1926, p. 4^a, tradução minha). Esta carteira foi feita para acomodar apenas um estudante e com isso sua mesa e assento “são regulados de forma independente, por meio de uma simples engrenagem de aço, movida por uma alça e uma alavanca removedor⁹⁰”(Company, 1926, p. 4A, tradução minha).

Em relação à segunda dupla de carteiras (A. 214 e A. 250), sua confecção foi pensada para aqueles professores que preferem a carteira totalmente independente para cada aluno, assim, com as mesas ajustáveis, os alunos teriam “maior conforto e liberdade”, e trabalhariam “com menos distrações e interrupções⁹¹”. Dessa maneira,

[...] a cadeira, além de ter a nova vantagem de ser giratória, é construída de acordo com princípios científicos, e sua forma e dimensões se ajustam perfeitamente ao corpo do aluno, fazendo com que ele se posicione da melhor maneira que **o conforto e a higiene exigem**. Tanto a mesa como o assento foram pensados para não desperdiçar o espaço ocupado e facilmente acessíveis⁹² (Company, 1926, p. 5A, grifos meus).

Ao estudar e analisar as representações dos objetos escolares nos catálogos comerciais de meados do século XIX, em diversos países como Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Canadá, Brasil e Portugal, Gustavo Rugoni de Sousa⁹³ e Ana Paula de Souza Kinchescki (2021) destacam que estes impressos além de terem como intuito publicizar seus inventos, também “contribuíram para o (re)conhecimento de ‘novos’ e ‘modernos’ artefatos”, além de difundirem “discursos que defendiam a necessidade de consumi-los para

⁸⁸ No original: “Uno de sus rasgos principales es el espacio adicional que proporciona para las piernas, debido a la forma de los pies traseros, la cual elimina todo estorbo en los lados y facilita el acceso al asiento.”

⁸⁹ No original: “el problema de proveer asientos adecuados debidamente dispuestos para alumnos de estaturas distintas puede resolverse poniendo en el aula unos cuantos pupitres regulables.”

⁹⁰ No original: “En este pupitre, la mesa y el asiento se regulan independientemente la una del otro, mediante un engranaje sencillo de acero, movido por una manija y palanca de quitapón. Armoniza con los pupitres A101 y A132. Este pupitre se hace sólo unipersonal.”

⁹¹ No original: “en muchos establecimientos de enseñanza, en lugar del pupitre común se prefiere el escritorio completamente independiente para cada alumno, por cuanto da a este mayor comodidad y libertad, y le permite trabajar con menos distracción e interrupções.”

⁹² No original: El asiento, además de tener la nueva ventaja de ser giratorio, está construído de acuerdo con principios científicos, y su forma y dimensiones se ajustan perfectamente al cuerpo del alumno, haciéndole adoptar la mejor posición que la comodidad y la higiene exigen. Tanto el escritorio como el asiento se han hecho de suerte que, sin desoerdiciar espacio, sean fácilmente accesibles.

⁹³ As representações dos objetos escolares nos catálogos comerciais foi um dos temas investigados especialmente na tese defendida por Gustavo Rugoni de Souza (2019).

que práticas educativas e saudáveis fossem possíveis” (Souza; Kinchescki, 2021, p. 98). Dessa maneira, as informações contidas no catálogo demonstram que os objetos ofertados estarem de acordo com os preceitos médicos e com as exigências pedagógicas seria parte das estratégias utilizadas para afirmar a autoridade de seus produtos no cenário local e internacional.

Os discursos presentes nos catálogos procuravam incentivar a comercialização de artefatos com base em preceitos pedagógicos e médicos. Os inventos e soluções adotadas pela indústria foram, de forma constante, exaltados nos documentos analisados e buscaram se associar à ideia de que a posse de “novos” e “melhores” artefatos seria uma das condições para modernizar os espaços escolares, auxiliando na construção um modelo imaginado sobre como as escolas deveriam ser constituídas materialmente e funcionar cientificamente (Souza; Kinchescki, 2021, p. 111).

No bojo dessas questões, o contexto de produção das carteiras americanas é resultado de um conjunto de reflexões que desde os oitocentos vem problematizando a constituição da saúde física e moral das crianças no espaço escolar. Isso significa que os preceitos higiênicos não se reduzem à confecção somente de um tipo de carteira – a americana – mas pertencem a um panorama mais amplo que, a partir do século XIX, começa a deter nos artefatos escolares a possibilidade de educar, civilizar e prevenir problemas de saúde. (Machado, 2004; Alcântara, 2014; Souza, 2019).

Por meio das teses dos concluintes do curso de medicina e dos manuais de higiene destinados a formação dos professores, na transição do século XIX para o XX, Heloísa Helena Pimenta Rocha e José Gonçalves Gondra (2002) observam que a circulação desses tipos de materiais contribuiu para a instauração de práticas médico-higiênicas no meio social e no cotidiano escolar. Francisco Antônio Gomes é um exemplo citado pelos autores, no qual o jovem médico, na província do Rio de Janeiro, disserta sobre a finalidade que a educação deveria exercer em três frentes: na “direção do físico”, no “aperfeiçoamento da moral” e no “cultivo da razão e da inteligência” (Rocha; Gondra, 2002, p. 496). Esta tríade, segundo os autores, implicaria em polaridades, uma vez que

[...] no que diz respeito ao corpo, opunha raquitismo e fraqueza à robustez e força; no que se refere ao aspecto moral, a polarização girava em torno das imagens do demônio e do anjo e, no que se refere à razão, opunha à ignorância, a sabedoria. Educar, portanto, deveria almejar produzir um indivíduo forte, robusto, com qualidades angelicais e sábio (Rocha; Gondra, 2002, p. 496).

Neste sentido, uma das argumentações presentes nas teses e manuais era o combate a posturas viciosas, como desvios na coluna vertebral provocados pela má postura no exercício da escrita. Rocha e Gondra (2002) explicam que o saber médico nesse período inscrevia o corpo infantil no tempo, no espaço, nos materiais e nas práticas escolares de tal modo que “a necessidade da vigilância higiênica sobre a escola, nos seus mais diferentes aspectos - desde a localização do edifício escolar até a divisão do tempo e a escolha dos métodos e processos de

ensino”, se tornou “ao mesmo tempo, de oferecer um modelo de organização a ser seguido pelas escolas” (Rocha; Gondra, 2002, p. 500).

Em contexto catarinense Ana Paula de Souza Kinchescki e Tainara Lemos das Neves (2012) demarcam que os preceitos higiênicos estavam presentes no uso do espaço escolar, bem como no mobiliário e em outros objetos. Por meio do ambiente físico e também com a vigilância de professores e diretores, esperava-se que as crianças fossem desenvolvendo hábitos preventivos e higiênicos. O grupo escolar Lauro Muller, inaugurado em 1912 em Florianópolis, foi a primeira escola pública na cidade pensada sobre as prescrições de ordem médica-higienistas desde o seu projeto inicial. Com isso,

[...] inaugurado com extrema pompa e vislumbre arquitetônico, o estabelecimento contava com amplas e luminosas salas de aula, mobiliário importado, carteiras duplas, laboratório de física e química, museu escolar, quadros parentais e materiais didáticos considerados indispensáveis à prática do novo método (intuitivo), que visava se difundir nos grupos escolares (Kinchescki; Neves, 2012, p. 130).

Por meio dos livros de registros de fornecimento de materiais, dos itens recebidos pelo almoxarifado da instrução e dos contratos com fornecedores de materiais escolares, Carolina Braga Michel e Eliane Peres discutem a entrada de objetos nas escolas públicas do Rio Grande do Sul como reforço de um discurso que buscava produzir “cidadãos limpos”. Desta forma, “circular, sanear e embelezar eram os pilares do urbanismo higienista da época” (Michel; Peres, 2021, p. 412) que obtiveram na escola o principal veículo de propagação desses ideais. Assim,

[...] a aquisição e a distribuição de artefatos por parte do Estado para as instituições escolares reverberam tal anseio de constituir um espaço higiênico e limpo; de cultivar práticas de cuidados individuais e coletivas para evitar doenças, garantir a profilaxia, o asseio e as “boas” práticas de higiene e de higienização dos corpos, dos espaços, das instituições (Michel; Peres, 2021, p. 414).

Ainda que estivesse presente na legislação educacional a preocupação com os preceitos higienistas e que dirigentes do estado, diretores e professores se posicionassem discursivamente para a manutenção destes preceitos, as autoras observam que no fornecimento de urinóis, cuspidadeiras, talhas de barro para água, entre outros objetos, havia uma “distância temporal entre a solicitação e a substituição de materiais em estado de má conservação”. O que demonstra que mesmo com a preocupação de disponibilizar às escolas públicas objetos para o asseio da boa higiene, “a instrução pública gaúcha parecia não dar conta de repor todos os objetos de higiene que estivessem em mal estado ou faltantes nas escolas” (Michel; Peres, 2021, p. 424). Este cenário de tensão entre o que era previsto e o que era realizado não é uma situação particular do Rio Grande do Sul, mas uma circunstância que se repetiu por todo território brasileiro no processo de institucionalização da escola pública.

Mas a preocupação com os preceitos higiênicos não estava circunscrita somente em

solo brasileiro. De acordo com Machado (2004), a higiene escolar ganha um papel importante no contexto europeu por conta da crença na eficácia de manter e preservar a saúde no âmbito social. O movimento higienista emergiu na Europa, no início do século XIX, momento em que “a noção de doença ultrapassou a consciência religiosa” e ganhou espaço no campo político e econômico. Assim, “a morte e a doença deixaram de ser encaradas como uma fatalidade e os governos tomaram consciência da diminuição da população e das implicações económicas que daí advinham” (Machado, 2004, p. 30). Em um período que o estado sanitário das cidades era propício para a propagação de epidemias e outras moléstias, criar hábitos saudáveis tornou-se pauta das políticas públicas. Por isso,

[...] em França e noutros países da Europa mais avançados nesta área, a consciência da importância da higiene escolar fazia-se sentir já no início do século XIX e o médico escolar tinha por obrigação supervisionar a higiene das crianças, velar pela salubridade dos edifícios, controlar o crescimento dos jovens, dirigir a educação física, esforçar-se por afastar as doenças contagiosas e anotar nas fichas sanitárias das escolas ou nas cadernetas individuais em alunos internos em colégios, a evolução do desenvolvimento corporal dos alunos e os incidentes notáveis da sua saúde (Machado, 2004, p. 30).

No contexto português, Machado (2004, p. 34) pontua que “o interesse pela higiene escolar fez-se sentir sobretudo quando médicos e pedagogos começaram a frequentar congressos europeus sobre higiene e sobre pedagogia”, além disso, a circulação de livros e compêndios sobre tratados de higiene e arquitetura escolar, especialmente de origem francesa, foram importantes para compor o repertório de saberes daqueles que estudavam medicina no período. Com isso,

[...] as doenças epidêmicas como varíola, tifo, sífilis, cólera e tuberculose eram nesta altura palco das maiores preocupações higiénico-sanitárias e se os adultos não eram poupados pelos vírus, germens ou bactérias, os seus filhos, tornavam-se protagonistas de todo o tipo de enfermidades que transportavam para o espaço escolar (Machado, 2004, p. 34).

Para prevenir essas doenças, a escola acabou sendo interpretada como a principal instância capaz de combater e salvaguardar a saúde pública, uma vez que ela educaria as crianças com bons hábitos e a propagação dessa educação se estenderia à família. De acordo com a autora, o papel da escola na promoção de políticas higiênicas era tão importante que

[...] em 1907 o IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose, realizado no Porto incluiu nos seus trabalhos uma secção intitulada “A Tuberculose e a Escola” (Costa Sacadura, 1907), tendo como intervenientes para além de Costa Sacadura, nomes importantes do mundo “médico pedagógico” tais como Miguel Bombarda, Reinaldo dos Santos e Aurélio da Costa Ferreira. Nesse mesmo ano, realizou-se em Londres o Congresso Internacional de Higiene Escolar que novamente sublinhou a importância da educação higiénica como profilaxia na doença e a abrangência social que as políticas educativas podiam ter, como meio de divulgação dos ensinamentos higiénicos (Machado, 2004, p. 35).

Em 1906, jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publica uma matéria sobre o XV Congresso Internacional de Medicina inaugurado na “vasta sala ‘Portugal’ da Sociedade de Geographia”. Em meio aos presentes estava o rei “ladeado pelas duas rainhas e que pronunciou o discurso de inauguração”, dentre os congressistas estavam os médicos citados por Machado (2004) como o “conselheiro Costa Allemão, dr. Miguel Bombarda, e vários delegados estrangeiros, entre os quaes o dr. Marcos Cavalcanti do Brasil” (*Correio da Manhã*, 1906, p. 4). Dos representantes brasileiros a imprensa também cita o médico Lourival Souto que participou, em 1905, do congresso contra a tuberculose sediado em Paris. Em relação a este congresso, o *Jornal do Brasil* (RJ) noticiou o discurso do Dr. Hilário de Gouvêa, delegado oficial do governo da república, sobre a atuação do governo brasileiro contra esta enfermidade:

Com effeito, o governo brasileiro tem presentemente em estudos importantes reformas sociais, visando a do ensino obrigatório de noções de hygiene nas escolas, ensino esse aliás já ministrado nas escolas do Estado de S. Paulo, seguro obrigatório dos operários conta as enfermidades, os accidentes de trabalho e invalidez: generalização de uma assistência pública eficaz; proteção a educação das classes operarias; em uma palavra, toda a instrumentação destinada a reerguer e preservar a população operaria, terreno favorito do parasyta da tuberculose (*Jornal do Brasil*, 1905, p. 1).

A revista paranaense, *A Escola*, traz, em 1908, um artigo intitulado “A inspeção médica e o ensino da hygiene nas escolas”. A argumentação do texto justifica a importância do tema principalmente às crianças, que serão os “futuros trabalhadores” beneficiados com esse tipo de conhecimento. Assim, “basta dizer que o melhor meio de combater estes grandes flagellos da humanidade que se chamam – a tuberculose, o alcoolismo, etc., é pôr desde a infância, o indivíduo em presença das grandes leis scientificas que lhe darão as melhores armas para combatel-os” (*A Escola*, 1908, p. 24). A retórica da revista ainda enfatiza a importância do ensino da hygiene na educação dada as crianças, acrescenta que “esse ensino deve ser ministrado na classe superior, por que os estudos feitos nas classes menos elevadas são uteis para preparam-as ao novo ensino scientifico que se lhes imporá” (*A Escola*, 1908, p. 24).

Essas preocupações com a hygiene escolar não se restringiam somente às doenças contagiosas, mas estavam atentas às estratégias de prevenção ao seu agravamento quando já instalados. Se o mobiliário era parte da materialidade integrante do cotidiano escolar, ele também foi considerado um importante instrumento na composição dos bons hábitos.

A evolução do mobiliário escolar foi uma das mais claras manifestações do poder do higienismo na materialidade da escola, principalmente no que respeita ao desenho das carteiras escolares, nas suas especificidades de adaptação ao corpo do aluno, tendo em conta as leis do crescimento. [...] Alguns dos modelos adoptados em Portugal eram adquiridos no estrangeiro ou adaptados dos projectos do exterior, nomeadamente das grandes exposições mundiais, onde o mobiliário escolar ocupava um lugar importante (Machado, 2004, p. 36).

Machado (2004, p. 157) ainda explica que as doenças que mais interessavam à hygiene

escolar correspondiam três grandes grupos: “o primeiro grupo compreendia os estados mórbidos para cuja evolução concorria à escola; o segundo, as doenças transmissíveis por contágio e o terceiro, os estados mórbidos hereditários e constitucionais, que frequentemente perturbavam o estudo”. Como supracitado, uma das preocupações dos médicos escolares, expressa no primeiro grupo, estava relacionada com os vícios e más formações que o ambiente escolar poderia causar nas crianças. Em seu texto, Machado (2004) apresenta um conjunto de doenças que acometiam as crianças em idade escolar, de modo a sistematizar estes problemas de saúde, causados muitas das vezes pela má postura na carteira. A partir disso, organizei um quadro (Quadro 11) com as principais moléstias, as regiões do corpo afetadas e como estas estavam relacionadas ao mobiliário escolar:

QUADRO 11 – PROBLEMAS DE SAÚDE GERADOS PELA MÁ POSTURA NOS MÓVEIS ESCOLARES

Moléstias	Região do corpo	Relação com os móveis
Fadiga muscular	Toda estrutura muscular	Causado pela desarmonia entre as estaturas das crianças e as dimensões das mesas e dos bancos em que se sentavam.
Problemas digestivos	Pressão sobre os órgãos da região abdominal	Inclinar sobre a mesa para escrever.
Problemas de funções respiratórias e circulatórias	Pressão na região torácica	Pressão contra a mesa, mesas altas.
Goitre Scolaire (papeira), dores de cabeça, hemorragias nasais	Dificuldade de circulação na zona do pescoço	Quando procurava descanso para a cabeça sobre os ombros.
Furúnculos e abscessos	Corte na circulação sanguínea das coxas	Pernas penduradas, bancos altos.
Cifose e escoliose	Desvios na coluna vertebral	Postura do aluno sobre os móveis.
Miopia	Problema na visão	Mobiliário inadaptado à estatura do aluno; insuficiente iluminação; leitura a mais de 30cm; livros impressos em letras demasiadamente pequenas.

FONTE: A autora, com dados de Machado, 2004.

Assim, é perceptível que no período os médicos não se ocupavam somente com o objeto da medicina, mas também com o conteúdo dos objetos de ensino, os objetos pedagógicos, entre outros temas do debate educacional que estavam para além dos conteúdos de atuação clínica. Diferente não foi com o estado do Paraná: uma situação interessante é o Decreto nº 263, de 22 de outubro de 1903, correspondente ao Regimento Interno das Escolas Públicas. No documento existe uma seção dedicada exclusivamente para os aspectos da higiene escolar, interessante é que esta norma foi escrita pelo diretor geral da instrução pública do período, Victor Ferreira do Amaral, que também detinha o título de médico. O capítulo X, desse regimento, intitulado “Da Higiene Escolar”, traz as disposições gerais sobre os aspectos higiênicos que deveriam ser seguidos não somente no espaço físico escolar, mas na relação do

aluno com esse espaço e nos cuidados com o próprio corpo. Na norma paranaense, a seguir, é possível visualizar alguns elementos semelhantes aos de Machado (2004) quando problematizado a saúde das crianças e sua relação com a materialidade escolar:

Art. 55. Nas escolas publicas deverão ser observadas, entre outras, as seguintes prescrições higienicas:

1º As salas de aula devem ser espaçosas, bem arejadas, evitando-se as correntes directas de ar, e bem iluminadas, incidindo a luz de preferência da esquerda para a direita;

2º As creanças deverão apresentar-se limpas na escola, embora com vestuários pobres, porquanto a pobreza não exclue o asseio;

3º Deverão, sempre que fôr possível, sentar-se em bancos proporcionados á sua estatura, juntos de mesas ou carteiras cuja altura corresponda mais ou menos ao cotovelo dos alumnos sentados;

4º Os alumnos deverão sentar-se com a cabeça e o corpo aprumados, sem incurvação anormal da espinha dorsal, colocando o livro ou papel, que lerem, a 0,35 centímetros mais ou menos dos olhos, para evitar a myopia e outros defeitos da vista.

5º E' prudente evitar levar o lápis á boca, para humidecel-o, quando ele é usado por mais de um alumno;

6º E' expressamente prohibido cuspir ou escarrar no soalho, o que além de denotar falta de asseio, expõe ao perigo de propagar a tuberculose ou tísica pulmonar, moléstia contagiosa que mais victimas faz em todo o mundo;

7º Durante o recreio e após a retirada dos alumnos, as salas de aulas deverão ser arejadas, abrindo-se todas as janelas;

8º As salas de aula devem ser varridas diariamente, depois de borrifadas com água simples ou uma solução de creolina ou qualquer_ou qualquer outro antiséptico, e lavadas com a maior frequencia possível.

9º A agua para os alumnos beberem deve ser de boa qualidade, cumprindo prohibir-se que eles deitem nas respectivas talhas os restos d'agua deixados nos copos (Paraná, 1903, p. 3, grifos meus).

É possível observar que os saberes médicos atinentes à higiene escolar, presentes no contexto europeu e em outros estados do Brasil, também circularam em território paranaense. As moléstias provocadas pela má postura das crianças em relação aos móveis é uma das pautas trazidas por Amaral na norma de 1903, além da legislação educacional, o debate sobre o impacto da má postura, trazendo danos a coluna vertebral por vícios adquiridos quando o aluno exerce a escrita, também foi notificado na imprensa paranaense. O jornal *Diario da Tarde* publica em 1909 uma matéria intitulada “A escoliose”. O artigo relata que segundo as estáticas de escolas alemães, vinte e cinco por cento dos alunos apresentam algum desvio na coluna, sugerindo que a cifra presente entre as crianças brasileiras poderia ser semelhante. Uma das hipóteses levantadas para a causa da escoliose em adolescentes e crianças em idade escolar é atribuída “a uma attitude viciosa, adquirida pela tendencia a escrever pelo methodo dito de escripta inclinadada, e dahi se conclui em favor da escripta direita” (*Diario da Tarde*, 1909, p. 1).

No entanto, com a intenção de problematizar esta hipótese, o jornal cita o sr. Lagrange, estudioso da higiene escolar e da fisiologia muscular, que ao invés de atribuir a deformação da

coluna ao método de escrita, compreendia que a “causa essencial está na obrigação de conservar por muito tempo a imobilidade na posição sentada ou em pé”. Neste sentido, “a criança que é obrigada na escola ou na officina, a conservar-se sentada por longas horas experimenta tal fadiga que procurará, por qualquer forma, fugir a essa tensão muscular”, remetendo à “columna vertebral uma posição que é exactamente a da escoliose” (Diario da Tarde, 1909, p. 1).

No bojo dessas questões, observa-se que preocupações com o desvio da coluna, com a falta de vista agravada pela miopia, e mesmo orientações de como evitar o contágio de doenças, estiverem presentes na argumentação daqueles que pensavam não somente o espaço material escolar, mas também a composição dos hábitos dos conclamados novos cidadãos. Nesta retórica, estes deveriam estar limpos, fortes e com o intelecto preservado. Fundamentos da medicina higienista imprimidos e propagados tanto em solo nacional como no debate intercontinental.

Mas o que essas informações significam? A viagem da professora Carolina Moreira à São Paulo, a participação de médicos brasileiros em congressos internacionais, bem como os catálogos e artefatos em circulação revelam saberes mediados e ressignificados. Na compreensão de Pallares-Burke (1996, p. 9), o fenômeno da circulação e recepção de ideias envolve a “valorização do estrangeiro como um ‘outro’ enriquecedor e importante de ser conhecido”. Entretanto, na valorização do outro também se produz algo, que não se reduz à mera imitação ou reprodução. Pallares-Burke (1996) salienta que estudos com uma perspectiva antropológica identificaram uma recepção ativa na circulação de ideias, o que significa que, ao dar sentido às apropriações de ideias em novos contextos, os sujeitos usam um grau de criatividade, produzindo novos significados. Isso ocorreu no caso da professora Carolina Moreira que, ao “ler” a cultura material paulista, a interpretou como demasiada luxuosa para o contexto paranaense. Isso demonstra que seu processo de leitura envolveu adaptações e transformações. Desse modo, ao atravessar espaços, tempos e ideias, a professora Moreira se tornou uma “tradutora cultural”, permitindo que o “estrangeiro”, para além de interpretável, fosse reinventado.

A criatividade também perpassa o processo de idealização e fabricação dos móveis, como será visto no caso a seguir: Pedro Rispoli, não é um mero marceneiro de nacionalidade italiana, mas um fabricante que utiliza de linguagens artísticas na confecção dos móveis fabricados. A carteira escolar que passa pelas mãos desse sujeito não é somente a reprodução das ordens manifestadas pelo estado, mas carrega de forma subjacente valores e ideias do círculo que Pedro Rispoli vivenciou e experimentou, como será demonstrado no próximo eixo de discussão a seguir.

3.2 O Gesto Artesão na Produção dos Móveis Escolares: revelando as conexões históricas dos Artefatos Escolares

Em 16 de maio de 1906, o bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, sob autorização do governo do Paraná, assinou contrato com o senhor Pedro Rispoli para a confecção de móveis necessários ao edifício do Ginásio Paranaense e da Escola Normal. Ainda que o papel desses prédios seja importante no circuito comercial de Pedro Rispoli, o que me interessa discutir nesse item, são os rastros deixados sobre as referências utilizadas para a composição do mobiliário escolar paranaense (Cerqueira, AP 1249, 1906, p. 56).

A relação de móveis contida no referido documento deveria ser entregue, a partir da assinatura do contrato, num prazo de sessenta dias. A solicitação de móveis descrita na lista se resumia a:

250 carteiras de pinho, imitando imbuia envernizadas a bonéca⁹⁴, com 1,15 de comprimento, 0,80 de altura e 0,80 de largura **conforme o modelo da fig. 11 do Catalogo da Casa “Les Fils d’Emile Deyrolles”**, 13 cadeiras de braço de imbuia entalhadas e empalhadas, sendo uma maior e mais alta para a meza da Congregação [...] 24 cadeiras simples de imbuia entalhadas e empalhadas conforme modelo escolhido. 1 lavatório de pinho imitando imbuia com pedra mármore e com espelho [...] 4 bancos com armação de ferro para o recreio dos alunos com assento de madeira. 2 mezas pequenas torneadas e envernizadas. 1 estrado para a meza da Congregação pintado com 5 m de comprimento por 3,30 de largura e 0,21 de altura. 4 quadros negros com cavallates tendo este 2,40 de altura e aqueles de 1,60 de comprimento e 1,10 de largura. 24 pranchetas para desenho pintadas de preto com 0, 50 X 0,60 tudo por 2 quadros com vidro para horário (grátis). Concerto de 2 bancos (Cerqueira, Contrato com Pedro Rispoli, AP 1249, 1906, p. 56-57, grifos meus).

É possível observar que a orientação sobre a confecção da mobília deveria seguir os parâmetros do catálogo da casa francesa “Les Fils d’Emile Deyrolles⁹⁵”. Além da indicação do material de consulta, a recomendação era criteriosa a respeito da representação visual, com isso, as 250 carteiras deveriam assemelhar-se ao “modelo da figura número 11 do catálogo”. Por ora, o contrato não menciona o ano do respectivo catálogo, desse modo não posso afirmar de forma precisa que a imagem que irei apresentar corresponde à carteira confeccionada, mas o que posso sugerir no momento é a suspeita de que o mediador na circulação deste artefato, dos catálogos

⁹⁴ Esse termo corresponde a uma técnica de acabamento sobre a madeira deixando-a brilhante em um estilo antigo sobre móveis encerados e envernizados.

⁹⁵ Segundo Diana G. Vidal (2017) e Wiara Alcântara (2018), foi recorrente no final do século XIX, com o crescimento das práticas experimentalistas, a compra de produtos da Maison Deyrole do sul ao norte do império brasileiro. Criada em 1831 por Jean Baptiste Deyrolle – a Casa Émile Deyrole –, ela prestava serviços relacionados às coleções de História Natural, “além de equipamentos científicos, peças de taxidermia e osteologia, móveis escolares e painéis de parede”. Disponível em: <https://www.deyrolle.com/histoire/historique-de-la-maison-deyrolle/naissance-la-famille-deyrolle> Acesso em: 18 out. 2021.

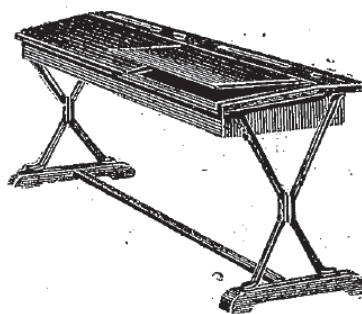
de casas comerciais, tenha sido Victor Ferreira do Amaral. Tal assertiva se ancora em seu relatório da instrução pública, de 1903, que “por meio de catálogos impressos de importantes casas comerciais da Europa, póde o governo encomendar o material para os laboratórios em boas condições” (Amaral e Silva, 1903, p. 16). O espaço citado por Amaral refere-se ao laboratório do novo Ginásio Paranaense que foi inaugurado em 1904.

O catálogo da casa “Les Fils D’Emile Deyrolle”, do qual tive acesso⁹⁶, corresponde ao ano de 1898, período até então mais próximo da menção de Amaral, em 1903, e da menção de Cerqueira em contrato firmado com Rispoli, em 1906. Como se pode notar, na forma, a carteira não é semelhante às carteiras americanas trazidas pela professora Carolina Moreira, embora a figura seja a de número 11, como já supracitado.

A própria casa comercial orienta para que não haja erro, “ou confusão, é imprescindível indicar de forma clara o ano do catálogo em que terá sido efetuada a encomenda, bem como os números de série e a designação do artigo⁹⁷” (Deyrolle, 1898, documento sem indicação de página). Na Figura 21 é possível visualizar a carteira de número 11 correspondente à edição de 1898:

FIGURA 21 – CARTEIRA ESCOLAR DEYROLLE

TABLE
sans banc
Type I
à pupitre,
Pieds en fer forgé,
Modèle
démontable.
Fig. 11



FONTE: Deyrolle, 1898, p. 7

As informações do canto esquerdo que acompanham o móvel explicam que este não possui um banco em seu conjunto, ou seja, a aquisição deveria ser feita separadamente. A feitura da mesa é em madeira, os pés são de ferro forjado e seu modelo é dobrável. Outra informação

⁹⁶Agradecimento especial ao professor Marcus Levy pela disposição de vários catálogos internacionais, fruto do período em que esteve na França realizando seu Pós-doutoramento na École Nationale Supérieure d'Architecture de Versailles, ENSAV, França.

⁹⁷ No original: Afin d'éviter toute erreur ou confusion, il est indispensable de bien exprimer l'année du Catalogue sur lequel la Commande aura été prise, ainsi- que les numéros d'ordre et la désignation de l'article.

interessante presente no catálogo é que a fábrica defende em sua retórica um feito qualificado. Os móveis além de serem confeccionados sob os preceitos higiênicos e de acordo com a idade de cada criança, apresentariam uma composição híbrida entre madeira e ferro.

Há muitos anos que construímos os modelos de ferro e madeira; adquirimos a certeza de que esta construção oferece muito mais vantagens do que os modelos totalmente em madeira, porque, assim que as montagens em madeira tiverem dado certo, o que deve acontecer depois de alguns anos, mesmo com as madeiras mais secas, as mesas não oferecem mais a resistência desejada; enquanto os modelos de ferro e madeira que construímos podem sempre ser consolidados e reconduzidos ao novo estado, apertando de forma racional os parafusos e outros parafusos utilizados na montagem; nossos clientes, portanto, nunca devem hesitar em nos pedir conselhos sobre este assunto (Deyrolle, 1898, documento sem indicação de página, tradução minha⁹⁸).

A recomendação é de que os clientes não deixem de consultá-los sobre o tipo mais adequado de mobília escolar. Interessante, sobretudo, quando a retórica do catálogo desqualifica àqueles móveis que não possuem um feito industrial: “nosso mobiliário escolar, construído de acordo com as últimas regras de higiene, nada tem em comum com o feito por carpinteiros que não têm nenhum conhecimento muito especial dessa construção” (Deyrolle, 1898, documento sem indicação de página, tradução minha⁹⁹). Deste modo, para vencer a concorrência de marcenarias mais simples e acessíveis em termos de valor, além de usarem a justificativa que seus móveis estavam de acordo com a moderna pedagogia, a casa comercial possibilitava a troca da matéria-prima para impulsionar suas vendas. Neste caso,

[...] dependendo do orçamento disponível para o estabelecimento, podemos modificar as espécies de madeira utilizadas na construção das nossas mesas, e assim tornar a aquisição acessível a todos os municípios, mesmo àqueles com créditos fracos. Pedimos, portanto, aos nossos clientes, que não hesitem em nos solicitar um orçamento com preço fixo, indicando-nos o número de classes, alunos por classe, a idade, a sua altura, o nível de escolaridade, a quantidade disponível e a estação para a qual a remessa deve ser enviada (Deyrolle, 1898, documento sem indicação de página, tradução minha¹⁰⁰).

Esse cuidado da Casa Comercial Les Fils D’emile Deyrolle de criar alternativas para

⁹⁸ No original: Depuis bien des années nous construisons les, modèles fer et bois; nous avons acquis l'assurance que cette construction offre de bien plus grands avantages que les modèles tout en bois, car, dès que les assemblages en bois ont pris un peu de jeu, ce qui ne peut manquer d'arriver au bout de quelques années, -même avec les bois les plus secs, les tables n'offrent plus la résistance voulue; tandis que les modèles fer' et bois, que nous construisons, peuvent toujours être consolidés, et remis à l'état de neuf en serrant d'une façon raisonnée les boulons et autres vis servant à l'assemblage; nos clients ne devront donc jamais hésiter à nous demander conseil sur ce sujet.

⁹⁹ No original: Notre Mobilier scolaire, construit suivant les dernières règles de l'hygiène, n'a rien de commun avec celui fait, par des menuisiers qui n'ont aucune des connaissances très spéciales de cette construction.

¹⁰⁰ No original: Suivant le budget dont disposerait l'établissement, nous pouvons modifier les essences des bois entrant dans la construction de nos tables, - et en rendre ainsi l'acquisition accessible à toutes les municipalités, même à celles disposant de faibles crédits. Nous prions donc nos clients de ne pas hésiter à nous demander un devis avec prix à forfait, nous indiquant le nombre de classes, d'élèves par classe, l'âge ou la taille, des enfants, le degré d'enseignement, la somme dont on. dispose, et la gare à laquelle l'envoi doit être adressé.

a compra da sua mercadoria remete a algumas estratégias utilizadas pelos viajantes educacionais que, de posse de catálogos ou mesmo de descrições minuciosas, reproduziam os artefatos por meio de marceneiros locais. Sobre este cenário, Alcântara (2016) explica que, no fim do século XIX, muitas empresas patentearam seus produtos para proteger a produção intelectual que constituía os objetos, assim já era descrito – nos próprios catálogos – a penalização sobre aqueles que reproduzissem o artefato exposto.

A descrição, muitas vezes minuciosa, das carteiras, de sua fabricação e peças nas exposições e catálogos servia como poderosa ferramenta de propaganda, mas gerava como efeitos colaterais, **a possibilidade e a realidade do plágio, da cópia dos modelos por marceneiros e outras empresas, de pequeno porte ou não.** Poderiam os visitantes das exposições ou aqueles que tivessem acesso aos catálogos, como por exemplo, educadores de diversos países, de posse dos desenhos das carteiras, mandar reproduzi-las, lançando mão de uma opção local mais barata e com menor custo de frete. Essa opção, via de regra, eram os marceneiros, que também se proliferavam com a expansão das cidades nas últimas décadas do século XIX e início do XX (Alcântara, 2016, p. 136, grifos no original).

A menção ao catálogo da Casa Les Fils d’Emile Deyrolles no contrato de Pedro Rispoli e mesmo as carteiras trazidas pela professora Carolina Moreira são indícios de que a “apropriação ativa” desses artefatos não era de grande risco, uma vez que os representantes educacionais do Estado do Paraná não hesitaram de citar, em seus relatórios oficiais, a propagação desses objetos e de encomendá-los aos marceneiros e fábricas locais.

É importante sinalizar que o novo prédio do Ginásio Paranaense inaugurado em 1904, para o qual Pedro Rispoli confeccionou móveis, é ambientado em um contexto de uniformização do ensino secundário em relação ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro. Desta forma, com a Reforma de Benjamin Constant, em 1890, foi lançada uma equiparação que “tinha por objetivo a unidade do ensino secundário em nível nacional, trazendo consigo medidas fiscalizadoras, mas não eliminando os exames parcelados de preparatórios” (Zacharias, 2013a, p. 37).

Não somente a equiparação do currículo do ensino secundário em nível nacional se tornou um desafio, como também a compatibilidade material devido às particularidades de cada estado. No Paraná, as disciplinas de Física, Química e História Natural exigiam a instalação de espaços com caráter experimental, o que demandava mobílias e tecnologias apropriadas ao ensino. Nas palavras do diretor geral da instrução do período: para que o ensino secundário paranaense “complete a sua modelação pelo Gymnasio Nacional, e seja a elle equiparado, necessita de alguns melhoramentos, cujo principal é a criação de um gabinete de história natural e um laboratório de physica e chimica”. A argumentação, proferida por Victor do Amaral, a respeito da instalação desses espaços, justifica-se pela compreensão de que os estudos

meramente teóricos eram insuficientes e cansativos, sobrecarregando “indigestamente a memória do aluno de uma série de noções abstractas, cuja applicação elle difficilmente poderá compreender” (Amaral e Silva, 1903, p. 15).

De acordo com Katya Zuquim Braghini (2017), o final do século XIX foi considerado o período de uma maior atenção à criação de espaços de experimentação nas escolas para que os alunos conhecessem e se apropriassem cada vez mais do mundo natural. Por meio do método intuitivo os professores utilizavam “objetos científicos nas aulas de demonstração”, pois acreditava-se que o contato com esses aparatos permitiria “um exercício interessante para o ensino da observação” (Braghini, 2017, p. 211). Também conhecido como “lições de coisas”, este método buscava se distanciar do ensino livresco; a experimentação, a construção de uma aprendizagem baseada na observação, era um dos propósitos naquele momento para o alcance do conhecimento científico. Assim, “era necessário formar sujeitos observadores que melhor captassem o sentimento de veridicção científica, e os objetos, dos mais variados tipos, eram considerados canais importantes para que essa finalidade fosse atingida” (Braghini, 2017, p. 211). Braghini ainda demarca que por meio dos artefatos pedagógicos

[...] buscava-se estimular uma percepção acurada, a seleção do que valia a pena ser visto e registrado, separado daquilo que era meramente suplementar. O olhar separava o que era necessário das imagens, já que seria lançado para uma síntese motora que não permitia muita conturbação para que a aula fosse bem sucedida. A procura pela veridicção institui a visão como forma mais rápida para a aquisição de conhecimentos. A ‘observação’ dos alunos seria a associação da visão com a audição na busca pela compreensão dos pontos da aula e das diferentes etapas demonstráveis, levando em conta os diferentes objetivos das disciplinas escolares científicas, como a Physica, a Chimica e a História Natural. ‘Ver’ iluminaria e orientaria as percepções de audição (Braghini, 2017, p. 230).

Manuais didáticos sobre o método intuitivo, vindos do exterior, para a formação dos professores, também circulavam em solo brasileiro, como é o caso do livro “Primeiras Lições de Coisas”, escrito pelo norte americano Normam Alison Calkins, em 1886. Conforme explica Vera Teresa Valdemarin (2020), na virada do século XIX para o XX, estava em voga a defesa desse método como um instrumento potente para a valorização da educação brasileira. Com a promulgação do Decreto nº 7.247, de 19 de abril, em 1879 o método intuitivo ganha caráter legal na regulamentação do ensino primário e secundário do município da corte e permanece na legislação educacional do estado de São Paulo até 1920.

Este Decreto foi publicado por ordem do ministro de Estado dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, que participava ativamente de iniciativas educacionais que, sob diferentes auspícios, surgiram na província de São Paulo. No entanto, mais contundente do que a prescrição na legislação, foi a defesa do método feita pelo então deputado Rui Barbosa por meio de um alentado parecer ao Decreto e da tradução do manual didático *Primeiras Lições de Coisas*, de N. A. Calkins. O parecer publicado em 1883 com a denominação de *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública* (Barbosa, 1947) aliado à tradução constituem prolífico conjunto de documentos nos quais estão descritos tanto os problemas educacionais brasileiros como a esperança de revertê-los com a introdução de novas práticas num sistema escolar a ser também renovado (Valdemarin, 2020, p. 1036).

Valdemarin (2020) destaca que Rui Barbosa, ao traduzir a obra de Calkins, escreve um elogioso preâmbulo, comparando a obra a produções semelhantes e até mesmo usando expressões que o próprio Fernand Buisson¹⁰¹ utilizou sobre o método intuitivo. Acreditava-se que o acesso a esta obra elevaria a educação brasileira ao mesmo patamar europeu e norte americano, uma vez que, para Rui Barbosa, o “maior mérito da obra estaria na descrição dos processos destinados a exercitar os sentidos e a inteligência por meio da observação” (Valdemarin, 2020, p. 1037), além de trazer de forma sistematizada as ideias de Johann Heinrich Pestalozzi, fazendo deste material um recurso de consulta importante para a formação dos professores.

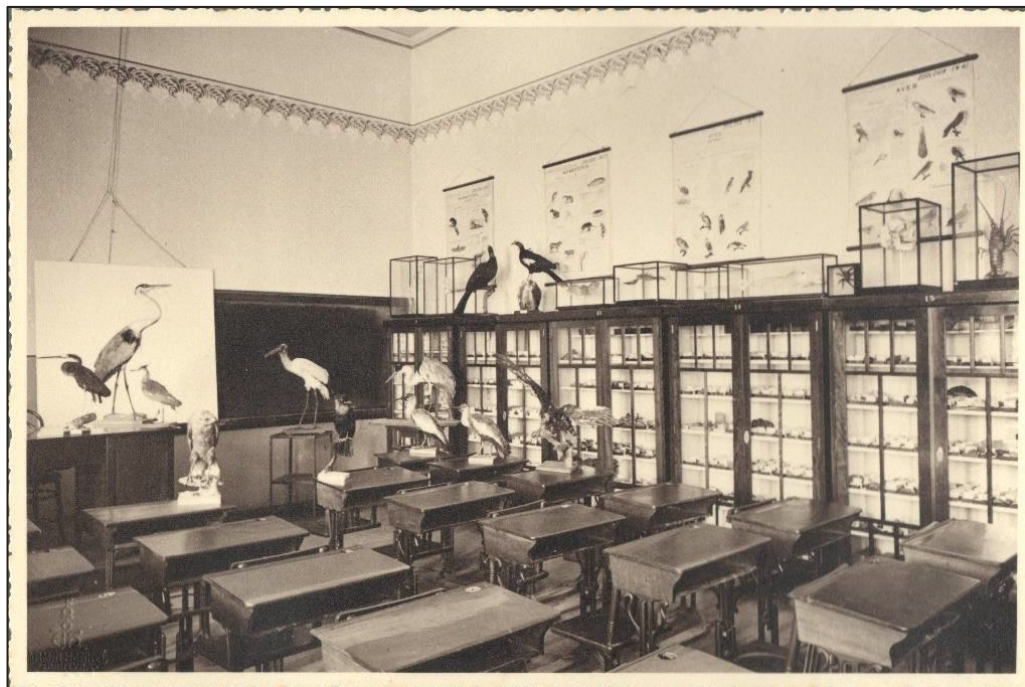
Como é possível observar nos relatos dos representantes governamentais, diferente não foi com o estado do Paraná. Todo investimento em um ambiente almejado como moderno no ensino, principalmente com o Ginásio Paranaense – equiparado ao Ginásio Nacional –, tinha em suas prerrogativas o distanciamento de um ensino “puramente teórico” e uma aproximação às práticas escolares experimentais. Desta forma, mapas, coleções de história natural, artefatos que imitavam insetos e animais, manequins do corpo humano, laboratórios, se tornaram peças essenciais para o emprego do ensino intuitivo, e a Casa Les Fils d’Emile Deyrolles se tornou uma importante referência em solo paranaense na reprodução e inspiração desses artefatos escolares.

A imagem a seguir corresponde a uma sala de aula do Ginásio Paranaense ambientada conforme as práticas escolares experimentais. Uma informação que deve ser considerada é que esta figura está guardada em um álbum fotográfico intitulado “Antigo Ginásio” e com data atribuída a 1941. Consideramos que parte da mobília constante nessa sala possa ainda referir-se aos móveis confeccionados por Pedro Rispoli, uma vez que além do contrato firmado em 1906, Rispoli recebeu, no ano de 1909, a quantia de 240\$000 “proveniente da confecção de

¹⁰¹ A frase utilizada por Rui Barbosa emprestada do representante francês na exposição internacional da Filadélfia, em 1876, foi a seguinte: “a melhor coleção de lições de coisas até então publicada” (Valdemarin, 2020, p. 1037).

moveis para os gabinetes de Physica e Chimica do Gymnasio Paranaense” (A República, Expediente, 22/6/1909, p. 1).

FIGURA 22 – ANTIGA SALA DE AULA DO GINÁSIO PARANAENSE



FONTE: Colégio Estadual do Paraná

Na Figura n. 22 é possível notar a presença de peças e cartazes que reproduzem animais, característicos da Casa Émile Deyrolle, evidenciando que um repertório de peças francesas circulou no Paraná. Outra informação interessante, presente na imagem, é que as carteiras da são muito semelhantes às peças trazidas pela professora Carolina Moreira em 1907, isto é, a “Carteira Brazil”, de caráter higiênica, impressa no recibo comercial de Eduardo Waller. Isso não significa que estas peças são reproduções fiéis das carteiras trazidas pela normalista, ou importadas diretamente da fábrica paulista, mas a presença de características como os pés de ferro fundido e suportes de trabalho em madeira indicam que o Paraná esteve atento ao debate sobre as carteiras americanas e fez, com que este tipo de modelo, transitasse em suas escolas.

Uma questão interessante é que não só de elogios esteve circunscrita este tipo de modelo de carteira escolar na imprensa paranaense. O jornal “Diario da Tarde”, em 1913, lança uma matéria criticando a compra de cem carteiras escolares importada dos Estados Unidos para as escolas de Paranaguá. A notícia destaca o potencial mercado que o Paraná tem referente a abundância de madeiras, podendo assim ampliar e desenvolver o ramo industrial, por isso não se fazia necessário a importação desses produtos. A crítica se expande ao cenário nacional,

trazendo como exemplo o jornal cearense, chamado “Imperial”, no qual pontua a desaprovação sobre a ação do Sr. Franco Rabello que mandou vir dos Estados Unidos trezentas carteiras escolares do Ceará. Segundo a imprensa cearense esta ação não era digna de louvor e deveria ser censurada, uma vez que

[...] as carteiras para as escolas cearenses deviam ter sido fabricadas no Ceará, ou, pelo menos, dentro do Brasil. Com o dinheiro das carteiras americanas, o sr. Franco Rabello podia ter prestado dois serviços á instrução, se as tivesse mandado fabricar no Ceará: obtinha as carteiras para a instrução literária e animava a instrução technica nas officinas cearenses. O próprio facto de serem as carteiras fabricadas com as nossas madeiras, nas nossas officinas, pela nossa gente, era um elemento educativo, porque a creança, ficaria conhecendo o valor e a aplicação das nossas riquezas vegetaes e da nossa actividade (Diario da Tarde, 1913, p. 1).

A segunda pista que ainda não mencionei, e que foi destacada no pequeno recorte que trouxe do contrato estabelecido com Pedro Rispoli de 1906, é a responsabilidade atribuída a este fabricante na confecção de móveis de um importante cômodo do Ginásio Paranaense: a sala da Congregação. Segundo Mariana Zacharias (2013a) este órgão tinha como tarefa discutir os problemas levados pelos inspetores, professores e pelo próprio Diretor Geral da instrução pública. A Congregação era “composta pelos lentes catedráticos do Ginásio e Escola Normal, ou seja, aqueles docentes que haviam passado pelas bancas de concursos” (2013a, p. 67). E de acordo com a autora

[...] as funções desse órgão estavam diretamente atreladas à Diretoria Geral da Instrução, pois o diretor era também o presidente da Congregação. Esta estava, portanto, incumbida de decidir sobre os assuntos da instrução de todo o estado do Paraná, a exemplo da indicação de livros a serem adotados em todas as escolas primárias (Zacharias, 2013a, p. 67).

Levo em conta que Pedro Rispoli pode ter sido o marceneiro responsável pela confecção dos móveis deste ambiente, pela descrição em contrato condizer com as características presentes na fotografia, como por exemplo: “13 cadeiras de braço de imbuia entalhados e empalhadas, sendo uma maior e mais alta para a meza da Congregação” (Cerqueira, AP 1249, 1906, p. 56-57). No entanto, a data presente na fotografia refere-se ao ano de 1904, deixando a dúvida se esta referência faz alusão ao ano de fundação do Ginásio ou à data de aquisição do mobiliário, mas, em todo caso, na imagem da sala da Congregação, onde eram estabelecidas as principais decisões sobre a instrução pública, é possível verificar a mobília descrita e uma cadeira mais alta para a mesa, conforme a Figura 23:

FIGURA 23 – SALA DE CONGREGAÇÃO DO GINÁSIO PARANAENSE



Sala de Congregação do Gymnásio Paranaense - 1904.

FONTE: Acervo do Colégio Estadual do Paraná.

Seis meses depois, Pedro Rispoli escreve, conforme o contrato firmado em maio de 1906, a relação de serviços que a diretoria da instrução ainda o devia. A descrição das peças e seus respectivos valores podem ser consultados no Quadro 12, a seguir:

QUADRO 12 – RELAÇÃO DE SERVIÇOS QUE A DIRETORIA DEBIA A PEDRO RISPOLI

3 mesas envernizadas com gavetas e fechaduras	3:700.000
Concertos em 60 carteiras velhas e carretos das mesmas	337.000
Concerto e ferragens em um armário	35.000
9 paus invernízados para cabides	5.000
Um armário grande de pinho envernizado e envidraçado com m. 4.60 de compr. 75 de larg e 3.00 de alt.	650.000
Uma cadeira de braço de imbuia	30.000
torneagem e armação de 5 mapas	20.000
Dois estrados, 1 grande e 1 pequeno	60.000
Um armário grande envernizado e envidraçado com 3.20 X 70 X 3.00	400.00
Uma solida mesa envernizada	30.000
Duas escadas envernizadas de abrir e fechar	30.000
Dois bancos com armação de ferro	55.000
Concerto e verniz de uma mesa de imbuia	8.000
Uma grande grade de balaústres envernizada para sala de musica com m. 8.00 X 2.00 de altura com porta e fechadura	180.000
Total	5:600.000
Recebi em quatro vezes	5:000.000
Resta a meu favor	600.000

FONTE: Rispoli, 1906, AP 1261, p. 124

Como é possível ser observado, o conjunto de móveis da relação é semelhante ao

arranjo de peças das fotografias aqui expostas, como exemplo, a presença de grandes armários de pinho envernizados e envidraçados. Mas uma questão que ainda não foi abordada é a seguinte: afinal quem era Pedro Rispoli? Apenas um marceneiro de uma comunidade local que prestou serviços à instrução por meio de editais públicos? Ou haveria outras relações que em um primeiro plano não são tão perceptíveis?

Para responder a estas questões o uso interpretativo do jogo de escalas é importante justamente para poder investigar e prescrutar quais são as relações existentes entre as experiências singulares e as ações coletivas. De acordo com Jacques Revel (1996), a variação da escala não se resume em ver eventos maiores ou menores, mas produzir justamente efeitos de conhecimentos diferentes.

O problema aqui não é tanto opor um alto e um baixo, os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise – ou, como muitas vezes se dirá neste livro, da escala de observação – em que escolhemos nos situar. Fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles. Eles não se tornam por isso menos importantes. Mas são construídos de maneira diferente (Revel, 1996, p. 13).

Pedro Rispoli foi um imigrante italiano que, por meio do “Vapor Satélite”, chegou ao Brasil em 1895. Segundo dados do DEAP, desembarcou no Rio de Janeiro, mas foi em Curitiba, em uma hospedaria, que se instalou (Códices 454; 818; 821). Em 1898, nos registros civis, o *Jornal A República* o descreve como um artista de 24 anos, casado, filho de Angelo Rispoli e morador da Rua Riachuelo (*A República*, Alistamento Eleitoral, 23/8/1898, p. 2). Na minha dissertação de mestrado também trago o percurso pessoal de Rispoli, mas para este estudo, alguns elementos serão recuperados de modo a explorar outros fatores que não foram trabalhados anteriormente.

Segundo Sérgio Nadalin (2017), os efeitos da revolução francesa e industrial contribuíram para grandes mudanças no imaginário social e econômico na virada do século XIX para o XX. Com a superlotação das cidades, a mão de obra se tornando barata e desvalorizada, e os artesões urbanos vendo suas oficinas empobrecidas por conta da chegada das fábricas, um contexto de busca por novos horizontes surgiu. Deste modo, nesse período, em torno de “sessenta milhões de europeus atravessaram os mares, num momento em que ocorria de modo igual profundas transformações culturais promovidas pelo desenvolvimento de uma mentalidade individualista” (Nadalin, 2017, p. 63).

Nadalin (2017, p. 65) ainda explica que as lideranças políticas do século XIX estavam preocupadas, num primeiro momento, com o povoamento das terras brasileiras. Criar políticas

para a imigração de europeus, brancos e camponeses traria um efeito “pedagógico” para o contexto brasileiro, no sentido de que estando essas famílias organizadas em pequenas propriedades e sem escravos, vivendo somente do seu trabalho no campo, isso poderia trazer inovações nas técnicas agrícolas e apreço pelo trabalho braçal. Dessa maneira, uma das questões de fundo para o incentivo da imigração estava nas “vantagens de renovar o trabalho, manchado pela escravidão. Cada vez mais, as ideias liberais permeavam-se às pragmáticas necessidades de se encontrar um meio para resolver a crise de mão-de-obra que se avizinhava com as gradativas restrições internacionais do tráfico” (Nadalin, 2017, p. 67).

A produção de café, no século XIX, tornou-se o carro-chefe da economia brasileira devido à demanda internacional. O preço valorizado do produto no mercado mundial exigiu inclusive o crescimento do número de trabalhadores. Para suprir a demanda, nas décadas iniciais do século XIX, “houve um número significativo na entrada de africanos, contabilizando-se, até a extinção do tráfico, o ingresso de 1.145.000” pessoas escravizadas. Neste mesmo contexto em que o sistema produtivo necessitava do aumento da mão de obra, surgiram campanhas abolicionistas e leis que prescreviam o impedimento do regime escravocrata. De acordo com Nadalin (2017), uma das primeiras determinações legais que atingiram “os cafeicultores foi a Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, ao proibir o tráfico de escravos para o Brasil” (Nadalin, 2017, p. 67), de tal forma que a demanda de braços para trabalhar nos cafezais tornou-se uma questão econômica que afetava de forma substantiva a sobrevivência do país.

Num primeiro momento, os cafeicultores encontraram uma solução comprando escravos em outras regiões do país, o que resultou em grande lucro aos donos dos pequenos plantéis e às províncias, dado o aumento geral do preço da escravaria. O comércio interno de escravos, ao mesmo tempo que aliviava nas provinciais cafeicultoras o impacto das leis abolicionistas, nas demais provocou carestia geral. Os escravos remanejados para os cafezais eram anteriormente, empregados na produção local de gêneros de subsistência (Nadalin, 2017, p. 68).

Diante da crise do deslocamento de escravos para suprir a demanda da produção do café, as políticas imigratórias na segunda metade do século XIX foram encaradas como uma alternativa sobretudo na produção dos gêneros alimentícios. No entanto, Nadalin (2017) pontua que, especialmente no sul do Brasil, os imigrantes tiveram empregos diferentes. Na província paulista, por exemplo, o regime estabelecido ficou conhecido como um “sistema de parceria” no qual os imigrantes substituíam a mão de obra escrava nos latifúndios cafeeiros, enquanto no Paraná a imigração de europeus visou o desenvolvimento da agricultura familiar. Paralelo ao investimento central na produção na erva mate, criou-se a demanda por alimentos na cidade, o que levou colônias agrícolas serem instaladas em Curitiba. Estes territórios ficaram conhecidos

como “Cinturão verde”.

A demanda pela mão de obra imigrante pode ser verificada no relatório do presidente da província paranaense, Adolfo Lamenha Lins, em 1876, no qual o relator defende que o Paraná era a região mais propícia dentro do império “para receber em seu seio imigrantes de todos os paizes, **colonos laboriosos** que procuram novo lar e uma pátria onde encontrem o seu bem-estar e elementos para firmar o futuro de seus filhos”. (LINS, 1876, p. 77, grifos meus). Mas é interessante observar que Lamenha Lins caracteriza o tipo de imigrante a entrar em solo paranaense: seriam bem-vindos os colonos laboriosos, que contribuíssem com o crescimento econômico do estado. Para o dirigente, “a falta de braços é um facto econômico que teve origem na cessação dos tratados do commercio com a Inglaterra” (LINS, 1876, p. 78). Ou seja, as restrições internacionais ao tráfico de trabalho escravo ocasionaram outras estratégias para alcançar “braços laboriosos”.

Para resolver a questão da escassez de mão de obra, o incentivo à imigração foi necessário. De acordo com Ângelo Priori, Veronica Karina Ipólito, Silvia Maria Amâncio e Luciana Regina Pomari (2012, p. 35) “a política do incentivo era impulsionada por propagandas que enfatizavam o Brasil como um paraíso propício à formação de fortunas, uma terra de oportunidades e de sossego”. A circulação de folhetos propagandísticos entre o Brasil e a Europa, explica Elaine Maschio (2012), foi uma das estratégias das agências comerciais para despertar o interesse nos estrangeiros de emigrarem para o Brasil. Neste sentido,

[...] os agenciadores faziam a propaganda, recrutavam os colonos, preparavam os lotes, responsabilizavam-se pelo transporte, instalação dos colonos e a administração da colônia. A parte do governo era a definição do perfil dos colonos e o pagamento dos custos totais desse processo, de modo geral, estipulados pelos próprios agenciadores. A imigração era um negócio que gerava lucros significativos aos empresários do ramo (Maschio, 2012, p. 49).

Vale lembrar que o personagem que costura o enredo aqui discutido era de procedência italiano. Nesse contexto, de acordo com Maschio, é importante localizar que a maior leva desses imigrantes para o Paraná aconteceu a partir de 1875, mediante um “contrato firmado entre o Presidente da Província, Venâncio José Lisboa e o empresário Sabino Tripodi” (Maschio, 2004, p. 3). O maior trânsito de imigrantes na região aconteceu entre os anos de 1870 e 1890, na qual mais de vinte colônias compuseram o painel de famílias italianas e de outras etnias que construíram morada no Paraná. Entre 1875 e 1878, por exemplo, chegaram ao estado cerca de 4.350 italianos. A autora ainda ressalta que “entre os anos de 1829 e 1934 o Paraná recebeu 47.731 poloneses, 19.272 ucranianos, 13.319 alemães e 8.798 italianos” (Maschio, 2012, p. 48), sendo o fluxo italiano o quarto contingente maior na proporção de imigrantes que vieram para o estado (Garcia, 2020).

Maschio (2012) ainda pontua que diferente dos outros estados do Brasil, a colonização italiana no Paraná foi dispersa, não se concentrando em regiões específicas. Em Curitiba e na Região Metropolitana, por exemplo, a autora identifica quatro tipos de famílias de italianos que se abrigaram na região, são eles:

- 1) famílias e indivíduos que se instalaram no centro de Curitiba e ali desenvolveram o comércio, exercendo profissões liberais ou dedicando-se ao trabalho operariado; 2) famílias que compraram lotes em núcleos coloniais nos arredores da capital, compostos predominantemente por outras etnias; 3) famílias que compraram terras de proprietários particulares; e 4) famílias que adquiriram lotes em núcleos coloniais criados pelo governo para acolher exclusivamente imigrantes desta etnia - com um tempo garantido para quitar as despesas com a viagem, os instrumentos agrícolas e seus lotes (Maschio, 2012, p. 19, grifos meus).

Pedro Rispoli estava entre os imigrantes italianos que se instalaram no centro de Curitiba desenvolvendo atividades liberais. Dentre os empreendimentos dos quais era proprietário estão um Club de móveis (Diario da Tarde, 1904), uma Cooperativa de Prédios (A República, 1908), a confecção de carros e a fabricação de móveis de luxo (Diario da Tarde, 1907). Mas o empreendimento que me chama a atenção e que aparece com maior destaque nos anúncios jornalísticos é a sua fábrica de móveis intitulada “Mobiliário Artístico” (Figura 24).

FIGURA 24 – CARTAZ DA FÁBRICA DE PEDRO RISPOLI

○ = A O = ○

Mobiliário Artístico

Fabrica a VAPOR

— TELEPHONE N. 165 —

N. 6 - rua Aquidabam - N. 6

O proprietario deste estabelecimento tendo introduzido grandes reformas e melhoramentos em seu ramo de industria, chama a attenção do respeitavel publico e sua numerosa freguezia, que acha-se em condições de executar todo e qualquer estylo de moveis e por preços incontestavelmente os mais modicos possiveis. Pois para norma da casa adoptou como divisa

BARATO para Vender Muito

Indubitavelmente sem competidor!... Ha sempre em deposito grande stock de mo-
veis em pinho e imbuia. Aceita-se encomendas de torneagem, entalho,
empalhão, estofação e colchoaria. Concertam-se com perfeição instrumentos mu-
sicaes de cordas.—NOTA IMPORTANTISSIMA—As compras que excede-
rem de 100\$000 serão presenteadas com um objecto a gosto do comprador! Vêr
para crer!!! —Todos pois, ao—MOBILIARIO ARTISTICO. 100

O Proprietario: **PEDRO RISPOLI.**

A fábrica a vapor de Rispoli estava instalada em uma das principais ruas comerciais de Curitiba na época, a rua Aquidabam – atual rua Emiliano Pernetta. O cartaz propagandístico, publicado no jornal a República, anunciava:

O proprietário deste estabelecimento tendo introduzido grandes reformas e melhoramentos em seu ramo de indústria, chama a atenção do respeitável público e sua generosa freguesia, que acha-se em condições de executar toda e qualquer estylo de móveis e por preços incontestavelmente os mais módicos possíveis. Pois para norma da casa adoptou como divisa “barato para vender muito” (A República, 1906, p. 4).

A fábrica também guardava, em estoque, móveis de pinho e imbuia, além de aceitar encomendas de torneagem, entalho, empalhação, estofação, colchoaria e consertos de instrumentos musicais. Como estratégia, as compras que excedessem o valor de 100\$000 seriam presenteadas com um objeto que o comprador poderia escolher.

Por meio do volume de empreendimentos pertencentes a Pedro Rispoli é possível notar que este sujeito ocupava um lugar de destaque no tecido social e no circuito comercial. A fábrica de Rispoli, “O mobiliário artístico”, parecia o carro-chefe de seus negócios, uma vez que para validar os outros empreendimentos, em seus cartazes propagandísticos, a fábrica aparecia como um ponto de referência que assegurava a compra nos estabelecimentos restantes, evidenciando um maior prestígio e tradição se comparada às outras frentes comerciais pertencentes a Rispoli. Um dos mercados consumidores em potencial dessa fábrica foi a escola: com a mão de obra especializada e com a tecnologia de fábrica, Pedro Rispoli venceu vários editais de suprimento mobiliário da instrução pública paranaense (Garcia, 2020). O que os editais e a correspondência educacional não revelam é a conexão extracomercial deste sujeito com figuras atreladas à direção da instrução pública paranaense.

Ao folhear as páginas dos jornais e perseguir o nome dos sujeitos envolvidos no provimento mobiliário (Ginzburg, 1991), descobri que um lugar comum visitado por dirigentes da instrução e empreendedores do ramo moveleiro foi as lojas maçônicas (Garcia, 2020). Segundo Philipe Egito (2011), o termo “loja” corresponde ao espaço no qual os membros da maçonaria se reuniam e seu significado provém do inglês, “lodge”, fazendo referência a lugares como alojamentos, hospedagem ou pavilhões. O autor explica que a nomenclatura foi adotada pelos ingleses para a maçonaria moderna, podendo variar entre “loja” e “oficina”. Assim, nosso empreendedor, Pedro Rispoli, frequentou a Loja Maçônica “Unione e Fratellanza”, fundada por

italianos em 1902¹⁰². Em 1906, essa loja realizou trabalho no Templo da Loja Fraternidade Paranaense, uma informação interessante é que, segundo dados do Museu Maçônico Paranaense, o diretor da instrução pública da época, Victor Ferreira do Amaral, estava filiado a esta loja.

Quanto à organização interna da Unione e Fratellanza, Pedro Rispoli ocupava o cargo de 1º Vigilante¹⁰³, o que corresponde ao posto de vice-presidente e substituto legal do Venerável Mestre, o cargo mais alto na hierarquia das lojas maçônicas. Segundo Tiago Valenciano Previatto Amaral (2016), no ordenamento interno de uma loja maçônica o cargo de mais alto prestígio é o de:

Venerável Mestre (Presidente), seguido pelo 1º Vigilante (Primeiro Vice- Presidente), 2º Vigilante (Segundo Vice-Presidente), Orador (que conhece as Leis e tem o dom da oratória), Secretário (Responsável pelas atas e registros), Tesoureiro (finanças, recebimento de mensalidades, pagamentos à potência), Chanceler (que verifica a presença), Mestre de Cerimônias (conduzindo o andamento da sessão), Guardas Interno e Externo (atuando na inspeção dos integrantes da loja) e Mestre de Harmonia (ou musicista, que executa hinos de acordo com os respectivos momentos). Esta organização interna pode variar conforme o rito²⁴, mas geralmente preservam esta disposição hierárquica (Amaral b, 2016, p. 37).

Por ora, não foi encontrado documentos que dessem pistas sobre o posto ocupado por Victor Ferreira do Amaral na maçonaria, mas o que foi possível saber é que além de estar filiado à Loja Fraternidade Paranaense, Amaral foi citado no jornal maçônico “Esphynges: Sciencia, Arte, Mystério”, em 1901, por participar das palestras cívicas na escola maçônica José Carvalho. Esta relação entre civismo e valores liberais, de acordo com Giana Lange do Amaral, corresponde ao processo de modernização da educação brasileira ao longo do século XIX, consolidando-se nas primeiras décadas do regime republicano.

Segundo Amaral (2017), a filosofia maçônica estava muito afinada com o projeto de sociedade proposto pelo regime republicano. Em relação à educação, os preceitos da maçonaria e a retórica dos agentes educacionais defendiam um ensino elementar público, laico e obrigatório. Outra questão importante é que “no Brasil, todo o processo de Proclamação da República resultou também do trabalho de políticos ligados à Maçonaria” (Amaral, 2017, p. 56). O Manifesto Republicano de 1870, por exemplo, “foi redigido pelo Grão-Mestre Saldanha

¹⁰² Fundada em 05/04/1902 e seu pedido de filiação e regularização junto ao G.O.B. foi aprovado dia 02/06/1902 (Bol. G.O.B. - 1902, pág. 208) Carta Constitutiva emitida em 02/06/1902 (arquivada na Loja Dario Vellozo nº 1.213), e Regularizada em 26 de julho de 1902 (Livro Atas da Loja Luz Invisível nº 0.749 pág. 3 vs), no R.E.E.A. sob os auspícios do Gr. Or. e Supr. Cons. do Brasil. http://www.museumaconicoparanaense.com.br/MMPRaiz/LojaPRate1973/0779_Hist_loja.htm

¹⁰³

Disponível

em:

http://www.museumaconicoparanaense.com.br/MMPRaiz/LojaPRate1973/0779_locais_instalada.htm DATA DE ACESSO: 16/04/2022

Marinho, recebendo assinaturas de grande número de maçons; o ‘Clube Republicano’ era presidido pelo maçom Quintino Bocaiúva; eram maçons os componentes do primeiro Governo Provisório”¹⁰⁴. Por isso, a autora considera a maçonaria como

[...] um *locus* potencial e agregador, como um espaço de sociabilidade, de intelectuais que fundamentam ideias que se consolidam no processo de implantação da República. Os maçons, que no seu espaço coletivo, as lojas maçônicas, compartilhavam aspectos do ideário liberal e positivista, buscaram uma nova sociedade baseada na ordem e no progresso. Serão eles que, nas suas individualidades, com sua atuação político-cultural como indivíduos, mas que pertencem a um grupo (ou grupos) que os orienta e sinaliza caminhos, pensaram e organizaram a possibilidade de implantação de um novo regime. Um regime que se opunha ao escravismo, às práticas monárquicas e às influências clericais e jesuíticas, consideradas retrógradas e ultrapassadas, defendendo o laicismo no campo educacional (Amaral, 2017, p. 58).

Identificar a atuação de Victor do Amaral e Pedro Rispoli, para além das relações comerciais vinculadas pela escola, mas por uma filosofia comum, é dar visibilidade a uma prática política que não deriva só das profissões que executam, mas de um espaço oriundo próprio da maçonaria. Por isso, não me parece casual que os móveis escolares fabricados por Rispoli tenham passado por uma avaliação pericial indicada, por nada mais que, Victor Ferreira do Amaral (1903). A partir deste contato, Rispoli forneceu móveis ao Grupo Escolar Xavier da Silva em 1905 e ao Grupo Escolar de Ponta Grossa em 1907, ao Ginásio Paranaense em 1904, 1906, 1908 e 1909, ao primeiro Jardim de Infância de Curitiba em 1907 e à Escola Normal em 1909¹⁰⁵. Estes estabelecimentos, não por coincidência, ocupam um lugar de destaque na paisagem urbana de Curitiba, servindo também como um cartão-postal que reforçaria e asseguraria a implementação da República.

Por isso, considero o lugar empreendedor ocupado por Rispoli, organizado e protegido por uma “rede de cumplicidade” (Gruzinski, 2014, p. 77), que deu a este sujeito a oportunidade de satisfazer às demandas materiais da escola republicana. Sobre a lente de Pierre Bourdieu, pode-se entender que seu circuito comercial foi beneficiado pelo capital social que se associa, uma vez que “à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de prioridade comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”, ou seja, o vínculo com a maçonaria e a aproximação com os dirigentes do ensino acabou rendendo-lhe

¹⁰⁴ Amaral (2017, p. 59) explica que “os políticos maçons deste governo eram o Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente brasileiro, e seus ministros que ocupavam as seguintes pastas: Aristides Lobo, Interior; Campos Sales, Justiça; Rui Barbosa, Fazenda; Quintino Bocaiúva, Relações Exteriores; Demétrio Ribeiro, Agricultura, comércio e Obras Públicas; Benjamim Constant, Guerra; Eduardo Wandekolk, Marinha (GOMES, 1975, p. 139). Como curiosidade cabe ressaltar que Deodoro da Fonseca foi iniciado na Loja *Rocha Negra*, de São Gabriel, Rio Grande do Sul”.

¹⁰⁵ Este conjunto de informações foi encontrado no jornal *A República: órgão do Partido Republicano (PR) – 1904 a 1910*.

benefícios aos seus investimentos comerciais (Bourdieu, 2007, p. 67).

Este estudo procura entender as várias pontas de contato que produziram a carteira escolar como um artefato cultural, por isso, no caso de Rispoli, é preciso lembrar que no jornal A República este sujeito foi descrito como um artista, o próprio nome de seu estabelecimento – O mobiliário artístico – faz alusão a uma mão de obra diferenciada. Nesta perspectiva, a alta marcenaria de Rispoli, para além das exigências higiênicas, parecia estar também afinada com os parâmetros de beleza que os agentes políticos e do ensino almejavam para a instalação das novas escolas republicanas. O primeiro indício do caráter refinado que nos saltou aos olhos na produção de Rispoli é o recibo do seu empreendimento comercial, um papel delicado, com dimensões de dezesseis centímetros de altura, sob 21 centímetros de largura. Na Figura 25, daremos atenção a outras características do recibo que podem dar pistas sobre o estilo empregado por Pedro Rispoli na confecção de seu mobiliário:

FIGURA 25 – RECIBO DE SERVIÇOS DA MARCENARIA MOBILIÁRIO ARTÍSTICO PRESTADOS À INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE



FONTE: Rispoli, Ap. 1282, 1907, p. 62.

O nome da fábrica dá pistas sobre o processo de feitura: “Ao Mobiliário Artístico” sugere uma confecção apurada adicionando ao processo industrial o tom particular do ofício artístico. A fábrica a vapor, neste documento, atendeu uma demanda considerável: 100 carteiras de pinho, 4 mesas, 4 cadeiras de braço, 5 quadros negros e cavaletes e 1 contador mecânico.

Percebo que o processo de produção destas mobílias acontecia de forma híbrida: ora

eram produzidas sob a confecção de cunho fabril, ora eram realizadas com um manejo mais artesanal. Esta proposição inicia-se com um dado presente no recibo que pode indicar o caráter artístico empregado por Rispoli. Os lírios que contornam o nome da fábrica e o nome do proprietário, em tom lilás e verde, podem evidenciar o estilo *Art Nouveau* que estava muito em voga no período. Segundo Rodrigo Fernandes Pissetti e Carla Farias Souza (2011, p. 18), a *Art Nouveau* ficou conhecida na Itália como “Stile Floreale (ou estilo dos lírios ou estilo das ondas)”.

Com o objetivo de criar uma arte moderna, a *Art Nouveau* foi um movimento internacional “desenvolvido em países da Europa e nos Estados Unidos entre o final da década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial” (Pissetti; Souza, 2011). Arabella Galvão explica que o “rico e dinâmico conjunto de motivos decorativos da *Art Nouveau* baseia-se em formas de inspiração vegetal, como algas e outras plantas aquáticas, lírios, orquídeas e outras flores exóticas”, além de algumas formas de animais “como pássaros, borboletas, libélulas e por vezes serpentes” (Galvão, 2020, p. 21). Já para Solange Ferraz de Lima (2008), ao tentar procurar entender a disseminação dos repertórios de ornamentos no contexto da sociedade industrial, a *Art Nouveau* representou no contexto francês a reafirmação do país como “centro mundial do bom gosto e da produção refinada, artesanal, vanguardista, acentuando uma característica que já lhe era atribuída desde o século XII” (Lima, 2008, p. 161). Além destes dados, Lima (2008) comenta que este movimento artístico integrava o projeto político de consolidação da República e a ambição de projeção internacional no contexto econômico.

No bojo dessas questões, é importante sinalizar que Pedro Rispoli tinha um irmão – Paschoal Rispoli – que, por meio de sua trajetória, permite constatar vestígios interessantes sobre o processo artístico marchetado na fabricação dos móveis. Segundo o jornal O Dia (1957, p. 4), Paschoal Rispoli era natural da Calábria/Itália, casou-se em Nápoles com Joana Rispoli e, depois do nascimento de seu primeiro filho, veio com a família para Curitiba em 1894. O jornal conta que este sujeito era “exímio escultor e entalhador, mantendo uma moderna oficina” (O Dia, A Colônia Italiana no Estado, 30/8/1957, p. 4), na qual trabalhava em mármore e em pinturas finas. Segundo a notícia, assim que Paschoal Rispoli chegou ao Brasil, mandou buscar seus dois irmãos: Pedro Rispoli e José Rispoli. O primeiro, como já sabemos, construiu carreira no ramo moveleiro, já o segundo se tornou professor de violino. Estas informações demonstram o alto capital artístico que a família Rispoli possuía, da música às artes visuais.

Paschoal Rispoli ficou conhecido, na capital paranaense, pelos seus trabalhos decorativos e ornamentais, inclusive em 1910, se tornou professor de marcenaria, pintura decorativa e escultura ornamental na Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná (A República,

Escola de Artífices, 4/3/1910, p. 2). Na Figura 26 é possível visualizar o ambiente que Paschoal Rispoli trabalhava com seus alunos.

FIGURA 26 – OFICINA DE MARCENARIA DA ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES



FONTE: NG 11890, Escola de Aprendizes Artífices do Paraná – 1925

No interior da oficina de marcenaria estão reunidos o diretor da Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná, Paulo Ildefonso D’Assumpção (o homem ao lado da criança, de bigode), acompanhado de alguns professores visitantes. O ambiente parece de fato uma oficina, com várias máquinas, ferramentas e mesas para que assim os alunos pudessem executar e aprender, na prática, a fabricação de móveis. Além destas atividades, Paschoal também prestou serviços de ornamentação e decoração à fachada da Loja Maçônica Visconde do Rio Branco (A República, Nova Loja Maçônica, 28/10/1913, p. 1).

A partir da intervenção na arquitetura da loja maçônica por Paschoal Rispoli, é possível estabelecer uma relação entre os discursos arquitetônicos e os desenhos pensados para o mobiliário escolar. Segundo Marcus Levy Bencostta (2013), em estudo sobre o mobiliário francês e os projetos de dois arquitetos vanguardistas na primeira metade do século XX, era comum que o estilo do mobiliário acompanhasse as “transformações e as experiências dos discursos e projetos arquiteturais voltados para a construção de edifícios escolares” (Bencostta, 2013, p. 21). Nesta perspectiva, Bencostta explica que, entre os escultores, decoradores, arquitetos, e entre os próprios marceneiros deste período, era corriqueiro que estes partilhassem de expressões artísticas e se autocompreendessem como artistas. Como podemos observar com

os irmãos Rispoli, ambos se autointitulavam e são descritos, na imprensa paranaense, como artistas.

Paschoal Rispoli foi professor na Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná. A atuação enquanto artífice revela um processo de feitura não só preocupada ao aspecto de uso do artefato, mas também a sua composição estética. Os irmãos Rispoli não trabalhavam a madeira sobre uma perspectiva meramente funcional, mas ali criavam e imprimiam as suas ideias artísticas. Para Richard Sennet (2020, p. 34), o principal fator de identidade de um artífice é justamente a busca da qualidade e a confecção de um bom trabalho, assim, “toda perícia artesanal é um trabalho voltado para a busca da qualidade”.

Recuperando a atuação de Paschoal Rispoli na decoração do templo maçônico é importante sinalizar que a circulação dessa família, na elite ilustrada curitibana, não se dava exclusivamente ao domínio artístico empregado na produção mobiliária: ambos os irmãos eram maçons e frequentavam lojas maçônicas na cidade de Curitiba¹⁰⁶. Figuras importantes da instrução pública também eram filiadas à organização e tiveram uma relação direta com Pedro e Paschoal Rispoli. Sobre o primeiro, sabemos que este venceu alguns editais da instrução pública, provavelmente beneficiado pela sua rede de cumplicidade atrelada a Victor Ferreira do Amaral. Já sobre Paschoal Rispoli, temos indícios que esse senhor esculpiu um busto do Dr. Jaymes Drumond dos Reis, que fazia parte do Conselho Supremo do Grande Oriente do Paraná – potência maçônica fundada em 1902 (A República, Trabalho Artístico, 31/10/1916, p. 1).

Estes dados são instigantes porque, dentre os delegados nomeados para compor a comissão julgadora dos artefatos que fariam parte da Exposição Preparatória do Paraná - para posteriormente figurarem na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908 - estava o próprio Jayme Drumond dos Reis, que na época também prestava serviços à instrução pública paranaense. A intenção não é diminuir a competência artística de Rispoli sob a decisão dos delegados para os artefatos selecionados, mas, evidenciar que, para o bem ou para o mal, Rispoli estava inserido em uma rede oportuna que poderia lhe dar prestígio em seu ramo artístico e comercial.

O exercício de enxergar os móveis escolares como autênticas peças de investigação permitiram compreender uma das faces da cultura material escolar. Ao perseguir o feitio dos móveis destinados à escola republicana, foi possível descobrir uma rede que envolvia desde

¹⁰⁶ Tanto Pedro Rispoli como Paschoal Rispoli frequentaram as lojas maçônicas: “Unione e Fratellanza”, “Loja Fraternidade Paranaense” e “Loja Acácia Paranaense”. Disponível em: http://www.museumaiconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/GOIPR_902_Hist_AcaPara.htm Acesso em 30 out. /2021.

uma linguagem artística a disputas de ideais, como o horizonte da maçonaria, que afinado aos preceitos republicanos acabou, mesmo de forma fugaz, atuando nas fachadas e interior das escolas paranaenses, provendo uma assinatura agenciada aos preceitos do progresso, do moderno e do belo.

Nesta trama cultural, política e pedagógica é possível observar que a mobília confeccionada por Rispoli serviu-lhe como uma espécie de cartão-postal, permitindo que este ator ganhasse prestígio comercial e artístico. Acredito que seu irmão Paschoal Rispoli foi um dos grandes mestres que inseriu Rispoli nos conhecimentos do entalhamento, escultura, pintura refinada e ornamentação decorativa, fazendo do *Mobiliário Artístico* uma fábrica que, mesmo sendo a vapor, detinha na sua confecção o gesto artesão.

Posto isso, como instrui Michel de Certeau (2014), é possível perceber que essas operações combinatórias, que também compõem uma cultura, revelam “os esquemas de ações” que estão subjacentes nas apropriações, experiências e consumos que circularam na cultura material escolar paranaense nas primeiras décadas do século XX.

3.2 Ferramentas de prestígio e distinção: um estudo sobre as estratégias comunicativas utilizadas pelos fornecedores de móveis escolares

FIGURA 27 - CARTÃO POSTAL REFERENTE A EXPOSIÇÃO NACIONAL 1908



FONTE: Museu Paranaense. Cartão Postal. Nº de registro: 1867.

Usado como meio de comunicação em viagens ao redor do mundo, o cartão postal é um artefato que circulou pelos correios como uma alternativa comunicativa remetendo a força da sua divulgação na representação visual. É importante sinalizar que do encontro entre remetente e destinatário o cartão postal tonar-se um veículo mensageiro de ideias, paisagens e idealizações. Para além da escrita afetiva que acompanhará o bilhete postal, no caso do cartão de 1908, ele apresenta a intenção de publicização dos avanços tecnológicos representados pelo olhar ativo do personagem em tela e da folha de louros segurada em mãos. Nessa perspectiva, o suporte que abre essa narrativa retrata e divulga a comemoração do primeiro centenário de abertura dos portos do Rio de Janeiro. A representação de uma nação que se moderniza e que também é frutífera em suas invenções aparece representada na figura do globo terrestre, na ancora marítima e nas engrenagens do desenvolvimento industrial.

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento (1997) as Exposições Universais tiveram um papel pedagógico na construção de repertórios recomendáveis sobre o inconsciente coletivo. A partir de um aspecto de ostentação e deslumbre, as Exposições Universais traziam em suas mostras e na apresentação das mercadorias a promessa de um futuro moderno, preenchido por um maquinário veloz e autêntico. Dessa maneira, as nações que o adquirissem esses produtos garantiriam o progresso e o desenvolvimento de seu país.

Nesse sentido, por meio das exposições, é interessante observar o trânsito de industriais, políticos, empresários e inventores que tiveram a oportunidade de propagar a suas ideias em escala internacional, uma vez que garantir que a sua mercadoria circulasse nas mostras expostas era um investimento que renderia prestígio social e econômico tornando as fronteiras mais porosas.

Ou seja, as exposições não visavam apenas ao lucro imediato, advindo do incremento das vendas ou do estímulo à produção industrial pela comparação entre os potenciais das diferentes nações. As exposições foram também elementos de difusão/aceitação das imagens, ideais e crenças pertinentes ao ethos burguês. Neste sentido, elas procuraram passar as noções de que empresários triunfavam porque eram competentes, o progresso era necessário e desejável, o capitalismo provocava bem-estar, a fábrica era lugar de harmonia e não de conflito, a fraternidade entre os povos era possível de ser mantida (Pesavento, 1997, p. 15).

Segundo Cíntia Braga Carneiro (2013) a organização das exposições nacionais e internacionais eram inspiradas em datas comemorativas consideradas importantes na elaboração de ritos que propagassem o progresso e reforçassem a identificação nacional entre os cidadãos. Com isso,

[...] a Exposição da Filadélfia, em 1876, foi em comemoração ao centenário da independência norte-americana, a Exposição de 1889, em Paris (para a qual foi construída a Torre Eiffel) à Revolução Francesa, da mesma forma que, no Brasil, a Exposição do Cinquentenário da Província do Paraná, de 1903, foi em comemoração à emancipação política do Paraná, a Exposição Nacional de 1908, ao primeiro centenário da abertura dos portos do Brasil e a Exposição Nacional do Centenário, em 1922, à independência do Brasil (Carneiro, 2013, p. 136).

Em 1907 o Estado do Paraná organizou uma exposição ensaio antes de lançar suas invenções e artefatos em terras do Rio de Janeiro. A comissão nomeada para gestar a “Exposição Preparatória” na cidade de Curitiba contou com os senhores: Romário Martins, como secretário geral, além de Octavio do Amaral, Brazilino Moura, Oscar Muller, Florestano De Lavigne e Mario Lipikowski (Carneiro, 2013). Dessa maneira, a atuação do Paraná em mostras expositivas, no ano de 1908, aconteceu em dois momentos: primeiramente com a organização da Exposição Preparatória que, foi realizada em Curitiba no Salão do Museu Paranaense e, em um segundo momento, “na Exposição Nacional, realizada no Rio de Janeiro, em comemoração ao ‘Primeiro Centenário da Abertura dos Portos do Brasil ao Comércio Internacional’” (Carneiro, 2013, p. 151). A inauguração da exposição que serviria de ensaio a representação do Paraná no Rio de Janeiro aconteceu

[...] em 25 de fevereiro de 1908, celebrada com a solenidade que se usava em tais ocasiões, com o novo Presidente do Estado desatando as fitas verde e branca, cores da bandeira estadual, e com a execução dos hinos nacional e do Paraná, numa demonstração de patriotismo. Neste primeiro dia, a exposição foi visitada por mais de 2.000 pessoas, um público recorde até então (Carneiro, 2013, p. 154).

Em abril de 1908 deu-se início a organização da representação do estado do Paraná na Exposição do Rio de Janeiro, para isso uma nova comissão foi nomeada, a saber: Dr. Jayme Drumond dos Reis, Brazilino Moura, Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Paulo d’Assumpção e Romário. Essa comissão ficou responsável pela seleção e aquisição dos objetos que seriam expostos na mostra do Rio de Janeiro. Na figura 28 é possível visualizar a Comissão do Estado do Paraná, sobre uma “posada espontaneidade”, presente na Exposição Nacional de 1908. Ao fundo da fotografia encontra-se a mostra de objetos de madeira expostos na Seção Paranaense.

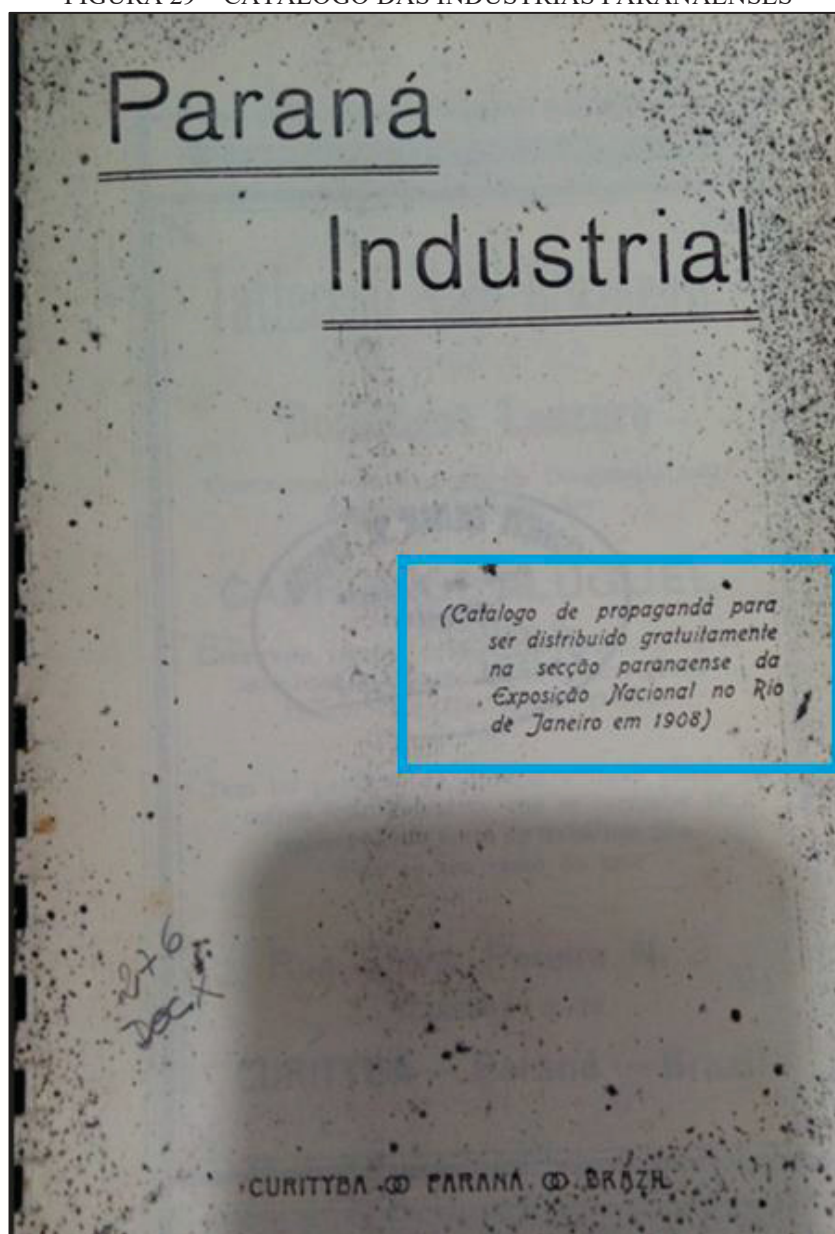
FIGURA 28 - FOTOGRAFIA DA COMISSÃO DO ESTADO DO PARANÁ NA EXPOSIÇÃO DE 1908. ¹⁰⁷

FONTE: Museu Paranaense. Fotografia da Comissão do Estado do Paraná na Exposição de 1908. N° de Registro: 513.

A comissão também elaborou um catálogo da “indústria paranaense” para que circulasse entre os visitantes e servisse de propaganda dos produtos, comerciantes e industriais na mostra.

¹⁰⁷ Da esquerda para a direita: Dr. Jayme Drumond dos Reis, Cel. Brasilius Moura, Dr. Antônio Augusto de Carvalho Chaves, Dr. Paulo de Assumpção e Romário Martins.

FIGURA 29 – CATÁLOGO DAS INDÚSTRIAS PARANAENSES



FONTE: Casa da Memória. Paraná Industrial. Typ, Romário Martins, 1908.

Nas páginas do catálogo encontram-se vários cartazes propagandísticos divulgando estabelecimentos comerciais, dentre eles os fabricantes aqui estudados (alguns apresentados a partir do 4º capítulo), como o anúncio de Pedro Rispoli, Carlos Stephan¹⁰⁸ e Affonso Lubrano, como pode-se visualizar nas figuras a seguir:

¹⁰⁸ No capítulo 4 esses fabricantes serão apresentados com maiores detalhes.

FIGURA 30 – CARTAZES DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE PEDRO RISPOLI, CARLOS STEFAN E AFFONSO LUBRANO, EM 1908.



FONTE: Casa da Memória. Paraná Industrial. Typ, Romário Martins, 1908.

É interessante observar nesses cartazes a utilização das premiações e gratificações recebidas com uma estratégia comunicativa de prestígio remetida aos consumidores, uma vez que reconhecer nos cartazes a presença de premiações em eventos nacionais e internacionais intui ao consumidor a garantia de compra de um objeto avaliado e qualificado internacionalmente. Para Moyses Kuhlmann Junior (2001, p. 26) “a medalha de ouro em uma Exposição passou a representar um certificado internacional de qualidade para referendar a comercialização dessas mercadorias.

Nas páginas do jornal A República (1909) e do Paraná Moderno (1910) já se era possível acompanhar a lista geral dos prêmios concedidos ao Paraná pela participação da Exposição Nacional no Rio de Janeiro em 1908. Dos fabricantes citados nesse estudo, Carlos Leinig recebeu medalha de ouro e Albert Ditter medalha de prata pelas obras em marcenaria. Na categoria “Móveis Comuns e Luxo”, Albert Ditter levou o “Grande Prêmio”, enquanto Pedro Rispoli, Affonso Lubrano e Carlos Leinig (novamente) receberam medalha de ouro pela mesma categoria.

Na imagem divulgada no jornal Paraná Moderno, em 1911, consta o cartaz propagandístico do empreendimento de Albert Ditter (Figura 31). Nota-se que as premiações

são referenciadas logo abaixo: Premiação na Exposição de 1900 com medalha de prata; na exposição do Cinquentenário do Paraná, em 1903, com medalha de ouro e na Exposição Nacional do Rio de Janeiro com grande prêmio. A menção das gratificações recebidas nas exposições demonstra não só a participação do proprietário nesses espaços de prestígio social, mas também a utilização desses prêmios como um selo qualificador de seu trabalho, tornando seu produto recomendável e reconhecendo sua notoriedade social e comercial no anúncio propagandístico.

FIGURA 31 – OFICINA DE MÓVEIS DE ALBERT DITTERT EM 1910



FONTE: Paraná Moderno, 1910, p. 8.

Em relação aos móveis confeccionados por Pedro Rispoli é possível localizar menções na imprensa do Rio de Janeiro pelo Jornal “O Paiz”. A notícia desse veículo comunicativo narrava a espera pela mobília de Rispoli: “duas mobílias completas de sala e de dormitório das quaes dizem lindezas”. Ainda sobre a produção desse sujeito a retórica jornalística destaca: “são do fabricante do berço a que nos referimos em tempo, nas notícias sobre a secção paranaense, o Sr. Pedro Rispoli” (O Paiz, 1908, p. 03). A matéria ainda menciona o interesse de Pedro Rispoli de expandir seus negócios no Rio de Janeiro, posto que o marceneiro empreendedor desejava instalar uma agência e um depósito de móveis. De acordo com a redação, os móveis de Rispoli “são vendidos por um preço muito mais favorável que os fabricantes do Rio de Janeiro” (O Paiz, 1908, p. 03).

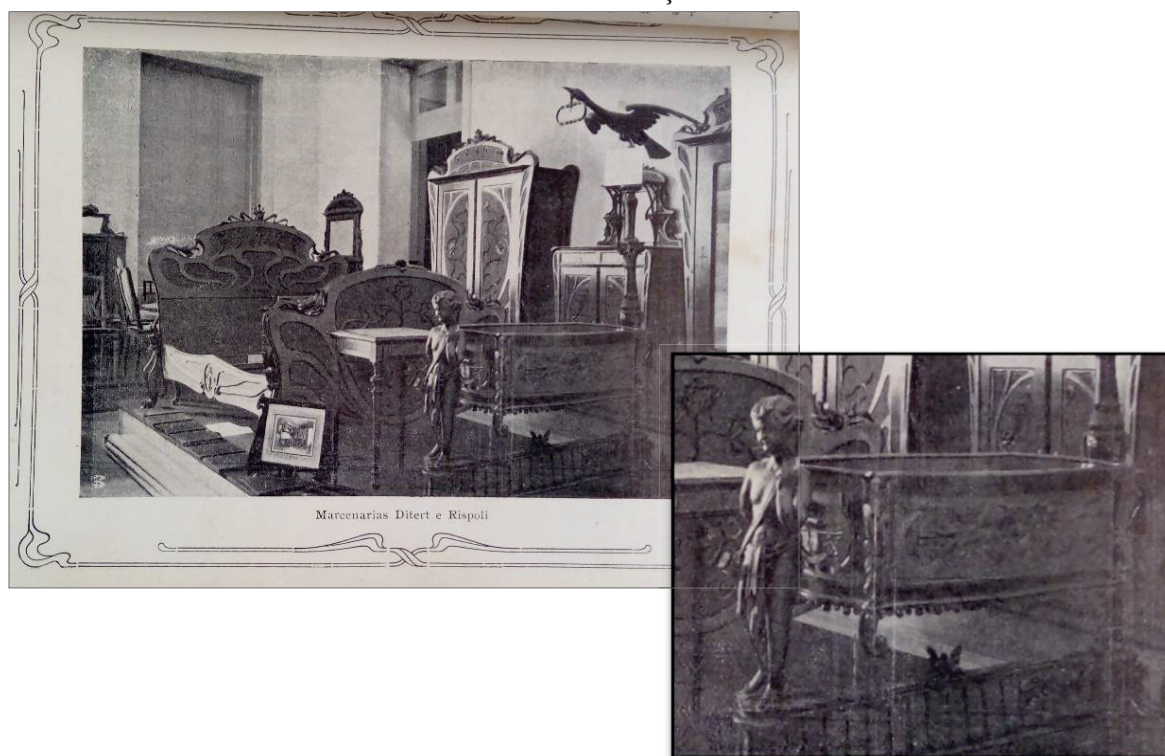
Os móveis citados pela imprensa, presentes na Exposição de 1908, podem ser consultados em outro catálogo criado com as mostras expostas no Rio De Janeiro: o “Catálogo do Estado do Paraná: Agricultura, indústrias, artes liberais e pecuária”, organizado por Romário Martins, em 1908, conforme as Figura 32 e 33, a seguir:

FIGURA 32 – CAPA DO CATÁLOGO DO ESTADO DO PARANÁ REFERENTE A EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908.



FONTE: Martins, 1908, p. 49.

FIGURA 33 - SALA DE MÓVEIS DA SEÇÃO PARANAENSE – 1908



FONTE: Martins, 1908, p. 49.

Como supracitado, o Mobiliário Artístico, de Pedro Rispoli, participou da sessão dos móveis comuns e de luxo, expondo um mobiliário para sala de “acouta-cavallo¹⁰⁹ e multicolorido, composto de: 1 sofá, 6 cadeiras simples, 2 cadeiras de braço e um centro” (Martins, 1908). O berço em destaque na fotografia rendeu comentários na redação do jornal *O Paiz*, a redação notifica que o berço foi confeccionado em imbuia, “com alegorias em baixo-relevo” (*O Paiz*, 1908, p. 3). As colunas que sustentam o berço aparentam possuir ornamentos em caule entalhados, além das representações de folhagens e outras vegetações em sua lateral, o que pode indicar uma decoração em *Art Nouveau*. É importante observar que na legenda da fotografia está escrito “Ditter e Rispoli” o que sugere que a sala expositiva reuniu mostras dos marceneiros Albert Dittert e Pedro Rispoli.

Em relação a materialidade recebida nas premiações, foi possível localizar no Museu Paranaense a medalha de ouro que agraciou os marceneiros empreendedores apresentados nesse estudo.

¹⁰⁹ Acouta-cavallo é a matéria prima utilizada, o tipo de madeira.

FIGURA 34 – ANVERSO E VERSO DA MEDALHA DE OURO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908.



FONTE: Museu Paranaense. Medalha de Ouro. Nº de registro: MP.MO.1276.

No anverso da medalha de ouro está inscrito o evento a qual se dedica a comemoração: “Exposição Nacional 1908, Medalha de Ouro”. Além dessas informações visuais está presente a imagem do Pão de Açúcar - monumento natural do Rio de Janeiro -, os palacetes que receberam e expuseram as produções dos estados brasileiros e a figura de uma criança e de uma mulher em vestes diáfanas; segurando brasões e outros símbolos que remetem ao progresso e outros saberes racionais.

No verso da medalha consta a inscrição completa sobre o evento: “1º Centenário de Abertura dos Portos do Brasil ao Comércio Internacional – 1808- Rio de Janeiro – 1908”. Ainda é possível vislumbrar imagens que ilustram o progresso e representam o avanço da ciência, como: a presença do navio a vela, das ideias que circulam e se expandem pelo globo terrestre e a presença da figura feminina na representação do que parece – e sugiro - das musas gregas. O referimento a essa alegoria é indicado pelo traço e particularidade de essas musas, na mitologia grega, terem a capacidade de fazer insurgir aspirações artísticas e científicas. Aponto essa alusão por essas mulheres, além de trajarem vestes diáfanas, portarem em suas mãos objetos referentes a ciência e a arte como: o globo terrestre, pergaminhos, estilete de escrita entre outros artefatos associados a essas ciências¹¹⁰.

Ao discutir sobre o Primeiro Congresso Americano da Criança nas primeiras décadas do século XX, Andréa Cordeiro (2018, p. 365) explica que a “prática de emitir moedas e medalhas comemorativas [será um] costume [que] passará a ser recorrente como recurso de

¹¹⁰ Sandra Jatahy Pesavento (1997, p. 7) faz menção as musas gregas em seu livro “História e História Cultural”. Na abertura do texto apresenta Clio, a musa da História, que para realizar a sua tarefa de lembrar utilizava o estilete da escrita e a trombeta da fama. A autora ainda explica que a mitologia grega às descreve como as nove filhas de Zeus e Menemósine (a memória).

visibilização e ritualização de eventos e datas dentro da lógica de produção em massa de tradições”. Além disso, a autora revela que as medalhas de eventos como esses¹¹¹ são em “em sua maioria cunhadas pelas Casas da Moeda dos países que sediam, recebendo o cuidado destinado às moedas e selos comemorativos”.

A Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil (1822-1922), por exemplo, realizada em 7 de setembro de 1922, também gratificou os participantes das mostras com menções honrosas e medalhas. No caso do estado do Paraná, o “jury internacional de recompensas” laureou com o grande prêmio a indústria Muller e Irmão pelo maquinário em lavoura e com medalha de prata o empreendedor Salvador Maida pela confecção de uma carteira escolar (Brasil, Exposição Internacional, 1922, p. 7).

Para Eric Hobsbawn essas premiações fazem parte da criação de tradições que remetem ao século XIX, uma vez que a afirmação do Estado Nacional e as rápidas transformações do período exigiam “novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais (Hobsbawn, 1997, p. 271). Para o autor, a invenção das cerimônias públicas garantia e realimentava o poder do estado e o sentimento de satisfação dos cidadãos. Nessa perspectiva, a ritualização das exposições locais, nacionais e universais propagaria a legitimação da prosperidade, do progresso técnico e publicizaria os Estados com maior força econômica. Por isso a importância das produções das materialidades comemorativas, uma vez que elas estariam imbuídas do “valor publicitário dos aniversários e nitidamente demonstrado pelo fato de que eles frequentemente ofereceram oportunidade para a primeira emissão de estampas históricas ou semelhantes em selos postais, a forma mais universal de simbolismo público” (Hobsbawn, 1997, p. 289).

Como é possível observar a “invenção das tradições” é um fenômeno que perpassou várias nações preocupadas em criar símbolos e materialidades que atuassem de forma didática na elaboração e prevenção da coesão social. Para além do Brasil, foi possível averiguar nos acervos italianos a apropriação da mesma estratégia comunicativa – a divulgação de premiação em eventos nacionais e internacionais em catálogos e recibos comerciais - para a promoção da venda dos artefatos escolares.

Além dessas estratégias de promoção dos estabelecimentos, é possível observar a circulação da publicização da mercadoria escolar, não somente em cartazes publicitários de

¹¹¹ Não posso afirmar que as medalhas dadas em premiações nas Exposições Internacionais também foram cunhadas pelas Casas da Moeda dos países que às sediaram, no entanto, as ritualizações criadas contemporaneamente ao recorte temporal estudo por Andréa Cordeiro levam a crer a compatibilidade na invenção das tradições expressas por ritos, medalhas, selos e premiações.

jornais, mas também em revistas pedagógicas destinadas aos professores e diretores, catálogos comerciais e cartas endereçadas ao ministério da instrução pública.

Ao folhar as páginas dos catálogos, revistas e recibos comerciais italianos foi possível identificar uma comunicação atinente a publicização dos objetos ali mencionados. Um primeiro movimento de identificação das estratégias de difusão mobilizadas pelas empresas foi consultado por meio das revistas de cunho pedagógico que circulavam entre professores, diretores e outros agentes interessados na temática educativa. No acervo do Instituto Nacional de Documentação, Inovação e Pesquisa Educacional (Indire), tive contato com a revista “I Diritti della Scuola (1910 -1915)”. Por meio da publicação semanal, o periódico destinava-se à leitores que tinham no seu horizonte vínculo com o setor escolar, uma sessão interessante dessa revista corresponde ao eixo publicitário lançado em suas páginas finais que reforça a sua intenção propagandística para a atividade educacional.

Divididos por quadros, ou ocupando a página inteira, a revista abriu espaço para a comunicação publicitária de empresas voltadas para o mercado escolar. A Fábrica Paravia¹¹², por exemplo, ocupa uma página inteira da revista para comunicar “aos professores, prefeitos e responsáveis pelo fornecimento do material didático prescrito e recomendado pelo regulamento geral vigente para o ensino fundamental, lembramos o [fornecimento pelo] Catálogo nº. 1 da empresa G.B Paravia & C.¹¹³” (I Diritti della Scuola, 1910, s/p). O conteúdo da comunicação publicitária apresenta o catálogo de móveis e materiais didáticos da casa comercial como uma alternativa de aquisição simples e acertada, uma vez que o livreto pode ser enviado de forma gratuita e os pedidos do material requeridos diretamente pelas Livrarias Paravia localizadas em Torino, Roma, Milano, Napoli e Palermo. Como garantia de confiabilidade e de o material fornecido estar de acordo com os preceitos de ensino, a comunicação publicitária ainda enfatiza a casa comercial como uma das principais fábricas fornecedoras de material escolar ao Ministério da Instrução Pública. Na imagem a seguir é possível observar a publicização citada na revista “I Dittiti Della Scuola”:

¹¹² Para mais informações sobre a Casa Comercial consultar o texto de Francesca Pizzigoni “I primi cataloghi di oggetti didattici della ditta Paravia: alle radici di un futuro da leader di mercato” (2023).

¹¹³ No original: Ai Signori insegnanti, sindaci ed a quanti sono preposti al rifornimento del materiale didattico prescrito e raccomandato dal vigente regolamento generale per l’istruzione elementare, ricordiamo il Catalogo n. 1 della ditta G.B Paravia & C.

FIGURA 35 – CARTAZ DA CASA COMERCIAL PARAVIA EM 1910

Ditta G. B. PARAVIA & C.
 Figli di T. VIGLIARDI-PARAVIA - Proprietari della STAMPERIA REALE di Torino
 Librerie TORINO - ROMA - MILANO - FIRENZE - NAPOLI

ANNO SCOLASTICO 1910-1911

Ai signori Maestri, Direttori di Scuole e di Collegi, ai signori Presidenti di Patronati scolastici ed Economisti municipali, la Ditta sottoscritta offre comodo mezzo per avere direttamente
Libri di testo ed i Materiali scolastici da usarsi nel corrente anno **1910-1911.**

*Qualunque libro di scuola di nostra e di altrui edizione può essere fornito dalla nostra Casa editrice-libreria che ha sede in **Torino** e dalle succursali ai **Roma, Milano, Firenze, Napoli.** La spedizione sarà franca di porto senza aumento del prezzo di catalogo; anzi, per importanti ordinazioni, offriamo preventivi con ragionevole ribasso.*

Nelle città e nei paesi dove non vi sono librai o non ve n'ha di esperti e pronti ad assumersi le commissioni ed eseguirle con sollecitudine, è grave fastidio quello di dover provvedere i libri di testo richiesti dai signori Insegnanti, quando le scuole sono già aperte. Scrivendo ad una delle nostre Case, le quali hanno speciale impianto di comunicazione giornaliera, anche telefonica, con quella Centrale e con tutti gli Editori, ogni difficoltà saràolta ed ogni ritardo evitato.

*Dare precise indicazioni per il **titolo dell'opera, editore e prezzo,** se è conosciuto.*

G. B. PARAVIA & C.

Chiedere il Catalogo generale che si spedisce gratis a semplice richiesta

FONTE: I Dititti Della Scuola, 1910.

Em relação à comunicação estratégica que os catálogos comerciais realizaram, Francesca Pizzigoni explica que:

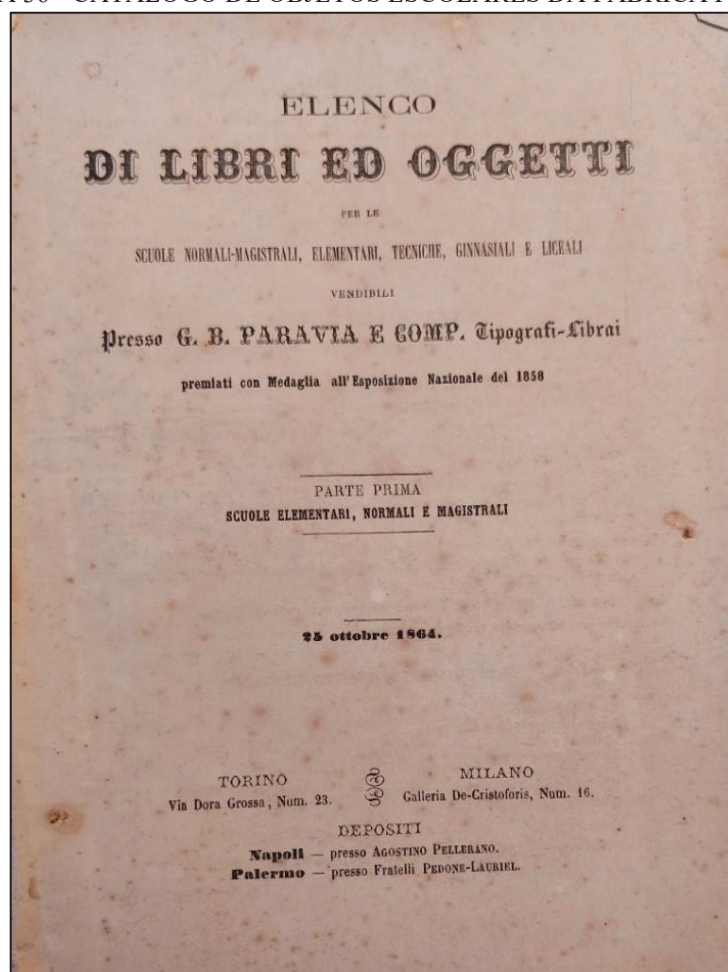
é necessário levar em consideração o fato de que ele é criado por empresas para atender às solicitações provenientes de órgãos governamentais, para responder tanto às orientações metodológico-didáticas que em um determinado momento um governo apoia e às suas políticas económicas ligadas ao fornecimento de mobiliário escolar e material didático¹¹⁴ (Pizzigoni, 2023, p. 113).

¹¹⁴ No original: “è necessario tenere in considerazione il fatto che esso viene realizzato dalle Ditte in modo da soddisfare le richieste che derivano dagli organi di governo, per rispondere sia agli orientamenti metodologici-didattici che in un determinato momento un governo supporta sia alle loro politiche economiche legate all’approvvigionamento di arredi scolastici e sussidi didattici”.

Nesse sentido, a menção que o cartaz publicitário faz ao Ministério da Instrução italiano não causa estranhamento, uma vez que essa associação acaba por validar os produtos oferecidos. Segundo Francesca Pizzigoni (2023) é comum encontrar nos catálogos da Paravia as indicações do ministério da instrução sobre o tipo de objetos e materiais dirigidos ao âmbito escolar. Dessa forma, a capacidade de comunicação e divulgação das empresas são importantes para que essas consigam criar uma correspondência direta com o seu potencial mercado consumidor: ao invés de estabelecer relações interpessoais, começa a acionar os sujeitos próprios da escola como, professores, diretores e aqueles com o poder de compra, os prefeitos.

No “Museo della Scuola Paolo e Ornella Ricca - Università degli Studi di Macerata” foi possível encontrar uma edição do catálogo da G.B Paravia & C. do ano de 1864. A apresentação desse catálogo é interessante justamente para se ater a comunicação promotora da fábrica ao expor que seus objetos foram premiados com medalhas na exposição nacional de 1858, como se pode observar na imagem a seguir (Figura 36):

FIGURA 36 - CATÁLOGO DE OBJETOS ESCOLARES DA FÁBRICA PARAVIA



FONTE: Museo della Scuola Paolo e Ornella Ricca, PARAVIA, 1864.

De acordo com Pizzigoni (2023), ao trazer as informações de premiação de medalhas em exposições nacionais e internacionais o fabricante transparece um status qualificador a sua mercadoria, comunicando ao seu cliente a aquisição de um objeto de prestígio. Desse modo,

[...] se o catálogo comercial é um meio de publicidade dos seus produtos, é evidente que quanto melhor for a capacidade de comunicação de quem o cria, mais próximo se chega do objetivo para o qual o catálogo foi criado. Por isso, algumas escolhas - escritas ou iconográficas - devem ser lidas neste quadro, tendo presente que a inclusão de listas de prêmios em exposições nacionais e internacionais obtidas por objetos individuais ou pela empresa em geral, de endereços e imagens de os seus escritórios, o posicionamento dos logótipos e frisos, a escolha das soluções iconográficas, as mensagens selecionadas para a terceira e contracapa representam uma resposta a um objetivo específico e a uma estratégia específica (Pizzigoni, 2023, p. 114).¹¹⁵

A comunicação publicitária por meio das premiações em exposições nacionais também é utilizada pela Fábrica Giuseppe Palini & Figli. Em seus escritórios, catálogos e recibos comerciais, como se pode observar nas imagens apresentadas a seguir, o premiado estabelecimento menciona o recebimento da “Medaglia d’Oro” na mostra nacional de materiais didáticos realizada em Firenze no ano de 1925. Posteriormente a premiação com medalha de ouro pelo júri internacional do “XII Triennale d’Art di Milano” e Compasso de ouro pela “Associação de Desenhos Industriais em 1934:

FIGURA 37 - CABEÇALHO DO OFÍCIO ENVIADO PELA FÁBRICA GIUSEPPE PALINI & FIGLI, 1931.



FONTE: Camera di Commercio di Brescia; ufficio de 1931.

¹¹⁵ No original: “Se il catalogo commerciale è un mezzo per far pubblicità ai propri prodotti, è del tutto evidente che tanto migliori sono le capacità comunicative di chi lo realizza, tanto più ci si avvicina all’obiettivo per cui il catalogo è realizzato. Per questa ragione alcune scelte – scritte o iconografiche – sono da leggere in questa cornice, tenendo a mente che gli inserimenti di elenchi di premi in mostre nazionali e internazionali ottenuti dai singoli oggetti o dalla ditta in generale, di indirizzi e immagini delle proprie sedi, il posizionamento di loghi e fregi, la scelta delle soluzioni iconografiche, i messaggi selezionati per la terza e quarta di copertina rappresentano una risposta a uno specifico obiettivo e a una specifica strategia”.

FIGURA 38 – CATÁLOGO GIUSEPPE PALINI & FIGLI REFERENTE ÀS DIMENSÕES E PRESCRIÇÕES DOS MÓVEIS ESCOLARES



FONTE: Museo della Scuola Paolo e Ornella Ricca; Palini, 1934.

Como aponta Pesavento (1997), as Exposições Universais, criadas no século XIX e difundidas até meandros do século XX, garantiram um sistema de representação coletiva por meio da exposição de objetos, máquinas e outros artefatos considerados símbolos do progresso e da modernidade, traduzindo assim o potencial tecnológico das empresas nas mostras expostas.

As exposições funcionaram como síntese e exteriorização da modernidade dos "novos tempos" e como vitrina de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de "efeito-demonstração" das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica, etc. (Pesavento, 1997, p. 14).

As exposições universais e nacionais serviram como um espaço de circulação não só das mercadorias, mas também de ideias internacionais. Como mencionado por Pesavento (1997), as exposições tinham uma função de demonstração-pedagógica: os inventos ali expostos construía um imaginário sobre o consumo, construindo um lugar de culto aos objetos. Quem transitasse pelo “espetáculo da modernidade” estaria afinado com os lançamentos inovadores e, provavelmente, levaria ao seu país “ideias inovadoras”.

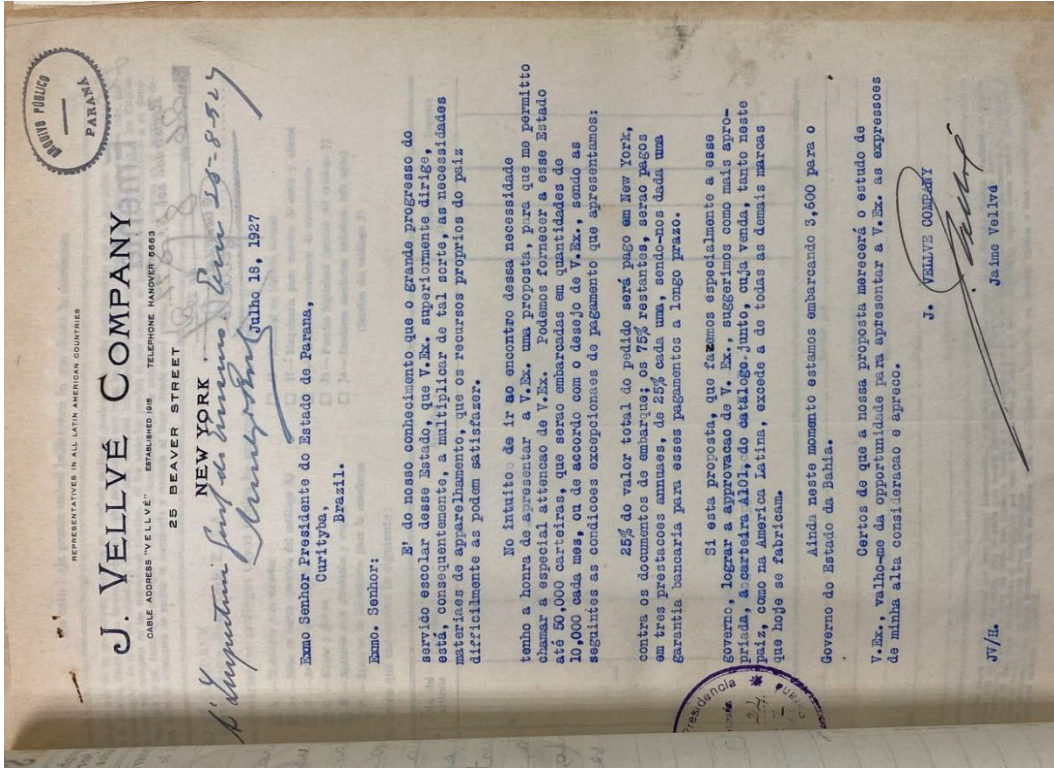
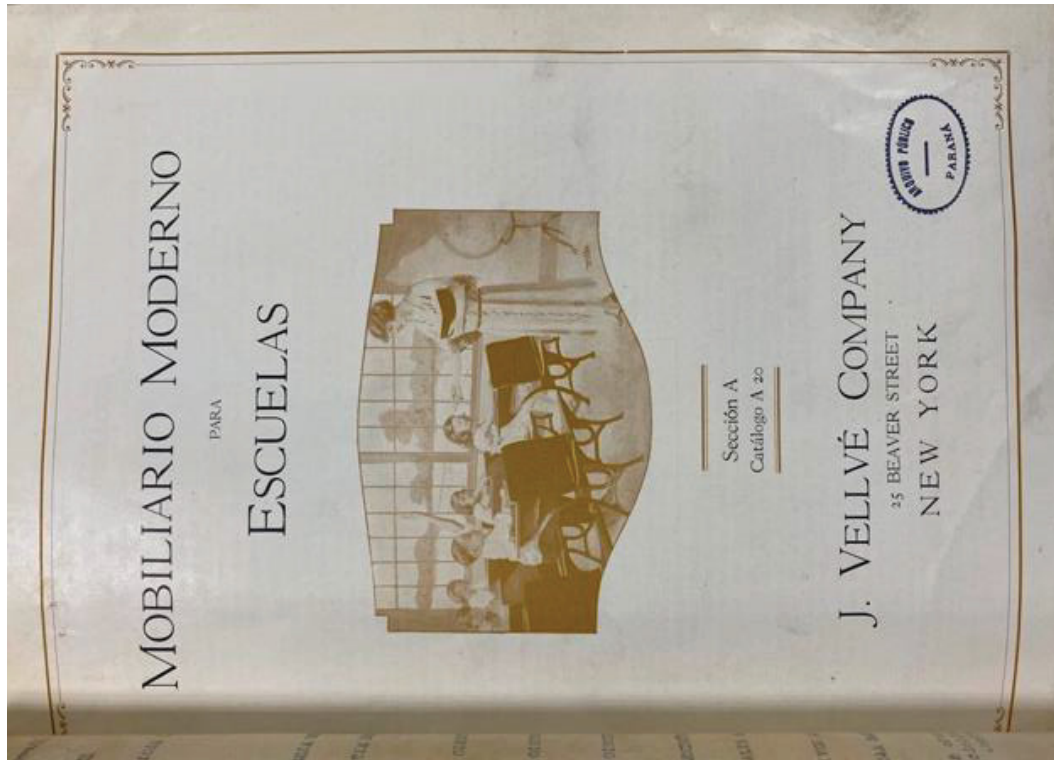
Catálogo do conhecimento humano acumulado, síntese de todas as regiões e épocas, a exposição funcionava para seus visitantes como uma "janela para o mundo". Ela exibia o novo, o exótico, o desconhecido, o fantástico, o longínquo. Nelas se exibiam as mais complexas máquinas, os mais recentes inventos, classificados cuidadosamente e organizados segundo preocupação didática e enciclopédica. Multidões maravilhadas desfilavam pelas exposições, admirando os prodígios da engenhosidade do homem e atraídas pela mística do novo, do fantástico e do exótico (Pesavento, 1997, p. 45).

A Casa Comercial estadunidense J. Vellvè Company também elaborou estratégias para atingir seu mercado consumidor de forma menos burocrática e mais direta. Além da aproximação com o idioma latino, escrevendo cartas e enviando catálogos em espanhol, a companhia de móveis escolares escreveu à secretaria de finanças do estado do Paraná-Brasil, sugerindo uma mediação comercial que encurtasse a relação com os expedientes

administrativos. Isto é, ao invés da instrução pública adquirir móveis escolares pela mediação de casas importadoras, o empreendimento estadunidense sugere a compra direta dos móveis escolares entre a secretária de finanças do estado e a própria J. Vellvè Company, uma vez que as agências importadoras lançam impostos sobre as mercadorias adquiridas. Com o contato direto entre a secretaria e o estabelecimento comercial estrangeiro, o canal de compra, nas palavras da companhia, além de ser mais fácil seria também mais econômico ao render um desconto de até 40% na aquisição. Nesse sentido, para garantir a compra bastava que o cliente preenchesse um formulário requisitando e especificando os objetos necessários. Para o envio dos catálogos de maneira gratuita, os consumidores deveriam assinalar os títulos desejados, dentre eles estavam: mobiliário moderno para escolas, artigos para escolas e oficinas, aparatos para ginásios e pátios de recreio, aparatos para laboratório do ensino secundário e maquinaria para escolas técnicas de artes e ofícios. Na imagem a seguir (Figura 39), é possível visualizar o formulário encontrado na correspondência governamental do Estado do Paraná:

Por meio da correspondência governamental do estado do Paraná é possível saber que a Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública solicitou e recebeu um catálogo de móveis da referida casa comercial, no ano de 1927, uma vez que junto à documentação de relatórios e ofícios estava anexado o catálogo “Mobiliario Moderno Para Escuelas” da casa J. Vellvé Company. Nas imagens a seguir é possível observar a capa do catálogo dando protagonismo para a carteira americana, já referenciada nesse estudo, e a carta direcionado ao Presidente do Estado. Na carta, a casa comercial alega que o Brasil ainda não têm recursos suficientes para satisfazer o aparelhamento material das escolas, diante desse cenário a J. Vellvé Company propõe o fornecimento de até 50.000 carteiras, 10.000 embarcadas a cada mês, ou como o Estado preferir. A companhia ainda apresenta as condições de pagamento: “25% do valor total do pedido será pago em New York, contra os documentos de embarque; os 75% restante, serão pagos em três prestações anuaes, de 25% cada uma, sendo-nos dada uma garantia bancária para esses pagamentos a longo prazo” (J, Vellve Company, AP 2239, 1927).

FIGURA 40 - CAPA DO CATÁLOGO E CARTA ESCRITA PELA CASA COMERCIAL J. VELLVÉ COMPANY EM 1927



FONTE: J. Vellvé Company, AP 2239, 1927.

A casa comercial faz uma recomendação na carta: sugere como compra mais apropriada a da carteira escolar “A101”, cômodo que vem sendo consumido em grande quantidade não só no Brasil, mas, também, na América Latina, reforça a retórica propagandística presente no livreto. Dessas carteiras, 3.600 estão sendo providas para o Estado da Bahia.

FIGURA 41 – CARTEIRA AMERICANA “A101” COM SUPORTES TUBULARES DE AÇO.



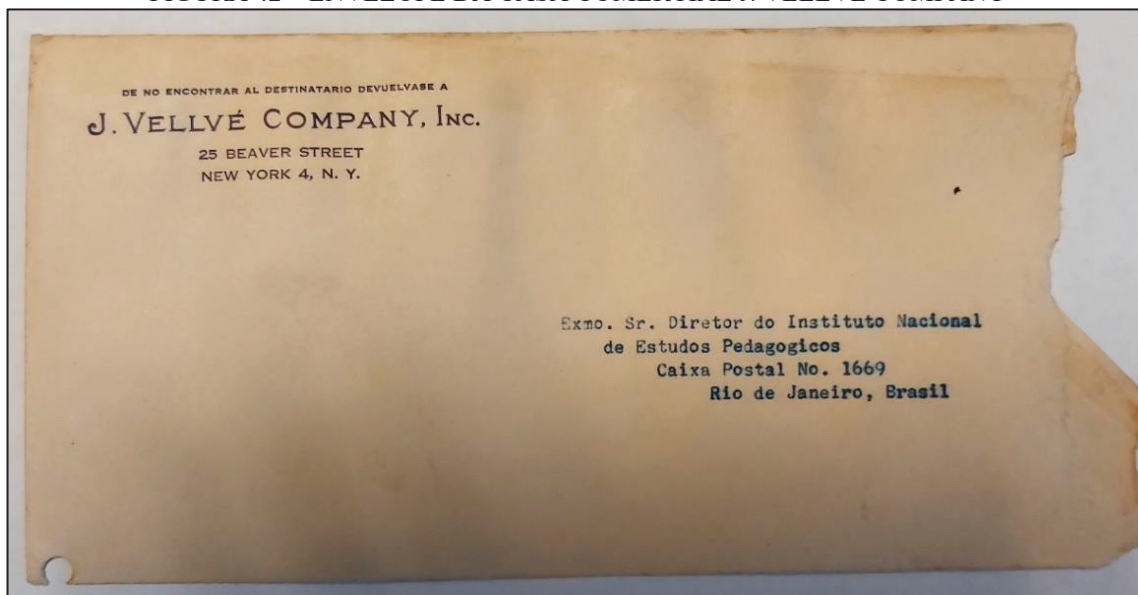
FONTE: J. Vellvé Company, AP 2239, 1927, p. 3A.

Para reforçar o consumo da carteira sugerida, o catálogo divulga que mais de 5 milhões do modelo “A101” está atualmente em uso. A retórica de venda define o móvel como sendo de boa aparência, com boa qualidade, durável, limpo e econômico. Nas linhas que seguem sobre a divulgação do modelo “A101” é possível localizar que o discurso é proposto para os diretores das escolas, uma vez que o anúncio faz menção que ao adquirirem esse produto, os diretores, garantirão às suas escolas um material de alta qualidade, confeccionados pelos melhores artífices e dentro dos saberes higiênico e pedagógicos. Além disso, a retórica publicitária difundiu e informa que a confecção em aço permite que o móvel se adapte perfeitamente ao corpo do aluno na posição em que a saúde e a comodidade exigem. (J. Vellvé Company, 1927, p. 3A).

É possível inferir que os móveis da J. Vellvé Company adentraram o consumo do provimento material escolar brasileiro até as décadas de 1940 – 1950, posto que encontrei no

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, em Brasília, o envelope¹¹⁶ da referida casa comercial endereçado ao diretor do Instituto Nacional de Estudo Pedagógicos quando sua sede era no Rio de Janeiro, conforme a Figura 42:

FIGURA 42 – ENVELOPE DA CASA COMERCIAL J. VELLVÉ COMPANYY



FONTE: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

No bojo dessas questões, dentro do que posso nomear como uma “categoria mercadológica”, além de apresentar a potencialidade dos materiais encontrados nos acervos estrangeiros e brasileiros, a partir da lente metodológica do historiador, é possível localizar uma trama comercial da escola, podendo vislumbrar as estratégias de comunicação e divulgação comerciais contidas nesses documentos. Ao encontrar as recomendações dos catálogos de objetos escolares nos periódicos, contempla-se uma estratégia de alcance dos clientes por vias mais diretas, afinal os leitores da revista “I Diritti della Scuola” correspondia aos professores e diretores do cenário educativo, sujeitos que integram e representam o esforço Diário na elaboração do cotidiano escolar. Da mesma maneira, pode-se inferir que as cartas e catálogos enviados pela J. Vellvé Company também se configura em uma estratégia de estreitamento de laços comerciais visando um cliente em potencial: os dirigentes das escolas públicas.

Assim, a menção à premiação nesses espaços pelas fábricas aqui apresentadas somadas pelas estratégias de divulgação e aproximação na mediação de compra e venda revelam uma ferramenta de distinção utilizada na comunicação comercial. Exibir o prestígio da premiação em mostras expositivas asseguraria aos clientes dessas fábricas um selo qualificador e

¹¹⁶ Na documentação consultada no INEP encontrava-se somente o envelope, a carta não estava anexada.

recomendável. Com isso, compreendo que os produtos dos catálogos não são meras mercadorias de rendimento e lucro, mas, para além disso, representam peças expostas no “espetáculo da modernidade”. Expressam ideias do progresso, da técnica e da razão em circulação, com isso seriam objetos desejáveis para a modernização e expansão do ensino, bem como do mercado escolar

CAPÍTULO IV

AS EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO NA CONFECÇÃO DA CARTEIRA ESCOLAR

FIGURA 43 – CAPA DO LIVRO “O ARTÍFICE” DE RICHARD SENNETT



FONTE: Sennett, capa, 2020.

A partir da investigação sobre a cultura material existente no trabalho de oficinas artesanais, como as guildas de ourives medievais, Richard Sennett (2020) propõe tensionar a afirmação de Hanna Arendt de que as pessoas que fazem coisas geralmente não sabem o que estão fazendo. Sennett (2020) pontua que Arendt em seus estudos realizou a distinção entre *Animal laborens e Homo Faber*. O primeiro está condenado ao trabalho braçal sem muita reflexão, reproduzindo tarefas e condicionado a rotina. Para Arendt “no ato de fazer a coisa funcionar, nada mais importa; o *Animal laborens* toma o trabalho como um fim em si mesmo” (Sennett, 2020, p. 16). Em contraste, o *Homo faber* designa um outro tipo de trabalho, ele é “o juiz do labor e das práticas materiais, não um colega do *Animal laborens*, mas seu superior” (Sennett, 2020, p. 17). Desse ponto de vista, Arendt cria duas dimensões entre as pessoas que fazem coisas: a primeira apenas cumpre tarefas, a segunda revela uma outra forma de produzir relacionada a prática de discutir sobre aquilo que faz.

Para o autor, essa afirmação de Hannah Arendt parece falsa uma vez que desqualifica o homem ou mulher que se dedicam a afazeres práticos. A tese de Sennet (2020) que, se opõe

a de Arendt, é que criar coisas ou executar tarefas laborais exige um exercício de reflexão que estão contidos no processo do fazer.

O animal humano que é *Animal laborens* é capaz de pensar; as discussões sustentadas pelo produtor podem ocorrer mentalmente com materiais, e não com outras pessoas; as pessoas que trabalham juntas certamente conversam a respeito do que estão fazendo. Para Arendt, a mente se ativa uma vez realizado o trabalho. Uma outra visão, mais equilibrada, é a de que o pensamento e o sentimento estão contidos no processo do fazer (Sennett, 2020, p. 17).

O que Sennett (2020) defende, diante do exposto, é um estudo mais vigoroso sobre o materialismo cultural. É preciso, pois, virar a página e se indagar sobre o que o processo de feitura das coisas é capaz de dizer a nosso respeito.

Para aprender com as coisas, precisamos saber apreciar as qualidades de uma vestimenta ou a maneira certa de esquentar um peixe; uma boa roupa e um alimento bem-preparado nos permitem imaginar as categorias mais amplas de “bom”. Amigo dos sentidos, o materialista cultural quer saber onde o prazer pode ser encontrado e como se organiza. Curioso das coisas em si mesmas, ele ou ela quer entender como são capazes de gerar valores religiosos, sociais ou políticos. O *Animal laborens* pode afinal servir de guia para o *Homo faber* (Sennett, 2020, p. 18).

Por meio do estudo da cultura material, Sennett (2020) investiga a habilidade artesanal como uma capacidade de fazer bem as coisas. A técnica, desenvolvida pelos artífices, é considerada como uma questão cultural e não como um procedimento mecânico. Desse modo, o artífice trabalha na interlocução entre o pensar e o fazer, explora dimensões de habilidade que culminam em hábitos prolongados, desenvolvem, assim, uma perícia artesanal. Desse modo, um artífice não produz apenas para satisfazer uma demanda de mercado, mas em seu processo criativo existe uma experiência de produção que lhe permite fazer aquilo que faz “bem-feito”.

No bojo dessas questões, esse capítulo desenvolve a argumentação sobre os modos de prover presentes na instrução pública paranaense. Como explica Geertz (1989), o estudo interpretativo sobre um aspecto cultural deve ser lido em um dado espaço-temporal e “grudado” ao seu contexto de produção. Nessa perspectiva, a experiência de produção do artífice não é uma explicação universal sobre os modos de prover da instrução pública, mas uma das interações que o Estado mobilizou para a manutenção material da escola: o contato direto com artífices empreendedores.

O segundo aspecto trazido para o debate nesse capítulo é sobre as “urgências escolhidas”, uma vez que o quadro das necessidades materiais pode ser bem diverso quando comparado entre outras escolas. A relação demonstrada até o momento ilustra a satisfação de uma carteira escolar que representa saberes pedagógicos e higiênicos em circulação internacional. Mas como foi exposto, no estudo dessa tese, as necessidades de funcionamento das escolas isoladas não eram as mesmas dos grupos escolares, estes últimos, além dos saberes

pedagógicos e higiênicos possuía um viés estético que também deveria ser atendido, exigência que não era estendida as escolas isoladas ou casas escolares localizadas no âmbito rural.

Diante destas questões, o 4º capítulo trará uma discussão sobre como a condição da escola obrigatória gerou modos diversos de satisfazê-la e como essas condições não são a-históricas, mas derivadas das interações dos sujeitos que também são históricos. Assim ao realizar uma “análise interpretativa sobre as culturas do provimento” (Geertz, 1989) será revelado que a experiência de produção da carteira escolar também possui categorias e ritos próprios que estão imbricados na relação do processo de institucionalização da escola, no grau do desenvolvimento econômico que se encontra o Estado e nas experiências de produção sobre a carteira escolar.

4.1 - A expansão da escola de massa no Paraná e as suas relações com o desenvolvimento industrial no Brasil

John W. Meyer (2000) identifica que nos anos finais do século XIX o modelo escolar foi se desenvolvendo com relativa homogeneidade no plano mundial. O autor observou que a preocupação com a escola estatal e obrigatória acontece num processo de difusão entre vários países, muito por conta da circulação dos debates políticos-pedagógicos e pela influência que outros Estados, compreendidos como modernos, exerceram sobre a configuração de escolas ao redor do mundo. Assim, o modelo standardizado da sala de aula e a figura do “professor profissionalizado” (Meyer, 2000, p. 20) ganham força quando o Estado-Nação procura institucionalizar-se e com esses aspectos a escola serviria como pilar propulsor de três fundamentos principais: a nação como coletivo de indivíduos, a procura pelo progresso (nacional e individual) e o Estado como guardião da nação. Dessa maneira, as nações consideradas modernas serviriam

[...] como unidades de referência, que podem ser trazidas a lume por vários argumentos políticos. Por outras palavras, elas são transformadas em “sociedades de referência [...] tornam-se, portanto, ‘condutoras’ de uma suposta ‘internacionalidade’, revestidas do caráter de modelos: transformam-se em países que estão à frente da civilização do mundo (Schriewer, 2000, p. 106).

Embora o Brasil também tenha colhido referências em países estrangeiros para a composição do seu modelo escolar, é importante sinalizar que a expansão da escola ocorreu de modo muito particular nas regiões brasileiras. Ao analisar a relação entre o direito à educação e a obrigatoriedade escolar no Brasil, José Silveiro Baia Horta (1998) assegura que, ainda que a nossa Constituição Imperial estivesse fundada em princípios de liberdade, segurança

individual e na propriedade, a educação não estava associada a um direito, mas articulada à configuração de princípios que caracterizavam o “ser cidadão”. Essa é uma questão importante, uma vez que a “a dimensão inventiva” (Schueler; Silva, 2013,) que o Estado articulou para estreitar laços de pertencimento a nação não inclui a educação como um direito de todos, mas gratuita a todos os “cidadãos brasileiros”. A constituição de 1824, a primeira implementada logo após a Independência do Brasil, considera no Art. 179, XXXII. “a Instrução primaria, e gratuita a todos os **Cidadãos**” (Carta de Lei de 25 de março de 1824)¹¹⁷. No entanto, apesar da prescrição estabelecida na Carta Magna, a categoria cidadão não abrangia um número considerável da população brasileira de modo que muitos sujeitos não tinham acesso ou mesmo direito a educação. Só tinha direito à cidadania e - por assim dizer - a educação, os nascidos no Brasil,

[...] fossem ingênuos ou libertos, ainda que o pai fosse estrangeiro; b) os filhos de pais brasileiros e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro que estabelecessem domicílio no país; c) todos os nascidos em Portugal e suas possessões que, residindo no Brasil quando na independência, permaneceram em suas localidades de morada; d) os estrangeiros naturalizados. Acerca, ainda, da determinação constitucional sobre a cidadania brasileira, importa destacar um último ponto. Trata-se daquele referente aos escravos que, como não cidadãos, eram expressamente excluídos das políticas de instrução oficial (Schueler; Silva, 2013, p. 246).

Além dessas questões, Alessandra Schueler e José Silva (2013) ressaltam que três anos depois da implementação da Constituição de 1824, foi promulgada a Primeira Lei Geral da Educação brasileira em 1827. Novamente a prescrição acenava para a instrução não como um direito de todos, mas para aqueles que possuíssem moradia próxima aos locais de ensino. O Artigo 1º da Lei Geral de educação indica que: “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (Schueler; Silva, 2013, p. 247). Esse artigo acaba por restringir o acesso à educação aos povoados mais populosos e excluindo crianças e adolescentes que se encontram em regiões mais distantes.

Ainda que a legislação concedesse a cidadania à ingênuos (nascidos de ventre livres) e libertos (alforriados), Carlos Jamil Cury (2022, p. 8) explica que essa condição não garantia os direitos políticos, uma vez que esses sujeitos possuíam uma “cidadania passiva” facultando a participação ao voto somente nas eleições municipais. Em relação aos indígenas, o autor resalta que esses estavam descritos na constituição como “aquém da civilidade”. Dessa maneira, “eles não eram considerados cidadãos, mas sim selvagens, ou seja, inferiores dentro de uma denominada escala evolutiva de civilização” (Cury, 2022, p. 8). Ainda na condição da

¹¹⁷ A Constituição Política do Império do Brasil pode ser acessada no seguinte link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

“cidadania passiva” estavam as mulheres e pessoas com alguma inaptidão física ou moral para o período.

Em relação ao regime republicano Jamil Cury revela que

[...] a Constituição de 1891, no Título IV (Dos Cidadãos Brasileiros), na Seção I (Das qualidades do cidadão brasileiro), no art. 69, dispõe sobre quem são os cidadãos brasileiros, os quais, como veremos gozam dos direitos civis e políticos. Esses últimos direitos, no art. 70, determina que “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, excluídos os mendigos, os analfabetos” (Brasil, 1891), entre outros. Os direitos políticos ficavam suspensos em casos de **incapacidade física ou moral**. Vê-se que há uma repetição do art. 8 da Constituição do Império. As pessoas em situação de deficiência nascem cidadãos, são titulares de direitos civis, mas há a interrupção temporária ou definitiva dos direitos políticos (Cury, 2022, p. 10, grifos no original.).

Ainda com um caráter de exclusão de camadas da sociedade, o ensino deixaria de ser “sugerido” aos cidadãos e tomaria uma condição obrigatória¹¹⁸, mas novamente vale ressaltar: obrigatória àqueles que atendessem a qualidade de cidadãos brasileiros com direitos políticos “ativos” (Schueler; Silva, 2013).

Diana G. Vidal enfatiza que a implementação mais recente do ensino obrigatório se dirige a cidade de Mariana, em Minas Gerais, no ano de 1828, posteriormente

[...] em termos de legislação provincial, as primeiras peças legais datam de 1835 e foram proclamadas por Minas Gerais e Goiás, seguidas do Ceará (1837) e Piauí (1845). O município neutro da Corte encerra em 1849 o movimento restrito à primeira metade do século XIX. Os anos de 1850, entretanto, emergem como pródigios na legislação sobre o ensino compulsório. O dispositivo aparece nas Leis provinciais do Grão Pará (1851), Paraná, Rio de Janeiro e Maranhão (1854), Pernambuco (1855), Amazonas e Sergipe (1858). Novo surto vamos encontrar na década de 1880 para as províncias do Rio Grande do Sul (1871). Espírito Santo (1873), Santa Catarina e São Paulo (1874), Alagoas (1876) e Mato Grosso (1880). Do conjunto, destoa o Rio Grande do Norte que apresenta sua primeira lei de obrigatoriedade escolar em 1916 (Vidal, 2013, p. 12).

O livro “Obrigatoriedade Escolar no Brasil”, organizado por Diana G. Vidal, Elizabeth Figueiredo de Sá e Vera Lucia Gaspar da Silva (2013), revela que os debates sobre a obrigatoriedade do ensino serviram como mola propulsora da frequência escolar. De acordo com as autoras, sinalizar um recorte etário obrigatório, a construção de mais estabelecimentos de ensino e o provimento material foram importantes para a escola pública se institucionalizar e expandir paulatinamente.

Segundo o Relatório da Repartição dos Negócios do Império, apresentado pelo

¹¹⁸ Em estudos sobre a obrigatoriedade do ensino no Paraná, Anjos e Souza (2013) revelam que o desde a emancipação do Paraná, em 1854, até o final do regime provincial, cinco leis sobre a obrigatoriedade do ensino foram outorgadas e aprimoradas, entre as leis de 1857, 1874, 1877 e 1883, a lei da década de 80 foi a que trouxe maior condições de inclusão dos alunos na sala de aula, visto que ela ampliou a frequência escolar, dos 7 aos 14 anos de idade, para o sexo masculino e dos 7 aos 12 anos para o sexo feminino, visto que nas leis anteriores as meninas não estavam incluídas na obrigatoriedade e quando passavam a estar a data corte ia até aos 10 anos de idade.

ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, no ano de 1854, o governo brasileiro contava com 1.506 escolas primárias. No Quadro 13 é possível observar a distribuição díspar de escolas de uma província à outra, como por exemplo, a província do Paraná com 25¹¹⁹ escolas de primeiras letras e a província de Minas Gerais com 232:

QUADRO 13 - NÚMERO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS DISTRIBUÍDAS PELAS PROVÍNCIAS DO BRASIL ANO DE 1854

Local	Escolas	Discípulos
Minas Gerais	232	13.235
Bahia	200	7.687
Rio de Janeiro (Corte e Província)	177	6.236
São Paulo	162	5.559
Pernambuco	103	3.801
Alagoas	73	3732
Rio Grande do sul	97	3481
Sergipe	54	2700
Ceará	53	2572
Maranhão	56	2227
Pará	45	1860
Goyaz	31	1393
Parahyba do Norte	37	1345
Santa Catharina	40	1312
Rio Grande do Norte	34	1306
Espírito Santo	28	956
Paraná	25	755
Piauí	32	700
Matto Grosso	13	429
Alto Amazonas	14	414
TOTAL	1.506	61.700

FONTE: Organizado pela autora com base nos dados do Relatório da Repartição dos Negócios do Império de 1854

No contexto Italiano, Juri Meda (2016) pontua que o Decreto de 15 de setembro de 1860, n. 4436, foi importante por fixar o regulamento do ensino elementar na Itália, a Lei de 13 de novembro de 1859, n. 3.725, “mais conhecida como a «Lei Casati», foi a primeira a afirmar os princípios do ensino elementar público, gratuito e obrigatório¹²⁰” (Meda, 2016, p. 46). Essa ação culminou no aumento do número de escolas e na diminuição sensível da taxa de evasão escolar. Em relação ao censo escolar do período, o autor revela que entre os anos de 1861 e 1871 “o número total de escolas elementares cresceu de quase 29.500 para mais de 39.500

¹¹⁹ O mesmo número de 25 escolas de primeiras letras comparece no relatório da secretaria do governo da província do Paraná. VASCONCELLOS, Zacarias Goes. **Relatório do Presidente da Província do Paraná o Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854**. Curitiba: Tip. Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854. Departamento do Arquivo Público do Paraná.

¹²⁰ No original: “Meglio nota come «Legge Casati», che per prima affermò i principi di gratuità e di obligatorietà dell’istruzione pubblica elementare” (Meda, 2016, p. 46).

unidades, que se tornariam quase 47.500 da li a cinco anos¹²¹” (Meda, 2016, p. 48). No que diz respeito aos dados correspondentes à taxa de frequência escolar “a população escolar nacional passou de quase 1.110.000 para mais de 1.600.000 unidades, que passariam para quase 2.000.000 nos cinco anos posteriores¹²²” (Meda, 2016, p. 48).

Como se pode observar, na década em análise, a Itália possuía 47.500 escolas destinadas ao ensino elementar com uma demanda de quase 2.000.000 alunos. Ao relacionar esses dados com o censo brasileiro, pode-se verificar que na década de 1880 o Brasil alcançou um número de 4.990 escolas primárias, 3.484 a mais que na década de 1854. Quanto aos dados correspondentes à matrícula escolar brasileira, observa-se que essa população passou de 61.700 para 155.230, perfazendo um aumento de 93.530 estudantes entre as décadas de 1850 a 1880.

QUADRO 14 - NÚMERO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS DISTRIBUÍDAS PELAS PROVÍNCIAS DO BRASIL NO ANO DE 1879, 1880 E 1889

Local	Escolas	Discípulos
Minas Gerais	791	23.682
Bahia	574	21.626
Rio de Janeiro (Corte e Província)	505	17.916
São Paulo	736	13.210
Pernambuco	478	13949
Alagoas	157	5412
Rio Grande do sul	479	14.714
Sergipe	145	4754
Ceará	209	8659
Maranhão	117	6306
Pará	269	10998
Goyaz	37	2.017
Parahyba	sem dados sobre a instrução primária ¹²³	
Santa Catharina	131	2577
Rio Grande do Norte	Sem dados	
Espirito Santo	89	2363
Paraná	131	3440
Piauí	Sem dados ¹²⁴	
Matto Grosso	67	1.841
Amazonas	75	1766
TOTAL	4.990	155.230

FONTE: Organizado pela autora com base nos dados do Relatório da Repartição dos Negócios do Império de 1879, 1880 e 1889

¹²¹ No original: “il numero complessivo delle scuole elementari crebbe da quasi 29.500 ad oltre 39.500 unità, che sarebbero divenute quasi 47.500 di li a cinque anni” (Meda, 2016, p. 48).

¹²² No original: “la popolazione scolastica nazionale era cresciuta da quasi 1.110.000 ad oltre 1.600.000 unità, che sarebbero divenute quase 2.000.000 di li a cinque anni” (Meda, 2016, p. 48).

¹²³ Em relação ao movimento da instrução pública da Província de Paraíba consta no relatório somente o resultado dos exames gerais de preparatórios em línguas e ciências.

¹²⁴ Sobre o movimento da instrução pública dessa província consta somente o resultado dos exames gerais de preparatórios em línguas e ciências, o que pode evidenciar a omissão do censo sobre a escola primária pela província. Brasil. Ministério do Império : Relatório da Repartição dos Negócios do Imperio (RJ) - 1832 a 1888. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Helena Costa Araújo (1996) compreende a escola de massa como a intervenção do Estado na educação escolar para torná-la obrigatória, gratuita, universal e laica. Embora esse objetivo tenha se estendido em um contexto mundial, como afirma Meyer (2000), Araújo problematiza o percurso individual em países da Europa, inferindo que em Portugal a expansão da escola de massa ocorreu de forma lenta e precária, estando presente mais em uma “retórica de construção” do que de fato uma ação precoce do estado. Ainda que as escolas de “ler, escrever e contar” tenham sido criadas a partir de 1772 em Portugal, Araújo (1996) revela que a composição dessa escola teve muitas especificidades, destinando-se em um primeiro momento aos filhos (meninos) de artesãos urbanos, enquanto os alunos do sexo masculino “do setor rural” eram educados por párocos. Ainda que contemplados, esse público não se restringia as classes sociais de maior poder, ampliado o acesso a escola elementar. O Ensino para alunas do sexo feminino viria somente 50 anos mais tarde, por volta de 1815.

A autora nomeia os primeiros movimentos de uma escola de massa em Portugal com o ensino obrigatório no ano de 1850. No entanto, como supracitado, esse investimento aconteceu de forma lenta e precária, a escola obrigatória para ambos os sexos por exemplo vem a ser instituída por lei somente no ano de 1870. Assim a autora questiona: teria sido Portugal de fato precoce no estabelecimento da escola de massa ou seria apenas uma retórica de construção? De acordo com Araújo,

[...] a Prússia teria sido um dos primeiros países a lançar o princípio da escolaridade obrigatória. As leis que lançam a escolaridade obrigatória são de 1716, destinando-se às crianças que "não tinham outra forma de escola" (excluindo assim as crianças vindas de grupos de elite e aquelas que frequentavam escolas religiosas), e as de 1763 regulam o financiamento dessas escolas. Posteriormente, registra-se a primeira movimentação estatal para a supervisão e regulamentação de todas as escolas. A Áustria tem a sua declaração de escolaridade obrigatória em 1774, [...] mas apenas em 1867 as escolas são firmemente colocadas sob o controle do Estado. [...] Na França e na Inglaterra as declarações de escolaridade obrigatória são mais tardias e datam do fim do século XIX, 1881 na França, com Jule Ferry marca a criação de um sistema escolar universal, obrigatório e gratuito. No caso inglês, o Elementary Education Act de 1870 propõe o fornecimento de escolas estatais, mas sem que isto venha pôr em causa a existência de escolas privadas (Araújo, 1996, p. 164-165).

Para Araújo (1996), a diferença temporal na emergência da escola de massa, principalmente entre países do centro e países da periferia europeia, ganha significado na formação dos Estados-nações em que esses possuem disputas políticas desiguais. Segundo a autora, a busca pela escolaridade obrigatória de forma precoce em Portugal revela a tentativa de “procurar ultrapassar vazios políticos e momentos de crise”, procurando estabelecer uma unidade política por meio da institucionalização da escola de primeiras letras (Araújo, 1996, p. 166).

Em relação ao desenvolvimento da escola primária, Araújo (1996, p. 167) explica que em 1854 Portugal contava com 1.199 escolas, sendo 1.146 masculinas e 53 femininas. Em 1.899 a escola primária expande para um número de 4.495, no entanto com uma diferença ainda considerável entre as escolas femininas e masculinas, sendo 1.345 destinadas para a primeira e 2.825 para a população masculina e 325 para escolas mistas. Esses números revelam a expansão paulatina da escola de massa em Portugal. Outra constatação é a diferença entre o número de escolas masculinas e femininas, possibilitando considerar a educação pública do século XIX destinada a educação masculina. No bojo dessas questões,

[...] apesar desta aparente expansão, o desenvolvimento da escola de massas fez-se de forma lenta e precária: em 1867, apenas 17% das crianças entre 7 e 15 anos estavam na escola comparativamente com os países do "centro", onde essas porcentagens ultrapassavam já os 70% (Soysal e Strang 1989:278). Anos mais tarde, em 1916-17, em pleno período republicano [...] pode compreender-se que a porcentagem de crianças matriculadas na escola entre o 7 e os 14 anos não ultrapassaria 30,5% (Araújo, 1996, p. 169).

Observo com isso que, embora o ensino obrigatório colaborasse para o desenvolvimento de uma escola de massa, seu desdobramento foi distinto em diversos países: no caso de Portugal e do Brasil a expansão da população educacional se deu de forma paulatina. Nesse processo de criação e acesso a escola existiram desigualdades entre raça, gênero, classe social, entre outras situações, que estiveram presentes no processo de instalação e institucionalização da escola primária.

Os dados apresentados por Daniel Braga (2022) apontam que a educação primária pública brasileira começa a expandir de uma forma massiva - não como a Itália, em 1860, com 47.500 escolas destinadas ao ensino elementar - mesmo que somente a partir da década de 1930 e 1940 com um número aproximado de 43.975 escolas de ensino primário (Braga, 2022, p, 78). Por meio desses dados é possível compreender que

[...] a expansão da escola primária foi expressiva nesse período. Se, na última década da Primeira República, o número de escolas foi de 21.748, em 1920, para 27.662 em 1932, perfazendo um aumento de 27%; entre 1932 e 1942, o crescimento foi de 59%, chegando a 43.975 unidades escolares de Ensino Primário (INEP, 1944). Se, em 1920 [...], o percentual da população atendida ainda não havia alcançado um terço da população em idade escolar (30,9%), em 1964, segundo dados do 1º Censo Escolar do Inep, a taxa de escolarização da população brasileira entre 7 e 14 anos já havia passado da metade, com 67,2% (INEP, 1967) (Braga, 2022, p, 78).

Diante do quadro exposto compreendo que a discussão sobre o processo de escolarização de massa apresentado pelos autores, Helena Costa Araújo (1996); José Horta (1998); John Meyer (2000); Diana G. Vidal, Elizabeth Figueiredo de Sá e Vera Lucia Gaspar da Silva (2013); Juri Meda (2016); Daniel Braga (2022) e Jamil Cury (2022), envolvem acepções comuns que podem definir a compreensão de educação de massa para esse estudo,

são elas:

1º A educação de massa perpassa por um modelo estandardizado da sala de aula, representado pela figura do professor profissionalizado;

2º A educação de massa adentra o projeto de institucionalização dos Estados Nação, sendo a escola o pilar propulsor para estabelecer o sentimento de pertencimento e coesão do Estado;

3º Na escola de massa um único professor ensinará ao mesmo tempo, de forma seriada, e no mesmo espaço dezenas de alunos da mesma idade;

4º A educação de massa envolve um ensino público, gratuito, obrigatório, universal e laico;

5ª Por último e não menos importante, foi possível inferir que o desenvolvimento da escola de massa, de seus instrumentos e de sua materialidade começa a expandir de fato de uma forma massiva – e com uma produção de sua materialidade em larga escala - quando de 60% a 70% das crianças, em idade escolar, estão na escola.

O quinto elemento de composição do processo de escolarização de massa permite compreender a complexidade em nomear o processo de expansão da escola brasileira como uma “escola de massa” logo na transição do século XIX para o século XX. Ainda que esse conceito – escola de massa – envolva as acepções trazidas em síntese por meio dos cinco tópicos; no Brasil, existiram diversos tipos de escolas primárias, desde às isoladas, multisseriadas, os grupos escolares, entre outros modelos de escolas que devem ser consideradas nesse processo de expansão da população escolar. Além desses elementos, como pontua Braga (2022), na década de 1920 apenas 30% das crianças em idade escolar estavam na escola. Esse número é estendido na década de 1964 com 67,2% das crianças nas escolas, levando a compreender que o ensino obrigatório foi um elemento multiplicador importante desde o século XIX para aumentar a frequência dos alunos na escola. Isso não significa que durante o processo de instalação de obrigatoriedade do ensino não existiu empasses e dificuldades. No processo de institucionalização da escola e de garantia dos direitos à educação existiu um longo caminho entre o que era prescrito e o que era realizado de fato. Desse modo, não se pode deixar de compreender que o processo de instalação da escola primária também se torna um processo de invenção paulatino, de tomada de decisões que perpassam desigualdades que irão fazer parte da história da institucionalização da escola pública brasileira.

A partir da década de 1940, com a expansão da indústria, das estradas de ferro, dos navios a vapor, e com um número maior de crianças na escola, pode-se pensar em um processo de massificação do ensino no Brasil, assim como aconteceu nos países europeus “de centro”

aqui apresentados.

Ao problematizar a origem e a produção dos dados estatísticos educacionais, Natália de Lacerda Gil aponta que o pesquisador deve estar atento que esses dados foram compilados por “representantes da autoridade pública ou a eles dirigida”. Nesse sentido, é válido ter ciência de que “certamente houve distâncias, mais ou menos acentuadas, entre aquilo que está expresso nos documentos consultados e os procedimentos efetivamente realizados em cada órgão regional, em cada repartição municipal, ou ainda, em cada escola”. No entanto, acessar esses dados, de qualquer maneira, são importantes para “ao menos notar o que se concebia como possível e/ou desejável quanto à elaboração de informações supostamente objetivas acerca do movimento escolar no país” (Gil, 2009, p. 342).

Em relação às condições de elaboração dos números estatísticos realizados no Império, Gil explica que os critérios de coleta se reduziam ao número de alunos e ao número de escolas figurando-se por meio dos relatórios oficiais. Desse modo, o procedimento de coleta de dados da instrução pública era realizado pela Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871, na qual enviava “formulários” às provinciais para que fossem preenchidos com as informações requerentes. Ainda de acordo com Gil autora, o envio desses dados não era obrigatório, assim algumas provinciais omitiam e não reenviavam o modelo de preenchimento com os dados solicitados. Com isso, a Diretoria Geral de Estatística completava as informações estatísticas com documentos oficiais variados, como tabelas anexas aos relatórios provinciais, “a ofícios e relatórios dos presidentes de província ou dos inspetores de instrução, onde constassem “mapas de instrução”, ou, ainda, repetiam-se os números do ano anterior” (Gil, 2009, 348). Nesse sentido, é possível observar que a “educação de massa” no Brasil não deve ser compreendida e lida por meio dos mesmos dispositivos de outros países, como uma apropriação linear dos sistemas europeus, posto que no Brasil ela se deu de forma muito particular de uma região a outra. Além dessas questões, vale destacar que os dados estatísticos “cristalizam uma determinada representação de escola, que vai, em alguma medida, informar sua construção social e física” (Gil, 2009, p. 357).

Mais do que apontar as diferenças no processo do provimento material de um país a outro, ou mesmo nas discrepâncias dentro do Brasil, os dados trazidos até aqui revelam que o governo buscava amenizar as distâncias entre os discursos elaborados sobre a educação e a realização da sua materialidade. Embora a legislação, com a instauração do ensino obrigatório acenasse para um fator multiplicador da frequência da população escolar, cabe salientar que essa expansão ocorreu de forma paulatina e com urgências escolhidas. Das reflexões desenvolvidas até aqui foi possível observar que outras escolas foram abastecidas com mais

premência do que outras, o que fez com que o processo de abastecimento material fosse realizado de forma dissonante de uma região a outra, desencadeando ritos diferenciados no processo de provimento material da escola.

Segundo Meda (2016, p. 10), é no momento de aplicação rigorosa do ensino obrigatório e no momento que a maior parte das crianças filhas da classe trabalhadora adentram a escola pública elementar italiana que “nasce um novo mercado florescente – o escolar – para o qual olham com crescente interesse inicialmente os editores, tipografias, encadernadores e papelarias”, para posteriormente esse mercado ser visto com maior atenção - primeiro por artesãos - e depois por empresários, com o desenvolvimento e a tecnologia necessária para atender um mercado em constante crescimento. Nesse sentido, Meda (2016) chama por “meios de educação de massa”

[...] os materiais didáticos, instrumentos de escrita e artigos de papelaria de vários tipos produzidos a partir de um determinado momento à escala industrial e por isso adequadamente serializados para induzir uma generalizada homologação dos métodos de ensino e dos processos de aprendizagem, bem como uma uniformização dos conteúdos educativos, coincidindo com o processo de massificação da educação popular em curso na sociedade italiana desde as últimas décadas do século XIX¹²⁵ (Meda, 2016, p. 10).

O autor ainda salienta que um objeto de consumo escolar se torna um artefato comercial e, por conseguinte, transforma-se em um meio de educação de massas quando é produzido em larga escala de forma homogênea e seriada e começa a ser distribuído por grandes empresas industriais. Meda (2016) também enfatiza que para compreender a escola em sua complexidade é necessário estudar o desenvolvimento da escola de massa e a fruição ligada aos processos econômicos.

Como demonstrado, o Brasil possui um contexto diferente na expansão da escola de massa: enquanto em países Europeus já existiam casas comerciais especializadas em materiais didáticos e no mobiliário escolar, nas terras brasileiras observa-se um movimento híbrido nas fábricas de móveis, não necessariamente especializadas no feitiço escolar, essas assumem o provimento das escolas, assim como carpinteiros e artesãos. Há uma escassez na documentação de catálogos de objetos escolares no século XIX no Brasil e percebe-se uma indústria nascente das materialidades escolares, com a circulação de catálogos comerciais, somente a partir dos

¹²⁵ No original: “Potremmo allora dire che per «mezzi di educazione di massa» si intendono i sussidi didattici, gli strumenti di scrittura e gli articoli di cancelleria di vario genere prodotti da un certo momento in avanti su scala industriale e per questo opportunamente serializzati al fine di indurre una generalizzata omologazione dei metodi di insegnamento e dei processi di apprendimento, oltre ad una uniformità dei contenuti educativi, in coincidenza del processo di massificazione dell’istruzione popolare in atto nella società italiana già a partire dagli ultimi decenni del XIX secolo”. (Meda, 2016, p. 10)

anos de 1930¹²⁶ e ainda de forma escassa. Dessa forma, no contexto italiano observa-se a circulação de empresas especializadas na atividade escolar já na virada do século XIX para o XX.

As editoras Paravia e Vallardi, por exemplo, no período entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, habitualmente distribuíam nas escolas não apenas livros didáticos, mas também mobiliário, instrumentos científicos, mapas murais, armários de museus didáticos, jogos educativos, projetores de cinema, modelos botânicos e anatômicos, labari, lousas, tinteiros, crachás para passeios escolares, medalhas, diplomas e certificados e material escolar de toda espécie, conforme comprovado por seus catálogos gerais ou por seus excertos temáticos. Catálogos e boletins que eram publicados regularmente e que muitas vezes se tornavam verdadeiras publicações periódicas, com uma enorme tiragem e uma distribuição sistemática nas escolas italianas de todos os níveis. A editora Mondadori, para dar outro exemplo, em 1928 imprimiu e distribuiu nas escolas nada menos do que doze catálogos e boletins comerciais, desde o catálogo das edições do ensino primário, ao das edições do ensino secundário, ao dos materiais didáticos, até ao dos artigos de papelaria e cadernos para as escolas, mais os boletins periódicos para as bibliotecas dos mestres e das escolas, testemunhando o quão alargado era o leque de categorias de produtos geridos e a complexidade da intervenção das escolas¹²⁷ (Meda, 2016, p. 15, tradução minha).

De modo a problematizar e compreender os processos econômicos ligados ao desenvolvimento da escolarização de massa brasileira é que se fez necessário nesse estudo compreender o desenvolvimento industrial brasileiro. Estudar essas relações são importantes para compreender a expansão da escola concomitantemente com a expansão da indústria, posto que certos materiais demandam de uma tecnologia específica para sua fabricação. O desenvolvimento econômico do país também impacta no surgimento de outros fenômenos, como a passagem da mão de obra escrava para o trabalho assalariado, o surgimento das estradas de ferro, o deslocamento de navios a vapor e a criação de redes bancárias, elementos importantes para o desenvolvimento econômico do país e que também potencializaram o desenvolvimento e crescimento do mercado escolar (Silva, 1981).

¹²⁶ Na dissertação escrita por Gustavo Rugoni de Souza (2015) intitulada “Da indústria a escola: relações da Fábrica Móveis Cimo com o Mercado Escolar (1912-1952)” é possível localizar alguns catálogos a partir da década de 1930, divulgados pela Móveis Cimo, com uma linha específica dedicada a fabricação de mobiliário escolar.

¹²⁷ No original: “Le case editrici Paravia e Vallardi, ad esempio, nel periodo compreso tra gli ultimi due decenni del XIX secolo e i primi tre del XX secolo, distribuivano abitualmente nelle scuole non solo i libri di testo, ma anche arredi, strumenti scientifici, carte murali, armadi-musei didattici, giochi educativi, proiettori cinematografici, modelli botanici e anatomici, labari, lavagne, calamai, distintivi per le gite scolastiche, medaglie, diplomi e attestati e materiale scolastico di ogni genere, com’è attestato dai loro cataloghi generali o dai loro estratti tematici. Cataloghi e bollettini che erano pubblicati regolarmente e che spesso divenivano delle vere e proprie pubblicazioni periodiche, con enormi tirature e una sistematica distribuzione nelle scuole italiane di ogni ordine e grado. La casa editrice Mondadori, per fare un altro esempio, nel 1928 stampava e distribuiva nelle scuole ben dodici tra cataloghi e bollettini commerciali, che spaziavano dal catalogo delle edizioni scolastiche primarie, a quello delle edizioni scolastiche secondarie, a quello dei materiali didattici, fin no addirittura a quello della cancelleria e dei quaderni per le scuole, più i bollettini periodici per le biblioteche magistral e per quelle scolastiche, a testimonianza di quanto fosse ampio lo spettro delle categorie merceologiche gestite e complesso l’intervento all’interno delle scuole. (Meda, 2016, p. 15).

Como foi visto nos capítulos anteriores, os móveis fornecidos à instrução pública paranaense, na transição do século XIX para o XX, e de outros estados brasileiros, não eram confeccionados de modo homogêneo e seriado. Embora houvesse debates sobre as concepções higiênicas, pedagógicas e estéticas, a mobília escolar foi produzida ora por artesãos, ora por carpinteiros, ora por fábricas a vapor que, ainda assim, não possuíam um porte industrial de larga escala. Para exemplificar e explicar o raio de ação dessas fábricas, nas linhas a seguir, pretendo demonstrar como a história sobre o desenvolvimento industrial brasileiro permite compreender o processo paulatino do provimento material escolar, surgindo indústrias de larga escala voltadas para a confecção de móveis escolares somente a partir da década de 1940, período este que coincide com a incidência de expansão da população em idade escolar brasileira matriculadas nas escolas.

De acordo com Felipe Hees (2011), por meio do contexto histórico e político da formação econômica do Brasil é possível compreender os obstáculos impostos para o desenvolvimento e crescimento da indústria brasileira. Enquanto na Inglaterra de 1750 eclodia a primeira revolução industrial, com a produção de bens não duráveis - como roupas, calçados, produtos de higiene e entre outros - a rainha de Portugal, D. Maria I assinava¹²⁸ o alvará de proibição de “fábricas e a atividade manufatureira no Brasil, à exceção da produção de tecidos grosseiros de algodão, utilizados para ensacar gêneros agrícolas e para vestuário dos escravos” (Hess, 2011, p. 104). Foi com a instalação da família real no Brasil, em 1808, que se iniciou medidas favoráveis para o desenvolvimento da indústria. Desse modo, D. João, o príncipe regente, revogou a lei que sua mãe assinou em 1785 que proibia a produção manufatureira no país (Fernandes, 2001; Hess, 2011).

Ainda que o alvará de 1785 tenha sido revogado, isso não foi o suficiente para impulsionar o desenvolvimento industrial brasileiro. Os acordos comerciais realizados com a Inglaterra em 1810 e 1827 impuseram limitações à economia brasileira, dando a esse Estado o privilégio de país exportador e o Brasil como a principal nação consumidora/importadora. Uma

¹²⁸ Eu a rainha faço saber aos que este alvará virem: que sendo-me presente o grande número de fábricas, e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitâneas do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração das terras minerais daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente, que quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá, que se possam empregar no descobrimento, e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta, e desconhecida: nem as sesmarias, que formam outra considerável parte dos mesmo domínios, poderão prosperar, nem florescer por falta do benefício da cultura, não obstante ser esta a essencialíssima condição, com que foram dadas aos proprietários delas. Disponível em: http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674:alvara-que-proibe-as-fabricas-e-manufaturas-no-bra&catid=145&Itemid=287. Acesso em 16 de agosto 2023. Grifos no original.

vez que as forças britânicas ofereceram navios e escoltaram a família real portuguesa para escapar das pressões do governo de Napoleão, um acordo comercial de privilégios entre Inglaterra e Brasil foram firmados. Assim, em 1810 firma-se o “Tratado de Comércio e Navegação” que tinha como objetivo tornar o Brasil o principal polo consumidor da Inglaterra, posto que criava privilégios nas tarifas de importações para a Inglaterra. A exemplo, a potência britânica passou a ter uma “tarifa para as importações de 15% *ad valorem*, contra 24% para os demais países e 16% para Portugal” (Furtado, 2005, p. 47). Em 1827 houve a renegociação do tratado inglês que mantinha a tarifa de 15% nas taxas alfandegarias e garantia “à Inglaterra a situação de potência privilegiada”, autolimitando a soberania do governo brasileiro no campo econômico (Furtado, 2005, p. 47)¹²⁹.

No jogo político, as vantagens dadas à Inglaterra garantiam que essa fosse a mediadora na busca pelo reconhecimento internacional da independência brasileira de Portugal em 1822. Nesse sentido,

[...] o novo Império viu-se na contingência de ter de assegurar o reconhecimento internacional de sua nova relação com a antiga metrópole. Daí a celebração de uma série de tratados comerciais desiguais — com Portugal, em 1825; com a França, em 1826; com a Inglaterra, a Áustria, a Prússia e as cidades Hanseáticas, em 1827; com a Dinamarca, com os Estados Unidos e com os Países Baixos, em 1828 —, que, em comum, impossibilitavam ao Império fazer uso da política aduaneira como forma de obtenção de recursos financeiros. Mais do que uma simples submissão ao imperialismo britânico ou “um trágico erro de cálculo político”, como afirmam vários historiadores, a assinatura de tais acordos constituía um dos únicos “ativos” à disposição do Império para consolidar a sua inserção internacional como estado independente (Hees, 2011, p. 105).

Por volta de 1850, quando a Inglaterra já estava na segunda revolução industrial, produzindo bens de consumo duráveis como rádios, fogões, e as primeiras geladeiras e automóveis, o Brasil ainda se encontrava em uma situação de subserviência. Em um caminho inverso, o Brasil seguiu na produção de bens primários (cultivo de alimentos e extração de matéria prima). Essa situação de industrialização tardia não é uma marca unicamente do Brasil, mas também engloba outros países da América Latina. Diante disso,

¹²⁹ Carta de Lei de 17 de Agosto de 1827, Ratifica o Trabalho de amizade, navegação e comercio entre o Imperio do Brazil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Artigo XIX: Todos os generos, mercadorias, e artigos quaesquer de sejam de producção ou manufactura dos territorios de Sua Magestade Britannica, assim dos seus portos da Europa, como das suas colonias, que se acham abertos ao commercio estrangeiros, podem ser livremente importador para o consumo em todos e cada um dos portos do Imperio do Brazil, sendo consignados a quem quer que fôr pagando geral e unicamente direitos que não excedam quinze por cento conforme o valor que lhes é dado na Pauta das avaliações das Alfandegas, sendo esta Pauta promulgada em todos os portos do Imperio, onde ha ou houver Alfandegas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/1824-1899/cartadelei-39868-17-agosto-1827-570824-publicacaooriginal-93923-pe.html#:~:text=Ratifica%20o%20Trabalho%20de%20amizadem,da%20Gr%C3%A3%20Bretanha%20e%20Irlanda>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

[...] ao expandir suas exportações de bens industriais, a Inglaterra criou condições para fomentar a acumulação industrial, induzindo a industrialização de outras nações, como os Estados Unidos e os países mais avançados da Europa, nações que souberam aproveitar suas potencialidades e o dinamismo da economia inglesa para desencadear seu processo de industrialização. O mesmo não ocorreu com as nações da América Latina, África e Ásia, que mantinham uma posição subordinada no mercado internacional e tiveram essa posição de fornecedores de alimentos e matérias-primas e importadores de manufaturados, reforçada pela expansão capitalista, sobretudo após os processos de independência dos países da América Latina na primeira metade do século XIX (Fernandes, 2001, p. 20).

É importante salientar que nesse período o Brasil estava organizado por setores econômicos, tendo como principais matérias de sua produção e extração da borracha na região Norte, a cana de açúcar na região Nordeste, o Sudeste com a produção de café e a região Sul, com a agropecuária¹³⁰. De acordo com Suzana Cristina Fernandes (2001, p. 22) enquanto países da Europa, no final do século XIX, se industrializavam, o Brasil se inseria ainda entre aqueles que,

no bojo da divisão internacional do trabalho, se especializaram como fornecedores de alimentos e matérias-primas para os países industrializados, altamente subordinados ao centro e que não conseguiram ingressar no processo de industrialização e garantir a sua identidade de "país industrializado". Sua posição econômica ao final do século XIX era de um país exportador de produtos primários de baixo valor agregado, altamente dependente da demanda externa e importador de bens manufaturados produzidos pelos países desenvolvidos - uma economia dependente (Fernandes, 2001, p. 22).

Os EUA tiveram um processo de industrialização diverso do Brasil e de outros países da América, já que no ano de 1840 iniciou seu processo de industrialização intensificando logo após a Guerra de Secessão, conflito gerado entre “a economia capitalista do Norte dos Estados Unidos e a economia escravista do Sul que terminou com a vitória das forças progressistas do Norte e o fim do trabalho escravo no país” (Fernandes, 2001, p. 20). Outros países que também tiveram um desenvolvimento forte da industrialização nesse período foi a França “durante o império napoleônico (1804- 1815) e a Alemanha depois de 1840, intensificando-a após a unificação nacional (1870)” (Fernandes, 2001, p. 20). Desse modo, Fernandes destaca que a consequência da difusão do processo de industrialização foi justamente o surgimento de

¹³⁰ Ainda segundo Fernandes (2001, p. 28) “a abundante riqueza natural do Brasil permitia que alguns Estados, principalmente o Amazonas e o Pará, vivessem basicamente da economia extrativista no século XIX. Nestes Estados, a maior parte da produção advinha da extração de produtos que estavam disponíveis na natureza em grande quantidade como: o guaraná produzido no Amazonas, a castanha no Pará e o cacau e a borracha em ambos os estados. Suas fontes de renda dependiam da exploração desses produtos e variavam de acordo com o maior ou menor aproveitamento da indústria extrativa, bem como com variação da demanda e do nível de preços internacionais dos produtos”.

[...] novas potências industriais que vieram a competir com a indústria britânica. Após 1870, quando começou a se desenvolver o processo da Segunda Revolução Industrial, a Inglaterra perdeu o monopólio da produção industrial no mundo capitalista. Quando sobreveio a crise da grande depressão (1873 a 1896), as economias industriais da Alemanha e dos Estados Unidos já eram comparáveis à britânica, chegando a ultrapassá-la na produção do aço. Neste momento, países como a Rússia, a Itália e o Japão, iniciavam um intenso processo de industrialização (Fernandes, 2001, p. 20).

De acordo com Fernandes (2001), outro fator a ser considerado como obstáculo no desenvolvimento industrial no Brasil era a crença dos setores agroexportadores “que o avanço dos industriais poderia significar a perda de sua condição de *centro dinâmico da economia*, daí a sua oposição a industrialização do Brasil” (p.18). Assim, existia uma forte resistência por parte da elite agrária e do comércio importador à implementação de artifícios protecionistas no Brasil. As políticas de proteção à indústria nacional eram criticadas pelos grandes produtores rurais, pois acreditava-se que se a indústria fosse favorecida, a agricultura seria sacrificada “com impostos e que a tarifa protetora encarecia e [dificultaria] a aquisição de instrumentos agrários e os gêneros necessários à subsistência da classe trabalhadora” (Fernandes, 2001, p. 43).

Segundo Sérgio Silva (1981), uma série de fatores a partir de 1870 oportunizará transformações mais profundas para o desenvolvimento embrionário da indústria no Brasil. A economia cafeeira contribui para um desenvolvimento mais complexo da região paulista, para além dos cafezais, o acúmulo de capital do café contribui para o incremento de atividades comerciais, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado¹³¹; o desenvolvimento de transportes com a criação das estradas de ferro, o aparecimento de navios a vapor no atlântico sul e a criação de redes bancárias, a soma desses fatores permitiu que paulatinamente o Brasil fosse criando condições necessárias para o crescimento industrial.

Com base nos estudos de Dennilson de Oliveira (2017), é possível visualizar o número de estabelecimentos industriais no Brasil no ano de 1913 (Quadro 15). É interessante observar que o estado do Paraná possui nesse período 297 empresas, nesse dado não consta o porte de cada indústria, mas pressupõe-se que abarcam um quadro de pequenas fábricas, justamente pelo número total de operários: se dentre as 297 empresas trabalham 4.724 operários, isso significaria que a média de operários por fábrica corresponderia ao número de 20 trabalhadores¹³², levando a crer que a maior parte das fábricas era de pequeno porte, com um

¹³¹ Em 1850 foi estabelecida a Lei n. 581 conhecida como “Lei Euzébio de Queiroz” que, sobre a pressão britânica teve como objetivo reprimir o tráfico de africanos para o Brasil (GARCIA, 2020).

¹³² A título de curiosidade, segundo o Portal da Indústria do Paraná, o número de empresas existentes no estado atualmente – 2021- corresponde ao número de 44.760 companhias, compondo as microempresas com um número

número menor de funcionários por empresa. É possível também observar que comparado a São Paulo, Minas Gerais e ao Distrito Federal, a posição do Paraná, no conjunto da produção industrial, é muito menor:

QUADRO 15 – DADOS CORRESPONDENTES ÀS INDÚSTRIAS EXISTENTES NO BRASIL EM 1913.

ESTADO	Nº de estabelecimentos	Nº de operários	Capital Contos	Valor da Produção
Distrito Federal	662	34.850	167.120	218.345
São Paulo	326	24.186	127.702	118.087
Rio Grande do Sul	314	15.426	48.206	99.779
Pernambuco	118	12.042	58.724	55.206
Paraná	297	4.724	20.841	33.085
Minas Gerais	529	9.405	26.820	31.880
Bahia	78	9.964	27.643	25.078
Pará	54	2.539	11.843	18.203
Sergipe	103	3.027	14.173	14.811
Santa Catarina	163	2.102	9.674	14.144
Amazonas	92	1.168	5.484	13.962
Alagoas	45	3.775	10.778	10.066
Maranhão	18	4.545	13.245	6.840
Mato Grosso	15	3.870	13.650	4.450
Paraíba	42	1.461	4.984	4.388
Ceará	18	1.207	3.521	2.951
Piauí	3	355	1.311	1.193
Rio Grande do Norte	14	560	1.913	1.886
Espírito Santo	4	90	298	579
Goiás	18	90	180	357
TOTAL	3.120	149.018	653.556	731.292

FONTE: Oliveira, 2017, p. 24

No bojo dessas questões, o principal produto de exportação no Brasil, a partir da década de 1870 era o café. A produção cafeeira tem início na região do Vale Paraíba (litoral norte de São Paulo e litoral Sul do Rio de Janeiro) e depois se interiorizou para o oeste paulista, fazendo de São Paulo o grande centro da produção de café no final do século XIX. Ainda de caráter agrícola, o café tornou-se “o principal centro de acumulação de capital no Brasil” (Silva, 1981, p. 17).

de até nove empregados, as pequenas empresas de 10 a 49 empregados, as médias empresas de 50 a 249 empregados e as grandes empresas com 250 ou mais funcionários. Nos dados do IBGE consta que em 2019 o número de empresas chegou a 306,3 mil, sendo o pico da indústria nacional em 2013 com 335 mil companhias empresariais.

Disponível em:

<https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pr#:~:text=44.760%20empresas%20industriais%20em%202021%20no%20estado.> & <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31202-numero-de-empresas-industriais-encolhe-pelo-sexto-ano-seguido-em-2019>. Acesso em: 28 set. 2023.

De acordo com Giovana Gorette Feijó de Almeida e Vania Engel (2016), o setor cafeeiro

[...] foi responsável por 19% do total das exportações, tendo 63% de aumento de participação. Já na concepção de Furtado (1954, p. 113), no primeiro decênio da independência, o café contribuiu com aproximadamente 18% do valor das exportações brasileiras, colocando-se em terceiro lugar, logo após o açúcar e o algodão. Nos dois decênios seguintes passou para o primeiro lugar e representou mais de 40% do valor das exportações (Almeida; Engel, 2016, p. 582).

Nesse sentido, para Sérgio Silva (1981), o café gerou uma economia baseada em contradições: conforme o café expandia a industrialização também se desenvolvia, no entanto, ainda que a produção de café incentivasse o desenvolvimento industrial, a exportação brasileira estava subordinada a um produto primário - o café¹³³ - que acabava deixando “a economia brasileira refém e dependente à lógica do mercado externo. Nesse sentido, ocorria ainda outro problema dentro deste raciocínio, no qual o abastecimento do mercado interno de produtos industrializados era feito com produtos importados”, dificultando desse modo a expansão da indústria brasileira (Silva; Almeida; Engel, p. 581).

Com a crise do café o Brasil começa a mudar as suas políticas econômicas. Devido à crise de 1929¹³⁴ os países Europeus e os Norte Americanos pararam de comprar o café brasileiro, ao mesmo tempo que as indústrias internacionais começam a entrar em falência em decorrência das Grandes Guerras ocorridas no período de 1918-1945 (Silva, 1981). Assim, inicia-se uma demanda interna no Brasil por produtos industrializados uma vez que por conta do período entre guerras e da crise de 1929 os principais países que exportavam para o Brasil não conseguem mais atender a demanda brasileira. Dessa maneira, inicia-se o processo de substituições de importações. Com a vulnerabilidade do modelo primário exportador, o Brasil viu a necessidade de desenvolver sua indústria com a produção de bens não duráveis para o mercado interno (Silva, 1981; Almeida; Engel, 2016).

¹³³ Almeida e Engel (2016, p. 854) salientam que a situação de dependência da economia brasileira por meio da exportação cafeeira decorria do contexto político do período, uma vez que a República Velha estava marcada pela política dos “Coronéis”, esses sujeitos, “exerciam um poder oligárquico sobre a política e a economia do país, consistindo em um núcleo de articulação desse sistema, no qual poucos efetivamente detinham o poder político. O Coronel, geralmente, era um grande proprietário rural que exercia ampla influência no poder local, o qual se refletiria, posteriormente, para a esfera estadual e federal. Em vista disso, ficava evidente que o poder político e econômico na República Velha era exercido pelas Oligarquias Regionais que transportavam seu poder para o plano nacional”. É interessante mencionar que em 1898 Campos Salles foi eleito presidente da República e “desenvolveu uma política de apoio à agricultura e de valorização do plantio de café, recusando-se a adotar medidas de proteção à indústria brasileira”.

¹³⁴ Almeida e Engel (2016) explicam que, “no Brasil, a depressão causou um impacto negativo sobre as exportações. Os valores sofreram uma queda de US\$ 445,9 milhões em 1929 para US\$ 180,6 milhões em 1932 (BAER, 1995). O preço do café atingiu um terço do preço que alcançara entre 1925 e 1929 e as relações de troca do país caíram em torno de 50%. Além da redução das receitas de exportação, a entrada do capital estrangeiro cessou quase por completo, o que obrigou o governo a tomar algumas medidas drásticas”.

A indústria embrionária do Paraná também concentra sua produção nas atividades agrícolas e extrativistas. Para além do café, o Paraná teve outras atividades econômicas ligadas ao tropeirismo, ao cultivo da erva-mate e da extração da madeira. Segundo Nilvam Bravin, Sandra Goés e Sullin Ribeiro Bravin (2015, p. 52), de 1840 a 1914 a produção da erva mate foi “o segmento responsável pela maior parte da produção e absorção do trabalho no estado, agindo dessa maneira, como fator de ocupação regional”. O processo de cultivo da erva-mate, desde a extração até o processamento industrial, o transporte e a exportação, oportunizaram investimentos na infraestrutura do Paraná, assim,

[...] a exportação de erva mate se tornou possível e, economicamente viável, graças à implantação de inúmeros moinhos que funcionavam no litoral e também no planalto de Curitiba. Nesse período, é implantada a ferrovia que atravessa a Serra do Mar, construída entre os anos de 1880 e 1885, com o intuito de escoar a produção até o porto paranaense. A construção desta via de transporte favoreceu ainda mais o desenvolvimento de Curitiba. O beneficiamento da erva mate era feito em engenhos, sendo que a mecanização e modernização do processo produtivo representaram o princípio da atividade industrial no Estado do Paraná no século XIX (Bravin; Goés; Ribeiro Bravin, 2015, p. 52).

De acordo com Dennilson Oliveira (2017, p. 30), a partir da década de 1919 até os anos de 1934 o segmento econômico que ganhará destaque no estado do Paraná será o setor madeireiro, tornando-se a principal atividade econômica do estado. Inicialmente esteve “vinculada ao suprimento de barris e caixas de embalagens para a produção de erva mate”, posteriormente fizeram parte do cenário econômico paranaense a extração da madeira e o desenvolvimento das suas indústrias correlatas como a produção do papel, papelão e de mobiliário¹³⁵.

A construção da Estrada da Graciosa e da Ferrovia Curitiba-Paranaguá abriu novas possibilidades de exploração da madeira. A serraria tornou-se um estabelecimento comum à paisagem paranaense, resultando tanto do desenvolvimento da malha de transportes, quanto da demanda interna por madeira das cidades paranaenses em franco processo de crescimento. Finalmente, a madeira acabou por se converter em um dos nossos principais produtos de exportação e nosso maior ramo industrial (Oliveira, 2017, p. 30).

A partir dos anos de 1930, o segmento econômico de maior folego no Paraná também será o café, “fruto da expansão da lavoura paulista no Norte paranaense. Na década de 1940, com a ocupação do chamado Norte Novo e o conseqüente aumento das lavouras de café, o mesmo passou a ser o produto de maior importância da economia paranaense”. (Bravin, Goés,

¹³⁵ Segundo Jandir Ferrera de Lima, Ricardo Rippel e Cristiano Stamm (2007, p. 55) “ainda na primeira metade do século XX, o período entre as duas guerras mundiais (1919-1934) foi marcado pela consolidação em torno do setor madeireiro. Essa consolidação deu-se de forma lenta, graças ao mercado consumidor interno, bem como também às condições criadas pelas Guerras. Segundo Paludo e Barros (1995), 78% das indústrias paranaenses surgidas na década de 1920 estavam ligadas à madeira. Em 1930 a madeira já ocupava o 1º lugar nas vendas paranaenses, principalmente para o exterior (Europa)”.

Ribeiro Bravin, 2015, p. 53).

Em tom de prosa, Nestor Vitor, que era poeta e escritor contemporâneo ao período embrionário da indústria paranaense, relata em seu livro “A Terra do Futuro: impressões do Paraná”, escrito em 1912, que o mate foi para o Paraná a folha de ouro assim como o grão de café é ouro para os paulistas. Nesse sentido, com base no relatório de finanças do período, elenca as principais atividades econômicas de exportação do Paraná: 1º a erva-mate, 2º a madeira, 3º os fósforos, posteriormente, vêm o “café, os animais suínos, as bananas, as carnes salgadas, o gado bovino, animais cavalares e muares, couros, etc.” (Vitor, 1912, p. 100). Observa-se com base na fala do cronista que a economia do Paraná se sustentava ainda muito na base agrícola e extrativista, uma indústria do setor primário concentrada na exportação.

Diante do painel apresentado, torna-se compreensível adentrar ao arquivo público do Paraná e a outros espaços de pesquisa e não encontrar fábricas específicas para o feitiço de móveis escolares. O que se pode levantar até o momento são fábricas que avançam no grau de desenvolvimento industrial, mas ainda se caracterizam como uma produção híbrida de móveis domésticos, móveis escolares, móveis para escritório entre outras modalidades, além da produção artesanal mesclada com o feitiço industrial. Na intenção de conhecer melhor as fábricas de móveis que, também produziam móveis escolares no Paraná, é que se apresenta a seção a seguir.

4.2 Fabricantes de móveis escolares atuantes no Paraná: indícios de uma produção embrionária para um sistema de fábrica mais complexo

A historiografia econômica, com base no que foi exposto até o momento nesse estudo, nos demonstrou que o Brasil estava em um outro lugar no processo do desenvolvimento industrial quando perspectivado a países da Europa e dos EUA. Com a aquisição das tecnologias e o avanço industrial, esses países, entre os anos de 1850 e 1945, possuíam um sistema produtivo pautado pela entrada do aço, da eletricidade e do petróleo, período conhecido na historiografia econômica como a “segunda revolução industrial”. Nesse caminho, pode-se dizer que o Brasil ainda vivia o desenvolvimento da “primeira revolução industrial” com uma força produtiva que ainda transitava entre a substituição das manufaturas para as maquinofaturas e a introdução das máquinas a vapor, do ferro e do carvão. Essas transformações e transições dos sistemas produtivos podem ser identificadas quando estudamos o abastecimento material da instrução pública brasileira.

Essa característica de uma confecção que transita entre a face artesanal e a face industrial é expressa por Juarez Anjos (2019) na elaboração do conceito de “protoindústria” ao estudar as primeiras experiências industriais da produção de móveis escolares no Brasil Imperial.

Ocorre que, antes da existência de uma indústria escolar autônoma e autossustentável entre nós – coisa que, até onde a recente historiografia permite apontar, deu-se de forma mais sensível da primeira década da república em diante –, parece ter existido o que poderíamos chamar de *protoindústria* escolar, ou seja, primeiras experiências industriais de fabricação de móveis para a escola, sem que esse ramo de produção fosse o carro-chefe de uma indústria, mas, ainda assim, resultante da percepção que alguns fabricantes, já dotados de certo *know how* em suas áreas de atuação originárias, tiveram da escola como um mercado e dos agentes a ela ligados (estado, donos de escolas e colégios, etc.) como clientes em potencial de uma nova e lucrativa relação comercial que, só mais tarde, ganharia corpo e vigor entre nós (Anjos, 2019, p. 74, grifo no original).

A elaboração do conceito parte do estudo de caso da exposição de bancos-carteiras para as escolas pela fábrica dos Röhe & Irmãos e pelos detentos da Casa de Correção da Corte, ambos divulgados na Exposição Industrial de 1881, no grupo “Indústria de Madeiras em Geral, na seção “Produtos da Indústria em Geral” (Anjos, 2019, p. 73). Os bancos-carteiras feitos pelos Röhe & Irmãos, do tipo “Victória”, foram bem avaliados, segundo o júri a arte de marceneiro é notável pelo seu acabamento. A Casa de Correção da Corte, por sua vez, não foi muito bem avaliada, sendo considerada a sua arte em madeira inferior.

A menção à categoria criada por Anjos (2019) – a Protoindústria – é pertinente nessa investigação para compreender o desenvolvimento da indústria no Paraná e para inspirar elaborações das condições fabris dos fornecedores de móveis paranaenses mencionados nesse estudo. A fábrica Röhe & Irmãos foi fundada “em 1831, pelos imigrantes alemães Johan Röhe e Anton Röhe, funcionou ininterruptamente até 1883, quando uma crise financeira levou a dissolução da sociedade e sua fusão com a Companhia Construtora”. Mais do que narrar a biografia da fábrica, me interessa traçar aqui as características que a circunscrevem como uma protoindústria e que podem ser perspectivadas às fábricas paranaenses. Por exemplo, um dos principais fornecedores de móveis à instrução pública paranaense foi Pedro Rispoli, que também na condição de imigrante, junto de seu irmão Paschoal Rispoli, produziram móveis no empreendimento chamado “O Mobiliário Artístico”. Para além da condição de imigrantes, outro fator em comum é o perfil artístico presente nas mobílias, característica presente nos móveis da fábrica Röhe & Irmãos e também ao Mobiliário Artístico. Além disso, as duas fábricas não se dedicavam a uma única frente de produção e venda: Pedro Rispoli possui uma cooperativa de Prédios e Röhe & Irmãos eram reconhecidos pela fabricação de carros, carruagens e condução pública. Essa informação é interessante, porque no estudo que realizei

na dissertação apresentei outros dois empreendedores que forneceram móveis a instrução pública: Júlio Eduardo Gineste¹³⁶, imigrante francês, que, além de ter uma fábrica de móveis era dono de uma linha de diligências e Affonso Lubrano, que também possuía uma cooperativa de carros.

A intenção não é repetir na tese a apresentação realizada na dissertação sobre esses fornecedores, mas observar o elo comum entre esses sujeitos – os marceneiros paranaenses e a fábrica Röhe & Irmãos – que pode estar relacionado ao grau do desenvolvimento industrial de suas fábricas: ao transitarem por uma mão de obra especializada, pertencerem a uma rede de cumplicidade, transitarem em contextos internacionais e possuírem para além do feitiço artístico, um sistema produtivo com máquinas a vapor, a introdução do ferro e do carvão; esses sujeitos podem ser considerados como protagonistas de uma experiência de produção com características “protoindustriais”. Toda via, no Paraná, percebo outras características sobre a experiência de produção dos fabricantes que revela a atuação de artesões, artífices empreendedores e o desenvolvimento da indústria complexa, numa imbricada relação entre o grau do desenvolvimento econômico, a expansão da frequência escolar e a própria escala de produção sob as carteiras escolares paranaenses.

Com base em dados provenientes de almanaques e anuários comerciais, menções honrosas concedidas nas seções educativas de exposições nacionais e internacionais, catálogos comerciais internacionais, proponho nas linhas a seguir o resultado de um primeiro levantamento de fabricantes de móveis escolares no estado do Paraná, não de modo exaustivo, mas com o objetivo de localizar e entender o setor da produção fábriil paranaense que, no período de 1880 a 1930, transitou entre meios de produção de pequenas oficinas, fábricas a vapor e um sistema de produção complexo que revelam e dão indícios sobre o processo de desenvolvimento industrial no Paraná e sobre as condições que o provimento material da escola foi organizado.

¹³⁶ Julio Eduardo Gineste foi o fornecedor de móveis que mais apresenta vestígios sobre a condição material de sua oficina. Tanto nos jornais como no acervo da casa da memória demonstram que Gineste foi um empreendedor em potencial que circulou entra a exposição universal de Paris e que também mandou vir da França, Alemanha e dos EUA, máquinas que caracterizavam a alta marcenária, Além dessas informações consta no jornal que sua fabrica possuía “martelos de grande força, usinas, fornos baixos para o preparo de metaes, ventiladores, aparelhos de polimento de tornos, [...] dois motores de 30 cavallos” (A REPÚBLICA, Pela Indústria, 3/6/1894, p. 1). Mais informações sobre Julio Eduardo Gineste podem ser acessadas no artigo: “Pistas e Indícios: uma investigação sobre o processo de aquisição mobiliar da escola primária (1884 – 1894)” sob minha autoria e da professora Gizele de Souza, publicado na revista Educação e Emancipação em 2020.

- *Alberto Dittert*

Dentro do rol dos marceneiros que caracterizo como **artífices empreendedores**, início a apresentação com o fabricante Alberto Dittert¹³⁷. Esse comerciante é apresentado nas páginas dos jornais como um habilidoso artista no manuseio com a madeira, mas também é citado como um importante industrial. No ano de 1906, no jornal o Diario da Tarde consta que sua marcenaria está localizada na rua Saldanha Marinho, ainda que seja citado no jornal como “industrial” o uso parece mais um recurso retórico do que de fato a descrição dos meios de produção empregado, uma vez que a este respeito é mencionado que a confecção de seus móveis é feita em “imbuia com delicados talhos esculpturaes, formando o encosto uma rede de entrelaçamentos, feitos com capricho na própria madeira” (Diario da Tarde, Factos Diversos, 1906, p. 2). Sua relação comercial com a instrução pública não foi localizada de maneira direta, no entanto, por meio da Secretária de Finanças do Estado do Paraná foi possível verificar que Alberto Dittert forneceu diversos objetos à secretaria (A República, Secretaria de Obras Públicas, 1906, p. 2).

Vale recapitular que na dissertação constatei a relação comercial entre fabricantes de móveis escolares e agentes da instrução pública vinculados a maçonaria. Ao realizar tal feito, foi observado que Alberto Dittert também demonstra a sua circulação pela organização fraternal, uma vez que é mencionado o batismo de seu filho na “sessão comemorativa da data natalícia de S. João padroeiro da maçonaria, sendo a cerimônia presidida pelo Dr. Trajano dos Reis, grão-mestre de honra” (DIARIO da Tarde, Grande Oriente do Paraná, 1910, p. 2). Além dessas informações, Dittert foi nomeado, em 1923, para exercer o cargo de professor de trabalhos manuais da Escola Normal de Curitiba (Diario da Tarde, Actos Officiais, 1923, p. 2).

Na Figura 44, pode-se identificar outra nomenclatura ao estabelecimento comercial de Dittert, citado como “Officinas de Móveis Teuto-Brasileira”¹³⁸. Além dessas informações, o caráter artístico e de refinado bom gosto é reafirmado pelas premiações destacadas no cartaz propagandístico: “Premiada na Exposição de 1900 com medalha de Prata; na Exposição do Cinquentenário do Paraná em 1903 com medalha de Ouro e na Exposição Nacional do Rio de Janeiro com Grande Premio” (Paraná Moderno, Officinas de Moveis, 1910, p. 8)

¹³⁷ A grafia do nome de Alberto Ditter varia nas páginas dos jornais. Com isso é possível encontrar menções a esse sujeito sob a grafia de Albert Dittert e Albert Dittert.

¹³⁸ Segundo André Fabiano Voigt (2008, p. 75) Teuto-brasileiro é “a designação genérica que se atribui aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para sua ocupação sistemática, sobretudo nos Estados do Sul”,

FIGURA 44 – OFICINA DE MÓVEIS DE ALBERTO DITTERT



FONTE: Paraná Moderno. Oficinas de Moveis. 1910, p. 8

- *Affonso Lubrano*

Affonso Lubrano foi um comerciante importante dentro daqueles que forneceram móveis à Instrução Pública Primária. Nos anos de 1900 a 1906 apareceu na correspondência governamental e nas páginas jornalísticas como um comerciante contemporâneo às mesmas instituições escolares que Pedro Rispoli fornecia seus móveis. Vale destacar que ambos os sujeitos eram membros da “Unione e Fratellanza”, uma das Lojas¹³⁹ maçônicas italianas do Paraná e também forneceu móveis a instituições de destaque no cenário urbano curitibano como à Escola Carvalho (A República, Secretaria do Interior, 23/4/1903, p. 1), e o “Novo Gymnasio”, em 1904, do qual recebeu 1.500 (um conto e quinhentos mil réis) de móveis fornecidos a este estabelecimento (A República, Secretaria do Interior, 27/5/1904, p. 1). No cartaz propagandístico é possível avaliar que Lubrano também fazia parte dos empreendimentos comerciais que possuíam na sua confecção uma linguagem artística, se não possuíam, o nome “Marcenaria Artística” ao menos indica a pretensão de dar aos produtos fornecidos um ar

¹³⁹ Segundo Philipe Egito (2011, p. 9), “na maçonaria se dá o nome de Loja ao conjunto de maçons ali reunidos. Esse nome deriva do inglês Lodge que significa: Alojamento, hospedagem, pavilhão. Tal Alojamento era o lugar reservado para os Cavaleiros Templários no Templo do Rei Salomão. Os ingleses adotaram essa nomenclatura para a maçonaria moderna”. A nomenclatura para o local de reunião dos membros da maçonaria pode variar entre “loja” e “oficina”.

sofisticado, uma vez que o anúncio faz questão de mencionar a qualidade dos produtos fornecidos: mobília artística e de luxo.

FIGURA 45 – CARTAZ DA MARCENARIA ARTÍSTICA DE AFFONDO LUBRANO

Marcenaria Artística
de AFFONSO LUBRANO
 Colchoaria, Officina de Estofador e fabrica de estrados
 de molas para camas de solteiros e casados
*Prevenimos ao respeitavel publico que tendo introduzido grandes
 melhoramentos no nosso estabelecimento, achamo nos habilitados para a
 fabricação de toda especie de mobilia a gosto dos freguezes.*
*Mobillas artisticas e de luxo, mobillas de estylos classifcos, confor-
 me modelos que possuimos e conforme os modelos que nos podem ser
 fornecidos pelos committentes.*
Grande estabelecimento a vapor
 21—Rua da Liberdade—21
 CURITYBA
Aberto até ás 8 horas da noite
 Avisemos aos nossos amigos e conhecidos que acha-se
 aberta a subscrição para uma **Cooperativa de Moveis** em con-
 dições muito vantajosas.

FONTE: Diario da tarde, Marcenaria Artística de Affonso Lubrano, 1904, p. 4.

Além do fornecimento de móveis Affonso Lubrano se lançava em outras frentes comerciais como a fabricação de carros. Na imagem abaixo pode-se visualizar que o carro apresentado não é a mesma compreensão que temos hoje, mas demonstra ser uma espécie de carroceria vide o formato e estilo das rodas e também dos assentos estofados, conforme o cartaz a seguir (Figura 46):

FIGURA 46 – COOPERATIVA DE CARROS DE AFFONSO LUBRANO

ATENÇÃO- O abaixo assignado, tendo installado uma grande fabrica de carros a RUA DA LIBERDADE n. 65 (em frente ao Palacio), convida ao respeitavel publico para visital-a ; e, outrosim, comprometto-se a fabricar por preço modico e no prazo combinado, qualquer trabalho pertencente a este ramo como sejam : landau, meia caleça, phaeton, victoria, aranha, carro americano etc. etc. Incumbe-se igualmente de concertos e pinturas de qualquer especie de vehiculo. 5-3

TRABALHO GARANTIDO
Rue da Liberdade n. 65



Afonso Lubrano

COOPERATIVA DE CARROS

Esta Cooperativa compõe-se de 100 socios, contribuindo cada um, com 40\$000 mensal, em 30 mezes. Cada mez tem um sorteio, por meio do final da Loteria da Capital Federal. A Imprensa avisará o dia de cada mez que deve correr o sorteio, e avisará tambem qual foi o socio premiado. O socio terá direito a um PHAETON com jogo de volta inteira e eixo patente estufado de chacrim com guarda-lama de couro envernizado. Todo material é de primeira qualidade. O socio que tiver precisão de uma meia caleça contribuirá com dous numeros. O socio terá direito de escolher o desenho da meia caleça. O socio que tirar 15.^a prestação tem de presente 2 lanternas e um chicote. O socio que ganhar na 20.^a prestação receberá de presente um magnifico arreo. O socio que ficar a 30.^a prestação terá de presente um bom cavallo e um arreo. O socio tem direito a receber o carro no mesmo dia que fôr sorteado. Todos os socios que ficar o ultimo, receberão o carro uma vez terminada a Cooperativa. NOTA—As pessoas que desejarem ficar com esta Cooperativa, farão o favor de avisar-me, dando o numero. O Proprietario, AFFONSO LUBRANO.—Rua da Liberdade n. 65—Em frente ao Palacio.

FONTE: O olho da rua, Cooperativa de Carros, 1907, p. 3.

Assim como fábrica dos Röhe & Irmãos (Anjos, 2019), as experiências de produção de móveis escolares por Afonso Lubrano apresentam vários graus de semelhança justamente por transitar entre um feito artístico e fabril.

- **Antonio Rodrigues Lagos**

No dia 8 de novembro de 1910, consta que Antonio Rodrigues Lagos recebeu pela verba “Möbilias Escolares” da secretária de finanças do Estado do Paraná a quantia de Rs. 452\$000 réis “de móveis fornecidos, de ordem da Directoria Geral da Instrução Pública, as escolas públicas de Tibagy” (A República, Secretaria do Interior, 1910, p. 1). A notícia menciona somente o nome de Antonio Rodrigues Lagos sem dar mais pista sobre a existência de uma fábrica, marcenaria ou circulação mais potente. No entanto, essa informação nos ajuda a compreender que o Estado acionava, para além das fábricas de porte mais renomado, sujeitos que detinham conhecimento sobre a confecção mobiliária e assim supriam as escolas materialmente.

- **Augusto Sabatke**

Augusto Sabatke não aparece nas fontes consultadas como um fornecedor de móveis assíduo à instrução pública. Localizado na cidade de Piraquara, seu estabelecimento comercial

está associado à confecção por atacado de vassouras e cabo de vassouras (A República, Atenção, 1895, p. 4). No entanto, uma informação interessante é que esse mesmo sujeito irá receber do Almoxarifado Geral do estado uma quantia de 180\$000 réis de objetos fornecidos. O jornal não faz menção da tipologia dos produtos adquiridos, podendo o estabelecimento ter fornecido móveis ou somente vassouras.

- **Carlos Stefan**

No dia 10 de maio de 1906 foi enviado a secretaria do interior uma carta no qual continha uma proposta de fornecimento de mobiliário escolar ao Ginásio e à Escola Normal no valor de 4.316\$000 reis pela marcenaria a vapor de Carlos Stefan. A carta, escrita pelo inspetor geral da instrução pública, Arthur Cerqueira, ainda informava que vários estabelecimentos foram consultados, no entanto, aquele que atendia de melhor forma em termos de qualidade e preço era a marcenaria mencionada. Por isso, o valor a ser pago à Carlos Stefan poderia ser modificado, visto que a secretaria precisava de consertos de outros móveis da capital, sendo assim, aproveitariam o contato estabelecido e acionariam a mesma marcenaria. Na relação da proposta enviada por Carlos Stefan continha os seguintes móveis orçados:

QUADRO 16 - RELAÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PROPOSTOS POR CARLOS STEFAN À INSTRUÇÃO PÚBLICA

250	Bancos com 0,80 de altura, 0,80 de largura e 1,15 de comprimento a 13\$000	3:250\$000
13	Cadeiras de braço para os lentes (imbuia)	390\$000
12	ditas de imbuia sem braço	240\$000
12	Ditas de pinho imit. Imbuia	70\$000
1	Lavatório com pedra e espelho (imit. Imbuia)	60\$000
4	Bancos com armação de ferro para o recreio	120\$000
1	Mesa pequena torneada para talha	8\$000
2	Ditas lisas e envernizadas a 5\$000	10\$000
1	Estrado para a mesa da congregação	35\$000
1	Dito pequeno com 1,10 de comprimento por 25 de altura.	7\$000
4	Quadros negros com cavaletes	40\$000
24	Pranchetas	72\$000
2	Quadros com vidro para honorarias a 3\$000	6\$000
	Concertos de 2 bancos do ginásio	8\$000
Total		4:316\$000

FONTE: Stefan, Orçamento, AP 1249, 1906, p. 81

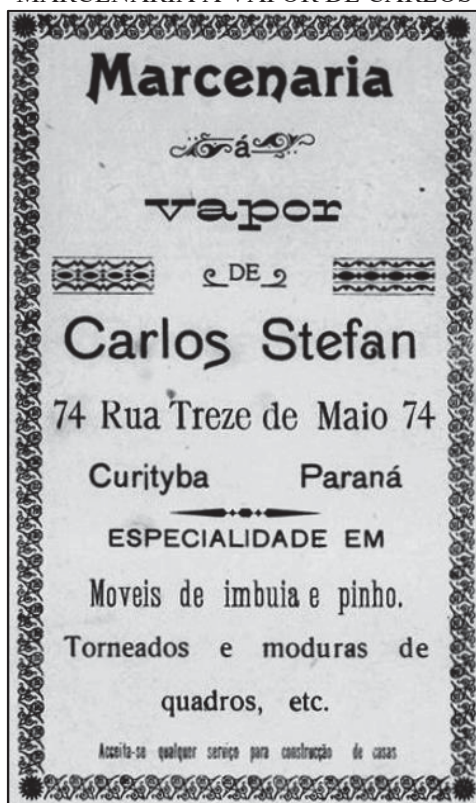
Para além do fornecimento de móveis ao Ginásio Paranaense e à Escola Normal, no jornal A República consta que Carlos Stefan recebeu pagamento na quantia de 336\$000 reais proveniente de 24 carteiras fornecidas ao Grupo Escolar da Lapa (A República, dia 3, 1906, p.1). Ainda entre as notícias de pagamento referente ao fornecimento de móveis escolares, a Secretaria do Interior informa:

Ao Sr. Dr. Secretário de finanças, pediu-se que, pelo saldo existente na verba – Mobilia Escolar – inciso 7. Art. 3. Do orçamento em vigência e pelo credito suplementar aberto com o decreto n. 212 aquela verba, e cuja copia enviou-se-lhe, mandasse pagar à Carlos Stephan a quantia de (3:050\$000) à Pedro Rispoli a de (977\$000) e a Francisco Bertagnioli a de (200\$000), provenientes de mobílias que forneceram para o novo edificio do Gymnasio Paranaense e Escola Normal (A República, Secretaria do Interior, 1904, p. 1).

A partir do relato jornalístico é possível inferir que a Secretaria do Interior não acionava uma única fábrica ou um único fabricante para prover a instrução pública dos móveis necessários, mas de forma conjugada acionava diversos sujeitos. A semelhança entre os sujeitos nomeados pelo estado para a fabricação dos móveis escolares, em relação as mobílias fornecidas aos centros educativos de destaque, está para uma composição mobiliária que transita entre o feitiço de fábrica, mas também artístico. Carlos Stefan, por exemplo, ao expor a mobília confeccionada no salão da Associação dos Empregados no Comercio, tem a sua produção referenciada como uma confecção artística (A Notícia, Exposição industrial, N. 234, 1906, p. 1.).

Na imagem a seguir (Figura 47), é possível observar um dos cartazes propagandísticos que circulava na imprensa periódica sobre a marcenaria a vapor de Carlos Stefan:

FIGURA 47 – MARCENARIA A VAPOR DE CARLOS STEFAN



FONTE: Almanach do Paraná, 1909, p. 368.

Pelo fio do nome de Carlos Stefan ainda foi possível encontrar uma petição assinada por proprietários de oficinas de marcenaria que reivindicam a redução da taxa acima dos produtos exportados pela estrada de ferro. Dos representantes dos marceneiros que pedem a redução da tarifa estão: Carlos Stefan, Pedro Rispoli, Rudolf Puckert, Carlos Leinig, Henrique Henke, Fernando Freyer, Rudolfo Rosenan, Paulo Leindorf, Carlos Wegener, Alberto Walker, Rudolf Marty, Carlos Stenzel, Salvatore Maida, Ricardo Besko, Luiz Trinti, Pascualino Aiella, Ludovico Egg, Eduardo Egg e Affonso Lubrano. É interessante observar que os nomes que abastassem as principais escolas do Estado do Paraná, como Rudolf Puckert¹⁴⁰ – um dos fornecedores responsável pelo abastecimento do primeiro Jardim de Infância de Curitiba -; Pedro Rispoli – responsável pela fabricação de móveis ao Grupo Escolar de Ponta Grossa e grupos escolares de Curitiba -; Affonso Lubrano e Salvatore/Salvador Maida, entre outros sujeitos que serão apresentados ainda nessa relação, estão presentes na organização de

¹⁴⁰ Virginia Lourençon da Silva vem investigando em seus estudos a atuação de Rudolf Puckert enquanto um dos fornecedores da materialidade do primeiro jardim de infância em Curitiba nas primeiras décadas do século XX. Para mais informações acessar: LOURENÇON da SILVA, Virginia; GARCIA, Gecia Aline; SOUSA, Gizele de. Os recibos comerciais e as suas possibilidades interpretativas para a pesquisa em cultura material escolar. *In*: SOUSA, Gizele de; GARCIA, Gecia Aline; CORDEIRO, Andréa Bezerra; BENCOSTTA, Marcus Levy. **Fontes, Enredos e Acervos: Cultura Material Escolar em Pesquisa(s)**. Nepie, Curitiba, 2024 (no prelo).

representação da petição e demonstram a sua força de organização política e social.

Mas o que se torna interessante dessa relação é a condição de artífices empreendedores, os sujeitos até aqui citados eram proprietários de oficinas de marcenária, eram donos dos meios de produção e conheciam o ofício da carpintaria. Conforme o estudo for avançando e adentrarmos em escalas de produções mais complexas essa característica de proprietário-produtor irá se tornar menos frequente. A escala de produção irá se complexificar, a produção não será mais pelo proprietário artífice que conhece todas as etapas da arte executada, mas passará para um gestor que, ao invés do domínio da técnica contratará operários para a confecção, tornando a produção mais segmentada. Seguirei com a apresentação dos demais fornecedores à instrução pública para, no final, explicar as diferenças entre uma escala de produção artesanal e uma escala de produção industrial.

- ***Carlos Leinig***

Nas páginas do Jornal A República consta que Carlos Leinig, em 1898, tinha 25 anos, era casado, filho de Julio Leinig e a sua profissão estava como “artista” (A República, Alistamento Eleitoral, 1898, p. 2). Já nas páginas do jornal Diario da Tarde, em uma matéria dedicada a narrar as indústrias do Paraná é possível encontrar uma pequena biografia que nos das pistas sobre os rastros deixados por Carlos Leinig. Nascido em Curitiba, esse sujeito é descrito na retórica jornalística com uma posição honrosa dentre os industriais do Paraná, isso porque Carlos Leinig “dedicou-se com ardoroso entusiasmo a aprendizagem da marcenaria, conseguindo em pouco tempo tornar-se conhecedor não só dessa arte, como da de tornearia e entalhadoria” (Diario da Tarde, Pelas industrias, 1900, p. 2). A menção ao conhecimento dessas técnicas é ressaltada pela matéria ao remeter o trabalho ao ganho da medalha de prata na exposição industrial do Paraná em 1900. Desse modo, a experiência do conhecimento sobre a marcenaria é ilustrado na menção dos seus 15 anos de atuação e nas oficinas movidas a vapor que mantém instaladas na Rua Marechal Deodoro. Além dessas informações, consta que entre os anos de 1893 a 1894 o estabelecimento de Carlos Leinig “mantinha de 30 a 35 operarios, hoje, porem, em consequencia da crise industrial que asoberba o paiz, esse numero esta reduzido para 20. Mesmo assim é extraordinario o affan uaquelle emporio de trabalho, que tanto dignifica os destinos da industria paranaense” (Diario da Tarde, Pelas industrias, 1900, p. 2).

Ainda é importante considerar que a retórica jornalística não deixa de mencionar as taxas sob a estrada de ferro que prejudicam a saída do mobiliário para outras praças e países reforçando o potencial dos móveis feitos por Leinig para figurar no mercado estrangeiro. No cartaz propagandístico (Figura 48), Carlos Leinig destaca que seus móveis são compostos pelos

desenhos mais modernos com referências provenientes da Europa, conforme o cartaz a seguir (Figura 48):

FIGURA 48 – MARCENARIA A VAPOR DE CARLOS LEINIG



FONTE: Almanach do Paraná: Commercio, Historia e Litteratura (PR), Cartaz propagandistico, 1908, p. 354.

Dentre as obras de marcenaria e carpintaria expostas na exposição nacional do Rio de Janeiro em 1908, Carlos Leinig foi premiado com medalha de ouro (A República, Exposição Nacional, 1909, p. 1) e parece que seu prestígio artístico lhe rendeu as fabricações “do mobiliário elegante e confortavel” (A República, Notas e Noticias, 1915, p. 1) do Teatro Guaíra em 1915 e já detinha uma trajetória de prestação pública ao produzir mobiliário escolar destinado às escolas públicas da capital e a secretaria de polícia provincial (Dezenove de Dezembro, Parte Official, 1884, p. 1).

- **Décio Boni e Comp.**

Pela verba de Obras Públicas em Geral, Decio Boni e Comp. recebeu uma quantia, não

especificada no jornal, sobre os materiais fornecidos ao Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, à Secretaria de Obras Públicas e ao Fórum. Para além dos serviços oferecidos ao Grupo Escolar, Decio Boni também deixou rastros pela história ao fornecer serviços e materiais a Secretaria do Interior e ao Superior Tribunal de Justiça no valor de 1:354\$700 (A República, Secretaria de Obras públicas, 1909, p. 1); e serviços de carpintaria feitos no Palácio da Presidência no valor de 332\$000 (A República, Expediente, 1909, p. 1). No ano de 1908, Decio Boni ganha destaque ao lado de Pedro Rispoli e Alberto Ditter pela confecção de um quadro em mosaico que foi exposto na seção paranaense da Exposição Nacional do Rio de Janeiro (A República, O Paraná na Exposição, 1908, p. 1). Por fim, Decio Boni aparece dentro da rede de sociabilidade de Pedro Rispoli, uma vez que ambos aparecem citados no jornal como participantes da comissão Italiana em comemoração ao seu 4ª centenário (Diario da Tarde, Comissão Italiana, 1900, p. 1).

- ***Fernando Egg***

No dia 21 de 1894 foi paga a quantia de 100\$000 ao marceneiro Fernando Egg devido ao fornecimento de mobília para a escola promiscua do Alto da cidade de Curitiba (A República, Parte Oficial, 1894, p. 2). Das informações possíveis encontradas, até agora, consta que o marceneiro era natural da Áustria, casado, tinha como profissão artista e era morador da rua Aquidaban. Em 1906, consta que Fernando Egg faleceu aos 60 anos (A República, Obitos, 1906, p. 2)

- ***Julio Eduardo Gineste***

Como mencionado anteriormente, na minha dissertação me dediquei a conhecer a produção mobiliária para as escolas paranaense de três fornecedores imigrantes: Pedro Rispoli, Afonso Lubrano e Julio Eduardo Gineste. Este último de procedência francesa, habitou a Colônia Assunguy, porém foi na capital paranaense que desenvolveu seu trabalho atendendo as demandas escolares por meio do provimento material. De acordo com a “justificativa de Lei sancionada pelo prefeito municipal Nei Braga, Julio Eduardo Gineste foi um dos pioneiros na instalação de oficinas mecânicas e de carpintaria em Curitiba” (Paraná, 1958, p. 1). Na matéria intitulada “Pela Industria”, Julio Eduardo Gineste é descrito como um grande industrial que veio fortalecer a economia paranaense, para além do investimento em suas oficinas o jornal ressalta outras atividades que esse sujeito já se lançou:

Não há quem não conheça aquele Julio das antigas diligências, depois dono de uma magnifico hotel e muitos outros empreendimentos de progresso e hoje finalmente transformado em grande industrialista, sempre operoso e sempre amável. E' um francez de raça, ligando seu gênio activo a sua educação sempre adorável. Dispondo de regular fortuna adquirida à custa do seu trabalho honesto e honrado, este sympatico europeu, amigo sincero dos paranaenses, empreendeu uma nova feição a nossa indústria mecânica, dotando nossa terra de um estabelecimento de primeira ordem, cujos ramos de trabalhos vamos aqui resumidamente detalhar (A República, Pela Indústria, 1894, p. 1).

Na redação, é possível perceber que o jornal traz a retórica do progresso e da modernidade atrelada aos investimentos dos industriais. Principalmente com a notícia de que Júlio Gineste mandou vir da França, Alemanha e dos EUA máquinas que caracterizavam a alta marcenaria:

Procurando dotar as suas officinas dos mecanismos os mais modernos o Sr. Gineste mandou vir da França, da Alemanha e dos Estados Unidos do Norte da América, machinas de grande força e delicadíssimas, com movimento de rotação e translação facilimos, e engrenagens doces, preparados para todos os trabalhos da alta marcenaria, desde o serramento do toro bruto até o polimento do mais delicado móvel, com os seus entalhamentos profundamente artísticos e os seus recortes os mais rendilhados e exquisitos (A República, Pela Indústria, 1894, p. 1).

Nessa perspectiva, sob os critérios de qualidade e tempo habil, Julio Eduardo Gineste é mencionado no livro de despacho de móveis do Superintendencia de Claudino dos Santos, de modo que a qualificação aparenta reforçar os contratos estabelecidos com o negociante (Santos, 1894, p. 28). Nesse sentido, Gineste forneceu móveis no momento de instalação da Escola Tiradentes (A República, Secretaria do Interior, 1895, p. 2), a compra 200 Escrivaninhas bancos compridos; 20 mezas com gavetas para professores; 20 quadro negros; e 20 cadeira para professores fornecidos as Casas Escolares da provincia (Abreu, 1896, p. 71) e a reparos realizados no mobiliário da Escola Oliveira Bello, no valor de 555\$000 (Carvalho Filho, 1896, p. 22). Júlio Eduardo Gineste falece no dia 21 de julho de 1902 (A República, Registro da Morte, 1902, p. 1), dois meses depois o prédio que sedia suas oficinas de marcenaria, carpintaria e serraria “passa para os domínios do Estado do Paraná mediante arrematação pública” (Pinto, 2016, p. 1).

Na Figura 49 é possível visualizar um dos caratazes propagandísticos que circulava pela mídia jornalística do período:

FIGURA 49 – FÁBRICA A VAPOR DE JULIO EDUARDO GINESTE



FONTE: A República, cartaz propagandístico de Julio Eduardo Gineste, 1896, p. 4.

- ***João Ballin***

João Ballin não aparece na documentação encontrada como um fabricante potente no fornecimento material da escola com grande influência e circulação, no entanto é possível captar que esse sujeito foi acionado pelo estado para prover materialmente as escolas pública e abastecer o Almojarifado. Devido a esses serviços prestados, João Ballin recebeu a importância de 1:998\$000 no ano de 1913. (A República, Despacho do Sr. Diretor do Ensino, 1913, p. 2).

- ***Julio Marques da Silva***

Nas páginas do jornal A República, na Sessão “Secretaria do Interior” é possível verificar que Julio Marques da Silva forneceu móveis e utensílios ao gabinete de química do Ginásio Paranaense, em 1910, pelo valor de 28\$000 reis (A República, Secretaria do Interior, 1910, p. 2). É interessante que Julio Marques da Silva não foge do perfil levantado até o momento entre os marceneiros que forneceram móveis as escolas dos centros urbanos, este sujeito também é destacado nas páginas dos jornais pelo seu dote artístico. No jornal o Diario da Tarde, por exemplo, é exposto que Julio Marques da Silva, “habil artista”, foi responsável pela pintura do estandarte pertencente à inauguração do “Pavilhão Puritano” (Diario da Tarde, Inauguração, 1900, p. 1). Além dessas informações, no jornal A República, Julio Marques da Silva é descrito como um distinto industrial que veio da Europa fazer morada no Brasil (A República, 1899, p. 1). Por fim, esse mesmo sujeito põe a venda todo seu empreendimento, móveis, mercadoria e a própria casa comercial nos anos de 1913 (Diario da Tarde, A’ Praça, 1913, p. 3).

- **Luiz Ranconi**

Luiz Ranconi possuía uma casa comercial chamada “Ao Mobiliario Chic” que circulava pelos periódicos do período, com isso, intuisse que por meio da circulação jornalística esse sujeito tenha sido contatado, posto que em 1912, consta uma notícia no jornal A República que esse sujeito pediu pagamento de 1:700\$000 de móveis escolares fornecidos à Diretoria da Instrução Pública (A República, Despachos, 1912, p. 4)

FIGURA 50 – CARTAZ DA FÁBRICA DE MÓVEIS E LUIZ RANCONI



FONTE: Diário da Tarde, Mobiliario Chic, 1919, p. 4

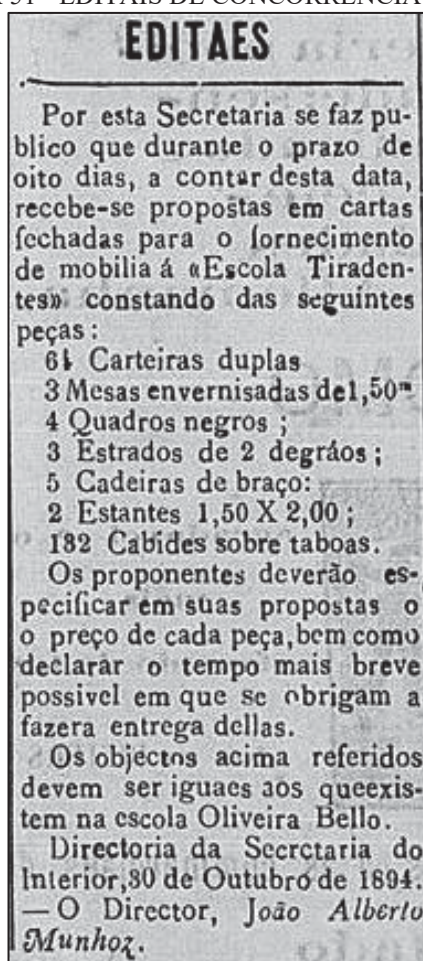
- **Luiz Gapsky**

Luiz Gapsky também não apresenta uma circulação recorrente nos jornais do período, sendo mencionado somente quando requiere o pagamento no valor de 1:354\$000 referente ao fornecimento de móveis escolares à Diretoria Geral da Instrução pública. (A República, Despacho, 1912, p. 2)

- **Pedro Segalla**

O marceneiro Pedro Segalla, estabelecido na rua Aquidaban, pediu “restituição dos documentos e proposta que apresentou na concorrência aberta para fornecimento de moveis escolares, visto a mesma haver sido annullada” (A República, Despacho Secretario, 1910, p. 2). Esta informação demonstra um dos meios em que o estado nomeava os seus fabricantes: por meio de editais públicos em que os interessados enviavam a suas cartas e propostas. Na Figura 51 é possível visualizar a circulação desses editais por meio do veículo jornalístico A República:

FIGURA 51 - EDITAIS DE CONCORRÊNCIA ABERTA



FONTE: A República, Editaes, 1894, p. 3.

Ao perseguir as pistas desse edital, foi possível localizar que os fornecedores selecionados para atender a demanda listada foram os sócios Julio Eduardo Gineste e Simon Bloch. Nesse sentido, em 13 de março de 1895, quatro meses depois da publicação do edital, foi encontrado a solicitação feita por estes agentes à Secretaria de Interiores, em que pedem “pagamento da quantia de 6.865\$000, importância de mobílias que forneceram para a Escola Tiradentes, a fim de que, de acordo com o despacho exarado do mesmo requerimento, seja elle realizado” (A República, Secretaria do Interior, 1895, p. 2).

Dos fabricantes apresentados até o momento, interpreto que estes gravitam dentro de uma **experiência de produção artesanal** que pode ser subdivida em duas categorias: a dos carpinteiros e dos artífices empreendedores. O primeiro é composto por um sujeito detentor do saber da marcenaria e que também é proprietário de uma pequena oficina, porém não se dedica ao empreendedorismo e não tem o perfil de uma confecção com tradição artística reconhecida (como as linguagens artísticas da Art Nouveau, Barroco, Rococo, entre outros). Já os **artífices empreendedores** têm em comum um perfil que partilha da profissão artista – muitos foram

descritos na sua relação civil com essa profissão – são proprietário de oficinas de marcenaria e conhecedores do ofício, inclusive dominam as técnicas de entalhadoria, tornearia e outros desenhos incrustados na mobília citados como uma linguagem artística e moderna.

Em algum momento, devido à linguagem artística expressa no fazer de seus móveis, tiveram as suas produções premiadas em exposições locais, nacionais e internacionais, além de serem empreendedores que possuem fábricas a vapor já com reunião de alguns operários. Esses sujeitos partilham da categoria da experiência da produção artesanal por não só serem empreendedores e gestores das fábricas, mas por serem conhecedores do ofício da marcenaria, desde o seu processo inicial à conclusão da feitura. Quando a experiência de produção se complexifica existirá uma derivação em que os conhecedores do ofício não serão proprietários e sim empregados. Essa dinâmica será percebida quando os “proprietários – produtores” passam a administração de seu estabelecimento para outras pessoas, momento em que o negócio está em crescente expansão e agrega mais filiais.

Os empreendedores que apresento nas linhas a seguir gravitam sobre uma **experiência de produção artesanal** que culmina em uma **experiência de produção complexa**. O que quero demonstrar é que a experiência de produção sobre os móveis escolares não é estanque, mas transita entre de uma experiência artesanal e uma experiência complexa, como é o caso dos empreendedores apresentados a seguir. É importante mencionar que a produção artesanal também tem seu refino, mas não contempla outras dimensões e ampliações do seu processo de fabricação.

- ***Salomão Guelmann***

De procedência judaica e nascido na Ucrânia, foi em terras brasileiras que Salomão Guelmann se dedicou ao ofício da marcenaria. Instalado em uma pequena casa na rua Mato Grosso – atual rua Comendador Araújo – em 1912, na cidade de Curitiba, Guelmann monta uma pequena oficina de marcenaria. Em seus trabalhos contava com a ajuda de sua esposa, Sofia Guelmann, nesse período tinham três filhos pequenos, a saber: Sara, Moisés e José Guelmann, alguns anos depois viriam Berta e Issac Guelmann (A Divulgação, Móveis Guelmann, 1953, p. 161).

Segundo a matéria do Jornal A Divulgação (1953), intitulada “Indústrias Móveis Guelmann do Paraná”, com o passar do tempo a oficina de Salomão Guelmann foi crescendo e já contava com dois ajudantes, devido a expansão da oficina o empreendedor decidiu se mudar para a rua 15 de novembro local que, para além do espaço de trabalho também abrigava um posto para venda e exposição de seus móveis, nesse período a loja intitulava-se “A

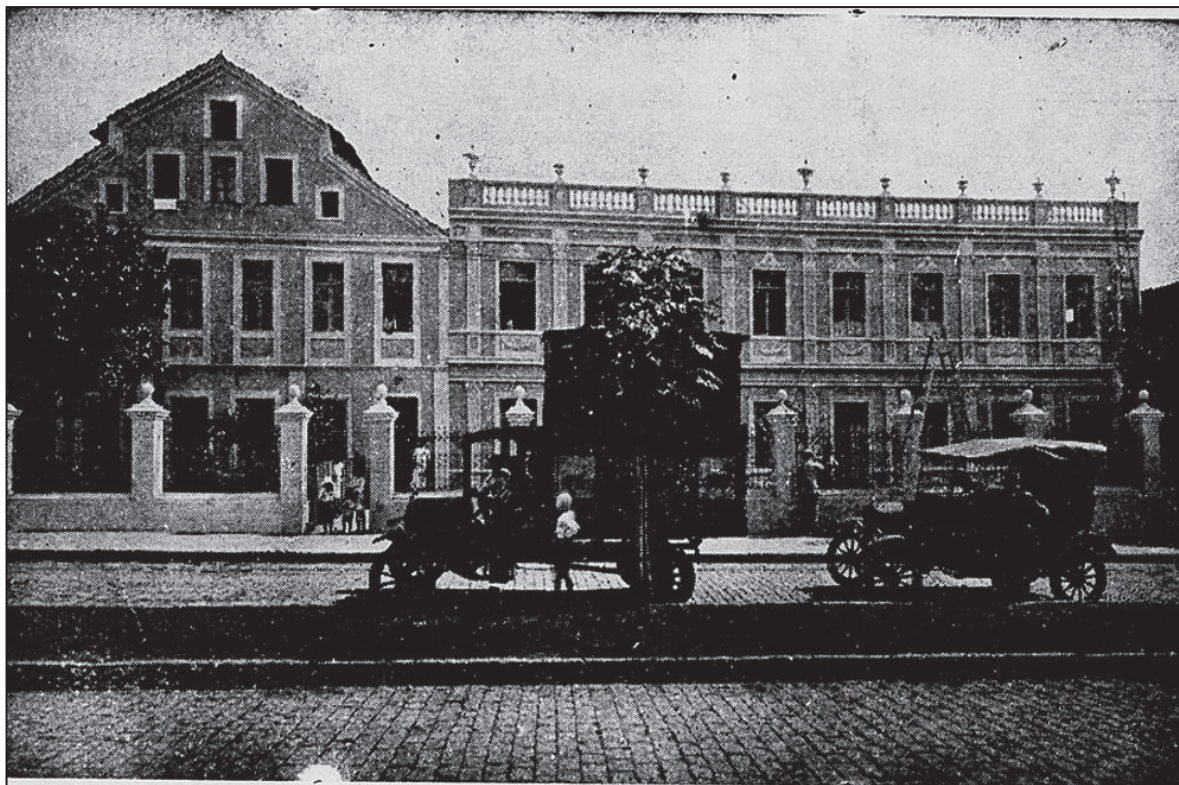
Compradora”.

Em 1926¹⁴¹, transferiu sua indústria para a rua 24 de Maio, n. 44, na qual já contava com um maior número de operários.

Nessa época, como os negócios lhe corriam satisfatoriamente, o Sr. Salomão Guelmann, não se limitou a explorar somente o ramo de móveis, resolvendo, a exemplo de centros grandes, fundar uma Casa Bancária, o que o fez sob a denominação de CASA BANCARIA SALOMÃO GUELMANN, instalada num dos prédios da praça Generoso Marques, onde funcionou até fins de 1930 (A Divulgação, Móveis Guelmann, 1953, p. 161, grifos no original).

Na Figura 52 é possível visualizar o edifício onde se encontrava instalada a Fábrica de Salomão Guelmann no ano de 1929:

FIGURA 52 - FÁBRICA DE SALOMÃO GUELMANN EM 1929



FONTE: Almanach do Paraná: Commercio, Historia e Literatura (PR) - 1896 a 1929, Fábrica de Móveis e Espelhos de Salomão Guelmann, Edição: 00015, 1929, p. 118.

Segundo a matéria do jornal A Divulgação (1953) até o ano de 1944 a fábrica de móveis de Salomão Guelmann atuou sobre a razão individual de “Salomão Guelmann”. Com o desenvolvimento da empresa, um ano depois, o estabelecimento individual transformou-se na

¹⁴¹ É importante sinalizar que Salomão Guelmann também estava engajado nas causas políticas e sociais. No ano de 1927, o empresário do ramo moveleiro, participou da fundação da Escola Israelita Brasileira de Curitiba, na qual Salomão Guelmann assumiu a presidência. Anos mais tarde, em 1935, Guelmann doa um terreno para a construção da nova escola que mais tarde veio a se chamar: Escola Israelita Brasileira Salomão Guelmann. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2433/243360086003/movil/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

“Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, a qual foi constituída em 1º de janeiro de 1945, admitindo como quotistas os próprios filhos e genro, sob a denominação de INDÚSTRIAS MÓVEIS GUELMANN DO PARANÁ LTDA, sob a sua supervisão” (A Divulgação, Móveis Guelmann, 1953, p. 161, grifos no original).

Na década de 1950 a indústria já era possuidora de um patrimônio apreciável,

[...] ocupando além das instalações à rua 24 de Maio, 44, onde funcionam os seus Escritórios, Exposição e Vendas e algumas secções industriais, uma área coberta de 22.000 m². Em terreno de sua propriedade, situado no arrabalde do Portão, nesta Capital, com 102.600 m²., instalada em pavilhões de alvenaria dotados dos mais modernos requisitos técnicos, equipada com maquinário o que há de mais moderno e de alta precisão, contando com **568 operários** disseminados nas várias secções que constituem o importante parque industrial (A Divulgação, Móveis Guelmann, 1953, p. 161, grifos meus).

Além dessas informações a matéria ainda anuncia as principais instâncias que acionaram os “Móveis Guelmann” para prover as suas instituições, são elas:

- Aeroporto de Salvador – Bahia;
- Associações Comerciais do Maranhão, Amazonas, Salvador, e São Paulo;
- Bancos: Comercial do Paraná S. A (diversas agencias) – do Brasil S. A. (Agência de Mafra – S. C) – Paulista do Comércio S. A -) Agencia de Curitiba – PR) – Hipotecário Lar Brasileiro S. A, - Bahia;
- Estabelecimento de ensino particulares: Colégio Sion – Belo Horizonte, Ginásio Marçal Santo – São Paulo, Ginásio Bom Despacho – Minas Gerais;
- Escolas de Arquitetura: Rio de Janeiro e Belo Horizonte.
- Faculdades: Ciências Economicas de Pernambuco e Paraíba e Medicina no Rio de Janeiro.
- Força Pública em Natal, Rio Grande do Norte;
- Ministério da Aeronautica: Bases Aéreas do Norte e Nordeste, Santos e São Paulo. Escolas de Aeronáutica do Rio de Janeiro e especialistas de Guaratinguetá;
- Educação: Departamento da Criança (A Divulgação, Móveis Guelmann, 1953, p. 161).

Entre as outras instituições que a fábrica de Móveis Guelmann atendeu, a matéria notifica o fornecimento de mobiliário escolar para as Secretarias de Educação da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Colégio Estadual de Campina Grande, entre outras escolas do território nacional. Na década de 1950 é possível acompanhar cartazes propagandísticos da respectiva fábrica anunciando a sua produção em móveis escolares, conforme o anúncio a seguir (Figura 53):

FIGURA 53: CARTEIRA ESCOLAR – MÓVEIS GUELMANN



FONTE: A Tarde, Móveis Guelmann, Curitiba, Edição: 00174, 9 de outubro de 1950, p. 3

No acervo físico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, em Brasília, foi possível localizar um orçamento de mobiliário escolar elaborado especialmente para o Ministério da Educação e Saúde – INEP. A lista de materiais orçados remonta ao ano de 1954, alguns orçamentos destinam-se a Grupos Escolares sem menção ao nome das instituições e para qual região seria fornecido enquanto outros estão endereçados a região Nordeste, mas sem citar o nome das escolas, conforme as imagens a seguir (Figura 54):

FIGURA 54: LISTA DE OBJETOS ORÇADOS A GRUPOS ESCOLARES PELA FABRICA MÓVEIS GUELMANN

ORÇAMENTO		CURTUBA, 30 de março de 1934		CURTUBA, 30 de março de 1934			
ELABORADO ESPECIALMENTE		GRUPO ESCOLAR		Proposta de Fomento			
PARA o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE		10 (dez) salas de aula.		N.º 3.201			
I. H. S. P.		ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO			
Quant.	ESPECIFICAÇÃO	Preço Unitário	TOTAL	Quant.	ESPECIFICAÇÃO	Preço Unitário	TOTAL
480	carteiras escolares, individuais, mesa com rasco para lápis e tupo para tinteiros. Sob o tampo, nicho para livros. Assento fixo em regueta, encosto curvo. Dimensões: 0,55 x 0,39 x 0,77. Nosso modelo D.E.C....	355,00	170.400,00	1	"bureau" de sete gavetas e duas pranchetas, com as seguintes dimensões: 1,10 x 0,80 x 0,78. Nosso modelo "Contador".	2.200,00	2.200,00
10	10 mesas para professores, com 2 gavetas, fechadas dos lados e atrás. Dimensões: 1,20 x 0,60 x 0,78. Nosso modelo N.º 2.204.	880,00	8.800,00	4	"bureau" de quatro gavetas e uma prancheta, modelo "prancha".	100,00	400,00
20	cadeiras reforçadas. Nosso modelo 2.070.	110,00	2.200,00	5	cadeiras confortáveis, metálicas, modelo "Guelmann".	135,00	675,00
10	armários para material escolar, com duas portas de abrir, alfinetadas, pranchetas de graduação, modelo "D.E.C. 0,78".	710,00	7.100,00	2	armários com portas de correr, parte inferior alfinetada, partes superior com vidros, ou inteiramente alfinetados. Intermares, modelo "Prancha".	195,00	390,00
20	quadros verdes, de material plástico. Dimensões 1,60 x 1,20. Modelo H.E.	590,00	11.800,00	2	Sala dos Professores.	2.275,00	4.550,00
1	Directoria.			1	mesa de reunião, modelo D.E.C.	1.750,00	1.750,00
1	"bureau" com sete gavetas e duas pranchetas sob o tampo. Dimensões: 1,70 x 0,90 x 0,78. Nosso modelo D.E.C.	2.480,00	2.480,00	8	cadeiras modelo "Guelmann".	195,00	1.560,00
1	poltrona giratória, com assento anatómico e encosto curvo. Nosso modelo 860.	570,00	570,00	4	poltronas fixas, modelo 860.	100,00	400,00
2	poltronas fixas, assento anatómico e encosto curvo. Nosso modelo 880.	400,00	800,00	1	armário, modelo 2.117.	2.275,00	2.275,00
1	armário com portas de correr, podendo ser inteiramente alfinetado, ou, na parte superior, das portas, vidros, dimensões: 1,40 x 0,40 x 1,90. Nosso modelo D.E.C.	823.110,00	823.110,00	4	Biblioteca.	1.750,00	7.000,00
1	Directoria - Sala de asseio.			32	cadeiras, modelo "Guelmann".	195,00	6.240,00
				6	armários para livros, modelo 2.117.	2.275,00	13.650,00
				1	"bureau", modelo "Contador".	2.200,00	2.200,00
				1	poltrona giratória, modelo 860.	100,00	100,00
				1	poltrona fixa, modelo 880.	100,00	100,00
				1	grupo de madeira, composto de 1 sofa, 2 poltronas e 1 mesa de centro. Preço total do conjunto. Preço de reserva para o grupo de madeira, e desmontável.	1.895,00	1.895,00
					TOTAL		219.485,00

FONTE: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INE

A proposta de fornecimento apresentada corresponde a dez salas de aula para Grupos Escolares e seus respectivos ambientes de convivência e administrativos. São eles: a Biblioteca, sala dos professores, gabinete de entrevistas e secretaria. Para além da quantia substantiva de artefatos requisitados – em torno de 621 objetos –, chama a atenção que muitos dos móveis apresentados aparentam possuir um número de catalogação ou mesmo de patente, como é o caso das carteiras escolares com rasgo para lápis e furo para tinteiros “nosso modelo D.E.C”, as mesas para professores “nosso modelo nº 2.200”, as cadeiras confortáveis e anatômicas “modelos Guelmann”, entre outros artefatos que aparentam ter um número de registro e catalogação. Essa numeração é indício da existência de um material de consulta dos móveis, seja um catálogo, livro ou revistas que, no momento, não tive a oportunidade de encontrá-los e acessá-los. Outra informação interessante, existente na nota orçada, é que os móveis são confeccionados inteiramente de madeira imbuia e são desmontáveis, o que facilitaria o seu transporte para regiões mais distantes.

Junto ao orçamento apresentado estava o cartão de visitas da empresa, conforme Figura 55 em destaque:

FIGURA 55: CARTÃO DE VISITAS MOVEIS GUELMANN



FONTE: INEP¹⁴²

Além de apresentar o selo da empresa e a confecção em móveis finos e decorados, o cartão também informa que a sede da indústria está localizada na cidade de Curitiba, bem como se encontra uma filial no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do Sr. Aizenberg. Essas informações demonstram a biografia próxima que as fábricas apresentadas até o momento possuem: elas iniciam suas produções com pequenas oficinas, em um trabalho mais artesanal

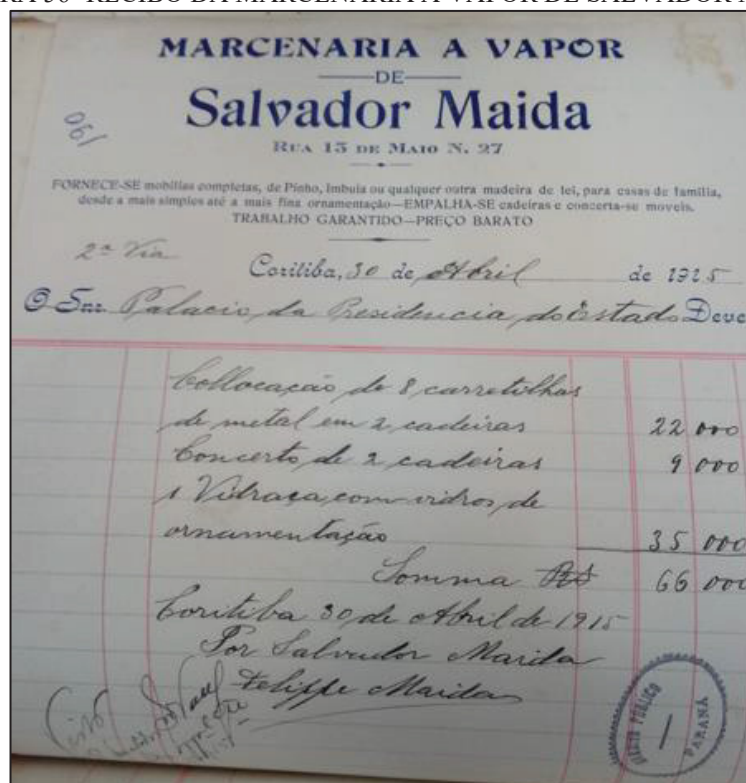
¹⁴² O cartão possui 13 centímetros de largura por 7,5 centímetros de altura.

e, conforme a fábrica se expande e desenvolve a sua linha de produção, elas passam a comportar um quadro mais complexo, com um número de funcionários bem maior e a produção em larga escala. Como pode-se observar com os Móveis Guelmann não foi diferente: a partir da década de 1940 a Fábrica Guelmann se torna uma companhia industrial com mais de 600 funcionários atendendo não só a fabricação de móveis domésticos e de escritórios, mas também se lançando a uma produção de larga escala para o mercado escolar.

- ***Salvador Maida***

De procedência Italiana, Salvador Maida, por meio do Vapor Desterro, chega ao Brasil, acompanhado de sua esposa Fortunata Maida, em 10 de janeiro de 1891 (Código 428, 1891, p. 190). Em terras curitibanas irá abrir uma marcenaria que terá uma longa tradição de fornecimento de móveis ao poder público paranaense. Em 1903 Maida recebe, pela verba “expediente”, o valor de 160\$000 provenientes de um armário e uma guarita fornecidos à repartição central da polícia (A República, Secretaria do Interior, 1903, p. 1). Para a mesma instância recebeu, em 1904, 525\$000 pela fabricação de diversos móveis (A República, Expediente, 1904, p. 1). Pela verba de “obras públicas” é indicado no Jornal A República que Maida deveria ser pago, pelo Secretario de Finanças, por fornecer mobiliário ao laboratório agrônômico do Estado (A República, Expediente, 1907, p. 1). No Arquivo Público do Paraná foi possível localizar fornecimento de serviços e concertos de cadeiras ao Palácio da Presidência do Estado no ano de 1915, conforme o recibo comercial a seguir:

FIGURA 56- RECIBO DA MARCENARIA A VAPOR DE SALVADOR MAIDA



FONTE: DEAP, AP 1567. 1915, p. 190.

A primeira menção de serviços prestados à instrução pública do Paraná, foi no ano de 1915 em que Salvador Maida é mencionado em ofício para atender a instituição referida. Nessa documentação, endereçado ao governador do Estado Francisco Xavier da Silva, consta a solicitação de uma abertura de crédito suplementar para pagamento de mobiliário adquirido para o Ginásio Paranaense, Escola Normal e outras escolas da instrução pública. O fabricante citado no texto para recebimento do pagamento era o senhor Salvador Maida (Silva, AP 1569, 1915, p. 96). Em 1920 Salvador Maida recebe do Estado a quantia de 1:125\$000 de móveis fornecidos ao Almojarifado Geral (A República, Despesas, Ano XXXIV, N. 298, 13 de dezembro de 1920, p. 1)

É recorrente entre as décadas de 1910 a 1930 anúncios sobre o empreendimento comercial de Salvador Maida. Entre as matéria primas descritas nos cartazes e utilizadas para a fabricação dos móveis ressalta-se a qualidade de madeiras nobres como a embuia e o pinho ou qualquer outra madeira de lei. É interessante observar, dos marceneiros apresentados até aqui que, esses sujeitos, em um primeiro momento, não se dedicam ao fornecimento de móveis escolares, mas dentro da gama de móveis domésticos, escritório, mobiliário artístico, também está a possibilidade de fornecer mobiliário às escolas. Além dessas informações, a partir dos anúncios é possível saber que Maida não atendia somente a capital paranaense: por meio da via-ferrea e de carroças fornecia mobília para o interior do Estado. Nas imagens a seguir

(Figuras 57 a 62) é possível visualizar os cartazes propagandísticos que circularam nesse período e os produtos fornecidos por Salvador Maia:

FIGURA 57 – CARTAZ PROPAGANDÍSTICO DA MARCENARIA DE SALVADOR MAIDA EM 1905

Grande Redução
 DE PREÇOS
 Na marcenaria de Salvador
 Maida
 RUA DE S. FRANCISCO N. 27
Pegado á Delegacia Fiscal
 Acham-se á venda, nesta marcenaria, grande numero de mobílias de pinho, como sejam : guarda louças, lavatorios, commodas, bidets, camas para solteiros e casados e crianças, assim como preparam se mobilas completas para casamentos.
 Recebe-se encomendas para o interior do Estado, remetendo as mobílias pela via-ferrea ou carroças.
 Preços baratissimos e ao alcance de qualquer bolsa.

FONTE: Diario da Tarde, Grande Redução, Ano VIII, N. 1953, 25 de março de 1905, p. 3

FIGURA 58 – MARCENARIA A VAPOR DE SALVADOR MAIDA EM 1916

Marcenaria a Vapor
 DE
Salvador Maida
 Rua 13 de Maio n. 27
 Fornece-se mobílias completas de Pinho, Embuia, ou qualquer outra madeira de lei, para casas de familias, desde a mais simples até a mais fina ornamentação.
 Vende-se molduras, torneados e taboas, preparadas, de Embuia e Pinho para marceneiros.
Trabalho Garantido.
Preço Barato.
 812-1 N. 33

FONTE: Diario da Tarde, Marcenaria a Vapor, Ano XVII, N. 5292, 8 de janeiro, 1916, p. 3

FIGURA 59 – LISTAGEM DE MÓVEIS COM OS RESPECTIVOS PREÇOS DA MARCENARIA SALVADOR MAIDA EM 1917

Optima occasião para se adquirir moveis baratos
 Só na marcenaria de
Salvador Maida
 á Rua 13 de Maio n. 27

Moveis de pinho

1 cama moderna, por	70\$000
1 bidet, por	18\$000
1 guarda roupa de desarmir, por	80\$000
1 lavatorio fechado, por.	65\$000
1 dito aberto, por.	28\$000
1 commoda, por	50\$000
1 cama torçada e envernizada para casal, por	26\$000
1 dita para solteiro, por.	20\$000
1 guarda comida, por	25\$000
1 guarda louça	60\$000
1 mesa para sala de jantar	10\$ 00
6 cadeiras	30\$000
1/2 mobilia com assento de palhinha	140\$00

Moveis de imbuia

1/2 mobilia para sala de visitas, com assento e encosto de palhinha, artigo chio	330\$000
Mobilia entalhada, com 5 peças, para quarto	650\$000

Ver para crer — Não se enganem — Rua 13 de Maio 27
 Attende-se pedidos para o interior do Estado

FONTE: Diario da Tarde, Marcenaria de Salvador Maida, Ano XIX, N. 5825, 6 de outubro de 1917, p. 4

FIGURA 60 – CARTAZ DA MARCENARIA A VAPOR DE SALVADOR MAIDA

Marcenaria a vapor
 de SALVADOR MAIDA
 Curitiba — Rua 13 de Maio N. 27 — Paraná



Mobílias artisticas e de qualquer estylo,

FONTE: Gazeta do Povo, Centenário Independencia, 7 de setembro de 1922, p. 76

FIGURA 61 – CARTAZ PROPAGANDÍSTICO DOS MÓVEIS MAIDA EM 1925



FONTE: O Estado do Paraná, Moveis MAida, Ano 1, N. 252. 3 de novembro de 1925, p. 4.

FIGURA 62 – CARTAZ MÓVEIS MAIDA E IRMÃOS 1936



FONTE: O Dia, Maida Móveis, 27 de junho de 1936, p. 7.

É interessante observar que um dos vieses que costuram uma perspectiva comum entre os marceneiros apresentados até o momento é justamente a linguagem artística presente no feitio dos móveis. Salvador Maida não foge muito dos perfis aqui apresentados: em 1908 o marceneiro italiano preparou-se para a exposição Nacional do Rio de Janeiro ao expor seu

mobiliário, mas nessa mostra, até onde foi possível rastrear, não recebeu muito destaque. O prestígio viria com A Exposição Internacional do Centenario da Independencia no Rio de Janeiro em 1922, na relação oficial dos premiados, Salvador Maida é laureado com a medalha de prata pela fabricação de uma carteira escolar.

Um ano após a exposição do Centenário de Independência, Domingos Maida assume a sucessão dos negócios do pai. Com isso, em 1923, firmam sociedade sobre a razão social Salvador Maida e Filho (Commercio do Paraná, Firms Commerciais, Ano XI, N. 4020, 5 de junho de 1923, p.2). Em 24 de julho de 1926, com a morte do senhor Salvador Maida, nova sociedade irá surgir, na qual a casa comercial passará a se chamar “Maida e Irmãos” (O Dia, Fallecimento, 1926, p. 5).

No mês de março de 1927, a “Fábrica de Móveis Maida” forneceu à Escola Normal de Paranaguá em torno de 764 artefatos escolares. Para a montagem dos móveis e objetos, consta no recibo comercial, o acréscimo de 720\$000 réis correspondente aos 24 dias de hospedagem na cidade e aos 3 operários encarregados da instalação. A listagem dos materiais fornecidos é possível de conhecer por meio do recibo comercial apresentado a seguir (Figura 63):

FIGURA 63 – RECIBO COMERCIAL MOVEIS MAIDA DE 1927

MOBIÁRIOS
 ARTÍSTICOS
 MOVÉS COMMUNS E
 INSTALAÇÕES
 COMMERCIAES

Morris Maida
 MAIDA & IRMÃOS
 RUA TREZE DE MAIO 27

Factura N. ---
 Curitiba, 20 de Março de 1927

Ilmo. -- Sr.
 INSPECTORIA GERAL DO ENSINO

II VIA
 CURITIBA

Copias ao imposto de consumo estão devidamente selladas na forma do Regulamento
 e reembolsamos por quebras ou avarias em viagem: a mercadoria é embarcada por ordem, conta e risco do comprador.
 Este foi emitida a Duplicata n. --- vencível em --- de --- de 1927

MATERIAL FORNECIDO A ESCOLA NORMAL DE PARANAGUA			
320	Carteiras escolares, individuais - - - - -	32\$	10:240\$000
200	Ditas duplas - - - - -	43\$	8:600\$000
20	Armarios duplos para salas de aula - - - - -	180\$	3:600\$000
22	Bureaux para salas de aula - - - - -	120\$	2:640\$000
20	Caballetes para mappas de linguagem - - - - -	22\$	440\$000
2	Porta chapéos para a secretaria e gabinete da sub-directora - - - - -	180\$	360\$000
20	Mesas para leitura (bibliotheca) - - - - -	65\$	1:300\$000
4	Estantes para mappas enrolados - - - - -	40\$	160\$000
4	Porta guarda chuvás - - - - -	80\$	320\$000
4	Ditos e chapéos de cabeça - - - - -	150\$	600\$000
120	Cadeiras estofadas - - - - -	35\$	4:200\$000
3	Armarios c/ portas de vidro, grandes, para a bibliotheca - - - - -	400\$	1:200\$000
3	Ditos, menores, para a secretaria e gabinete da sub-directora - - - - -	380\$	1:140\$000
1	Bureau para o secretario - - - - -		340\$000
1	Cadeira giratoria para o mesmo - - - - -		130\$000
1	Mesa para o auxiliar da secretaria - - - - -		180\$000
1	Escrivaninha typo americano para o gabinete do director - - - - -		480\$000
1	Cadeira giratoria para a mesma - - - - -		130\$000
1	Terno, sofá e 2 poltronas para o gabinete da sub-directora - - - - -		380\$000
1	Dito, sofá e poltronas para o gabinete do director - - - - -		2:200\$000
4	Columnas para suporte de modelos - - - - -	60\$	240\$000
5	Mesas de 2m,50 x 0m,80 - - - - -	80\$	400\$000
1	Linoleum 2m, c 3m,20 - - - - -		160\$000
1	Dito 2m,20 x 2m,60 - - - - -		140\$000
3	Capachos pequenos - - - - -	18\$	54\$000
1	Dito grande - - - - -		28\$000
			39:662\$000
Acondicionamento dos moveis acima (5%) - -			1:983\$000
Estadia em Paranaguá, 24 dias, 3 operarios -			720\$000
		SOMTA RS----	42:365\$000

Importa a presente conta em "QUARENTA E DOIS CONTOS TREZENTOS E SESSENTA E CINCO MIL REIS"

Em 16 de julho de 1927, cinco meses depois do primeiro pedido, Antonio Bittencourt relata em ofício que a fábrica de móveis “Maida e Irmãos” forneceu mobiliário ao Jardim de Infância de Paranágua, somando um contante de 3:024\$000 mil reis, pago pela verba “despesas com a instrução pública – mobília e material escolar inciso 31 da lei orçamentária (Bittencourt, AP 2269, 1927, p. 1182). No recibo comercial a seguir (Figura 64) é possível observar que a compra estava endereçada à inspetoria geral do ensino, fornecendo móveis para a escola Normal de Paranágua, mais especificamente 120 caiderinhas de imbuia e 30 mesinhas para o Jardim de Infância:

FIGURA 64 – RECIBO MÓVEIS MAIDA REFERENTE AO FORNECIMENTO PARA A ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ

FABRICA DE
EXISTENCIA
DESDE 1900
Curitiba
Paraná

Mobiliarios Artísticos
Móveis Comuns e
Instalações
Comerciais

Maida e Irmãos
Rua Treze de Maio 27

Factura N. _____
Curitiba, 7 de JULHO de 1927

XXXXXXXXXXXX

INSPECTORIA GERAL DO ENSINO

3a. VIA

CURITIBA

As mercadorias sujeitas ao imposto de consumo estão devidamente selladas na forma do Regulamento
Não nos responsabilizamos por quebras ou avarias em viagem: a mercadoria é embarcada por ordem, conta e risco do comprador.
Desta Factura foi emitida a Duplicata n. _____ vencível em _____ de _____ de 1927

MOBILIARIO FORNECIDO PARA A ESCOLA NORMAL DE PARANAGUÁ - JARDIM DA INFANCIA.		
120 Cadeiras de imbuia	14\$	1:680\$000
30 Mesinhas	40\$	1:200\$000
		2:880\$000
Engradamento, 5%		144\$000
	SOMMA RS-----	3:024\$000

Importa a presente conta em **TREIS CONTOS E VINTE E QUATRO MIL REIS**

Curitiba, 7 de Julho de 1927
Maida e Irmãos

FONTE: Bittencourt, AP 2269, 1927, p. 1182.

Na fatura da fábrica, correspondente ao dia 7 de janeiro de 1928, consta que os irmãos Maida forneceram móveis para o Grupo Escolar Dom Pedro II e para o Ginásio Paranaense, somando uma quantia de 30:878\$000 conforme a Figura 65:

FIGURA 65 – FORNECIMENTO DE MÓVEIS AO GRUPO ESCOLAR DOM PEDRO II PELO MOVEIS MAIDA

BRICA DE
 SENCIA
 DE 1900
 Estaba
 para

Morris Maida
 MOBILIARIOS
 ARTISTICOS
 MOVES COMMUNS
 INSTALLACOES
 COMMERCIAES

MAIDA & IRMAOS
 RUA TREZE DE MAIO 27
 II 119

Factura N.
 Curitiba, 7 de Janeiro de 1928
 Atmo. -- Ssr.
 INSPECTORIA GERAL DO ENSINO
 CURITYBA

Muebles sujetas ao imposto de consumo estão devidamente selladas na forma do Regulamento
 responsabilizamos por quebras ou avarias em viagem: a mercadoria é embarcada por ordem, conta e risco do comprador.
 Factura foi emitida a Duplicata n. vencível em de de 192

Moveis para o Grupo Escolar D. Pedro II			
200	Carteiras duplas-----	43\$	8:600\$000
100	Ditas individuais-----	32\$	3:200\$000
16	Bureaux para salas de aula-----	120\$	1:920\$000
16	Armarios duplos para salas de aula-----	180\$	2:880\$000
4	Ditos simples " " " "-----	130\$	520\$000
6	Armarios c/ portas de vidro para secre- taria e bibliotheca-----	380\$	2:280\$000
72	Cadeiras estofadas-----	35\$	2:520\$000
14	Cavallettes para mappas de linguagem-----	22\$	308\$000
8	Porta guarda chuveas e chapéos para alu- nos-----	150\$	1:200\$000
24	Mesinhas para o Jardim da Infancia-----	40\$	960\$000
100	Cadeirinhas idem idem-----	14\$	1:400\$000
10	Mesas para a bibliotheca-----	65\$	650\$000
1	Bureau para o director-----		340\$000
1	Cadeira giratoria para o mesmo-----		130\$000
1	Bureau para o secretario-----		340\$000
1	Poltrona para o mesmo-----		100\$000
4	Porta chapéos-----	180\$	720\$000
1	Terno: . sofá e 2 poltronas-----		380\$000
1	Mesa grande para a sala de congregação--		300\$000
1	Panno verde para a mesma-----		380\$000
5	Poltronas estofadas, para a mesma sala--	130\$	650\$000
2	Linoleos de 2m,30 x 2m,75-----	150\$	300\$000
<u>Para o Gymnasio Paranaense</u>			
40	Mesas de pinho de 0m,50 x 0m,50 x 0m,70-	20\$	800\$000
		SOMMA RS----	30:878\$000
Importa a presente conta em "TRINTA CONTOS OITOCENTOS E SETENTA E OITO MIL REIS"			
<i>Curitiba, 7 de Janeiro de 1928</i> <i>Maida & Irmãos</i>			

Por fim, uma nota interessante é a fatura de fornecimento de móveis ao “Gynásio Regente Feijó” de, Ponta Grossa, em 1927. Nesse período a cidade possuía uma população pouco maior do que 20 mil habitantes e o ginásio inaugurado no mesmo ano viria para suprir a lacuna do ensino secundário no interior do estado (Solomon; Martins; Weber, 2023) . Por meio do recibo (Figura 66) é possível averiguar que, neste momento de inauguração do Ginásio, quem forneceu os móveis necessário foi a Fábrica de Móveis Maida.

FIGURA 66 – MÓVEIS FORNECIDOS AO GYMNASIO REGENTE FEIJÓ

Factura N. *11111*

Curitiba, 23 de Novembro de 1927

Maria e Irmao

RUA TRÊS DE MAIO 27

2ª Via

MOBILIARIOS
ARTISTICOS
MÓVEIS COMMUNS E
INSTALACOES
COMMERCIAES

INSPECTORIA GERAL DO ENSINO
CURITYBA

As mercadorias sujeitas ao imposto de consumo estão devidamente selladas na forma do Regulamento e responsabilizamos por quebras ou avarias em viagem: a mercadoria é embarcada por ordem, conta e risco do comprador. A factura foi emitida a Duplicata n. _____ vencível em _____ de _____ de 1927

MOVEIS FORNECIDOS AO GYMNASIO "REGENTE FEIJO" - PONTA GROSSA			
300	Carteiras escolares, individuais - - - - -	32\$	9:600\$000
60	Assentos para pranchetas de desenho - - - - -	14\$	840\$000
80	Mesas bureaux para salas de aula - - - - -	120\$	960\$000
48	Armarios para salas de aula (simples) - - - - -	130\$	1:040\$000
4	Cadeiras c/ assento estofado - - - - -	35\$	1:680\$000
1	Armarios c/ portas de vidro - - - - -	380\$	1:520\$000
	Mesa para machina de escrever - - - - -		120\$000
<u>Sala de Congregação:-</u>			
1	Mesa de 3m, x 1m20 - - - - -		350\$000
13	Poltronas estofadas - - - - -	130\$	1:690\$000
1	Panno verde para a mesa acima, 3m, 70x1m80		380\$000
<u>Sala do Director:-</u>			
1	Escrivaninha, tipo extra - - - - -		650\$000
1	Cadeira giratoria - - - - -		130\$000
1	Terno de couro, sofá e 2 poltronas - - - - -		1:500\$000
<u>Secretaria:-</u>			
1	Escrivaninha tipo americano - - - - -		500\$000
1	Bureau para o auxiliar - - - - -		320\$000
1	Cadeira giratoria - - - - -		130\$000
<u>Diversos:-</u>			
1	Linoleum de 2m, 75 x 4m, 58 - - - - -		350\$000
3	Ditos " 2m, 30 x 2m, 75 - - - - -	150\$	450\$000
2	Porta chapéus - - - - -	180\$	360\$000
10	Bancos para espera - - - - -	75\$	750\$000
			23:320\$000
	Acondicionamento dos moveis acima, 5% - -		1:166\$000
	Estadia em P. Grossa, 11 dias 4 operarios		528\$000
			25:014\$000
	SOMMA RS-----		25:014\$000
	Importa a presente conta em "VINTE E CINCO CONTOS E QUATROZETE MIL REIS"-----		

Curitiba, 23 de Novembro de 1927
Maria e Irmao

No entanto uma situação curiosa foi que no mês de setembro de 2023, acompanhada pela professora Dra. Gizele de Souza e da colega de doutorado Fátima Godinho de Castro, realizei visita técnica ao Colégio Estadual Regente Feijó que, possui sobre sua guarda, um acervo material desde a sua fundação. Dentro os artefatos que pertenceram ao “Gynásio Regente Feijó” encontramos uma carteira individual de madeira maciça, conforme a Figura 67, apresentada a seguir:

FIGURA 67 – CARTEIRA ESCOLAR EXISTENTE NO ACERVO DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ



FONTE: Foto de minha autoria - Colégio Estadual Regente Feijó – 2023

Nesse momento o faro, o golpe de vista e a intuição faz jus a operação do historiador indicada por Carlo Ginzburg (1991): pela forma e desenho das cadeiras, a primeira intuição foi que a mobília pertencesse a Fábrica de Móveis Cimo. No entanto, ao encontrar o recibo comercial da Fábrica de Móveis da família Maida, correspondente ao período de fundação do ginásio, uma dúvida foi lançada sobre a autoria da fabricação desse artefato.

Com o entrecruzamento das fontes a investigação permitiu identificar que, em 1943, a Companhia Industrial de Móveis – Móveis CIMO – com um capital de 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil cruzeiros) se descentraliza e incorpora as seguintes fábricas de móveis e artefatos de madeira: “Cia. M. Zipperer, Móveis Rio Negrinho; **Fabrica de Móveis Maida**, [Curitiba]; Kastrup e Cia, Rio de Janeiro e Raimundo Egg e Cia, [Curitiba]” (O DIA, Associação Comercial do Paraná, Ano XXI, N. 6203, 28 de outubro de 1943, p. 9). Assim, observo que dentro das fabricações dos Móveis Cimo havia também uma colaboração e

associação com os Móveis Maida.

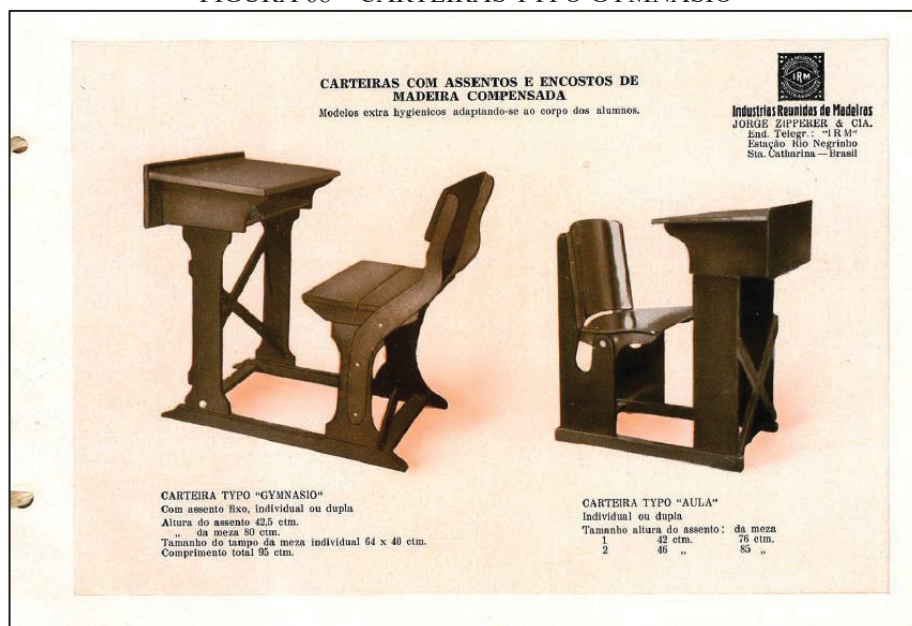
Criada na cidade de Rio Negrinho (SC), em 1912, por Jorge e Martin Zipperer, a Fábrica de Móveis CIMO nasce como uma pequena serraria. A profissão de marceneiro foi aprendida pelo irmão Martin Zipperer que havia conhecido o ofício no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e já havia atuado em indústria moveleira. Foi somente em 1954 que a empresa viria a se chamar Móveis Cimo S/A, tornando-se nesse período

[...] a maior fábrica de móveis da América Latina, embora com a administração agora descentralizada. Possuía fábricas em Rio Negrinho (derivadas da M. Zipperer S/A e da Schauz & Buchmann, uma pequena fábrica, quase que de fundo de quintal, de Victor Buchmann, genro de Jorge Zipperer), em Curitiba (derivadas de Raymundo Egg e Móveis Maida), em Joinville (derivada de Leopoldo Reu) e no Rio de Janeiro (ligada à família Kastrupp). Corroborando com o exposto, Sousa (2015) apresenta as diferentes razões sociais da empresa enquanto esteve ativa, a saber: Jung & Cia; A. Ehrl & Cia; N. Jacob & Cia; Jorge Zipperer & Cia; Indústrias Reunidas de Madeiras — Jorge Zipperer e Cia.; Cia. Martim Zipperer — Móveis Rio Negrinho S/A; Cia. Industrial de Móveis S/A; Móveis CIMO S.A. (Makowiecky; Goudard e Henicka, 2021, p. 152).

A partir da biografia da empresa, é possível constatar que a Fábrica de Móveis Maida adentrou a companhia dos Móveis Cimo a partir da década de 1940. Ao retornar ao recibo comercial de 1927 e as fotografias realizadas no Colégio Estadual Regente Feijó, não posso afirmar que as mobílias fotografadas foram de fato feitas pela família Maida. No entanto, consigo inferir que o artefato é fruto das fábricas reunidas a partir da década de 1940. Sendo assim, o móvel poderia ter sido fabricado tanto pela família Maida ou qualquer outra fábrica pertencente à companhia no período.

No período de 1926 a 1932, Jorge Zipperer lançou um catálogo de móveis que se chamava “Móveis Jorge Zipperer e Cia”. No interior desse livro é possível encontrar a logo do estabelecimento com o nome “Indústrias Reunidas de Madeiras” e com uma sessão dedicada aos móveis escolares. Para minha surpresa, na sessão nomeada “Carteiras com assento e encontros de madeira compensada” foi possível identificar um carteira escolar de tipo individual que se assemelha muito à carteira fotografada no Colegio Estadual Regente Feijó - Antigo Ginásio inaugurado em 1927 – conforme a Figura 68, a seguir:

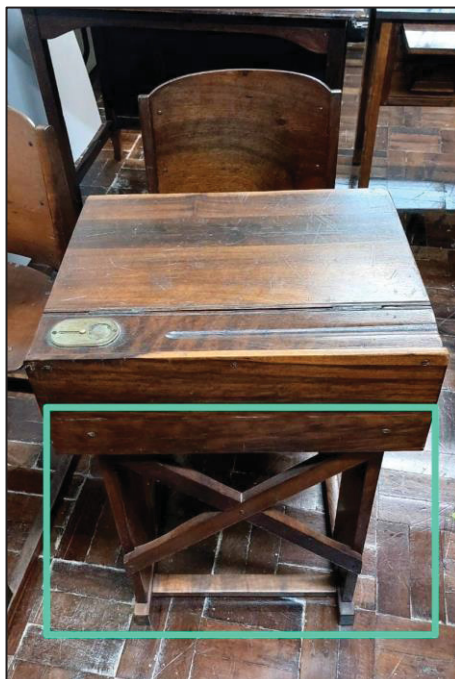
FIGURA 68 – CARTEIRAS TYPO GYMNASIO



FONTE: Zipperera, 1926 a 1932, p. 60.

É interessante observar que o título da carteira já sugere a qual nível escolar ela está endereçada, como é o caso da primeira carteira de “Typo Gynasio”, sugerindo a sua inserção para o ensino secundário. É possível verificar que em ambas as carteiras apresentadas na imagem possui o formato de um “X” na parte da frente. Esse formato também está presente na carteira fotografada no acervo do antigo ginásio de Ponta Grossa, conforme Figura 69.

FIGURA 69 – CARTEIRA MODELO TIPO GINÁSIO



FONTE: Foto de minha autoria - Colégio Estadual Regente Feijó – 2023

Segundo Gustavo Rugoni de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva (2016), os Móveis Cimo, no período de 1932 a 1954, divulgou na produção de seus catálogos uma linha específica dedicada a atender o mercado escolar¹⁴³. Nas imagens a seguir (Figura 70) é possível verificar que a carteira “typo Gynasio” aparece sobre outra nomenclatura, agora nomeada como “Carteira Prefeitura”:

FIGURA 70 – CARTEIRA PREFEITURA



FONTE: Rugoni de Souza e Gaspar da Silva, 2016, p. 338.

A partir dessas imagens, dos recibos comerciais e da carteira escolar encontrada na cidade de Ponta Grossa, no Colégio Estadual Regente Feijó, é possível afirmar a circulação desses artefatos para além dos impressos e sendo consumido pelas escolas públicas do Estado. De fato, o que se pode inferir é que a Fábrica Móveis Maida demonstra uma passagem da experiência artesanal para a entrada de uma produção industrial mais complexa. Além de ter fornecido móveis no cenário de destaque no centro urbano curitibano – Grupo Escolar D. Pedro II e Ginásio Paranaense em 1928 – e em Ponta Grossa – Escola Normal de Paranaguá e Ginásio Regente Feijó, em 1927 –, a Fábrica de Móveis Maida também venceu uma importante concorrência em 1934 para o fornecimento de todo o mobiliário do novo Edifício da Secretaria da Agricultura. O texto da notícia informa que os Irmãos Maida estavam concorrendo com fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo, no entanto, a “firma Maida e Irmãos foi classificada em primeiro lugar, não só por ter apresentado preço mais vantajosos, como também pelas

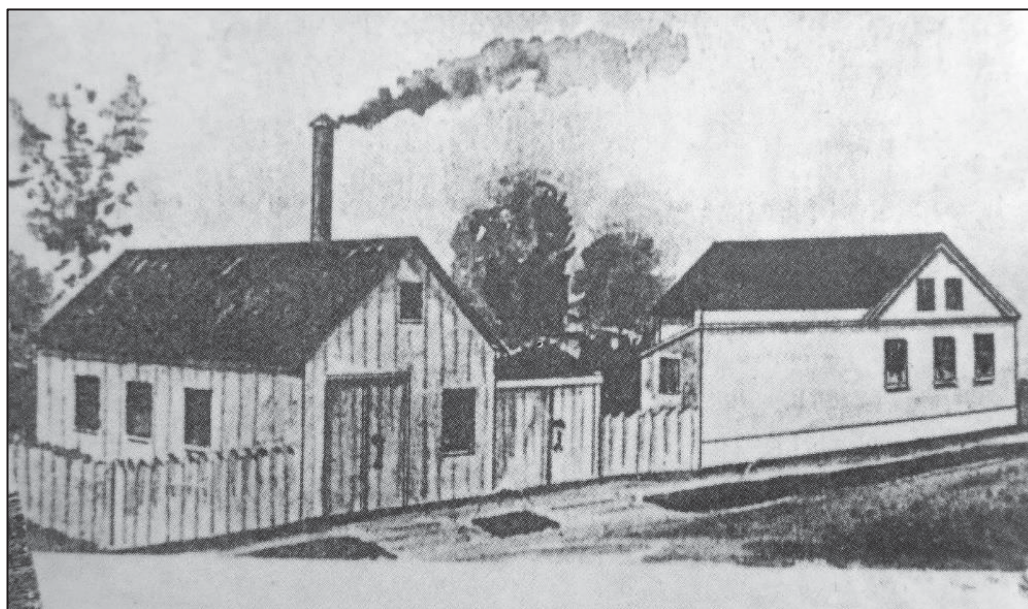
¹⁴³ Segundo Souza e Gaspar da Silva (2016, p. 338), “a inscrição “cadeiras e carteiras escolares” indicia que a fábrica buscou produzir mobiliário adequado, não apenas carteiras, mas também produtos que pudessem compor diversos espaços da escola. A análise desse catálogo não permite identificar o período em que este foi posto em circulação, mas as pesquisas acerca das razões sociais da empresa indicam que, a partir da logomarca Indústria Reunidas de Madeira, o catálogo circulou na década de 1930 e 1940, período em que, segundo Santi (2013), a fábrica passou a desenvolver uma quantidade maior de produtos devido a avanços nas técnicas de produção”.

valiosas credenciais apresentadas” (O Dia, A Firma Maida e Irmãos vence vultuosa concorrência na Bahia, N. 3247, 1934, p. 8). Essa notícia demonstra um alcance da fábrica Maida para além das concorrências locais, mas também no âmbito nacional.

- ***Muller e irmãos – Companhia Industrial Marumby e a Fábrica Iguassu de Carlos Schmidlin***

Em comemoração ao seu 75º aniversário, a indústria Muller & Irmãos recebeu uma homenagem do jornal “A Tarde”, em 1953, a respeito do legado industrial que a firma proporcionou ao Estado do Paraná. Fundada em 1878, pelo suíço Gottlieb Mueller, a indústria nasce como uma pequena oficina de ferraria na estrada da Graciosa (atual Avenida Cândido de Abreu) e a estrada do Assungui (atual Rua Mateus Leme). Foram 24 anos sobre a gerência do senhor Gottlieb Muller, com a sua morte, em 1902, a administração passa para seus filhos: Rodolfo, Oscar, João, Adolfo e Alfredo, junto desses estava o genro Guilherme Lindroth. Na Figura 72 é possível visualizar a primeira sede da oficina de ferraria da qual prosperou por fornecer serviços ao principal meio de transporte do período: as carrocerias que ali passavam.

FIGURA 71 - OFICINA DE FERRARIA DE GOTTLIEB MULLER EM 1878



FONTE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Paraná¹⁴⁴

Com o passar dos anos, a pequena indústria foi sendo aperfeiçoada, acrescentando na linha de produção fornos para fundição, máquinas agrícolas, serviços em fundição de ferro, aço e metais, importação de novos maquinários e a venda também destes. Desse modo, no início do século XX a expansão da oficina permitiu que essa ampliasse a suas instalações para a de uma serralheria. Na Figura 72 é possível visualizar a logo marca da empresa e as atividades que se dedica, como a produção de pregos e a siderurgia.

FIGURA 72 - FÁBRICA DE MÁQUINAS MUELLER E IRMÃOS



FONTE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Paraná¹⁴⁵

No ano de 1924, a Indústria Muller e Irmãos contava com quatro seções: a primeira se dedicava a fabricação de máquinas para a lavoura, a segunda na fundição de ferro e bronze, a terceira se dedicava à fabricação de pregos, enquanto a quarta à importação direta de maquinário de Manchester, New York e Hamburgo. No cartaz propagandístico é possível visualizar uma das máquinas utilizadas na linha de produção.

¹⁴⁵ IPHAN – Caminhos Históricos de Curitiba. Disponível em: <https://estradoassungui.blogspot.com/2011/10/iphan.html>. Acesso em 10 nov. 2023.

FIGURA 73 – COMPANHIA INDUSTRIAL MARUMBY

Companhia Industrial Marumby

Secção A : — Fabrica de Machinas para a Industria e a Lavoura.
Secção B : — Fundição de ferro e bronze em grande escala.
Secção C : — Fabrica de pregos (Pontas de Paris)
Secção D : — Importação directa de : Manchester, New York, Hamburgo
e de todas as praças do Paiz de :
Toda e qualquer Machina ou Apparelho para a Industria
e a Lavoura.
Locomoveis a vapor de toda e qualquer força e marca.
Material para installações electricas.



AGENTES : Dos afamados Locomoveis a vapor da fabrica **R. WOLF**,
Magdeburgo
Da Cia. Brasileira de Electricidade
SIEMENS SCHUCKERT S. A.
Materiaes electricos em geral.
Dos afamados tubos **MANNESMANN**

Mueller & Irmãos
Caixa postal "F., Telgr. "INDUSTRIAE"
CURITYBA

FONTE: Commercio do Paraná, Mueller e Irmãos, 7 set. 1924, Edição 04408, p. 4.

Uma das características importantes que destaco presente na **experiência de produção complexa** é que para além do maquinário a vapor e a utilização do ferro, inicia-se a introdução do aço e uso de materiais elétricos. A indústria Mueller e Irmãos no ano de 1926 já demonstrava em sua experiência de produção a utilização dessas tecnologias, como é possível visualizar na imagem a seguir (Figura 74):

FIGURA 74 – MÁQUINA ELÉTRICA MULLER E IRMÃOS



FONTE: O dia. Cartaz Máquina Elétrica. Edição 770, 6 de janeiro de 1926, p. 4.

Na Figura 75, é possível visualizar o complexo da fábrica em 1936 demonstrando seu extenso parque industrial, com fundições em grande escala de ferro, aço e metais:

FIGURA 75 – PARQUE INDUSTRIAL MUELLER IRMÃOS LTDA 1936



Mueller Irmãos Ltda. = Companhia Industrial Marumby

Caixa Postal F — Telegr. : INDUSTRIAL

CURITYBA —:— PARANÁ —:— BRASIL

GRANDE FABRICA DE MAQUINAS PARA A INDUSTRIA E LAVOURA — FABRICA DE FOGÕES de qualquer tamanho e feitio. — FABRICA DE PREGOS — FONTE DE PARIS.
FUNDIÇÃO EM GRANDE ESCALA de ferro, aço e metaes.

Especialidades — Machinas, aparelhos e ferragens para :. **Serrarias, Marcenaria, Fabricas de Caixas, Carpintaria.**

Aparelhamento moderno para o beneficio da **Herva matte** como da **mandioca**
 Machinismos aperfeiçoados para Olarias, Cortumes, Açougues, Engenhos modernos e previligeados para **ARROZ.**

Moinhos dos mais variados tipos e sistemas para **Cereaes**
 Encarregam-se da instalação de Moinhos completos, com todos os aperfeiçoamentos,
Machina «MARUMBY» de beneficiar café em côco - **TORRADORES** para café.
 Instalações simples e modernas, pelo processo de ar quente puro, que representa a ultima palavra neste genero — **MOENDAS PARA CANNA DE ASSUCAR** de todos os tamanhos e capacidades. Trituradores, — Britadores de Pedras e seus pertences.

Stock permanente de: Debulhadores de milho — Machinas para cortar palha — Ferragem e Chapas de Fogões de todos os tipos — Buchas para eixos de Carroças — Ferros de engomar comuns e eletricos — Locomoveis a vapor — Motores a kerozene. — Oleo crú, - Gazolina — Motores a gaz pobre até 10 cavallos : : : : de força — Bombas para agua de todos os tipos e tamanhos. : : : :

Peçam offertas, sem compromisso de compra

No ano de 1928 foi averiguado que a Industria Muller e Irmãos forneceu carteiras escolares à inspetoria geral do Estado do Paraná. No recibo comercial (Figura 76), é possível visualizar a mudança na composição material dessas carteiras: na segunda década do século XX é inserido nas carteiras de modelo simples e modelo duplo, material em ferragem, além dos tinteiro nickeados.

FIGURA 76 – RECIBO COMERCIAL DA MUELLER E IRMÃOS À INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO PARANÁ EM 1928

Mueller & Irmãos
 Companhia Industrial Marumby
 Caixa Postal F
 Marumby INDUSTRIAL
 Curitiba-Paraná

ZVR/ ORÇAMENTO N.º 1.874/W

Para a Inspectoria Geral do Ensino

Curitiba.

Curitiba, 24 de Setembro de 1928

Archive-se
em 26/9/928
Arquivo

CARTEIRAS ESCOLARES, ferragens completas, de ferro fundido:			
modelo simples,	por unidade	Rs..	24\$000
modelo duplas	por unidade	Rs..	29\$000
TINTEIROS, nickelados, com tampas e vidros para depósito da tinta	por unidade	Rs..	2\$000

Curitiba, 24 de Setembro de 1928.

COMPANHIA INDUSTRIAL "MARUMBY"

Mueller + Irmãos
 A.C.M.

FONTE: Mueller e Irmãos. AP2274, 1928, orçamento N° 1874.

Nessa mesma linha de industrias dedicadas à fundição, a Fábrica Iguassu pertencente a Carlos Schmidlin descreve em seu cartaz propagandístico que fornece ferragens para carteiras escolares. No anúncio é possível observar que se trata de uma indústria com um grau complexo de produção equiparado à fabrica dos Irmãos Mueller.

FIGURA 77 – FERRAGENS IGUASSÚ

FABRICA IGUASSU'

CARLOS SCHMIDLIN E COMP.

— AVENIDA IGUASSU' 131 — 133. —

CURITYBA PARANA' BRASIL

End. Telg. : IGUASSU' — TELEPHONE NR. 633

MACHINAS

SERRAS TISSOT, PRENSAS REVOLVER E PRENSAS MANUAES PARA TELHAS DE MARSELHA, AMASSADORES, ELEPHANTES (CADA RODA DE 3500 KILOS) MACHINAS PARA TRABALHAR MADEIRA, MACHINISMOS PARA FABRICAÇÃO DE LOUÇA, IDEM PARA CORTUMES, PRENSAS BALANCIER E MUITAS OUTRAS, GUINCHOS, MARTELOS PARA BATER ESTACAS, TRANSMISSOES COMPLETAS, ETC., MOINHOS PARA CEREAS ENGENHOS DE ARROZ E MANDIOCA.

FERRAGENS

BOMBAS E CARNEIROS HYDRAULICOS, FERROS DE ENGOMMAR MODERNOS, DEBULHADORES, MACHINAS PARA PICAR PALHA, MOINHOS TRITURADORES DE MILHO, CHAPAS DE FOGAO, BUZINAS PARA CARROS, BALANÇAS DE MESA, BALANÇAS DE PLATAFORMA, PRENSAS DE COPIAR, ESTUFAS, MACHINAS DE FURAR, CAIXAS DE DESCARGA, FOGAREIROS, FORJAS PORTATEIS, TORNOS DE BANCADA, TRIPE'S PARA SAPATEIROS, RAIOS PARA PE'S, PESOS PARA BALANÇAS, FORNOS, FERRAGENS PARA FOGAES, etc. FERROS PARA ESCOVAS DE ENCERAR ASSOALHO, MANCAES SELLER E PARA ROLLAMENTOS, VALVULAS, REGISTROS COM PORTAS, etc. PARA ENCANAMENTOS DE AGUA **FERRAGENS PARA CARTEIRAS ESCOLARES, etc.**

FUNDIÇÃO

De quaisquer peças de ferro ou bronze. Especialidade em engrenagens polias, volantes e outras peças nas maiores dimensões e pesos, Tubos radiadores, Sinos de bronze para igrejas, Fundições duras a coquilles, etc. etc.

MATERIAES

EM DEPOSITO E SOB ENCOMMENDA. FORNECIMENTO DE QUALQUER MACHINA E APPARELHO DE OUTRAS PROCEDENCIAS

CONSTRUÇÕES

Acceptamos a construção de novas machinas e aparelhos podendo essas ser invenções potenteadas.

Balança de Ferro, Plataforma de 250 a 5000 kilos de força.

FONTE: Diario da Tarde, Ferragens Iguassu, 19 set. 1927, p. 4.

Diante do levantamento dos fabricantes expostos e do grau de desenvolvimento de cada fábrica, é possível identificar que na medida que o Estado se organizava, o raio de ação sobre o provimento material escolar era composto por experiências de produções diversas. Em relação a ação de acionar esses fornecedores, no ano de 1924, em relatório escrito por Martinez consta que as antigas carteiras, “muito altas, com bancos sem encosto, demasiadamente afastados, de comprimento desproporcional para dois alumnos” foram substituídas, por carteiras “menores, mais baixas, com bancos de encosto, sufficientes para dois alumnos”. O diretor ainda informa que conseguiu “fabricar todo o mobiliário em oficinas desta capital, inclusive as ferragens e os tinteiros de nickel que são encaixados na madeira”. O que não me espanta diante dos 18 fabricantes, levantamento preliminar, apresentado nesse estudo, Cesar

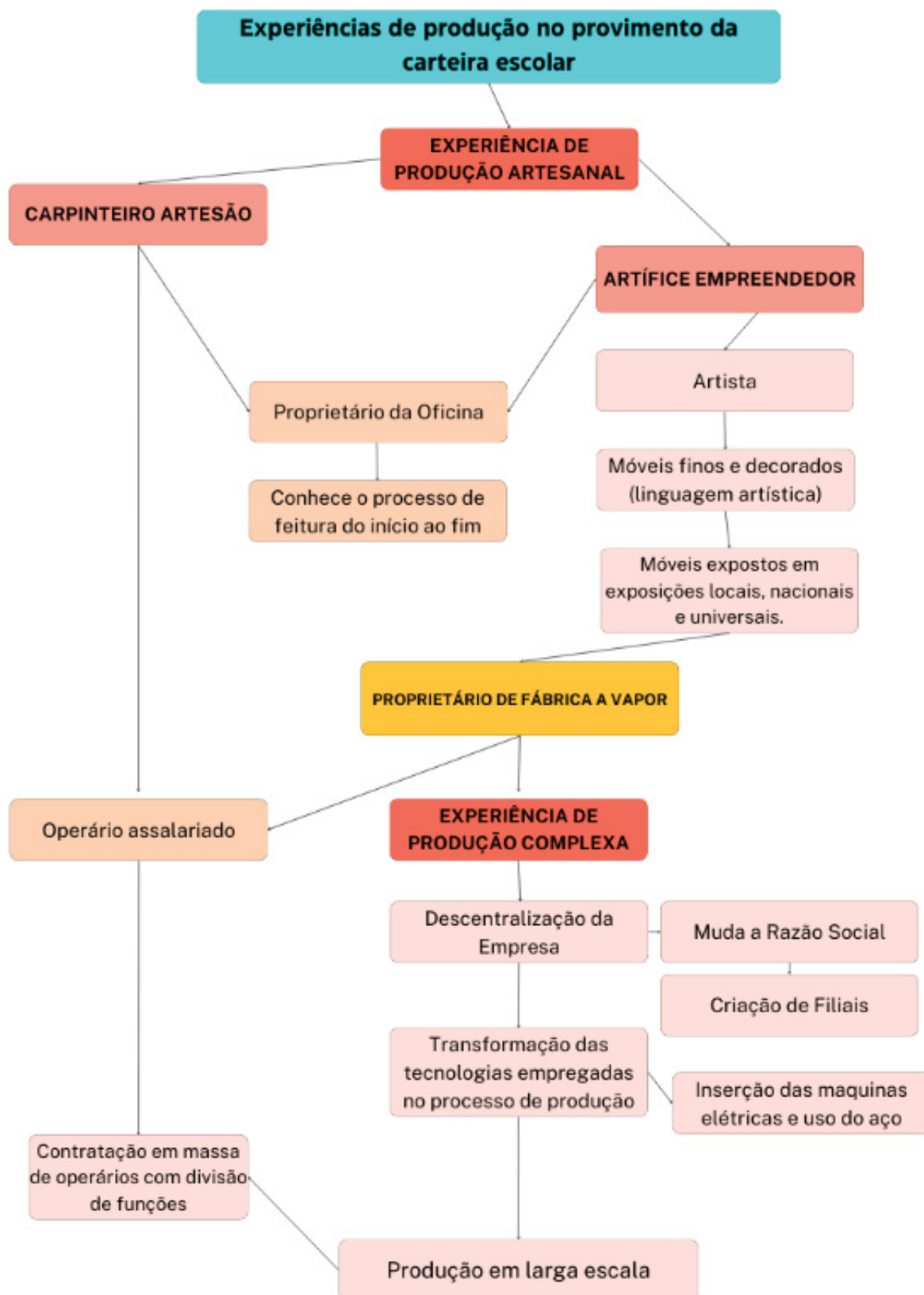
Martinez ainda cita duas fábricas, das quais já apresentamos no levantamento:

A marcenaria dos Snrs. Salvador Maida & Filhos, de accôrdo com a grande fundição dos Snrs. Muller & Irmãos, mandaram um dos typos dessas carteiras para a Exposição do Rio da Janeiro, carteira que foi premiada e que despertou verdadeiro interesse, razão porque aquelles industriaes receberam innumerous pedidos de proposta para fornecimento, vindos do Rio e de muitos Estados do Norte (Martinez, 1924, p. 48).

Com base no material exposto até aqui é possível compreender “a teia de malha fina” (Ginzburg, 1991) que envolve a relação imbricada entre o processo do desenvolvimento econômico do país, a expansão da escola de massa e o nascimento de um mercado escolar. Os fabricantes apresentados nessa seção fundam suas respectivas oficinas entre as décadas de 1880 a 1910 e, nesse período, temos o fornecimento dos móveis escolares calcados em uma **experiência de produção artesanal**. Isto é, iniciam como pequenas oficinas que transitavam entre um feitiço artesanal e de fábrica sem se dedicar, exclusivamente, ao nicho da fabricação de móveis escolares e sem dispor de trabalhos em aço e maquinário elétrico.

De modo a organizar uma exposição em síntese das experiências de produção existentes no processo do provimento do mobiliário escolar, criei um fluxograma que representasse de maneira esquemática a **experiência de produção artesanal** e a **experiência de produção complexa**:

FIGURA 78 – FLUXOGRAMA REFERENTE AS EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO NO PROCESSO DE PROVIMENTO ESCOLAR NO CONTEXTO PARANAENSE (1880 – 1928)



FONTE: Organizado pela autora com base nos dados apresentados até o momento.

Nas páginas iniciais do livro “O Artífice” Richard Sennett (2020) explica que esse livro faz parte de três volumes dedicados ao estudo da Cultura Material e já adverte ao autor: o estudo dos três volumes tratam da questão da técnica, mas a técnica tratada como questão cultural e não como um procedimento maquinal. Essa leitura de Sennet se fez importante para a construção argumentativa desenvolvida na tese sobre o processo de feitura da carteira escolar. Desde o mestrado observava práticas e ritos no ato de prover a escola, no entanto somente agora consigo esboçar **um desenho e propor uma “análise interpretativa sobre a cultura”** (Geertz, 1989) **de prover a escola pública.**

De acordo com Sennet (2020, p. 18), a cultura material nos permite indagar “o que o processo de feitura de coisas concretas revela a nosso respeito”, além de ser um potente “catálogo de experiência de produção das coisas” a “cultura material, em suma, traça um quadro do que os seres humanos são capazes de fazer” (Sennett, 2020, p. 26). Esse olhar sobre a técnica nada mais é que um esforço que Sennet deposita sobre a composição das experiências humanas, uma vez que a experiência é composta por acúmulo de aprendizados e elaboração de valores. Como exemplo o autor explica que há uma diferença entre “escaldar um peixe” e “a maneira certa de escaldar um peixe”, uma vez que “um alimento bem preparado nos permite imaginar categorias mais amplas de ‘bom’” (2020, p. 18). Nessa perspectiva, olhar para as **experiências de produção da carteira escolar** é um exercício de identificar as categorias existentes nesse processo. Com base nos fabricantes supracitados consigo identificar que esses sujeitos gravitam sobre uma **experiência de produção artesanal** que culmina em uma **experiência de produção complexa**. A primeira se desmembra em suas categorias: a do **carpinteiro artesão** e do **artífice empreendedor**. Para explicar a primeira categoria começo explicando a segunda sobre as características que definem um artífice.

Ainda segundo o autor, o artífice explora as dimensões da habilidade do empenho e da avaliação, em sua produção existe uma perícia artesanal que envolve o desejo de fazer bem as coisas. Isso não significa que um carpinteiro não queira fazer bem os móveis que produz, mas que a sua habilidade manual tem como objetivo a produção para a venda e não a dedicação da arte pela arte. Tanto o artífice como o carpinteiro possuem a habilidade artesanal, no entanto o primeiro representa a condição do engajamento, mas do que fabricar móveis o artífice quer “fabricar bem” e esse é o principal fator de sua identidade, por isso vemos no fluxograma que o artífice – além de ser proprietário de sua oficina e conhecer o processo de feitura do início ao fim como o carpinteiro – está engajado com linguagens artísticas o que o leva a expor seus trabalhos em exposições locais, nacionais e universais. No entanto, observo uma derivação da experiência quando se tem a introdução da fábrica a vapor.

Pude perceber que os proprietários dessas fábricas eram artífices que conheciam o processo de produção do início ao fim, mas não realizavam mais esse trabalho sozinhos: contratavam carpinteiros, entalhadores que realizavam a tarefa como assalariados. Essa experiência, com o crescimento e desenvolvimento da fábrica, culmina em **uma experiência de produção complexa** posto que nesta etapa o proprietário se afasta do fazer e se dedica à administração da empresa. A fábrica se desmembra em filiais e outros agentes são agregados em sua administração, como filhos e irmãos do fundador que transformam a fábrica em uma grande companhia. Nesse sentido, foi possível verificar a introdução de um sistema produtivo pautado pela entrada do ferro e do aço, a importação e fabricação de maquinários diversificados que potencializaram o desenvolvimento de uma indústria mais complexa capaz de uma produção em larga escala.

APONTAMENTOS FINAIS

FIGURA 79 – CRIANÇA DE 11 ANOS ESTUDANDO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE 2020



FONTE: Giovana Dalcin/Arquivo Pessoal (2020)¹⁴⁶

De acordo com Agustín Escolano Benito (2020), a história da vida material é um vetor importante para toda pesquisa que se propõe a estudar experiências. No caso da imagem que inaugura as reflexões trazidas para os apontamentos finais, a vivência em tela remete aos esforços combinados da instituição educativa e da comunidade escolar para reinventar a sala de aula, reconhecida na foto pela carteira escolar, pelo caderno e o lápis segurado em mãos pelo estudante.

A crise sanitária de 2020, no Brasil e no mundo, forjou que o contato com os alunos e a mediação das aulas fossem realizadas de forma virtual. Como aponta Geertz (1989), para compreender a cadeia de significados que compõe uma cultura, ou uma experiência, é necessário estar atento as ações dos indivíduos. Desse modo, a fotografia traz a atuação de três sujeitos: Alan Somavilla é o estudante de 11 anos, da cidade de Estrela Velha, região rural do estado do Rio Grande do Sul. Odilésio Somavilla é o pai que, obrigado pelo contexto da pandemia e pela conexão instável da internet, construiu uma barraca de lona e madeira em meio

¹⁴⁶ Disponível em: Menino de 11 anos acompanha as aulas em um telefone usado com plano de dados de R\$ 40 em Estrela Velha — Foto: Giovana Dalcin/Arquivo Pessoal <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/08/24/pai-constroi-barraca-de-madeira-e-lona-para-filho-acompanhar-aulas-virtuais-em-estrela-velha.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2020.

a lavoura para que o celular, por meio dos dados móveis, conseguisse sinal e se conectasse às aulas virtuais. A terceira autora dessa teia é a diretora da escola estadual: Giovana Dalcin que também foi professora de Alan. Em conversa com a família, a professora emprestou a carteira escolar para que o pai de Alan criasse a sala de aula improvisada.

O cenário apresentado ilustra um dos vieses que me propus estudar ao assumir a composição material como núcleo de investigação: os processos de interação entre representantes do Estado, famílias, professores e alunos para fazer funcionar a escola (Veiga, 2018, p. 32). Nessa perspectiva, fica evidente que, tanto no passado, como no presente a experiência de prover o ambiente educacional materialmente reúne diversos sujeitos históricos que pensam e articulam o cotidiano escolar.

Diante das observações e deduções realizadas, a partir das leituras das fontes e da literatura da história da educação, construí três hipóteses para compreender as imbricações existentes na composição material escolar entre os anos de 1906 e 1928: 1ª supus que o provimento material escolar é composto por práticas e ritos que revelam ações estratégicas para além da atuação institucional do Estado. O projeto de institucionalização e instalação da escola pública envolveu bricolagens agenciadas por outros sujeitos, como: professores, carpinteiros, empreendedores e a própria comunidade local. Minha 2ª hipótese é que conforme a escola paranaense foi se expandindo, a sua gestão e composição material também se complexou, exigindo nesse processo experiências conjugadas na produção e no abastecimento dos móveis escolares que não se reduzem a ação das grandes indústrias. E, por fim, uma dedução que rondou a pesquisa conforme o tensionamento das fontes ia avançado, é que o abastecimento material escolar não aconteceu de forma homogênea e padronizada, mas por representações em disputas marcadas por desigualdades materiais. Essas suposições estiveram a serviço de dar o passo inicial para a pesquisa, uma vez que

[...] o que é o acontecimento senão aquilo que é preciso supor para que a organização dos documentos seja possível? Ele é o meio pelo qual se passa da desordem à ordem. Ele não explica, permite uma inteligibilidade. É o postulado e o ponto de partida – mas também o ponto cego – da compreensão. “Deve ter acontecido alguma coisa”, aí, diante das constatações que possibilitam construir séries de fatos ou transitar de uma regularidade para outra. Bem longe de ser o alicerce ou a marca substancial na qual se apoiaria uma informação, ele é o suporte hipotético de uma ordenação sobre o eixo do tempo, a condição de uma classificação (Certeau, 2015, p. 104).

Diante do exposto, a questão problema que me conduziu para o desenvolvimento da investigação foi a seguinte: **Afinal, de quais estratégias se serviu o Estado para cumprir com o dever de prover a escola materialmente?** Essa questão desdobrou-se em subquestões, a saber: Com quais agentes o Estado negociou para providenciar os móveis escolares? Quais foram as carteiras “consumidas”? Existia uma exigência pré-estabelecida? Quais os embates

políticos e filosóficos existentes na produção mobiliária? Com isso, **a identificação das movimentações e interações existentes no processo de aquisição mobiliária se configurou no objetivo geral da tese.**

Nesse desdobramento, procurei compreender no primeiro capítulo as significações dadas ao termo “provimento material” no contexto educacional evidenciado e como ele vem sendo qualificado pelos historiadores da educação na sua operação investigativa. Pude constatar que na virada do século XIX para o XX o termo esteve próximo a um conjunto de sentidos associados ao suprimento material da escola como também a vaga pública ocupada pelo professor: uma significação germinada entre prover a escola dos móveis necessários e prover uma cadeira, um cargo público.

No cotidiano escolar o provimento material comparecia no conjunto de preocupações de professores e inspetores que estavam ocupados não só em fiscalizar e regular o espaço da sala de aula, mas também encarregados e ativos em dar condições de funcionamento para o ambiente escolar. Além desse conjunto de significados, o verbete “provimento material” alcança um sentido explicativo e operacional a partir do refinamento extraído das fontes manejadas pelos historiadores da educação, da trajetória dos grupos de pesquisa e da produção especializada sobre a cultura material escolar. Compreendo que por meio dessa simbiose o verbete propicia a formulação de uma categoria potente para analisar os processos de idealização, fabricação e consumo da carteira escolar e dos suportes materiais usados para o ensino. Desse modo, identifico que o aprimoramento do termo enquanto conceito operacional, nasce e se fortalece numa dimensão coletiva ilustrada por projetos integrados e compartilhados.

Ponto assim que ao falar de “provimento materialmente” informamos ao mesmo tempo um recorte temporal situado no processo de aparelhamento e institucionalização da instrução pública na virada do século XIX para o XX. O verbete torna-se um recurso interpretativo para os estudiosos da cultura material escolar que se dedicam a investigar os ritos e práticas contidos no gesto provedor.

No segundo capítulo busquei compreender se a ação de inventariar a mobília da escola seria suficiente para garantir o compromisso dos dirigentes governamentais com o abastecimento material da escola. Se não foi, quais outros investimentos foram escolhidos? Diante desse contexto, identifico duas etapas dentro dos ritos e práticas do provimento material escolar, ou como venho nomeando: da(s) cultura(s) do provimento escolar.

A primeira diz respeito as práticas de abastecimento e distribuição dos móveis escolares, essa etapa é composta por ações que antecedem a confecção dos móveis escolares. Desse modo, é possível identificar ações dos dirigentes do ensino voltadas para a compilação

sistematizada das necessidades e condições de funcionamento da escola primária. Desde os diretores da instrução pública paranaense, como: Arthur Cerqueira (1906), Jayme Drumond dos Reis (1909), Francisco de Azevedo Macedo (1913), Eneas Marques Santos (1916) e Cesar Martinez (1920) entre outros dirigentes do Brasil, como o diretor geral da instrução pública do Rio de Janeiro que reuniram em livros de inventário a listagem de móveis existentes e faltantes em suas escolas.

A prática escriturística de relatar as condições de funcionamento da escola esteve presente tanto na rotina de trabalho dos professores como dos inspetores. No processo de inventariar a materialidade da escola, ainda que a mando do Estado, pude constatar que os professores não reduzem sua ação há uma resposta objetiva, mas introduzem um elemento tático (Certeau, 2014) revelando as práticas excedentes (França; Garcia, 2021) que exercem em seu ofício. A professora Francisca Camargo, por exemplo relatou que em 1906 os móveis que existiam na sua escola tiveram a madeira doada pelo município, no entanto, o feito foi pago às suas custas. Desse modo a ação de prover a escola atravessa as incumbências do professor com a manutenção do espaço escolar. A(s) cultura(s) do provimento também revelam a cultura(s) do trabalho docente nesse período.

Assim constato que a ação de inventariar remete a uma prática importante no conjunto de decisões que compõe o processo de abastecimento material. Além disso, o inventário possui uma força indiciária revelando as ações dos professores para possibilitar o exercício das aulas. Além dessas questões, o processo do abastecimento material revelou uma “política educacional de privilegiamento das cidades em detrimento da zona rural” (Souza, 1998, p. 51). A desigualdade material pode ser verificada na fala do inspetor Sebastião Paraná que, propôs a confecção de móveis novos para as escolas do centro de Curitiba, porém sem deixar de aproveitar os móveis “velhos”, ainda que estes estejam “desvalorizados pelo uso”, para a distribuição em “escolas fora da Capital” (Paraná, 1906, p. 20).

Diante dessas informações, é possível inferir que a ação de inventariar não garante e não garantiu diretamente o compromisso de suprir todas as escolas do Estado, pelo contrário, escolhas foram feitas e algumas escolas foram atendidas com mais urgência em detrimento de outras. O projeto de uma cidade bela e moderna incitou para os dirigentes do ensino, a escolha, ou os motivos, para intervir: por uma questão de notoriedade as escolas do centro da cidade foram privilegiadas em relação às escolas rurais. Contudo, é válido destacar que a ação de inventariar comparece no conjunto de preocupações associadas à ação de prover. Por isso, é importante destacar que os livros de distribuição do mobiliário escolar compareceram como uma prática escriturística de professores e inspetores, tanto no Paraná como em outras regiões

do país. Além dessas informações, a prática do inventário informa outros ritos presentes no gesto provedor, como as iniciativas de professores que custeiam os móveis de próprio custo, as quermesses realizadas com o objetivo de arrecadar fundos para compra de mobiliário escolar e a participação da comunidade, como no caso de colonos que confeccionavam móveis para as escolas de suas vilas.

Na cultura do provimento material escolar, o inventário configurou-se como uma etapa importante a respeito das estratégias e táticas para atender as demandas materiais, ou mesmo sobre quais demandas intervir. O mapa de movimento do almoxarifado no ano de 1916 revelou que a grande maioria dos Grupos Escolares no Paraná foi suprida com as carteiras americanas enquanto as escolas isoladas foram abastecidas com carteiras nacionais. Novamente essa ação representa as políticas educacionais de privilegiamento, uma vez que a Carteira Americana, era a mais indicada para as escolas que gostariam de atender um ambiente considerado higiênico, confortável, belo e racional. As Carteiras Nacionais entrariam na categoria de modelos que foram encomendados pelo Estado com base em algumas referências, como: os catálogos, reprodução de outros móveis, com um custeio mais econômico. Diferente das Carteiras Americanas, que eram importadas e representavam um lugar de prestígio no consumo material escolar, as Carteiras Nacionais ocuparam um lugar estratégico para suprir a demanda material, porém não representavam o modelo ideal de carteira escolhido para o projeto educativo.

Em relação a prática de distribuição dos móveis escolares, e aqui foi possível identificar uma ação do Estado na tentativa de tentar prever as demandas materiais. Com a criação do Almoxarifado da Instrução Pública o Estado teria um espaço destinado a “guarda, distribuição, arrecadação e reparos dos móveis e utensílios escolares (Macedo, 1913, p. 5). A criação do almoxarifado representa uma organização funcional que complexifica a gestão pública. A criação desse setor revela a mediação do estado para assegurar “móvel em reserva”, cria-se a intenção de construir e dispor utensílios e móveis escolares a qualquer momento que sejam revogados.

É possível inferir que antes da criação do almoxarifado existia uma participação muito mais direta dos professores e outros agentes no processo do provimento material. Enquanto o professor se constituía como docente, paulatinamente a sala de aula ia se constituindo como ambiente escolar. Ao organizar um espaço para o acondicionamento dos suportes materiais escolares, mobilizando também outros órgãos oficiais (como a própria penitenciária), o Estado mobiliza condições administrativas para atender uma escola que se complexava em relação não só aos métodos de ensino, mas, também, na sua própria estrutura. A gestão da instrução pública não ficou reduzida ao poder do executivo, mas diluída entre outros cargos e profissões, como a

atuação dos próprios almoxarifes. Esta situação revela indícios de uma nova configuração que procurava, mesmo que paulatinamente, formalizar seus modos de prover.

É importante sinalizar que a criação do almoxarifado não é a resolução dos problemas referentes ao abastecimento material, concomitante a sua criação, ainda existiram situações de imprevisto no suprimento de móveis escolares. O que quero demonstrar é que a criação desse espaço de guarda e distribuição e, mesmo inventário da materialidade, contribuiu para que a estrutura educacional fosse crescendo e formalizando os meios de aquisição material.

Um segundo aspecto presente nos ritos de provimento material corresponde as práticas de idealização e feitura da mobília escolar. A partir do terceiro capítulo tive como objetivo demonstrar que a carteira escolar é um artefato cultural que reúne no seu processo de idealização e feitura o trânsito das ideias que viajam e se conectam. A partir de dois personagens principais, a professora Carolina Moreira Pinto e o marceneiro Pedro Rispoli, pude constatar que, embora esses sujeitos ocupassem posições diferentes, ambos são contatados para conhecer e reproduzir uma dada realidade material e fizeram mais do que isso: por meio de uma apropriação ativa reinventaram o que foi conhecido.

Com a missão de conhecer o contexto dos grupos escolares paulista Carolina Moreira demonstra que àqueles que consomem e conhecem outro contexto cultural não partem somente de mecanismos de recepção e reprodução, mas denotam uma inventividade e reflexão sobre aquilo que foi lido. Ao interpretar os grupos escolares de São Paulo como demasiados luxuosos a normalista inferiu que as escolas do Paraná não deixariam de ser higiênicas e modernas se assumissem uma composição, ainda que bela, porém mais modesta favorecendo os cofres públicos.

A experiência vivida por Pedro Rispoli também representa o trânsito de ideias que são consumidos e reinventados. Por meio da posse do catálogo da casa “Les Fils d’Emile Deyrolles” e a mando do diretor geral da instrução pública, Pedro Rispoli, confeccionou 250 carteiras escolares, conforme o modelo referido para a instrução pública. No entanto, concomitantemente ao pedido de seguir as referências de feitura do catálogo, no contrato é mencionado que Pedro Rispoli deveria confeccionar os móveis em pinho, imitando imbuia envernizada à boneca, ou seja, novamente para além da reprodução existe uma fabricação criativa sobre o consumo dos móveis escolares. Além disso Pedro Rispoli representa a categoria dos empreendedores artífices que continuam no seu modo de produção uma linguagem artística participando de exposições locais e nacionais que compuseram um selo qualificador para as suas produções. As premiações obtidas nesses espaços eram divulgadas em cartazes comerciais, bem como em catálogos de móveis escolares e representavam uma estratégia comunicativa de promoção da venda dos

objetos divulgados, quanto melhor for o êxito na comunicação publicitária maior seria o alcance de venda terá esses empreendedores. Quando os catálogos comerciais são enviados diretamente para os diretores das escolas, observo um estreitamento dos laços comerciais, possibilitando localizar uma trama comercial mediada pela estratégia de comunicação de convencimento e pelas apropriações das premiações nos cartazes e catálogos comerciais.

Esses elementos são importantes para amparar aquilo que nomeio como cultura(s) do provimento escolar, uma vez que as interações e movimentações presentes nesse processo representam uma correspondência de ideias e representações em circulação que produzem uma atmosfera cultural nos modos de prover. A viagem da professora Carolina Moreira à São Paulo, a participação de médicos brasileiros em congressos internacionais, bem como os catálogos e artefatos em circulação revelam saberes mediados, apropriados e ressignificados. Na compreensão de Pallares-Burke (1996, p. 9), o fenômeno da circulação e recepção de ideias envolve a “valorização do estrangeiro como um ‘outro’ enriquecedor e importante de ser conhecido”. No entanto, na valorização do outro também se produz algo, que não se reduz à mera imitação ou reprodução. Pallares-Burke (1996) aponta que estudos com uma perspectiva antropológica identificaram uma recepção ativa na circulação de ideias, o que significa que, ao dar sentido às apropriações de ideias em novos contextos, os sujeitos usam um grau de criatividade, produzindo novos significados. Isso demonstra, por meio dos sujeitos aqui apresentados que o processo de leitura, seja dos catálogos, seja de um contexto cultural diferente, envolvem adaptações e transformações. Desse modo, ao atravessar espaços, tempos e ideias, esses sujeitos passam a ser “tradutores culturais”, permitindo que o “estrangeiro”, para além de interpretável, possa ser reinventado.

Por fim, no quarto capítulo tive como objetivo compreender a relação entre o processo de institucionalização escolar, o grau do desenvolvimento econômico do estado e como isso afetou as experiências de produção das carteiras escolares paranaenses. Pude constatar que embora a preocupação com a escola estatal e obrigatória tenha se difundido com maior força no momento de afirmação dos Estados-nação, a institucionalização da escola e sobretudo o seu acesso foi construído em um processo paulatino que envolveu o percurso individual de cada região e país. No caso do Brasil, desde a implementação da Constituição de 1824 e da própria promulgação da primeira Lei Geral da Educação brasileira, em 1827, existiram muitos impasses sobre quais eram os sujeitos que de fato teriam direito a formação instrucional formal. Ainda que a educação obrigatória, no caso paranaense, permitisse que um maior número de alunos acessasse as salas de aula, a partir de 1883, como no caso de meninos de 7 a 14 anos e meninas de 7 a 12 (Souza; Anjos, 2013), um percentual considerável de crianças ficou fora dessa

estimativa: como as crianças de 0 a 6 e aquelas maiores de 14 anos (no caso das meninas a exclusão etária era já a partir dos 12 anos), as crianças indígenas e negras também tiveram a educação formal restrita.

No bojo dessas questões, observei que, embora o ensino obrigatório, colaborasse para o desenvolvimento e expansão de uma escola de massa, seu desdobramento foi diverso em diferentes países. Um processo marcado pelas desigualdades de raça, gênero e classe social que estiverem presentes no processo de institucionalização da escola. Enquanto na Itália o censo escolar já contava com um número de 47.500 escolas elementares, entre as décadas de 1870 e 1880, no Brasil, ainda na década de 1920, o número de escolas primárias contabilizava apenas 27.662. Somente na década de 1940 é que o número de escolas contabilizou 43.975 unidades escolares de ensino primário. Por isso, não é de se estranhar que já nos oitocentos a Itália, diante do seu percurso próprio, já demonstrava um contato e consumo com casas comerciais especializadas na oferta de suportes materiais escolares.

Além dessas questões até a década de 1920 a formação econômica do Brasil esteve em sua maioria em uma situação de subserviência, em que o país se dedicava menos ao desenvolvimento industrial e mais as produções agrícolas e extrativistas. Não tomo aqui essa condição como natural, mas desde o período colonial o Brasil sofreu com obstáculos para a implementação da indústria, como: a proibição da produção manufatureira em 1750 (Hees, 2011), a crença dos setores agroexportadores que viam o desenvolvimento da indústria, ainda no século XIX, como uma ameaça a sua predominância no centro dinâmico da economia do país (Fernandes, 2001) e, os acordos comerciais, principalmente com a Inglaterra, que limitavam o Brasil a uma condição de país importador/consumidor.

O quadro econômico começa a mudar de forma significativa no Brasil e no Paraná a partir do século XX com o acúmulo do capital por meio do café, pelo crescimento de construção das vias ferroviárias, pela expansão do trânsito de navios a vapor, a criação de redes bancárias, entre outros fatores, que fará com que o Brasil desenvolva o seu mercado interno. É nesse quadro que a potencialidade industrial do Brasil é acrescida com a entrada do aço e de maquinário elétrico, favorecendo a expansão da produção industrial que também afetará os modos de produção dos artefatos escolares.

Desse modo, diante do quadro histórico e das fábricas que forneceram móveis a instrução pública paranaense foi possível constatar que a experiência de produção da carteira escolar desdobrou-se sobre um feitiço artesanal que, envolveu a atuação de carpinteiros e artífices empreendedores. O primeiro é composto por um sujeito detentor do saber da marcenaria e que também é proprietário de uma pequena oficina, porém não se dedica ao

empreendedorismo e não tem o perfil de uma confecção com tradição artística reconhecida (como as linguagens artísticas da Art Nouveau, Barroco, Rococo, entre outros). Já os fabricantes aqui denominados como **artífices empreendedores** compartilham na sua biografia a profissão de artistas, visto que eram descritos com esse perfil na relação civil dos jornais. Outra característica é que além de serem proprietários da oficina, são conhecedores do processo de confecção dos móveis do início ao fim e participavam das exposições locais, nacionais e universais recebendo premiações e qualificando seus produtos como uma mercadoria recomendável e de prestígio social.

A derivação dos artífices empreendedores acontece quando a produção sobre o feitiço das carteiras escolares se complexifica. Os artífices deixam de atuar na fabricação dos móveis para se dedicar a gestão das fábricas, com isso, operários são contratados (carpinteiros, entalhadores, entre outras funções técnicas) para o ofício da marcenaria. Além dessa característica, com a expansão da empresa os proprietários artífices – que são conhecedores do processo de feitiço do início ao fim - passam a administração de seu estabelecimento para outras pessoas, momento em que o negócio passa a agregar mais filiais e se transformam em grandes companhias.

Esse modo de produção crescente, com a divisão do trabalho entre operários assalariados, com a descentralização da empresa entre sede e filial e um parque industrial ampliado, culmina no que compreendi como **uma experiência de produção complexa**. Além disso, como é possível observar nos casos dos Móveis Guelman, dos Móveis Maida, ambos iniciam com a razão social inspirada no nome do fundador, porém com a descentralização do empreendimento a razão social muda sendo agregado a nomenclatura dos sócios como “filhos”, “irmãos”, “companhia”, entre outras nomenclaturas. Nesse estágio, os sócios e proprietários não necessariamente conhecem os modos de feitura do início ao fim, mas contratam outros operários do ramo moveleiro com divisão nas funções. Nesse sentido, foi possível verificar a introdução de um sistema produtivo pautado pela entrada do ferro e do aço, pela importação de maquinário elétrico e a fabricação de meios de produção diversificados que potencializaram o desenvolvimento de uma indústria mais complexa capaz de uma produção para o mercado escolar em larga escala.

Diante do exposto, analiso que o estudo desenvolvido até aqui permite questões prospectivas que merecem aprofundamento em análises futuras. Um estudo potente que a vida material, entrecruzada a dados estatísticos, pode revelar é como a distribuição desigual dos móveis escolares afetou a qualidade da educação entre as escolas rurais e urbanas. Embora as desigualdades materiais tenham sido evidenciadas na tese, o impacto na formação dos alunos

exige um outro percurso metodológico e acesso a um outro arcabouço empírico. Seria interessante para pesquisas futuras relacionar quanto que o Estado investia da arrecadação pública sobre a instrução primária, permitindo uma investigação sobre a tríade de uma história das despesas públicas, da cultura material e do impacto das experiências educativas e materiais na trajetória formativa dos sujeitos que habitavam entre contextos rurais e urbanos.

Um projeto previsto a ser desenvolvido, a partir dos estudos da tese, é a criação de uma exposição virtual, ou mesmo a elaboração de um catálogo, como uma produção técnica voltada para a divulgação dos diferentes modos de produção da carteira escolar que existiram no estado do Paraná. De modo a compartilhar os cartazes propagandísticos, as fotografias das diversas fábricas do período e os móveis escolares que compuseram o cenário escolar paranaense.

Por fim, considero que o estudo da história da educação, por meio da Cultura Material Escolar e, aqui, provocada pela imagem do menino Alan que abre os apontamentos finais, possibilita uma discussão sobre as escolhas e ações, e os desafios vividos, por aqueles que compõem e constituem a escola pública. O estudo sobre a vida material é potente para construir um conhecimento crítico sobre as relações econômicas entre o Estado, o mercado e a comunidade escolar e para além disso revela os papéis desempenhados pelos atores históricos que compõem essa trama.

FONTES

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO PARANAENSE:

AMARAL, Fernandina Mendes de Castro. **Nota escrita pela professora em relação a mobília existente e faltante em sua escola.** AP 1245, 1906, p. 95.

AMARAL, Victor Ferreira do. **Relatório apresentado em anexo por Victor Ferreira do Amaral.** In: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva Governador do Estado do Paraná pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral Secretario do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Typ d'A República: Curityba, 31 de dezembro de 1902.

AMARAL, Victor Ferreira do. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral Diretor Geral da Instrução Pública.** Typ d'A República: Curityba, 31 de dezembro de 1903.

BITTENCOURT. **Móveis Maida.** AP 2269, 1927, p. 1182

BITTENCOURT. FORNECIMENTO DE MÓVEIS AO GRUPO ESCOLAR DOM PEDRO II PELO MOVEIS MAIDA. AP 2269, 1928, S/P.

CAMARGO, Francisca de Castro Mendes. **Nota explicativa sobre o material adquirido para a escola de Jaguariahiva.** AP 1245, 1906, p. 96.

CERQUEIRA, Arthur Pedreira de. **Relatório apresentado ao Dr. Francisco Xavier da Silva.** Curitiba: Typ. d'A República, 1904.

CERQUEIRA, Arthur Pereira de. **Relatório apresentado ao Dr. Bento José Lamenha Lins.** Curitiba: Typ. d'A República, 1907 – Escrito em 31 de dezembro de 1906.

CERQUEIRA, Arthur Pereira de. **Contrato assinado com Pedro Rispoli.** AP 1249, 1906.

Código 454 - Relação de imigrantes que entraram na Hospedaria de Curitiba – 1894 -1896 – p. 115 - BR PR APPR PB001.

Código 818 – Registro de chegada de imigrantes ao Paraná - 1891-1895 – p. 130 - BR PR APPR PB001.

Código 821 - Registro de chegada de imigrantes ao Paraná - 1895 -1896 – p. 83 - BR PR APPR PB042.

Código 428 - Registro de chegada de imigrantes ao Paraná - 1888-1891 - p. 190- BR PR APPR PB001

Código 110 - SANTOS, Claudino Robertos F. dos. Registro de peças de mobília remetidas à diversas escolas do Estado. RG 110, 1894, p. 2.

CORREIO DOS FERROVIÁRIOS. **Parque Industrial Mueller Irmãos Ltda.** Fascículo 4, 1936, p. 3.

FONSECA, João Pereira da. **Recibo de móveis confeccionados pela penitenciária do Estado à Instrução Pública.** AP 1569, 1915, p. 10.

INDUSTRIAL MARUMBY. **Orçamento n. 1.874/w à inspetoria geral do ensino.** AP 2274, 1928, s/p.

LAGOS, João Pereira; WANDERLEY, Julia Augusta de Souza. **Instalação da escola Tiradentes.** AP 1010, 1895, p. 49).

LIMA, Salvador Barros de. **Nota escrita pelo inspetor escolar em reposta a condição mobiliária das escolas de seus distritos.** AP 1250, 1906, p. 183

MACEDO, Francisco R. de Azevedo. **Relatório apresentado ao Sr. Claudino Roberto Ferreira dos Santos, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, o Sr. Francisco Azevedo Macedo.** Curitiba, Typ do Diario Official – Rua 15 de Novembro n. 28, 1913.

MACHADO, Reinaldo. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.** Typ e lith. Imprensa Paranaense, Curitiba: 1904.

MAIDA, Salvador. **Recibo Comercial,** Ap. 1567. 1915, p. 190.

MIRÓ, João. **Movimento do Almoarifado da Instrução Pública durante o ano de 1916.** In: Relatório apresentado ao Sr. Affonso Alves de Camargo, Governador do Estado, pelo Dr. Eneas Marques dos Santos, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior Justiça e Instrução Pública, 31 de dezembro de 1916. Curitiba, Typ d'a República, 1916.

MIRÓ, João. **Movimento do Almoarifado da Instrução Pública durante o ano de 1917.** In: Relatório apresentado ao Sr. Affonso Alves de Camargo, Governador do Estado, pelo Dr. Eneas Marques dos Santos, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior Justiça e Instrução Pública, 31 de dezembro de 1917. Curitiba, Typ d'a República, 1917.

MUNHOZ, Caetano Alberto. **Relatório apresentado ao Dr. Francisco Xavier da Silva.** – 31 de agosto de 1895 - Typ. e Lith, Imprensa Paranaense: Curitiba, 1895.

MUELLER E IRMÃOS. **Recibo comercial,** AP 2274, 1928, orçamento N° 1874.

PICHET, Rosa Raymundo. **Relação dos móveis pertencentes ao governo e dos existentes na escola.** AP 1245, 1906, p. 22.

RISPOLI, Pedro. **Relação de serviços que a diretoria devia a Pedro Rispoli.** AP 1261, 1906, p. 124.

RIBAS, José Lourenço de Sá. **Relatório do inspetor geral da Instrução Pública, José Lourenço de Sá Ribas, contento o termo provimento.** AP 183, 1864, p. 01-31.

SANTOS, Maria Ângela Francoso dos. **Nota solicitando mobiliário escolar.** AP 1244, 1906,

p. 20.

SANTOS, Eneas Marques dos. **Relatório apresentado ao Sr. Affonso Alves de Camargo, Governador do Estado, pelo Dr. Eneas Marques dos Santos, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior Justiça e Instrução Pública.** 31 de dezembro de 1917. Curitiba, Typ d'a República, 1917.

SANTOS, Eneas Marques dos. **Relatório apresentado ao Sr. Affonso Alves de Camargo, Governador do Estado, pelo Dr. Eneas Marques dos Santos, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior Justiça e Instrução Pública.** 31 de dezembro de 1916. Curitiba, Typ d'a República, 1916.

SILVA, Amálio Pinheiro da. **Nota sobre a relação dos móveis existentes e necessários à escola de Guarapuava.** AP 1244, 1906, p. 12.

SILVA, Salvador Maida, AP 1569, 1915, p. 96.

WALLER, Eduardo. **Recibo de carteiras escolares.** Ap. 1287, 1907, p. 67.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA CASA DA MEMÓRIA

FO, 4639, documento sem indicação de data. **Fachada da Escola Carvalho.**

NG 11890, **Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná – 1925**

OBRAS RARAS:

Localização na Estante: **00202, DOCR.** Escola de Bellas Artes e Industrias do Paraná. [Escola Oliveira Bello - ilustração]. Curitiba: Impresso, [19--]. 1 f. (Tombo: NP - MAD/RAM)

CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES

ABREU, Candido Ferreira. **Relatório apresentado ao Dr. José Pereira Santos Andrade.** Typ. A Vapor Modelo: Curityba, 1896.

ABREU, Candido Ferreira. **Relatório apresentado ao Dr. José Pereira Santos Andrade.** Typ. A Vapor Modelo: Curityba, 1898.

CARVALHO FILHO, João Baptista da Costa. **Relatório apresentado ao Dr. Francisco Xavier da Silva.** – 28 de outubro de 1895. Imprensa Paranaense – Rua do Riachuelo N. 19: Corityba, 1896.

CARVALHO FILHO, João Baptista da Costa. **Relatório apresentado ao Snr. Coronel Luiz Antonio Xavier, Secretario do Interior, pelo, João Baptista da Costa Carvalho filho, Chefe**

de Polícia do Estado. Typ. da Penitenciária do Ahú, Curitiba, 31 de dezembro de 1909.

MARTINEZ, César Prieto. **Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretário Geral do Estado.** Typ. Da Penitenciária do Estado: Curitiba, 1924.

PARANÁ. **Regulamento da Instrução Pública do Estado – Decreto N. 93- de 11 de março de 1901**, p. 102 – 150. In: Leis, Decretos e Regulamentos de 1901. Typ. d’A República – Rua 15 de novembro N. 26 e 28, Curitiba, 1929.

PARANÁ. Lei Municipal nº 117 de abril de 1906. In: In: **Leis, Decretos e Regulamento**, Tipografia d’A República, Curitiba: 1906. PARANÁ, Sebastião. **Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Diretor Geral da Instrução Pública, pelo Inspetor Escolar da Capital, 31 de dezembro de 1906.** Curitiba, Typ d’a República, 1906.

REIS, Jayme Drumond dos. **Relatório escrito por Jayme Drumond dos Reis ao Secretário do Interior, Coronel Luiz Antonio Xavier.** In: Relatório apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva pelo Coronel Luiz Xavier. Curitiba, Typ. d’a República, 31 de Dezembro de 1909.

XAVIER DA SILVA, Francisco. **Mensagens do Governo.** Curitiba, Typographia d’a República, 1902.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA:

A REPÚBLICA, **Despacho Secretario**, Ano XXV, N. 149, 28 de junho de 1910, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Registro da Morte**, 11 julho de 1902, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Expediente**, Ano XIX, N. 60. 14 de março, 1904, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Despacho**, Ano XXVII, N. 283, 4 de dezembro de 1912, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Secretaria do Interior**, Ano XVIII, N. 158, 17 de junho de 1903, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Julio Marques da Silva**, Ano XIV, N. 109, 18 de maio de 1899, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

REPÚBLICA, **Expediente**, Ano XXII, N. 297, 20 de dezembro de 1907, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Secretaria do Interior**, Ano XXV, N. 168, 20 de julho de 1910, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Despacho do Sr. Diretor do Ensino**, Ano XXVIII, N. 224, 1913, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Cartaz propagandístico de Julio Eduardo Gineste**, Ano XI, N. 981896, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Parte Oficial**, Ano IX, N. 122, 1894, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Obtos**, Ano XXI, N. 285, 1906, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Expediente**, N. 191, 1909, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **O Paraná na Exposição**, Ano XXIII, N. 207, 1908, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Secretaria de Obras públicas**, N. 180, 1909, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA. **Notas e Notícias**, Ano XXX, 1915, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Exposição Nacional: Lista geral dos prêmios concedidos aos Paraná**, Ano XXIV, 1909, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Alistamento Eleitoral**, Ano XIII, 1898, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA: orgam do Partido Republicano (PR) - 1888 a 1930, **Secretaria de Obras Públicas**, ANO XXI, N. 204, 1906, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Secretaria do Interior**, Ano XXV, N. 262, 1910, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **dia 3**, Ano XXII, N. 212, 1906, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Secretaria do Interior**, 1904, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA. **Editaes**. Curitiba, 18 de novembro de 1894. N 156, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Atenção!**, Ano X, n. 258, 1895, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA. **Pela Indústria**. Curitiba, 3 de junho de 1894. N. 22. p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A NOTICIA, **Exposição industrial**, Ano II, N. 234, 1906, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A TARDE, **Móveis Guelmann**, Curitiba, Edição: 00174, 9 de outubro de 1950, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

ALMANACH DO PARANÁ: COMMERCIO, HISTÓRIA E LIITERATURA (PR) - 1896 a 1929. **Marceneiros**. p. 265, 2009. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

ALMANACH DO PARANÁ: COMMERCIO, HISTÓRIA E LIITERATURA (PR) - 1896 a 1929, **Fábrica de Móveis e Espelhos de Salomão Guelmann**, Edição: 00015, 1929, p. 118. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

ALMANACH DO PARANÁ, **Ilustrado com finíssimas fotogravuras**. Editores: Annibal Rocha e Cia. Typografia da Livraria Econômica, Rua 15 de Novembro, 53. Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, 1909, p. 399. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A ESCOLA. **Revista do Gremio dos Professores Publicos**. Ano I – Curitiba, Agosto de 1906 – NUM 7.

A ESCOLA: REVISTA DO GREMIO DOS PROFESSORES PUBLICOS (PR), **A inspeção medica e o ensino da hygiene nas escolas**, 1908, p. 24. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A FOLHA DA VICTORIA (ES), **Administração Provincial**, 1888, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

A INFORMAÇÃO GOYANA (GO), **Ensino Primário**, 1929, p. 95. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

ANNAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS (RJ), **Instituto Nacional de Cegos**, 1895, p. 136. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

A NOTÍCIA, **Anúncios**, 5/5/1906, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Alistamento Eleitoral**, 23/8/1898, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Escola de Artífices**, 4/3/1910, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Exposição Nacional**, 3/2/1908, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA. **Regulamento do Gymnasio Paranense**. 10/10/1892, p. 2. Hemeroteca

Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Trabalho Artístico**, 31/10/1916, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Nova Loja Maçônica**, 28/10/1913, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A REPÚBLICA, **Despesas**, Ano XXXIV, N. 298, 13 de dezembro de 1920, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

A FEDERAÇÃO ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO, **Almoxarifado da Instrução**, 1904, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) - 1832 a 1888. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>. Acesso em: 0 jan. 2024.

CORREIO DA MANHÃ (RJ), **Congresso Internacional de Medicina**, 1906, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ (RJ), **Almoxarifado**, 1921, p. 5. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

CORREIO PAULISTANO (SP), **Almoxarifado**, 1921, p. 6. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

COMMERCIO DO ACRE: ORGAM INDEPENDENTE (AC), **Grupo Escolar do Xapury**, 1915, p. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

COMMERCIO DO PARANÁ, **Firmas Comerciais**, Ano XI, N. 4020, 5 de junho de 1923, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

COMMERCIO DO PARANÁ, **Mueller e Irmãos**, 7 set. 1924, Edição 04408, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

DEZENOVE DE DEZEMBRO, **Noticiário**, 1884, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **Comissão Italiana**, Ano II, N. 315, 1900, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

DEZENOVE DE DEZEMBRO, **Parte Oficial**, Ano XXXI, N. 110 , 1884, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **Pelas industrias**, Ano II, N. 482,1900, p. 2). Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE. **Actos Officiais**, Ano XXIV, N. 7565, 1923, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **Grande Oriente do Paraná**, ANO XIII, N. 3534, 1910, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **Factos Diversos**, Ano VIII, N. 2114, 1906, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **A' Praça**, Ano XV, N. 4345, 5 de abril de 1913, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **Inauguração**, Ano I, N. 252, 5 de fevereiro de 1900, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **Mobiliario Chic**, 1919, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE. **Madeiras Mal Aplicadas**, 1913, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE. **Anúncios**. 24/04/1904, p. 02. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE. **Anúncios**. 13/05/1907, p. 04. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **A escoliose**, 1909, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **Marcenaria de Salvador Maida**, Ano XIX, N. 5825, 6 de outubro de 1917, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **Marcenaria a Vapor**, Ano XVII, N. 5292, 8 de janeiro, 1916, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

DIARIO DA TARDE, **Grande Redução**, Ano VIII, N. 1953, 25 de março de 1905, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

ESPHYNGE. **Mozaico do Ensino Civico**. 13/09/1901, p. 62. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL (RJ), **O Congresso da Tuberculose**, 1905, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL (RJ), **Almoxarifado**, 1921, p. 10. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

MENSAGENS DO GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO NORTE PARA ASSEMBLÉIA (RN), **Sugestões do Director do Departamento de Educação**, 1924, p. 44. Hemeroteca Digital Brasileira - BNDigital - Biblioteca Nacional.

O DIA, **A Colônia Italiana no Estado**, 30/8/1957, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira –

BNDigital – Biblioteca Nacional.

O DIA, **A Firma Maida e Irmãos vence vultuosa concorrência na Bahia**, N. 3247, 1934, p. 8. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

O DIA. **Cartaz Máquina Elétrica**. Edição 770, 6 de janeiro de 1926, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

O DIA, **Falecimento**, N. 989, 25 de julho de 1926, p. 5. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

O DIA, **Associação Comercial do Paraná**, Ano XXI, N. 6203, 28 de outubro de 1943, p. 9. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

O ESTADO DO PARANÁ, **Moveis Maida**, Ano 1, N. 252. 3 de novembro de 1925, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

O ESPÍRITO - SANTENSE (ES), **Instrução Pública**, 1886, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

O PAIZ, **Almoxarifado da Instrução**, 1909, p. 5. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

O PAIZ. **O Paraná Exposição Nacional**. Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1908. N. 8715. p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

PARANÁ MODERNO. **Officinas de Moveis**. 1901, p. 8. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS (AM), Mappa demonstrativo dos livros, móveis, objectos de escripta e utensílios fornecidos ao Almoxarifado da Instrução Pública, 1902 p. 321. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

RELATORIOS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS (SP), **Almoxarifado**, 1921, p. 129. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

RELATORIOS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS (CE), **Instrução Primária**, 1919, p. 19. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

SOUZA DANTAS, João dos Reis de. **Relatorio dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA)**, 1882, p. 65. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605>. Acesso em: 12 out. 2023.

VIDA CAPICHABA(ES), **Almoxarifado da Instrução**, 1929, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira – BNDigital – Biblioteca Nacional.

MUSEU MAÇÔNICO DO PARANÁ

LIVRO ATAS DA LOJA LUZ INVISÍVEL nº 0.749 pág. 3 vs, no R.E.E.A. sob os auspícios do Gr.°. Or.°. e Supr.°. Cons.°. do Brasil.

http://www.museumaconicoparanaense.com.br/MMPRaiz/LojaPRate1973/0779_Hist_loja.htm. Disponível em:

http://www.museumaconicoparanaense.com.br/MMPRaiz/LojaPRate1973/0779_locais_instalada.htm DATA DE ACESSO: 16/04/2022

“UNIONE E FRATELLANZA”, “LOJA FRATERNIDADE PARANAENSE” E “LOJA ACÁCIA PARANAENSE”. Disponível em:

http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/GOIPR_902_Hist_AcPara.htm Acesso em 30 out. /2021.

SOPHIA BIBLIOTECA – UFPR (OBRAS RARAS):

CONSTÂNCIO, Solano Francisco. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Editor: Anelo Francisco Carneiro Filho. Paris, 1854.

FARIA, Eduardo de. **Dicionário de Synonymos**. Editor: Francisco Arthur da Silva, Porto, 1870.

PASSOS, José Alexandre. **Dicionario Grammatical Portuguez**. Editor: Antonio Golçalves Guimarães. Rio de Janeiro, 1865.

VIEIRA, Domingos. **Thesouro da Língua Portuguesa**. Quarto Volume, Editora Domingos. **Thesouro da Língua Portuguesa**. Quarto Volume, Editora Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes. Porto, 1878.

BIBLIOTECA DELLE OBLATE | CULTURA - COMUNE DI FIRENZE

Cardinali, Francesco. **Dizionario della lingua italiana**: arricchito dei vocaboli di scienze ed arti./ compilato da Francesco Cardinali. - 2. ed. - Napoli: Domenico Capasso, 1852. - 2 v.; 30 cm

BIBLIOTECA NAZIONALE CENTRALE DI FIRENZE

Biundi, Giuseppe. **Dizionario siciliano-italiano** / compilato da Giuseppe Biundi. Palermo: presso i fratelli Pedone Lauriel, 1857.

Di Sant'Albino, Vittorio. **Gran dizionario piemontese-italiano** / compilato dal cavaliere Vittorio di Sant'Albino. Torino : dalla Società l'Unione Tipografico-Editrice, 1860. XVI, 1237 p.; 30 cm.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE

Guérard, Michel (1808-1888). Auteur du texte. **Dictionnaire général de la langue française cours complet de la langue française** / par MM. Guérard Sardou, 1864. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6117269k.texteImage>. Acesso em: 11 out. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL DA ESPANHA

Don Nemesio Fernandez Cuesta. **Diccionario enciclopédico dela lengua española**. TOMO II, Imprenta y Libreria de Gaspar y Roig: Madrid, 1870.

D. Santiago Angel Saura. **Diccionario Manual, Vocabulário completo de las lenguas Catalana - Castellana**. Barcelona: Libreria de Estavan Pujal, 1870.

BILIOTECA INTERNET ARCHIVE

Donald, James. Chambers's etymological dictionary of the English language. London: W. & R. Chambers, 1874. Disponível em: <https://archive.org/details/chamberssetymolo00donarich/page/n11/mode/2up>. Acesso em: 11 out. 2023.

Macmillan. **A Modern Dictionary of the English Language**. Macmillan and Co. Limited. 1911. Disponível em: <https://archive.org/details/moderndictionary00londuoft/page/n3/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 11 out. 2023.

INDIRE – Istituto Nazionale Documentazione Innovazione Ric.Educativa, Firenze.

IDIRITTI DELLÀ SCUOLA. **Revista settimanale illustrata della scuola e dei maestri**. Anno XII – ROMA, N. 3. 12 ottobre 1910. Cartaz propagandístico Paravia. p. 51

MUDESC – Museo della Scuola Paolo e Ornella Ricca / Università degli Studi di Macerata

G. B. PARAVIA. **Elenco di Libri ed Oggettiper le scuole nomali-magistrali, elementar, tecniche, ginnasiali e liceali**. Ottobre, 1864.

PALINI. **Cabeçalho do Ofício enviado pela Fábrica Giuseppe Palini & Figli, 1931**. Camera di Commercio di Brescia; ofício de 1931.

PALINI. **Presenta norme U.N.I per gli arredi scolastici**. Catálogo Giuseppe Palini & Figli referente às dimensões e prescrições dos móveis escolares - Museo della Scuola Paolo e Ornella Ricca; Palini, 1934.

MUSEU PARANAENSE

Anverso e verso da Medalha de Ouro da Exposição Nacional de 1908. Nº de registro: MP.MO.1276.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interior. **Exposição Internacional do Centenário da Independência – Rio de Janeiro (1922-1923). Relatório oficial dos premios conferidos pelo Jury de Recompensas.** Brasil/PARANÁ. N. cham.: OR PR 600 B823e 1922.

Cartão Postal da Exposição Nacional de 1908. Nº de registro: 1867.

Fotografia da Comissão do Estado do Paraná na Exposição de 1908. Nº de Registro: 513.

GAZETA DO POVO, **Centenário Independência**, 7 de setembro de 1922, p. 76.

MARTINS, Romário. **Catálogo do estado do Paraná.** Oficinas Graficas M. Orosco e Cia: Rio de Janeiro, 1908.

MARTINS, Romário. **Catálogo das Indústrias Paranaenses.** Paraná Industrial. Typ, Romário Martins, 1908.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações** (São Paulo, 1874-1914). Tese (Doutorado em Educação) – FEUSP, São Paulo, 2014.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **A transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX**. ANAIS DO MUSEU PAULISTA. São Paulo. N. Sér. v.24. n.2. p. 115-159. May - Aug. 2016.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. Cultura material e história do ensino de ciências em São Paulo: uma perspectiva econômico administrativa. **Rivista di storia dell'educazione**,1/2018, p. 343- 361.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. Obrigatoriedade escolar e investimento na educação pública: uma perspectiva histórica (São Paulo, 1874-1908). **Revista História da Educação (On-line)**, v. 23, p. 1-28, 2019.
- ALLGAYER, Rochele. As exposições pedagógicas no Brasil como vitrine da cultura material escolar. **Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)**. ANAIS (...), Eixo Temático 01 - História da Educação. Trabalho sem indicação de página.
- ALLGAYER, Rochele. Cultura Material Escolar e Exposições Pedagógicas no Brasil. **La Práctica Educativa. Historia, Memoria y Patrimonio**. ANAIS VIII JORNADAS CIENTÍFICAS DE LA SEPHE – I Congresso Nazionale della SIPSE, 2018, p. 49 – 59.
- ALLGAYER, Rochele. **As exposições e eventos nas Conferências Nacionais de Educação: um repertório pedagógico para se dar a ver (1927-1956)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPR, Curitiba, 2020.
- ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó de; ENGEL, Vonia. A influência da economia cafeeira no processo de Industrialização do Brasil na República Velha. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVIII – V. 2 - N. 34 - Agosto de 2016**. Salvador, BA – p. 581 – 592.
- AMARAL, Giana Lande Do. Os maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da República. **Hist. Educ.** Porto Alegre, v. 21, n. 53, set./dez. 2017.
- AMARAL, Tiago Valenciano Previatto. **O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paranaense**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (SCHLA). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2016.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. **Uma trama na história: a criança no processo de escolarização nas últimas décadas do período imperial** (Lapa, Província Do Paraná, 1866-1886). Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPR, Paraná, 2011.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; SOUZA, Gizele de. Rememorando a escola e seus objetos: cultura material escolar em memórias da infância (paraná, século XIX). **VIII congresso brasileiro de história da educação - História da educação: matrizes interpretativas e**

internacionalização. 2015.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Fontes para uma história da cultura material escolar no império do Brasil no arquivo histórico da câmara dos deputados (1826-1834). **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.10, n.28, p. 58 - 76, 2019.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A cultura material da escola primária nas recomendações das conferências internacionais de instrução pública (1934-1968). In: CORDEIRO, Andréa Bezerra; GARCIA, Gecia Aline; KINCHESECKI, Ana Paula de Souza; KANAZAWA, Júlia Naomi. **A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**, UFPR/NEPIE, 2021.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Para uma história da protoindústria escolar no Brasil Império: A Fábrica Röhe & Irmãos e seus bancos-carteira (1868-1883). **Educar em Revista**, v. 35, n. 76, p. 71-94, jul. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zTtsWCwSZq8fRWfN4SyPnSb/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 4 jan. 2024.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Gustavo Alberto: “invenção” e circulação da primeira carteira escolar patenteada no Brasil (1881-1884). **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e241234, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sdy336TsdhNRMYhTHFwkWrP/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 4 jan. 2024.

ARAGÃO de SOUSA, Marlucy do Socorro. **O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira República: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”**. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ARAÚJO, Helena Costa. Precocidade e Retórica na construção da escola de massas de Portugal. **Educação, sociedade e culturas**, n. 5, 1996, p. 161-174.

ARRUDA, Angelo Marcos Vieira de. **Arquitetura dos Edifícios da Escola Pública no Brasil (1870-1930): construindo os espaços para a educação**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Centro de Ciências Humanas e Sociais / Programa de Pós-Graduação em Educação. Campo Grande / MS, 2010.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná (1854-1883)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPR, Curitiba, 2012.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Por terra, por água, pela leitura: as conexões dos responsáveis pela inspeção e instrução pública no Paraná (1854-1890)**. Tese (Doutorado em Educação) – UFPR, Curitiba, 2016.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. Três colunas do jornal correio brasileiro e os primeiros jardins de infância de Brasília: o provimento material solicitado (1960-1965). In: CORDEIRO, Andréa Bezerra; GARCIA, Gecia Aline; KINCHESECKI, Ana Paula de Souza; KANAZAWA, Júlia Naomi. **A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**, UFPR/NEPIE, 2021.

BARRA, Valdeniza Lopes da. **Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade – PUC-SP, São Paulo, 2001.

BRAGA, Daniel Santos. **Desigualdades de infraestrutura nas escolas de ensino fundamental de Minas Gerais: distribuição territorial e organização federativa**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

BRAGHINI, Katya Zuquim As aulas de demonstração científica e o ensino da observação **Revista Brasileira de História da Educação**, vol. 17, núm. 2, p. 208-234, Abril-Junho, 2017.

BRAVIN, Nilvam. J. R.; GÓES, Sandra. L. V.; BRAVIN, Sullin. M. R. A formação industrial no Paraná: do desenvolvimento e formação de aglomerados a distribuição desigual no espaço / Formation industrialist of Paraná: the development and formation of clusters the uneven distribution in space. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, [S. l.], v. 7, n. 18, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/45833>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educ. rev**, n. 18, p. 103-141, 2001.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Mobiliário escolar francês e os projetos vanguardistas de Jean Prouvé e André Lurçat na primeira metade do século XX. **Educar em Revista**, v. 49, p. 19-38, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL, Eric.; NASCIMENTO, Leonardo. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos históricos**, v. 33, n. 69, 2020.

BRAGA, Daniel Santos. **Desigualdades de infraestrutura nas escolas de ensino fundamental de Minas Gerais [manuscrito]: distribuição territorial e organização federativa** /Belo Horizonte, 2022. 214 f.: enc, il., color. Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

BOURDIEU, Pierre. Capital Social – notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**/Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org.). 9 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* 1929-1989**. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836-1914)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UDESC, Florianópolis, 2009.

CASTRO, Fátima Branco Godinho de. **Ritos e artefatos escolares**: as exposições das escolas primárias do Paraná – 1912 a 1927. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPR, Curitiba, 2020.

CARVALHO, Joaquim Manuel Fernandes de. **A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira**: o caso da fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, LDA. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes e revisão de Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CIVIDINI, Amanda; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Objetos em lei: provimento material da escola primária catarinense (1892 a 1919). **IX Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2017, João Pessoa. CADERNO DE RESUMOS DO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SBHE, 15 a 18 de agosto de 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHAMON, Carla Simone; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio Mignot; GONDRA, José Gonçalves. **Viagens Pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 39-64.

CORDEIRO, Andréa Bezerra. Mulheres e o debate interamericano sobre a infância nas primeiras décadas do século XX: do pioneirismo ao apagamento histórico. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 350-378, set./dez. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação, Direito de Todos e o Bicentenário da Independência. **Cadernos de História da Educação**, v. 21, p. 1-27, e107, 2022.

DARNTON, Robert. Introdução. In: ROCHE, Daniel (orgs.). **Revolução Impressa**: a imprensa na França 1775-1880. São Paulo: EDUSP, 1996.

DAVIS, Natalie Zemon. Entrevista com Natalie Davis. In: PALLARES-BURKE, MariaLúcia Garcia. **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Matin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DE LIMA, Jandir. Ferreira.; RIPPEL, Ricardo.; STAMM, Cristiano. NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ - 1920 A 2000. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2810>. Acesso em: 4 jan. 2024.

DOSSIÊ TEMÁTICO “Produção e Circulação de Mobiliário Escolar”. **Revista Educação e Emancipação**, v. 13, n. 3, set./dez. 2020.

DUSSEL, Inés. Historias de cavernas, pupitres y guardapolvos: los aportes del giro material em la historia de la educación. In: ARATA, N.; PINEAU, P. (dir.). **Latinoamérica: la educación y su historia**. Nuevos enfoques para su debate y enseñanza. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2019. p. 35-55.

DUSSEL, Inés. Visuality, Materiality, and History. In: FITZGERALD, T. (ed.). **International Handbook of Historical Studies in Education**. Section: Foundations and Directions. New York: Springer Verlag, 2020. p. 137-152.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Las culturas escolares del siglo XX: encuentros y desencuentros. **Revista de Educación**, España, n. extraordinario, p. 201-218, 2000.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, jul./dez. 2010.

ESCOLANO BENITO, Agustín. La cultura material de la escuela y la educación patrimonial. **Educatio siglo XXI**, v. 28, n. 2, p. 43-64, 2010.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Tradução de Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.

EGITO, Philipe Henrique Teixeira do. **Olhares da maçonaria sobre a educação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2011.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Suzana Cristina. **Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, SP: 2001.

FRANÇA, Franciele F. **A arte de ensinar: meandros do ofício de mestre de primeiras letras na província do paraná (1857-1884)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FRANÇA, Franciele F. **Um inventário de saberes, um repertório de fazeres: modos e práticas do ofício de ensinar na escola primária durante a segunda metade do Séc. XIX (1856-1892)**. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

FRANÇA, Franciele F.; GARCIA, Gecia Aline. Incumbências da “boa guarda” material: a responsabilidade do professor sobre a instalação, provisão e manutenção de sua escola na segunda metade do século XIX. In: CORDEIRO, Andréa Bezerra; GARCIA, Gecia Aline; KINCHESKI, Ana Paula de Souza; KANAZAWA, Júlia Naomi. **A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**, 2021.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 49-75.

FUNARI, Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo: 2005.

GALVÃO, Arabela. **História do Mobiliário**. Apostila do curso de Design UFPR, 2020.

GARCIA, Gecia Aline. **Itinerário moveleiro: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense – anos finais do século XIX e início do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE/UFPR, Curitiba, 2020.

GARCIA, Gecia Aline; SOUZA, Gizele de. Pistas e indícios: uma investigação sobre o processo de aquisição mobiliária da escola primária (1884-1894). **Revista Educação e Emancipação**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 70–93, 2020. DOI: 10.18764/2358-4319.v13n3p70-93. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/15667>. Acesso em: 4 jan. 2024.

GARCIA, Gecia Aline; SOUZA, Gizele de. Pelo fio do nome: relações transnacionais no processo de provimento material do Ginásio Paranaense (1892-1906). **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e248461, 2022. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248248461por>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hb3v9MbrMBMZqw8wVxXJRXs/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 4 jan. 2024.

GASPAR da SILVA, Vera Lucia. **Sentidos da Profissão Docente: Estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX**. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2004.

GASPAR da SILVA, Vera Lucia. Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870 – 1920). **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 207-233, set./dez. 2013.

GASPAR da SILVA, Vera Lucia. Cultura material escolar: algumas possibilidades interpretativas. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Espaços, Objetos e Práticas: Memórias e História da Educação profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2018, p. 25-47.

GASPAR da SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de. Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate. In: GASPAR da SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. - Vitória: EDUFES, 2018.

GASPAR da SILVA, Vera Lucia; VALLE; Ione Ribeiro. Obrigatoriedade escolar em Santa Catarina: da obrigatoriedade pela força à força da obrigatoriedade. In: VIDAL, Diana Gonçalves; GASPAR da SILVA, Vera Lucia; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (orgs.). **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: EDUFMT, 2013, p. 303-320.

GASPAR da SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de. Percursos e recursos de uma experiência formativa em pesquisa sobre cultura material escolar. IN: _____ SOUZA, Rosá Fátima de;

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1870-1930)**. Aracaju: Edise, 2015, p. 471-490.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GIL, Natália Lacerda de. A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, nº 58, p. 341-358, 2009.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O nome e o como**. Troca desigual e mercado historiográfico. A microhistória e outros ensaios. Lisboa: EDIFEL, 1991.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

HEES, Felipe. A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956). **Em Tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº. 18, Brasília, jan/jul. 2011. ISSN 1517-1108.

HORTA, José Silveiro Baia. Direito à Educação e Obrigatoriedade Escolar. **Cad. Pesq**, n. 104, p. 5-34, jul. 1998.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo: Autores Associados/SBHE, n. 1, p. 9-43, 2001.

KNAUUS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

KINCHESCKI, Ana Paula de Sousa; SOUZA, Gustavo Rugoni de ; GASPAR da SILVA, Vera Lúcia. Objetos da escola: modernidades que (Im)portam. **Plures humanidades**, v. 1, n. 1, p. 6 – 21, (2019).

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LAWN, Martin; GROSVENOR, Ian. When in doubt, preserve: exploring the traces of teaching

and material culture in English schools. **History of Education**, v. 30-2, p. 117, 2001.

LES FILS D'EMILE DEYROLLE. **Mobilier scolaire**. Matériel d'enseignement. Catalogues. Recueil, 1879-1898.

LINS, Adolpho Lamenna. **Relatório apresentado à assembleia legislativa do Paraná em 15 de fevereiro de 1876**. Província do Paraná, Typ. da Viúva Lopes, 1876.

LIMAS, Solange Ferraz de. **O trânsito dos ornatos Modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?)**. ANAIS DO MUSEU PAULISTA. São Paulo, Sér. v. 16, n. 1, p. 151-199. jan.- jun. 2008.

LOURENÇON DA SILVA, Virgínia; SOUZA, Gizele de; CORDEIRO, Andrea Bezerra. Professores primários e materialidade escolar: Diálogo e enfrentamentos das “artes do fazer” no oitocentos. In: CORDEIRO, Andréa Bezerra; GARCIA, Geia Aline; KINCHESCKI, Ana Paula de Souza; KANAZAWA, Júlia Naomi. **A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**, UFPR/NEPIE, 2021.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. **Boletim Historiar**, n. 2, p. 45-57, mar./abr. 2014.

MACHADO, Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá. **Maneiras de sentar: contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835-1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2004.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Imigração italiana e escolarização: da Colônia Alfredo Chaves ao município de Colombo (1882-1917). **III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, Curitiba, 2004. ANAIS (...). Curitiba: Sociedade Brasileira de História da Educação.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de Italianitá e Brasilitá (1875-1930)**. Tese (Doutorado em Educação) – UFPR, Paraná, 2012.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. A cultura material das escolas coloniais italianas no Paraná: da precariedade à renovação. In: LUCHESE, Ângela Terciane (org.). **Escolarização, culturas e instituições: escolas étnicas italianas em terras brasileiras**. Caxias do Sul: Educus, 2018.

MEDA, Juri. A “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 7-28, jan./abr. 2015.

MEDA, Juri. **Mezzi di educazioni di massa: saggi di storia della cultura materiale della scuola tra XIX e XX secolo**. Franco Angeli: Milano, 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

MEYER, John W. Globalização e currículo: problemas para a Teoria em Sociologia da Educação. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola: alunos, professores, currículo, pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000. p. 103-120.

MICHEL, Caroline Braga; PERES, Eliane. Higiene e cultura material escolar: o fornecimento de urinóis, cuspidadeiras e afins às escolas públicas do rio grande do sul (1882-1911). In: CORDEIRO, Andréa Bezerra; GARCIA, Gecia Aline; KINCHESECKI, Ana Paula de Souza; KANAZAWA, Júlia Naomi. **A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**, 2021.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio Mignot; GONDRA, José Golçalves. **Viagens Pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

MAKOWIECKY, Sandra; GOUDARD, Beatriz; HENICKA, Marli. **Museu da Escola Catarinense da UDESC: acervo e coleções**. 1. ed. – Florianópolis: Lilás Texto e Arte, 2021.

NADALIN, Sérgio Ondilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SAMP, 2017.

NARJOUX, Felix. **Les écoles publiques em France et en Angleterre: construction et installation, documents officiels, services**. BNF, Gallica, 1877.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. A cultura material da escola noturna de Minas Gerais nas primeiras décadas da república. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 5, n° 10, p. 183 a 204, jan/abr, 2018.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Coleção História do Paraná. Curitiba, SAMP: 2017.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Nísia Floresta o Capuceiro e outros ensaios de tradução cultural**. EDITORA HUCITEC, São Paulo, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica: 2014.

PISSETI, Rodrigo Fernandes; SOUZA, Carla Farias. Art Déco e *Art Nouveau*: confluências. **Revista Imagem**, volume 1, número 1, junho-dezembro 2011.

PIZZIGONI, Francesca Davida. I primi cataloghi di oggetti didattici della ditta Paravia: alle radici di un futuro da leader di mercato. In: MORANDINI, Maria Cristina; PIZZIGONI, Francesca Davida (org). **Looking for the First “Educational Technologies”**: Commercial Catalogues as Sources for the Study of the Birth of School Materialities. Edizioni Università di Macerata: Palazzo Ciccolini, 2023.

PLUTARCO. **Vidas Paralelas** – Teseu e Rómulo. Tradução do grego, introdução e notas de Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho. Coimbra Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos;

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 2008.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação. **Educar em Revista**. Dossiê História da Educação: instituições, intelectuais e cultura escolar. Curitiba, Editora UFPR, n. 18, p. 13-28, 2001.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GONDRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 20, n. 02, p. 493-512, jul./dez. 2002.

SCARAVELLI, Hiassana; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Objetos à venda: o que contam os jornais? **Revista de História e Historiografia da Educação**-ISSN: 2526-2378. Curitiba, Brasil, v. 1, n. 1, p. 136-155, janeiro/abril de 2017.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVEIRA, Maria Helena Pupo. **O processo de normalização do comportamento social em Curitiba: Educação e Trabalho na Penitenciária do Ahú (1908)**. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. Editora Olfa Omega, São Paulo: 1981.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912 – 1954)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UDESC/SC, Florianópolis, 2015.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Cultura material escolar: o mobiliário em discussão. Criar Educação**, 2016, p. 1 – 9.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **A (re)invenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)**. Tese (Doutorado em Educação) – UDESC/SC, Florianópolis, 2019.

SOUSA, Gustavo Rugoni de; GASPAR da SILVA, Vera Lúcia. A fábrica móveis Cimo e seus mobiliários: A escola como um mercado atraente. **Hist. Educ. (Online)**. Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 327-352, set./dez., 2016.

SOUSA, Gustavo Rugoni de; KINCHESCKI, Ana Paula de Sousa. “O mais novo! O mais bonito! O melhor!”: os objetos da escola em catálogos comerciais. In: CORDEIRO, Andréa Bezerra; GARCIA, Geia Aline; KINCHESCKI, Ana Paula de Souza; KANAZAWA, Júlia Naomi. **A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**, 2021.

SOUSA, Gustavo Rugoni de; KINCHESCKI, Ana Paula de Sousa; GASPAR da SILVA, Vera Lúcia. A carteira escolar está “apta para o seu destino”? Argumentos e exigências sobre o mobiliário escolar em exposições universais. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v.

13, n. 3, set./dez. 2020.

SOUSA, Gustavo Rugoni de; SCHNELL, Roberta Fantin; GASPAR da SILVA, Vera Lúcia. Tecnologias inscritas na escola: para além do provimento material. In: MASCHIO, Elaine Falcade; SOARES, Eliana Maria do Sacramento (org.). **Cultura Escolar, tecnologias e práticas**: perspectivas históricas e contemporâneas. Editora Appris, 2017, p. 21 - 44.

SOUZA, Gizele de. **Instrução, o talher para o banquete da civilização**: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. Tese (Doutorado em História, Política, Sociedade) – PUCSP, São Paulo, 2004.

SOUZA, Gizele de; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. O arquivo público paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial. **Educ. Pesqui**, v. 39, n. 3, p. 627-643, 2013.

SOUZA, Gizele de; GARCIA, Gecia Aline; CORDEIRO, Andréa Bezerra; BENCOSTTA, Marcus Levy. **Fontes, Enredos e Acervos**: Cultura Material Escolar em Pesquisa(s). Nepie, Curitiba, 2024 (no prelo)

SOUZA, Gizele de; GASPAR da SILVA, Vera Lucia. Artefatos escolares e saberes em Apresentação: estudos de cultura material. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 76, p. 7-12, jul./ago. 2019

SOUZA, Gizele de; GASPAR da SILVA, Vera Lucia. Negócios combinados: modos de prover a escola pública primária. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 76, p. 31-50, jul./ago. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez.; SILVA, José Cláudio. Obrigatoriedade escolar e educação da infância no Rio de Janeiro no século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; (org.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2013, p. 243-258.

SOLOMON, S.; MARTINS, L. M.; WEBER, M. J. A educação pública em Ponta Grossa-PR: o Grupo Escolar Senador Correia e o Ginásio Regente Feijó (1912-1945). **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 18, p. 1–17, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.21641.057. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21641>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SUBRAHMANYAAM, Sanjay. **Mondi Conessi**: La storia oltre l'eucentrismo (secoli XVI-XVIII). Roma: Carocci editore, 2014.

SCHRIEWER, Jürgen. Estado e sociedade de referência: Externalização em processo de modernização. In: NÓVOA, Antonio; SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola**. Educa – História, Lisboa: 2000, p. 103-120.

TREVIZAN, Marcio Bogaz; BRAZIL, Maria do Carmos. Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes da vida material da instituição no antigo sul de Mato Grosso – 1923-193. In: **CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VIII.**, 2010, São Luís (MA). ANAIS (...), São Luís (MA), 2010. p. 1-16.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Circulação de modelos para o ensino de Ciências Naturais: o método de ensino intuitivo na transição entre Império e República. **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 3, p. 1033-1050, set.- dez. 2020.

VANZ, Samanta; SOUZA, José Edimar de. Mobiliário para escolas públicas de ensino primário em Caxias do Sul/RS (1890-1930): vestígios da cultura escolar. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 13, n. 3, set./dez. 2020.

VEIGA, Cynthia Greyve. Educação Estética para o povo. In: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003, p. 519-550.

VEYNE, Paul. **Como escreve a História**. Brasília: Editora UnB, 1998.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação e Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 251-272, jan./abr. 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; (org.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2013.

ZACHARIAS, Mariana Rocha. **Espaços e processos educativos do ginásio paranaense: Os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013a.

ZACHARIAS, Mariana Rocha. Os espaços educativos do ginásio paranaense e escola normal (1904-1949). **VII Congresso Brasileiro de História da Educação – SBHE**, 2013b.

ZIPPERER, Jorge. **Catálogo de móveis**. Indústrias Reunidas de Madeira. Santa Catarina, Brasil. 1926 – 1932.

ANEXO 1

Levantamento Preliminar no Portal de Periódico da Capes, no Catálogo de teses e dissertações da mesma instituição, na base de dados da *Scielo* e no Google Acadêmico a partir da incidência dos descritores “provisão de material”; “provisão da escola”; “prover”; “provimento material” e “provimento da escola” na produção acadêmica em História da Educação.

Ano 2001	
Autor:	Valdeniza Lopes da Barra
Título:	Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX.
Tipo de publicação:	Mestrado em Educação – PUC-SP
Palavras-chave:	Método, Classe, Pedra, Simultâneo e Forma.
Ano 2004	
Autor:	Gizele de Souza
Título:	Instrução, o talher para o banquete da civilização: Cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929.
Tipo de publicação:	Tese – USP
Palavras-chave:	Cultura escolar; jardim da infância; grupo escolar; paraná.
Autor:	Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	Sentidos da profissão docente estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo santa Catarina, são Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX
Tipo de publicação:	Tese – USP
Palavras-chave:	Profissão Docente; Escola Primária; Estudo Comparado
Ano 2011	
Autor:	Juarez José Tuchinski dos Anjos
Título:	Uma trama na história: a criança no processo de escolarização nas últimas décadas do período imperial (Lapa, Província Do Paraná, 1866-1886)

Tipo de publicação:	Dissertação – UFPR
Palavras-chave:	Criança – História – Escolarização – Século XIX – Paraná
Ano 2012	
Autor:	Etienne Baldez Louzada Barbosa
Título:	Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná (1854-1883)
Tipo de publicação:	Dissertação – UFPR
Palavras-chave:	Inspeção – Infância – Instrução Primária – Século XIX – Paraná.
Ano: 2014	
Autor:	Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (brasil e portugal, 1870 – 1920)
Tipo de publicação:	Revista Brasileira de História da Educação
Palavras-chave:	Cultura material escolar; internacionalização e circulação de saberes pedagógicos; objetos da escola.
Autor:	Wiara Rosa Rios Alcântara
Título:	Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874 – 1914)
Tipo de publicação:	Tese- USP
Palavras-chave:	Carteira escolar, História Econômica, Indústria escolar
Autor:	Franciele Ferreira França
Título:	A arte de ensinar: meandros do ofício de mestre de primeiras letras na província do paraná (1857-1884)
Tipo de publicação:	Dissertação – UFPR
Palavras-chave:	Profissão docente, século XIX, história da formação docente
Ano: 2015	
Autor:	Juarez José Tuchinski dos Anjos
Título:	Rememorando a escola e seus objetos: cultura material escolar em memórias da infância (paraná, século XIX)
Tipo de publicação:	VIII congresso brasileiro de história da educação - história da educação: matrizes interpretativas e internacionalização.

Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Vera Lucia Gaspar da Silva e Lúcia Amante
Título:	Objectos da Escola? Quando Novos Personagens Entram Em Cena
Tipo de publicação:	Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas
Palavras-chave:	Escola; cultura material; objetos da escola; aprendizagem; tecnologias digitais, profissão docente; formação de professores
Autor:	Gustavo Rugoni de Souza
Título:	Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis Cimo com o mercado escolar (1912-1952)
Tipo de publicação:	Mestrado em Educação – Udesc
Palavras-chave:	Escola como mercado; Indústria Escolar; Mobiliário Escolar; Cultura Material Escolar; Circulação de Ideias Pedagógicas e Móveis Cimo.
Ano: 2016	
Autor:	Etienne Baldez Louzada Barbosa
Título:	Por terra, por água, pela leitura: as conexões dos responsáveis pela inspeção e instrução pública no paraná (1854-1890)
Tipo de publicação:	Tese- UFPR
Palavras-chave:	Inspeção da instrução pública. Instrução primária. Inspetores. Paraná.
Autor:	Gustavo Rugoni de Sousa
Título:	Cultura material escolar: o mobiliário em discussão
Tipo de publicação:	Revista criar educação
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Gustavo Rugoni de Sousa; Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	A fábrica móveis Cimo e seus mobiliários: A escola como um mercado atraente
Tipo de publicação:	Hist. Educ. (online)
Palavras-chave:	Palavras-chave: história da educação, cultura material, mobiliário escolar.
Autor:	Hiassana Scaravelli

Título:	Objetos à Venda: Indícios da comercialização de Materiais Escolares em Jornais Catarinenses (1908-1921)
Tipo de publicação:	Mestrado em Educação – UDESC
Palavras-chave:	Cultura material escolar. Escola primária. Jornais. Escola como mercado.
Ano: 2017	
Autor:	Gustavo Rugoni de Sousa, Roberta Fantin Schnell, Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	Tecnologias inscritas na escola: para além do provimento material
Tipo de publicação:	Capítulo de livro
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Amanda Cividini, Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	Objetos em lei: provimento material da escola primária catarinense (1892 a 1919)
Tipo de publicação:	Seminário com publicação – 27º SIC UDESC
Palavras-chave:	Palavras-chave: cultura material escolar. Provimento material da escola. Objetos da escola.
Autor:	Hiassana Scaravelli, Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	Objetos à venda: o que contam os jornais?
Tipo de publicação:	Revista de História e Historiografia da Educação
Palavras-chave:	Material escolar; cultura material; jornais; mercado escolar
Autor:	Gecia Aline Garcia
Título:	O Provimento material escolar para a educação da infância no Paraná, anos finais do século XIX e início do século XX
Tipo de publicação:	Anais 9a SIEPE UFPR
Palavras-chave:	Provimento Material, Móvel Escolar, Paraná.
Ano: 2018	
Autor:	Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	Cultura material escolar: algumas possibilidades interpretativas
Tipo de publicação:	Capítulo de livro - espaços, objetos e práticas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Vera Lúcia Nogueira

Título:	A cultura material da escola noturna de Minas Gerais nas primeiras décadas da República
Tipo de publicação:	Educa – Revista Multidisciplinar em Educação
Palavras-chave:	Escola primária noturna. Cultura material escolar. Minas gerais.
Autor:	Vera Lucia Gaspar da Silva, Gizele de Souza
Título:	Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate
Tipo de publicação:	Capítulo de livro - Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades.
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Vera Lucia Gaspar da Silva, Gizele de Souza
Título:	Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate
Tipo de publicação:	Capítulo de livro - Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades.
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Rochele Allgayer
Título:	Cultura Material Escolar e Exposições Pedagógicas no Brasil
Tipo de publicação:	VIII Jornadas científicas de la SEPHE – I Congresso Nazionale della SIPSE ISBN: 978-84-948270-6-8
Palavras-chave:	Cultura material escolar, exposições pedagógicas, congressos brasileiros de educação.
Autor:	Valdeniza Maria Lopes da Barra
Título:	Cotidiano e Materialidade da Escola Primária Oitocentista: Ruídos entre Público e Privado
Tipo de publicação:	Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS.
Palavras-chave:	Escola. Instrução primária. Casa
Autor:	Sélia Ana Zonin, Vera Lucia Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry.
Título:	Assistência à Infância Escolarizada: A Caixa Escolar em Cena
Tipo de publicação:	Revista Brasileira de História da Educação
Palavras-chave:	Caixa escolar, assistência estudantil, escola primária, cultura material da escola.

Autor:	Dilce Schüeroff e Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	Acervo Memória Estatística do Brasil: O que revela sobre a expansão do ensino primário (Santa Catarina,1870-1929)?
Tipo de publicação:	Revista Horizontes
Palavras-chave:	Ensino Primário; Expansão de escolas; Estatística
Ano: 2019	
Autor:	Gizele de Souza, Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	Artefatos escolares e saberes em Apresentação: estudos de cultura material
Tipo de publicação:	Educar em revista,
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Juarez José Tuchinski dos Anjos
Título:	Para uma história da protoindústria escolar no Brasil Império: A Fábrica Röhe & Irmãos e seus bancos-carteira (1868-1883)
Tipo de publicação:	Educar em revista
Palavras-chave:	Protoindústria escolar; Carteiras Escolares; Brasil; Século XIX; Cultura Material Escolar
Autor:	Marlucy do Socorro Aragão De Sousa
Título:	O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira república: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”.
Tipo de publicação:	Tese – UFPA
Palavras-chave:	Cultura Material Escolar. Mobiliário Escolar. Instrução Pública Primária. Pará.
Autor:	Franciele Ferreira França
Título:	Um inventário de saberes, um repertório de fazeres: modos e práticas do ofício de ensinar na escola primária durante a segunda metade do séc. XIX (1856-1892)
Tipo de publicação:	Tese – UFPR
Palavras-chave:	História da profissão docente, ensino primário, século XIX, saberes docentes, cultura material escolar.
Autor:	Gizele de Souza, Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	Negócios combinados: modos de prover a escola pública

	primária (em fins do século XIX e início do XX)
Tipo de publicação:	Artigo – educar em revista
Palavras-chave:	Provimento material escolar; cultura material escolar; instrução primária
Autor:	Juarez José Tuchinski dos Anjos
Título:	Fontes para uma história da cultura material escolar no império do Brasil no arquivo histórico da câmara dos deputados (1826-1834)
Tipo de publicação:	Interfaces da educação.
Palavras-chave:	Arquivos, fontes, cultura material escolar, século XIX, Câmara dos deputados
Autor:	Ana Paula de Souza Kincheski, Gustavo Rugoni De Sousa, Vera Lucia Gaspar Da Silva
Título:	Objetos da escola: modernidades que (Im)portam
Tipo de publicação:	Revista – Plures humanidades
Palavras-chave:	Cultura material escolar. Objetos da escola. Modernidade pedagógica. Circulação de ideias pedagógicas
Autor:	Reginaldo Alberto Meloni, Wiara Rosa Rios Alcântara
Título:	Materiais didático-científicos e a história do ensino de ciências naturais em São Paulo (1880-1901)
Tipo de publicação:	Educação e pesquisa
Palavras-chave:	Cultura material escolar; ensino de ciências; objetos científicos
Autor:	Gustavo Rugoni de Sousa
Título:	A (re)invenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)
Tipo de publicação:	Tese – UESC
Palavras-chave:	Mobiliário escolar. Circulação de ideias pedagógicas. Cultura material escolar. Indústria escolar. História da Educação.
Ano: 2020	
Autor:	Gecia Aline Garcia
Título:	Itinerário moveleiro: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense-anos finais do século XIX e início do século XX

Tipo de publicação:	Dissertação
Palavras-chave:	Instrução pública primária, itinerário moveleiro, móveis escolares, cultura material escolar, mobília escolar, paraná.
Autor:	Gustavo Rugoni de Sousa, Ana Paula De Souza Kincheski, Vera Lúcia Gaspar da Silva
Título:	A carteira escolar está “apta para o seu destino”? Argumentos e exigências sobre o mobiliário escolar em exposições universais
Tipo de publicação:	Revista educação e emancipação
Palavras-chave:	Mobiliário escolar. Exposições universais. Cultura material escolar.
Autor:	Samanta Vanz, José Edimar de Souza
Título:	Mobiliário para escolas públicas de ensino primário em Caxias do Sul/RS (1890-1930): vestígios da cultura escolar
Tipo de publicação:	Revista educação e emancipação
Palavras-chave:	Mobiliário escolar. Ensino primário. Caxias do sul/rs.
Autor:	Júlia Naomi Kanazawa, Heloísa Helena Pimenta Rocha
Título:	Um mobiliário para o ensino profissional: notas sobre a carteira de desenho
Tipo de publicação:	Revista educação e emancipação
Palavras-chave:	Cultura material. Mobiliário escolar. Carteira de desenho.
Autor:	Terciane Ângela Luchese, Manuela Ciconetto Bernardi
Título:	Rumo ao interior: móveis e objetos numa escola rural de Antônio Prado/RS (1899 - 1912)
Tipo de publicação:	Revista educação e emancipação
Palavras-chave:	Móveis e objetos escolares. Cultura material. Escola rural.
Autor:	Andréa bezerra cordeiro, Franciele Ferreira França
Título:	As palavras dos professores e as coisas da escola: materialidade escolar, mobília e fazeres docentes entre os séculos XIX e XX
Tipo de publicação:	Revista educação e emancipação
Palavras-chave:	Materialidade escolar. Saberes docentes. História da educação Brasil-Argentina.
Autor:	Gecia Aline Garcia, Gizele de Souza
Título:	Pistas e indícios: uma investigação sobre o processo de aquisição

	mobiliar da escola primária (1884-1894)
Tipo de publicação:	Revista educação e emancipação
Palavras-chave:	Cultura material escolar. Móveis escolares. Instrução primária paranaense.
Autor:	Fátima Branco Godinho de Castro
Título:	Ritos e artefatos escolares: as exposições das escolas primárias do Paraná – 1912 a 1927
Tipo de publicação:	Dissertação – UFPR
Palavras-chave:	Exposições escolares; Trabalhos Manuais e Trabalhos de Agulha; escolas primárias; ritos e artefatos escolares.
Autor:	Rochele Allgayer
Título:	As exposições e eventos nas Conferências Nacionais de Educação: um repertório pedagógico para se dar a ver (1927-1956).
Tipo de publicação:	Dissertação – UFPR
Palavras-chave:	Cultura Material Escolar, Exposições, Conferências Nacionais de Educação, Eventos Pedagógicos, Associação Brasileira de Educação.
Ano: 2021	
Autor:	Etienne Baldez Louzada Barbosa
Título:	Três colunas do jornal correio braziliense e os primeiros jardins de infância de Brasília: o provimento material solicitado (1960-1965)
Tipo de publicação:	Capítulo de livro – A Teia das Coisas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Juarez José Tuchinski dos Anjos
Título:	A cultura material da escola primária nas recomendações das conferências internacionais de instrução pública (1934-1968)
Tipo de publicação:	Capítulo de livro - A teia das coisas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Gustavo Rugoni de Sousa, Ana Paula de Souza Kinchescki
Título:	“o mais novo! O mais bonito! O melhor!”: os objetos da escola

	em catálogos comerciais
Tipo de publicação:	Capítulo de livro a teia das coisas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Bárbara Luiza Ludvig Rodrigues, Solange Aparecida de Oliveira Hoeller
Título:	Cultura material escolar, infância, educação infantil e currículo: um inventário acerca de possibilidades de pesquisas nas duas primeiras décadas do século XXI (Brasil)
Tipo de publicação:	Capítulo de livro – A teia das coisas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Virgínia Lourençon Da Silva, Gizele De Souza, Andréa Bezerra Cordeiro
Título:	Professores primários e materialidade escolar: diálogo e enfrentamentos das “artes do fazer” no oitocentos
Tipo de publicação:	Capítulo de livro – A teia das coisas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Franciele F. França, Gecia Aline Garcia
Título:	Incumbências da “boa guarda” material: a responsabilidade do professor sobre a instalação, provisão e manutenção de sua escola na segunda metade do século XIX
Tipo de publicação:	Capítulo de livro – A teia das coisas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Maria Irinilda da Silva Bezerra, Giane Lucélia Grotti, Melrilyn Rayline Marques da Silva
Título:	Cultura e material escolar no Acre: início da discussão
Tipo de publicação:	Capítulo de livro – A teia das coisas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Luiza Pinheiro Ferber, Dilce Schüerof
Título:	Prescrições de objetos de ensino para as escolas primárias públicas catarinenses (1870 – 1910)
Tipo de publicação:	Capítulo de livro – A teia das coisas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Júlia Naomi Kanazawa

Título:	Inventários de bens: fontes para uma história da cultura material escolar da instituição escolar cônego José Bento (1935-1968)
Tipo de publicação:	Capítulo de livro – a teia das coisas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Caroline Braga Michel, Eliane Peres
Título:	Higiene e cultura material escolar: o fornecimento de urinóis, cuspidadeiras e afins às escolas públicas do rio grande do sul (1882-1911)
Tipo de publicação:	Capítulo de livro – a teia das coisas
Palavras-chave:	Não menciona
Autor:	Marlucy do Socorro Aragão de Sousa e Maria do Socorro Pereira Lima
Título:	Reflexões sobre a materialidade escolar do Instituto Gentil Bittencourt em Belém do Pará: história, artefatos e arquitetura escolar
Tipo de publicação:	Revista Research, Society and Development
Palavras-chave:	Cultura material escolar; Arquitetura escolar; Instituto Gentil Bittencourt; Pará
Ano: 2022	
Autor:	Wiara Rosa Rios Alcântara
Título:	Eduardo Waller & Comp: a emergência da indústria de mobiliário escolar em São Paulo (1895-1924)
Tipo de publicação:	Cadernos de História da Educação
Palavras-chave:	Indústria escolar; Carteira escolar; Cultura material
Autor:	Juarez José Tuchinski dos Anjos
Título:	Gustavo Alberto: “invenção” e circulação da primeira carteira escolar patenteada no Brasil (1881-1884)
Tipo de publicação:	Educação e Pesquisa, São Paulo.
Palavras-chave:	História transnacional; Cultura material escolar; História da educação; Móveis escolares; Ensino secundário
Autor:	Gecia Aline Garcia e Gizele de Souza
Título:	Pelo fio do nome: relações transnacionais no processo de provimento material do Ginásio Paranaense (1892-1906)

Tipo de publicação:	Educação e Pesquisa
Palavras-chave:	História transnacional; Cultura material escolar; História da educação; Móveis escolares; Ensino secundário
Ano: 2023	
Autor:	Ana Paula de Souza Kincheski; Luiza Pinheiro Ferber e Vera Lucia Gaspar da Silva
Título:	EM DEFESA DA ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA: notas sobre a obrigatoriedade e o provimento material
Tipo de publicação:	Revista Communitas
Palavras-chave:	Circulação de ideias pedagógicas. Cultura material escolar. Dicionário pedagógico.
Autor:	Ione Celeste Jesus de Sousa
Título:	Carteiras escolares na cultura material escolar da instrução baiana: saber docente, saber médico-higiênico (1880-1885)
Tipo de publicação:	Revista Brasileira de História da Educação
Palavras-chave:	materialidade escolar; mobiliário escolar; higiene escolar
Autor:	Etienne Baldez e Juarez José Tuchinski dos Anjos
Título:	Vestígios de representações sobre a Carteira Escolar nas conferências efetuadas na Exposição Pedagógica do Rio De Janeiro (1883)
Tipo de publicação:	Revista Brasileira de História da Educação
Palavras-chave:	Exposição Pedagógica; conferências; carteiras escolares; cultura material escolar.
Autor:	Wiara Rosa Alcântara
Título:	Por terras e mares: os nós e os links do lucrativo mercado francês de objetos escolares (Século XIX-XX)
Tipo de publicação:	Revista Brasileira de História da Educação
Palavras-chave:	Cultura material; história econômica; história do ensino de ciências; redes arqueológicas